



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CAMPUS FORTALEZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

**SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO
INTEGRADO: A VOZ DOS ADOLESCENTES NO IFCE TAUÁ**

SHARLENE PEREIRA ALVES

Orientadora: Prof^ª. Dra. Patrícia Ribeiro Feitosa Lima

**FORTALEZA
Novembro de 2024**

SHARLENE PEREIRA ALVES

SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO:
A VOZ DOS ADOLESCENTES NO IFCE TAUÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *campus* Fortaleza do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Prof^a. Dra. Patrícia Ribeiro Feitosa Lima.

FORTALEZA - CEARÁ
Novembro de 2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Instituto Federal do Ceará (IFCE)
Sistema de Bibliotecas (Sibi)

Ficha catalográfica elaborada pelo Sibi/IFCE, com os dados fornecidos pelo (a) autor (a)

-
- A474s Alves, Sharlene Pereira.
 Saúde Sexual e Reprodutiva de Alunos do Ensino Médio Integrado: a voz dos
 adolescentes do IFCE Tauá / Sharlene Pereira Alves - 2024.
 199 f. : il. color.
- Dissertação (Mestrado) - Instituto Federal do Ceará, Mestrado Profissional em
 Rede Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, Campus Fortaleza, 2024.
- Orientação: Profa. Dra. Patrícia Ribeiro Feitosa Lima
1. Adolescente. 2. Sexualidade. 3. Educação sexual e reprodutiva. 4. Escola. I.
 Título.

CDD 378.013

SHARLENE PEREIRA ALVES

**SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO
INTEGRADO: A VOZ DOS ADOLESCENTES NO IFCE TAUÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *campus* Fortaleza do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 29 de novembro de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA

Patrícia Ribeiro Feitosa Lima, Dra.

(Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE)
(Presidente/Orientadora)

Nilson Vieira Pinto, Dr.

(Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE)
(Examinador interno)

Patrícia Lana Pinheiro Guerreiro, Dra.

(Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE)
(Examinador interno)

Raul Aragão Martins, Dr.

(Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP)
(Examinador Externo)

SHARLENE PEREIRA ALVES

**SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO
INTEGRADO: A VOZ DOS ADOLESCENTES NO IFCE TAUÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *campus* Fortaleza do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 29 de novembro de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA

Patrícia Ribeiro Feitosa Lima, Dra.

(Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE)
(Presidente/Orientadora)

Nilson Vieira Pinto, Dr.

(Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE)
(Examinador interno)

Patrícia Lana Pinheiro Guerreiro, Dra.

(Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE)
(Examinador interno)

Raul Aragão Martins, Dr.

(Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP)
(Examinador Externo)

Dedico esse trabalho a meus pais, meus irmãos e meus sobrinhos, por todo o suporte emocional quando precisei.

Dedico também à vovó Toinha, *in memoriam*, que caminhou junto comigo desde o começo desse sonho.

À minha esposa Jacy, que me abraçou e me acolheu no mestrado e na vida.

À minha estimada orientadora, Dra. Patrícia Ribeiro, que acreditou em mim desde a sua escolha para orientação.

Sem o apoio de ambos, esse trabalho não teria sido realizado.

A todos, meu muito, muito obrigada.

AGRADECIMENTOS

A Deus, toda honra e glória por toda essa jornada percorrida com muita fé e esperança.

A Lidu e Beto, mainha e painho, que sempre me incentivam a sonhar e realizar.

A vovó Toinha, *in memoriam*, pelo suporte e estímulo em busca dessa realização.

Aos meus irmãos Shirley e Luiz Alberto, além dos sobrinhos Levy e Lucas, por trazerem entusiasmo e muita luz para a minha vida e no decorrer do curso.

A minha orientadora, Dra. Patrícia, pela honra de ser escolhida como sua orientanda, e por caminharmos de mãos dadas durante todo esse tempo.

Aos meus amigos e colegas de estudo da Turma 6 do ProfEPT, em especial Juanita Macedo (*in memoriam*), pelos aprendizados e as experiências inesquecíveis que tivemos juntos.

Aos professores do ProfEPT, pelo dom de ensinar e tornar mais leve o nosso caminho rumo ao título.

“O homem não é nada além daquilo que a
educação faz dele”
(Kant, 1788)

RESUMO

O processo educacional em saúde se caracteriza como possibilidade para identificação das necessidades dos sujeitos. Na escola, o compartilhamento de saberes e experiências gera novas formas de compreensão sobre diversas situações. Dentre as vivenciadas pelos alunos adolescentes, destaca-se a saúde sexual e reprodutiva, cuja vulnerabilidade pode levar a comportamentos de risco e exposição a doenças. Nesse contexto, nesta pesquisa, foi abordada a educação sexual e reprodutiva na adolescência, norteadas e motivadas pelas seguintes perguntas: Como está o nível de informação sobre saúde sexual e reprodutiva dos estudantes adolescentes da Educação Profissional e Tecnológica do IFCE *Campus* Tauá? A oferta do ensino em saúde sexual e reprodutiva na instituição teria aceitabilidade satisfatória na comunidade escolar? Qual o impacto dessa educação em saúde para o público estudantil? Para a elucidação desses questionamentos, esta pesquisa objetivou analisar a concepção de saúde sexual e reprodutiva de adolescentes do ensino médio integrado do IFCE *Campus* Tauá. Esse trabalho caracterizou-se como de natureza quali-quantitativa, do tipo pesquisa ação por meio de um estudo de campo com aportes das vivências dos alunos acerca da educação sexual e reprodutiva na adolescência, sendo utilizados para coleta de dados os questionários sobre saúde sexual e reprodutiva e as entrevistas realizadas por meio de grupo focal. A ação da pesquisa realizou-se no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) – *Campus* Tauá, no âmbito do primeiro ano do Ensino Médio Integrado. Os dados quantitativos foram analisados via estatística descritiva, enquanto os qualitativos foram submetidos à análise de conteúdo proposta por Bardin (2016). Os resultados mostraram que 66% dos alunos buscam informações sobre saúde sexual e reprodutiva na internet, seguida de familiares (17%). Esses saberes também são construídos com a escola, onde os participantes sugeriram atividades como palestras, grupos de estudo e campanha. Os discentes apresentaram conhecimentos sobre métodos contraceptivos, gravidez, infecções sexualmente transmissíveis (IST) e outros aspectos de saúde e sexualidade, embora ainda com relatos que chamam atenção por apresentar noções que não são embasadas cientificamente. Na perspectiva de auxiliar a construção de conhecimento em educação sexual e reprodutiva para os adolescentes, especialmente no contexto estudado, foi proposta a elaboração de um *podcast*, o *Saúde On* – o *Podcast* da Saúde do Adolescente, como produto educacional validado, abordando o tema “Educação sexual e reprodutiva de adolescentes”, visando proporcionar aprendizados acerca da saúde sexual e reprodutiva na fase da adolescência, com a intenção de discutir sobre esse assunto e contribuir para o acesso de estudantes a informações necessárias para a tomada de decisão assertiva e

prática sexual segura. Portanto, as hipóteses levantadas se confirmaram, quais sejam, a inexistência de diálogo entre os adolescentes e seus pais e responsáveis, sobretudo sobre educação sexual e reprodutiva, como também o déficit de formação consistente de orientação sexual e reprodutiva a ser ofertada para o público adolescente na escola. No IFCE Tauá, foi identificada a possibilidade de usar espaços não-formais para abordar temas transversais com os servidores, alunos e comunidade, como saúde e sexualidade, além da perpetuidade de ações educativas construídas juntamente com os discentes.

Palavras-chave: Adolescente. Sexualidade. Educação sexual e reprodutiva. Escola.

ABSTRACT

The educational process in health is characterized as a possibility for identifying the needs of subjects. At school, sharing knowledge and experiences generates new ways of understanding different situations. Among those experienced by adolescent students, sexual and reproductive health stands out, whose vulnerability can lead to risky behaviors and exposure to diseases. In this context, this research addressed sexual and reproductive education in adolescence, guided and motivated by the following questions: What is the level of information about sexual and reproductive health among adolescent students of Professional and Technological Education at IFCE Campus Tauá? Would the provision of sexual and reproductive health education at the institution have satisfactory acceptance in the school community? What is the impact of this health education on the student public? To elucidate these questions, this research aimed to analyze the conception of sexual and reproductive health of adolescents of integrated high school at IFCE Campus Tauá. This work was characterized as qualitative and quantitative in nature, of the action research type through a field study with contributions from students' experiences regarding sexual and reproductive education in adolescence, with questionnaires on sexual and reproductive health being used to collect data. reproductive and interviews carried out through focus groups. The research action was carried out at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Ceará (IFCE) - Campus Tauá, within the scope of the first year of Integrated High School. The quantitative data were analyzed using descriptive statistics, while the qualitative data were subjected to the content analysis proposed by Bardin (2016). The results showed that 66% of students search for information about sexual and reproductive health on the internet, followed by family members (17%). This knowledge is also constructed with the school, where participants suggested activities such as lectures, study groups and campaigns. The students presented knowledge about contraceptive methods, pregnancy, sexually transmitted infections (STIs) and other aspects of health and sexuality, although reports still draw attention because they present notions that are not scientifically based. In order to help build knowledge in sexual and reproductive education for adolescents, especially in the context studied, the creation of a podcast, Saúde On – the Teen Health Podcast, was proposed as a validated educational product, addressing the theme “Sexual and reproductive education for adolescents”, aiming to provide learning about sexual and reproductive health in adolescence, with the intention of discussing this subject and contributing to students' access to information necessary for assertive decision-making and safe sexual practices. Therefore, the hypotheses raised were confirmed, namely, the lack of dialogue

between adolescents and their parents and guardians, especially about sexual and reproductive education, as well as the lack of consistent training in sexual and reproductive guidance to be offered to adolescents at school. At IFCE Tauá, the possibility of using non-formal spaces to address cross-cutting themes with staff, students and the community, such as health and sexuality, was identified, in addition to the perpetuation of educational actions built together with students.

Keywords: Adolescent. Sexuality. Sexual and reproductive education. School.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Disposição em sala durante Grupo Focal	74
Gráfico 1 – Sexo dos participantes	81
Gráfico 2 – Idade dos participantes	81
Gráfico 3 – Grau de escolaridade do/a chefe de família	82
Gráfico 4 – Religião dos participantes	83
Gráfico 5 – Local de residência dos participantes	84
Gráfico 6 – Existência de diálogo dos participantes com pais	86
Gráfico 7 – Fontes de informação sobre educação sexual e reprodutiva	86
Gráfico 8 – Disponibilidade de informações sobre a temática na instituição	87
Gráfico 9 – Modo de abordagem de temas pela escola	88
Gráfico 10 – Conhecimento acerca da prevenção das ISTs	90
Gráfico 11 – Conhecimento suficiente acerca de prevenção das ISTs e gravidez	92
Gráfico 12 – Conhecimento acerca da prevenção das ISTs	104
Figura 2 – Logotipo do <i>podcast</i> Saúde On	121
Figura 3 – QR Code do Episódio 1	122
Figura 4 – QR Code do Episódio 2	122
Figura 5 – QR Code do Episódio 3	123
Figura 6 – QR Code do Episódio 4	123
Gráfico 13 – Facilidade de acesso ao produto	125
Gráfico 14 – Adequação da edição dos episódios	125
Gráfico 15 – Adequação dos áudios, trilhas musicais e sonoras	126
Gráfico 16 – Clareza do roteiro e locução	126
Gráfico 17 – Reflexão sobre o processo saúde-doença na fase da adolescência	127
Gráfico 18 – Abordagem dos temas “saúde sexual e reprodutiva” considerando o público ...	128
Gráfico 19 – Promoção da escuta e participação discente e suas opiniões	128
Gráfico 20 – Destaque à complexidade e aspectos relacionados ao tema	129
Gráfico 21 – Relevância dos temas abordados para o público destinado	129
Gráfico 22 – Contribuição das informações para a fase da adolescência	130
Gráfico 23 – Capacidade de despertar interesse pela educação sexual e reprodutiva	131
Gráfico 24 – Promoção de aprendizagens e reflexões sobre saúde e educação sexual	132

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Prática do diálogo sobre sexo	84
Tabela 2 – Métodos contraceptivos conhecidos pelos alunos	89
Tabela 3 – Respostas e justificativas para o entendimento sobre possibilidade de gravidez na primeira relação sexual	90
Tabela 4 – Métodos contraceptivos conhecidos pelos alunos	103
Tabela 5 – Respostas e justificativas para o entendimento sobre possibilidade de gravidez na primeira relação sexual	105

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 OBJETIVOS	23
2.1 Objetivo geral	23
2.2 Objetivos específicos	23
3 INTERLOCUÇÕES TEÓRICAS	24
3.1 Estado da arte	24
3.2 Prevenção e promoção da saúde	30
3.2.1 Educação em saúde	32
3.2.2 Saúde na escola	38
3.3 Adolescente	42
3.3.1 Política de Atenção à Saúde do Adolescente	45
3.3.2 Adolescer	49
3.3.3 Dados estatísticos sobre o adolescente no Brasil	52
3.4 Saúde sexual	56
3.4.1 Educação sexual e reprodutiva no ambiente escolar	59
4 PERCURSO METODOLÓGICO	63
4.1 Tipo de estudo	63
4.2 Local do estudo	65
4.2.1 Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Brasil	66
4.2.2 O IFCE Campus Tauá	67
4.3 Participantes	67
4.3.1 Critérios de inclusão	68
4.3.2 Critérios de exclusão	68
4.4 Aspectos éticos da pesquisa	68
4.5 Coleta de dados	69
4.6 Análise dos dados	78
5 RESULTADOS	80
5.1 Questionário sobre saúde sexual e reprodutiva	80
5.2 Grupo focal	92
5.2.1 Tema gerador: sexualidade	92
5.2.2 Tema gerador: condutas sexuais e gênero	95
5.2.3 Tema gerador: infecções sexualmente transmissíveis	97

<i>5.2.4 Tema gerador: vulnerabilidade às infecções sexualmente transmissíveis</i>	100
<i>5.2.5 Tema gerador: cuidados com a saúde sexual/ educação para a saúde sexual</i>	101
5.3 Questionário de reaplicação sobre saúde sexual e reprodutiva	103
6 PRODUTO EDUCACIONAL	107
6.1 Podcast como instrumento pedagógico	110
<i>6.1.1 Trilha histórica dos podcasts</i>	111
<i>6.1.2 Podcasts na educomunicação</i>	113
<i>6.1.3 Revisão da literatura sobre podcasts na educação</i>	115
6.2 Produção do produto educacional Saúde On	118
6.3 Avaliação do produto educacional	123
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
REFERÊNCIAS	137
APÊNDICES	172
Apêndice A - Termo de assentimento livre e esclarecido	173
Apêndice B - Termo de consentimento livre e esclarecido	175
Apêndice C - Carta convite para participar de pesquisa	178
Apêndice D - Roteiro do grupo focal	179
Apêndice E - Questionário de reaplicação sobre saúde sexual e reprodutiva	181
Apêndice F - Produto educacional	182
Apêndice G - Questionário sobre o produto educacional com juízes	183
Apêndice H - Termo de consentimento livre e esclarecido (avaliador do produto educacional)	186
ANEXOS	190
Anexo 1 - Questionário sobre saúde sexual e reprodutiva	191
Anexo 2 - Protocolo de submissão do projeto de pesquisa ao CEP - IFCE	193
Anexo 3 - Parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa - IFCE	194

1 INTRODUÇÃO

As raízes que sedimentam o presente texto estão imbricadas à dissertação desenvolvida no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) do Instituto Federal em Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), quando se voltou o olhar a elementos da Política de Assistência Estudantil que se referem especificamente a atividades educativas em saúde realizadas em espaços não formais.

A princípio, é importante pontuar que Falkenberg *et al.* (2014) caracterizam o processo educacional em saúde como possibilidade para identificação das necessidades dos sujeitos originadas das vivências, da cultura, dos problemas e das inquietações pessoais, ao fomentar a participação, a autonomia, a construção do conhecimento coletivo e o encontro da reflexão com a ação.

Na escola, o compartilhamento de saberes e experiências eleva os processos de desenvolvimento para direções variadas, gerando novas formas de compreensão, de aceção da cultura e do conhecimento, uma vez que há um movimento sincrônico entre o funcionamento cerebral e os processos culturais e que as transformações estão associadas ao modo como as demandas instrutivas são produzidas e experimentadas pelas pessoas (Mendonça *et al.*, 2020). Dentre as situações vivenciadas pelos alunos adolescentes, destaca-se a saúde sexual e reprodutiva.

Vale lembrar que a adolescência, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), compreende o período cronológico que se estende dos dez aos 19 anos de idade, sendo uma fase marcada por transformações psicológicas e sociais, como também anatômicas e fisiológicas, o que pode contribuir para vulnerabilidade e comportamentos de riscos (Barbosa *et al.*, 2022a). Soma-se a isso o fato de que esse é um período em que os adolescentes lidam com inúmeras descobertas e conflitos externos e internos, inclusive no ambiente escolar.

É importante mencionar que existem situações de vulnerabilidade às quais os adolescentes são expostos continuamente, e que podem ocasionar infecções sexualmente transmissíveis. Dessa forma, podem-se pontuar: condições socioeconômicas, prática sexual precoce, não adesão ao uso do preservativo, baixo nível de escolaridade, diferenças de gênero e barreiras de comunicação e acessibilidade aos serviços de saúde em nível de atenção primária (Franco *et al.*, 2020).

No tocante à promoção da saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes, essa ação consiste em uma responsabilidade mútua da escola, da família e da comunidade. Contudo, nota-se que fatores como a falta de diálogo, a educação autoritária imposta pelos pais e a escassez

de ações educativas contribuem para aumentar os mitos e tabus acerca da saúde sexual e reprodutiva ainda nos dias atuais, o que aumenta a exposição a práticas sexuais inseguras no público jovem, que, geralmente, experimenta a sexualidade de forma mais aguçada (Reis *et al.*, 2023).

A partir do pressuposto, Franco *et al.* (2020) comprovam que a prevenção às doenças, agravos e desfechos negativos em saúde tem obtido relevância significativa, e a educação em saúde, através de ações estratégicas, deve ser direcionada aos diferentes públicos, incluindo, em grande parte, os adolescentes escolares.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio - PCNEM (Brasil, 2000) trabalhar esse tema na escola funciona como uma atividade integrada, com transversalidade por todos os níveis de ensino e disciplinas, pois está relacionada a uma questão inerente ao ser humano, desenvolvida de forma coletiva e social ao longo da vida.

Além disso, Furlanetto *et al.* (2018) orientam que a sexualidade deve ser trabalhada dentro da programação pedagógica e por meio da extraprogramação ao passo que aconteçam demandas relacionadas ao assunto, ou seja, em ambientes formais e não formais. Essas ações culminarão e incentivarão a adoção de práticas sexuais saudáveis, ofertando o aprendizado e elevando os adolescentes ao protagonismo no cuidado da sua saúde, transformando o contexto escolar em locus promotor de saúde que entregue qualidade de vida, garantindo a redução de vulnerabilidades e riscos à saúde dos estudantes.

Para auxiliar a busca pela segurança no tocante à saúde sexual e reprodutiva, é importante enfatizar que se compreendeu ser muito oportuno aprofundar no assunto sobre educação e sexualidade, mais precisamente às questões ligadas à saúde nesse âmbito. Ressalta-se que tratar esse tema é relevante para a enfermagem escolar, campo de minha atuação profissional, uma vez que a escola consiste em um ambiente privilegiado de troca de conhecimentos, onde o profissional de enfermagem pode demonstrar sua capacidade para educação em saúde, gerando e proporcionando ações primordiais para informações adequadas ao público discente (Sena; Silva; Almeida, 2022).

Soma-se a isso o fato de que, o acesso ao conhecimento adequado ainda é escasso para estudantes de escola pública, uma vez que o contexto social e as mídias não possibilitam o alcance de informações seguras, o que eleva o risco de práticas sexuais perigosas nesse público, como a gravidez indesejada (Brasileiro; Almeida, 2021). Dessa forma, a sexualidade na adolescência necessita ser tratada adequadamente no ambiente escolar, uma vez que propicia mudanças de comportamentos, tornando-se mediador de conhecimento para a vida. Tal fato também se justifica por não haver tratamento apropriado da saúde sexual e reprodutiva no

convívio familiar do adolescente, apesar da corresponsabilidade atribuída à família, de acordo com a WHO (2018).

Além disso, mediante a pesquisas realizadas em bases de dados como Google acadêmico, Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Scientific Electronic Library Online (Scielo) no período de abril a outubro de 2023 com os descritores Sexualidade; Adolescentes; Enfermagem; Educação Sexual e Reprodutiva, foram encontrados três dissertações, nenhuma tese, 21 artigos. Dessa forma, foi constatada a carência de trabalhos sobre saúde sexual e reprodutiva em adolescentes, o que colabora para a relevância desse trabalho, sobretudo no ambiente acadêmico no contexto da educação profissional e tecnológica.

Assim, a escolha da temática, além de ser uma aproximação com nossa área de formação em saúde, tange a nossa contribuição para a execução da política de assistência estudantil, principalmente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará – IFCE – *Campus Tauá*, que lida com alunos do ensino médio integrado ao nível profissional e técnico. Com o interesse e preocupação sobre a garantia da permanência no ensino superior público e o sucesso acadêmico dos discentes, o Ministério da Educação publicou em 2007 a portaria nº 39, ampliada e alterada pelo decreto nº 7234/2010, o qual reorganizou e ampliou o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), com o objetivo de disciplinar a oferta de Assistência Estudantil nas Instituições Federais de Ensino Superior Públicas (Brasil, 2010a).

O PNAES apresenta como finalidade principal ampliar as condições de permanência e êxito dos jovens na educação pública federal, a partir de fatores como: a democratização dessa conjuntura; a minimização dos efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; a redução das taxas de evasão e retenção; e, a contribuição para a promoção da inclusão social pela educação (Brasil, 2010a).

Consiste em um programa nacional que recomenda as diretrizes a serem legitimadas e utilizadas internamente pelas Instituições de Ensino Superior Públicas, contribuindo para a organização da assistência estudantil mediante políticas compostas por programas e serviços que integram um conjunto de ações canalizadas para garantir a permanência e o sucesso acadêmico (Araujo *et al.*, 2019).

Por sua vez, a assistência estudantil visa o provimento dos recursos que são fundamentais para ultrapassar obstáculos e demais impedimentos do bom desempenho acadêmico, configurando um mecanismo de direito social, ao permitir que os estudantes, amparados por medidas em algumas áreas abrangidas no PNAES, possam ingressar em seus

estudos e concluir seu processo de formação, ainda que não detenham as condições financeiras suficientes para tal (Lima; Mendes, 2020; Fava; Cintra, 2022).

De acordo com Santos *et al.* (2021), a assistência estudantil incorpora as dimensões sociais, econômicas, culturais e sanitárias, por meio de ações multifacetadas, destinadas a propiciar condições favoráveis de saúde, acesso aos instrumentais necessários à formação profissional, até o provimento dos recursos minimamente necessários para os estudantes, como, por exemplo, moradia, alimentação, transporte e auxílios financeiros para outros gastos. Importante ressaltar que é particular e de livre administração pelas instituições o método utilizado para conduzir suas ações que visam assegurar os meios de permanência dos estudantes dentro da assistência estudantil (Imperator, 2017; Lima *et al.*, 2021).

Além disso, Freitas e Arruda (2022) consideram que as instituições de ensino devem incorporar em suas práticas temáticas contemporâneas e transversais que auxiliem o ser humano no entendimento de questões da vida real e do mundo do trabalho. Dessa forma, é importante ressaltar que, na referida instituição de educação, assuntos relacionados ao tema desse trabalho são debatidos juntamente a alunos do segundo ano durante a disciplina de Biologia. Trata-se de uma disciplina curricular ministrada durante os três anos do Ensino Médio Integrado em Agropecuária e Redes de Computadores, com carga horária semanal de 2 horas-aula em cada turma.

Portanto, esse trabalho será relevante para o público que acessá-lo, uma vez que trará informações acerca das demandas em saúde, principalmente na área sexual e reprodutiva em adolescentes, conduzindo o profissional a uma atuação condizente com o tratamento do tema em ambiente escolar.

Para realização da pesquisa, urge apresentar desdobramentos que perpassam pelo modo como foi inserida a área de saúde na política de assistência estudantil, a evolução das abordagens educativas em saúde, trazendo suas especificidades para ambientes escolares, enfatizando a área sexual e reprodutiva para o público adolescente, a atuação do programa saúde na escola frente a demanda em prevenção de infecções sexualmente reprodutivas e gravidez precoce, a atuação dos serviços de atenção primária em saúde sobre o público adolescente, como se aplicam as diretrizes nacionais de atenção integral à saúde dos adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde, com base na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens.

Tais pontos transitam pelo ensino médio integrado ao nível técnico e profissional ofertado pelos institutos federais de educação, ciência e tecnologia. Nessas instituições, há um

público massivo composto por adolescentes, fato que possibilita compreender o impacto das ações em saúde sexual e reprodutiva.

A pesquisa também demonstra sua relevância depositada no fato de que os adolescentes recebem informações de várias fontes, porém o meio científico em saúde apresenta baixíssima importância, indicando o risco de construção inadequada de conhecimentos e inabilidade das políticas e diretrizes vigentes em conscientizar o público de maneira mais efetiva. Essa preocupação tem levantado discussões importantes em virtude dos impactos do uso excessivo das tecnologias digitais pelos adolescentes, induzindo a questionamentos sobre os seus benefícios ou malefícios para o desenvolvimento social, cognitivo e afetivo (Angelo *et al.*, 2021).

Devido a esse tratamento, os profissionais da educação podem apresentar dificuldades de abordagem ao assunto entre os adolescentes, quando a saúde sexual e reprodutiva não é tomada como prioridade em atividades educativas. Assim, o presente trabalho destaca sua importância ao abrir espaços para inovações, dentre estas as atividades educativas com o uso de dinâmicas para desenvolver temas relacionados a prática do sexo seguro e a prevenção da gravidez do público-alvo. Diante disso, apresenta-se como possibilidade de pesquisa estudar com mais proximidade essas ações educativas em ambientes formais e não formais de educação.

Destarte, frente aos aspectos relevados no tocante à educação sexual e reprodutiva dos adolescentes, esse estudo traz as seguintes perguntas a serem investigadas: “Como está o nível de informação sobre saúde sexual e reprodutiva dos estudantes adolescentes da Educação Profissional e Tecnológica do IFCE *Campus* Tauá?”; “A oferta do ensino em saúde sexual e reprodutiva na instituição teria aceitabilidade satisfatória na comunidade escolar?”; “Qual o impacto dessa educação em saúde para o público estudantil?”.

Nessa perspectiva, foram levantadas duas hipóteses, explanadas a seguir, cujo propósito consiste em obter uma possível explicação para o problema em questão (Marconi; Lakatos, 2022). Em primeiro lugar, não existe diálogo entre os adolescentes e seus pais ou responsáveis. Sena, Silva e Almeida (2022) ressaltam que escola e família precisam estar interligadas e complementadas no intuito de contribuir, sobretudo, em diferentes linhas quanto à orientação em educação sexual. O meio familiar, por sua vez, devido ao seu vínculo afetivo, exerce um papel decisivo no aconselhamento, trocas de experiências e na construção de valores éticos e morais. Assim, a ausência de conversa entre pais ou responsáveis e seus filhos, principalmente adolescentes, culmina em tornar negligenciada a educação sexual e reprodutiva dos adolescentes no ambiente familiar (Sena; Silva; Almeida, 2022).

A segunda hipótese observada para esse estudo indica que não há formação consistente de orientação sexual e reprodutiva a ser proporcionada para o público adolescente na instituição de educação. Em estudo realizado por Santos *et al.* (2022a), observou-se a baixa prevalência de alfabetização em saúde sexual e reprodutiva entre adolescentes, fato esse que demanda uma análise mais aprofundada em relação ao seu valor para a melhoria da saúde do adolescente, o que impactará os indicadores de saúde pública, através do acesso à informação de qualidade pelos adolescentes. Além disso, a invalidação desse acesso por questões de paradigmas sociais eleva a necessidade de avanço das políticas públicas educacionais, uma vez que o Plano Nacional de Educação 2014-2024 sequer prevê as questões de gênero e sexualidade. A prática docente, por sua vez, também requer mudanças na formação profissional em busca da redefinição de modelos de ensino (Santos *et al.*, 2022b).

Esse trabalho está composto pela introdução ao tema de estudo, onde também se apresenta a justificativa da sua escolha pela autora. Logo depois, são demonstrados o objetivo geral e os específicos, determinando o que se pretende alcançar como resposta às perguntas ora apresentadas. Seguindo a isso, o referencial teórico traz um levantamento sobre trabalhos substanciais já realizados sobre o tema estudado, o qual será tratado em subtópicos. A metodologia, por sua vez, especificará os aspectos éticos, técnicos e instrumentais que mediarão a fase de coleta e análise de dados, e, por fim, o cronograma exibirá as etapas e o tempo estipulado para sua execução. Nos resultados, são expostos os dados coletados juntamente com a discussão para fins de análise do que foi coletado no presente estudo. Em seguida, apresenta-se o produto educacional, com uma pesquisa introdutória sobre *podcasts* e educação acompanhada pela exibição da construção do produto e seus resultados. Por fim, as referências encerram a estrutura expondo as obras, os arquivos e fontes utilizados nesse trabalho.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Analisar a concepção de saúde sexual e reprodutiva de adolescentes do ensino médio integrado do IFCE *Campus* Tauá.

2.2 Objetivos específicos

- I. Averiguar qual o nível de entendimento dos adolescentes sobre saúde e saúde sexual e reprodutiva;
- II. Compreender quais as percepções de si a respeito do assunto sexualidade e adolescência;
- III. Detectar elementos comprometedores quanto à garantia do comportamento sexual seguro, responsável e prazeroso, livre de preconceito, medo, culpa, vulnerabilidade;
- IV. Propor a implantação de um produto de comunicação do tipo *podcast* abordando temáticas pertinentes à educação sexual e reprodutiva na adolescência.

3 INTERLOCUÇÕES TEÓRICAS

Nesse capítulo, será realizado um levantamento abordando as pesquisas encontradas nas bibliografias físicas e virtuais relacionadas à temática educação sexual e reprodutiva, em seu aspecto histórico-social, o desenvolvimento da saúde na escola, a atenção à saúde do adolescente e as características que permeiam a adolescência no país, mediante contextos como saúde e educação.

3.1 Estado da arte

Para o desenvolvimento desse tópico, foi realizado um levantamento de pesquisas acadêmicas, utilizando a metodologia denominada estado da arte. Ferreira (2002) explica que este tipo de trabalho possui um caráter bibliográfico, objetivando auxiliar no mapeamento e na discussão de uma devida produção acadêmica nos mais diversos eixos do conhecimento. As pesquisas do estado da arte buscam respostas envolvendo os aspectos e dimensões destacadas em determinados períodos, podendo ser em qualquer tipo de trabalho científico, publicado em periódicos, ou, ainda, em anais de eventos (Silveira; Lorenzetti, 2021).

Os estudos aqui elencados foram pesquisados com uso dos descritores: Sexualidade, Adolescentes; Enfermagem; Educação Sexual e Reprodutiva, sendo selecionadas publicações em plataformas científicas datadas dos anos de 2019 a 2023.

Em primeiro lugar, no trabalho sobre a prevalência de indicadores de saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes brasileiros, Sousa *et al.* (2022) utilizou dados referentes à saúde sexual e reprodutiva de adolescentes escolares respondentes das duas últimas edições da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE). A coleta de dados ocorreu por meio de questionário, seguida por avaliação de variáveis sociodemográficas e sobre comportamento sexual, sendo concluída com o cálculo da prevalência de indicadores.

A análise dos resultados mostra uma população entre 13 e 17 anos que estuda, em sua maioria, em escola pública. Foi demonstrado aumento de prevalência de iniciação sexual precoce. Adolescentes mais velhas apresentaram maior adesão ao uso de preservativos na sexarca, porém houve queda desse método para a última relação, assim como uso de outros tipos de prevenção de comportamentos de risco (Sousa *et al.*, 2022).

Por outro lado, aumentou a incidência de orientação sexual recebida pelo público sobre gravidez e IST/HIV, sendo essa abordagem mais prevalente entre as meninas. Uma maior notoriedade também foi observada, por Sousa *et al.* (2022), na gravidez e na iniciação sexual precoce para alunas de escola pública, embora o crescimento tenha sido nas escolas privadas.

As cinco regiões do país demonstraram aumento nos indicadores sobre iniciação sexual precoce, nas duas faixas etárias do estudo. Em 2019, no entanto, houve redução do uso de pílula anticoncepcional, índice com pequenas diferenças regionais. Quanto à gravidez na adolescência, houve aumento dos casos no Nordeste, afirmando-se algumas desigualdades entre as regiões do país (Sousa *et al.*, 2022).

A pesquisa de iniciação à vida sexual revelou aumento na idade de 13 anos ou menos para ambos os sexos, o que pode tornar o adolescente mais vulnerável a comportamentos de risco. Importa adicionar que a média de iniciação sexual é um dado sobre o qual não há consenso de sua exatidão. Dessa forma, Sousa *et al.* (2022) reafirmam o quanto é necessária a promoção da saúde sexual e reprodutiva para esse público, por meio também de medidas políticas, reforçada com conhecimento técnico e teórico.

O retrocesso na política pública em saúde sexual e reprodutiva também colabora para a queda no uso de preservativo e pílula anticoncepcional, fato marcado ainda pela cultura arcaica como é tratado o assunto. Um fato preocupante consiste na diminuição de recebimento de orientações sobre IST, levando à alta incidência de casos entre os adolescentes (Sousa *et al.*, 2022). A fragilidade de informações, aliado a diferenças culturais e etárias, também justifica a redução no uso de preservativos.

Após a análise dos resultados, Sousa *et al.* (2022) listaram como fatores limitantes as faixas etárias adotadas, a inclusão apenas de adolescentes escolares. Ainda assim, o estudo apresenta caráter inovador, apontando retrocessos e necessidades urgentes em saúde sexual e reprodutiva desse público.

Na dissertação intitulada “Vivendo e aprendendo: fatores de risco, conhecimento e práticas de adolescentes do ensino médio relacionados à saúde sexual e reprodutiva”, Ferreira (2020) reforça a vulnerabilidade para práticas sexuais inseguras no público adolescente, agravada também por tabus, preconceitos e dificuldade de diálogo envolvendo o tema sexualidade. A autora destaca a importância de atividades educativas sobre IST/AIDS e métodos contraceptivos com adolescentes, tendo como objetivo geral do seu estudo a análise dessas medidas em relação à construção de uma identidade sexual saudável.

Foi realizado um percurso histórico abordando a origem do IFES *Campus* Alegre e a implantação dos cursos oferecidos pela instituição. Em seguida, trata a adolescência em todo o

seu arcabouço epistemológico, atravessado pela linguística, sua abordagem histórica, o desenvolvimento psicossocial nessa faixa etária, as relações interpessoais, a educação no âmbito do ensino e aprendizagem. Também realizou abordagem de temas como IST e métodos contraceptivos, gravidez na adolescência, direitos sexuais e reprodutivos do adolescente (Ferreira, 2020).

Em se tratando de metodologia, a pesquisa foi classificada como qualitativa, pesquisa-ação, utilizando-se da análise de conteúdo para investigar a categorização das respostas. Ferreira (2020) aplicou alguns questionamentos direcionados ao objetivo geral da pesquisa, desenvolvida com alunos de 16 a 19 anos de um *campus* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES), em julho a novembro de 2019.

Para execução das oficinas temáticas, os pesquisadores seguiram a estratégia pedagógica de um roteiro composto por seis fases, cujos encontros eram marcados por atividades relacionadas à pesquisa e apresentações educativas. A coleta de dados, por sua vez, foi realizada com a aplicação de um questionário na fase inicial e na final da pesquisa, juntamente com a observação participante. Tais dados foram analisados com estatística descritiva (Ferreira, 2020).

A pesquisa sobre o perfil da amostra constatou que a maioria dos participantes eram do sexo masculino, todos tinham entre 16 e 19 anos, com pais, em maior prevalência, possuindo graduação completa. Grande parte dos discentes era católica e residia na zona urbana (Ferreira, 2020).

Quando questionados sobre sexualidade, percebeu-se um expressivo interesse dos adolescentes pelo assunto, os quais responderam que conversam sobre esse assunto predominantemente com amigos e colegas, dado esse presente tanto antes quanto após a intervenção. Além disso, relataram, antes e após a intervenção, em sua maioria, não se sentir à vontade para conversar sobre IST e métodos contraceptivos com familiares (Ferreira, 2020).

Acerca de informações sobre sexualidade, a fonte mais citada foi a internet, tanto antes quanto depois da intervenção. A disponibilidade do tema na vivência escolar foi negada pela maioria dos entrevistados, os quais definiram palestras como o melhor método de abordar o tema na escola, de acordo com Ferreira (2020).

Dados relacionados a métodos contraceptivos e possibilidade de engravidar na primeira relação sexual demonstraram a importância do conhecimento acerca do assunto (Ferreira, 2020). A mesma abordagem se deu sobre a prevenção das IST, quando a maioria respondeu a camisinha como principal método conhecido, apesar de estudos demonstrarem uso não

frequente entre os jovens. Tais informações corroboram com Silva (2015), que afirma a relevância das informações direcionadas a práticas sexuais seguras nos adolescentes.

Após as intervenções educativas, os pesquisadores colheram opiniões consideradas relevantes quanto à obtenção de informações no sentido de informar e sensibilizar, assim como proporcionar vivências mais concretas sobre o tema, como mencionam Valle e Arriada (2012). Além de publicizar e conscientizar os adolescentes sobre saúde sexual e reprodutiva, como mencionado acima, o estudo identificou uma lacuna na relação entre pais/responsáveis e os jovens, o que pode gerar uma maior responsabilidade sobre a escola no que diz respeito a orientações sobre o tema (Ferreira, 2020). A vivência escolar exige maior frequência de atividades educativas para evitar influências de fontes não seguras, compartilhar informações coerentes e sanar dúvidas sobre sexualidade e assuntos correlatos.

Reis *et al.* (2023) analisaram a associação entre comportamentos sexuais dos adolescentes e a supervisão parental, definida como monitoramento indireto com aplicação de regras e o conhecimento sobre localização e atividades dos filhos (Stattin; Kerr, 2000). O estudo utilizou a Amostra 1 da PeNSE 2015 para reunir as escolas participantes da pesquisa, utilizando-se do modo *survey* para análises estatísticas.

A amostra foi composta em sua maioria pelo sexo feminino, com idade entre 14 e 16 anos. No sexo masculino, foram percebidas taxas maiores de iniciação sexual, não uso de preservativos ou contraceptivos e maior número de parceiros sexuais. Observou-se uma relação invertida entre a supervisão dos pais e a iniciação e comportamento protetor sexual dos filhos. A proporção se manteve ao ser notado maior número de parceiros sexuais entre aqueles com baixa supervisão (Reis *et al.*, 2023).

Os autores identificaram relação entre gênero e supervisão dos pais, em que adolescentes do sexo masculino são menos supervisionados em ambientes externos à casa, e as do sexo feminino, menos supervisionadas no ambiente domiciliar (Reis *et al.*, 2023). Estudos mostram que a presença dos pais na vida dos adolescentes está associada a um maior compartilhamento de informações sobre sexo seguro (Dávila *et al.*, 2017), corroborando com dados sobre iniciação e proteção sexual coletados no presente estudo.

Vale destacar que outros fatores também influenciam na vida sexual e reprodutiva dos adolescentes (Woolley; Macinko, 2019; Dos Santos *et al.*, 2015); assim, família, escola e serviços de saúde possuem papel fundamental na educação desse público, executando políticas e programas essenciais no âmbito da saúde sexual e reprodutiva.

Em meio ao amplo espectro de ações em saúde, o profissional enfermeiro assume o protagonismo no sentido de traçar ações efetivas para o público adolescente possibilitando

construir conhecimento e discussão para fortalecer o vínculo e reduzir comportamentos de risco entre esses jovens.

Diante disso, Gotardo e Schimidt (2022) realizaram estudo descritivo, retrospectivo e transversal, que objetivou elencar ações em saúde sexual e reprodutiva de adolescentes na atenção primária em saúde. Para isso, consultaram o SISAB (Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica), que permite acessar informações sobre diferentes tipos de produções dos serviços de saúde.

O público escolhido para o estudo consistiu em adolescentes de 12 a 18 anos, do município de Palmas, Paraná. Os dados coletados contemplaram os períodos de janeiro de 2016 a dezembro de 2020 (Gotardo; Schimidt, 2022).

Em se tratando de atividades educativas sobre o tema em questão, os resultados contabilizaram 11 ações, sendo 8 realizadas pelo enfermeiro (Gotardo; Schimidt, 2022). De acordo com Kirsch e Slob (2019), esse profissional de saúde demonstra competência para atuar em diversas áreas da saúde, apesar de sua inserção em educação em saúde ainda se mostrar incipiente. Além disso, pode-se utilizar de tecnologias educacionais para atrair a atenção do público adolescente (Pereira *et al.*, 2021a).

Acerca dos atendimentos individuais em saúde sexual e reprodutiva, Gotardo e Schimidt (2022) constataram a predominância do público feminino, sugerindo menor procura do público masculino por prevenção, que rejeita a possibilidade de adoecer. Assim, cuidam-se menos e ficam mais expostos a patologias, incluindo ISTs.

Apesar disso, observou-se tendência de aumento na busca por atendimento pelas causas avaliadas no período estudado, demonstrando a necessidade crescente de ações de promoção e prevenção à saúde desse grupo (Gotardo; Schimidt, 2022). Foi afirmada a importância da consulta de enfermagem nesse sentido, pois possibilita a compreensão do cuidado em saúde e a tomada de decisões importantes.

Em relação ao atendimento pré-natal, Gotardo e Schimidt (2022) contabilizaram 6.275 atendimentos direcionados a adolescentes, com expressiva atuação do profissional enfermeiro, denotando maior proatividade dessa classe na promoção, proteção e cuidado no período gestacional, com vistas à redução da mortalidade materno-infantil (Castro *et al.*, 2015).

Além disso, a consulta de pré-natal, por envolver todas as fases do ciclo gravídico, proporciona ao enfermeiro o papel de educador na criação de estratégias para enfrentamento das dificuldades inerentes à saúde (Gotardo; Schimidt, 2022).

Considerando as buscas por atendimento sobre ISTs, houve uma discrepância relevante nos testes rápidos realizados em mulheres e homens, possivelmente devido à aplicação do

método em gestantes (Gotardo; Schimidt, 2022). Vale lembrar que o enfermeiro possui qualificação apropriada para tais procedimentos, além de oferecer suporte educativo e emocional nesse sentido.

As autoras constataram, por intermédio do estudo, a presença de lacunas na atenção à saúde sexual e reprodutiva do adolescente, sobretudo quanto a ações de prevenção e promoção, além da distinção entre sexos nos atendimentos (Gotardo; Schimidt, 2022). É evidente a necessidade de priorizar a educação em saúde para esse público, haja vista a demanda por informações nessa área. Dessa forma, o enfermeiro assume o protagonismo nas atividades da atenção primária em saúde, tanto na prevenção quanto na promoção em saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes.

Além do ambiente de saúde, o enfermeiro pode dispor de outras técnicas para tratar da saúde dos adolescentes. Em seu estudo metodológico, Leite *et al.* (2022) objetivou construir e validar o conteúdo de um *podcast* tratando do tema. Para contemplar tal produto, adotou-se a perspectiva freireana, seguida pela definição das temáticas a serem abordadas no programa, por meio de pesquisa das necessidades de conhecimentos. A etapa seguinte foi a construção do produto, finalizando o processo com sua validação, cujo cenário foi composto por 440 adolescentes de uma escola estadual de educação profissional, com período de aplicação entre março de 2020 a junho de 2021 (Leite *et al.*, 2022).

Como resultado, os autores construíram e validaram o *podcast* intitulado Coisa de Adolescente, cuja participação dos adolescentes foi considerada expressiva, com ajuda dos itinerários do Círculo da Cultura e do uso de situações, espaços e preferências comuns aos participantes (Leite *et al.*, 2022).

Quanto às fontes de conhecimento sobre saúde sexual e reprodutiva, a maioria dos adolescentes respondeu utilizar a internet/mídia/televisor. Também obteve maior prevalência o conhecimento sobre HIV/AIDS, HPV, herpes e sífilis. A camisinha foi o método contraceptivo mais comentado, seguida de métodos hormonais. Além desses dados, o questionário de conhecimento sobre sexualidade trouxe temas que se mostraram relevantes para abordagem no programa (Leite *et al.*, 2022).

Finalizado o levantamento de tais necessidades de conhecimento, procedeu-se à construção do *podcast*, cuja equipe foi composta por cinco adolescentes, os quais foram capacitados sobre os temas abordados e as técnicas audiovisuais. A última etapa do produto educacional foi a validação, que transcorreu por onze especialistas, os quais mencionaram suas sugestões e realizaram suas avaliações antes da disponibilização dos conteúdos em mídias digitais (Leite *et al.*, 2022).

Nesse sentido, o *podcast* Coisa de Adolescente alcançou o objetivo de orientar adolescentes sobre saúde sexual e reprodutiva, de modo a lidarem com vulnerabilidades atreladas a essa fase da vida (Garcia *et al.*, 2022). Essa tecnologia também tem se mostrado útil aos profissionais no sentido de aproximar educador de educando (Oliveira *et al.*, 2020a).

A educação sexual, quando desenvolvida antes do início da atividade sexual, pode contribuir na conscientização da prática do sexo seguro (Lameiras-Fernández *et al.*, 2021). Envolver os estudantes também no processo de produção é tão importante quanto a entrega do material pronto, pois estes adquirem papel de protagonista do processo, exercendo seu empoderamento e autonomia, bem como fortalecendo sua confiança para atividades futuras (Malka *et al.*, 2021). Tais benefícios contribuem para facilitar o processo de ensino aprendizagem na educação em saúde, implicando também em avanços para a enfermagem nesse papel educador (Leite *et al.*, 2022).

3.2 Prevenção e promoção da saúde

Nesse tópico, expõem-se conceitos que permeiam o processo saúde-doença, para, dessa forma, traçar os caminhos que permeiam a relação entre saúde e educação, referenciando em Duarte e Tonete (2019), Machado-Becker, Heidemann e Kuntz-Duran (2020), Machado, Pinheiro e Miguez (2021), Serradilha, Venturi e Mohr (2021), dentre outros.

A promoção da saúde vem se tornando assunto de debates desde 1974, quando foi publicado o relatório Lalonde, e 1978, ano de realização da Conferência de Alma Ata, marcos considerados históricos, uma vez que levantaram a discussão da relação da saúde com as condições de vida, e da necessidade de intervenção sobre seus determinantes (Machado-Becker; Heidemann; Kuntz-Duran, 2020; Czeresnia; Freitas, 2009). Todavia, somente em 1986, com a realização da I Conferência Internacional de Promoção da Saúde, em Ottawa, Canadá, a promoção da saúde se concretizou como proposição política, sendo incluída como diretriz no desenvolvimento de políticas públicas de saúde em vários países (WHO, 1986a).

O produto que surgiu no evento foi a Carta de Ottawa, documento que permanece como referência quando se trata da temática em questão. Seu desenvolvimento é constituído por cinco campos de ação: criação de ambientes favoráveis, ação comunitária, políticas públicas saudáveis, reorientação dos serviços e habilidades pessoais (WHO, 1986a). Dessa forma, a Carta engloba e interrelaciona estratégias e ações do Estado, da comunidade, de indivíduos e do sistema de saúde.

Considera-se que a promoção e prevenção da saúde tem cada vez mais se aproximado do ambiente escolar (Machado; Pinheiro; Miguez, 2021). Nesse contexto, a promoção da saúde constitui em uma das estratégias fundamentais para a elevação da qualidade de saúde de indivíduos e coletividades, prevista como direito do cidadão na constituição de 1998, artigo 196, p. 1, denotando o processo de criação constante de conhecimento e busca da transformação-reinvenção da realidade pela ação-reflexão humana (Brasil, 1988).

Ações nesse âmbito objetivam proporcionar padrão satisfatório de qualidade de vida e a redução da vulnerabilidade relacionada aos modos de vida das pessoas, destacando fatores determinantes e condicionantes intrínsecos ao processo saúde-doença, tais como: cultura, moradia, ambiência, trabalho, renda, habitação, educação e acesso aos bens e serviços oferecidos à população (Brasil, 1988; Brasil, 1990).

Berlt e Abaid (2017) colocam que, diante de uma situação de vulnerabilidade de saúde, ocorre uma restrição das capacidades individuais e sociais em corresponder às necessidades pertinentes aos supracitados determinantes e condicionantes, ocasionando fragilização e perspectiva de concretização de ameaças e comportamentos perigosos. Dessa forma, em conformidade com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e por meio das referidas ações, enseja-se garantir a universalidade, integralidade e equidade da atenção (Brasil, 2006).

Além disso, a promoção da saúde é capaz de transformar a prática do profissional que executa a ação, como também mudar a realidade dos usuários dos serviços, ao contribuir para o estímulo à autonomia destes, objetivando a melhoria do estado de saúde e qualidade de vida. Vale ressaltar que, de acordo com Lima *et al.* (2021), a autonomia é compreendida como a capacidade adquirida pelo ser humano em ser e em fazer algo com independência.

Nesse sentido, compete aos profissionais considerar e encorajar a autonomia em suas dimensões políticas, sociais e de saúde, de maneira horizontalizada, respeitando os indivíduos como sujeitos ativos e coparticipativos nas ações de promoção da saúde (Serradilha; Duarte; Tonete, 2019). Temas relacionados a políticas sociais, por exemplo, devem integrar a formação de profissionais, estimulando o desenvolvimento da cidadania, e, conseqüentemente, da promoção de saúde.

Tais fatos se justificam também pelo fato de que, em estudo realizado por Serradilha, Duarte e Tonete (2019), os conceitos de promoção da saúde e prevenção de doenças confundem-se na compreensão de profissionais. Contudo, as definições são específicas para cada terminologia, sendo possível levar em consideração que a prevenção se propõe a evitar doenças, acompanhada de orientações científicas e prescritivas de mudanças de hábitos. Já a promoção da saúde, por sua vez, engloba a ideia de autossuficiência dos sujeitos e coletividades

em reconhecer e lidar com os diversos determinantes e condicionantes do processo saúde-doença, no intuito de produzir saúde e melhorar o padrão de qualidade de vida (Brasil, 2001).

O entendimento sobre esses conceitos perpassa por mudanças de concepções a respeito do processo saúde-doença, quando se passa a relevar, de modo mais ampliado, tanto fatores biológicos, quando fatores sociais, culturais e econômicos envolvidos na determinação desse processo, como informam a Constituição Federal de 1988, a Lei Orgânica nº 8080 e outros documentos oficiais (Serradilha; Duarte; Tonete, 2019).

Além disso, inclui-se nesse modo de pensar a consideração sobre as escolhas dos indivíduos assistidos e coletividades sobre sua saúde, de forma consciente e autônoma, conforme suas necessidades e potencialidades. Tais decisões são cercadas de saberes empíricos, mas também compartilhadas com saberes profissionais.

3.2.1 Educação em saúde

No contexto da relação entre usuário e profissional, insere-se a educação em saúde, uma prática histórica adotada como medida de higiene e controle de doenças, fato este que indica que sempre houve a tendência em propagar conhecimentos em saúde.

Historicamente, Reis *et al.* (2013) remonta à segunda metade do século XIX, na Europa, quando se verificou a presença de epidemias que assolavam a população, associada às condições de vida. Ações de disciplinamento eram direcionadas às classes populares, com propagação de regras de higiene, de conduta moral, convívio social e higiene, acompanhando o Modelo Tradicional de Educação no campo da saúde, assemelhando-se ao conceito de educação bancária, de Freire (2005).

Já nos Estados Unidos, em 1919, o termo Educação Sanitária (Health Education) é sugerido em conferência internacional sobre crianças, quando as concepções de higiene são indicadas por meio de medidas preventivas, imunizações e cuidados individuais, embora com adoção de orientações de cunho comportamentalista. Foi também no país norte-americano que se originou o educador de saúde, como profissional de saúde. Candeias (1988) afirma que tais acontecimentos históricos originaram-se nos Estados Unidos favorecidos por três importantes fatores: os problemas de saúde advindos da II Guerra Mundial; o conhecimento científico emergente nas décadas de 30 e 40, na área das ciências sociais, propondo novos percursos para o entendimento do comportamento individual e coletivo; e, por último, a introdução e aprofundamento teórico e prático da Dinâmica de Grupo.

No Brasil, por sua vez, foram os padres jesuítas os precursores das práticas de saúde na época do Brasil colonial. Eles pregavam que hábitos adequados de higiene, associados a práticas religiosas, contribuíam para diminuir a propagação de moléstias entre a população, ações que, de acordo com Venturi e Mohr (2021, p. 5), mostram-se muito aquém do que se conhece como práticas de saúde, uma vez que eram “[...] *voltadas para o alívio da alma do doente e alguns cuidados como os de higiene, de feridas; o preparo de chás, de alimentos; lavagem de roupas e do ambiente*” (Venturi; Mohr, 2021, p. 5).

Essas ações persistiram por aproximadamente trezentos anos, mantendo constantemente o foco na transmissão de informações de um pretenso sábio a um dito ignorante, indicando comportamentos e hábitos no sentido de prevenir mortes e reaver a saúde de doentes (Venturi; Mohr, 2021).

Foi a partir do século XIX até meados do XX que surgiram atividades direcionadas a mudanças nas condições de saúde, visando assistir as classes populares. Nesse período, a prática educativa em saúde também se encontrava associada às regras e às normas de prevenção de doenças, mediante a orientação de discurso higienista e intervenções normalizadoras, em consequência das demandas de domínio sobre epidemias de peste, varíola, tuberculose, febre amarela, entre outras, nos grandes centros urbanos (Gazzinelli; Reis; Marques, 2006).

Influenciados pela urbanização crescente das cidades, na década de 20, os problemas de saúde experimentaram sua evolução e agravamento, ocorrendo a necessidade de intervenção mais significativa por parte do Estado sobre as populações. Assim, emerge no país a “educação sanitária”. De acordo com Camargo (2021), um marco importante relativo a esse acontecimento consistiu na atuação da polícia sanitária liderada por Oswaldo Cruz, a qual se utilizou de recursos como a vacinação compulsória e a vigilância em relação a atitudes e moralidade da população menos favorecida, objetivando o controle da disseminação de doenças. Assim, o Estado desempenhava sua atribuição de civilizar e moralizar a grande massa da população, visando a obediência às regras estabelecidas (Silva *et al.*, 2010).

Por meio desse conceito de educação, o pensar e a educação são controlados, direcionando a população ao ajustamento ao mundo, retirando-lhes a possibilidade de criar e de atuar. Os educandos não eram convocados a conhecer, e sim a memorizar o conteúdo exposto pelo educador, prejudicando a qualidade do aprendizado. A visão da realidade adquirida pelo educando encontrava-se limitada à ótica do educador, através da invasão cultural, a qual também se mostrava alienante (Freire, 2005). Assim, quanto mais alienados se tornavam os educandos, melhor se mostrava o panorama de estabilidade dos educadores.

Silva *et al.* (2010) relatam que, no contexto de uma crise sanitária, surge o médico e pesquisador Carlos Chagas, o qual, em 1923, origina o Departamento Nacional de Saúde incorporado ao Ministério da Justiça, além de liderar a primeira reforma sanitária brasileira. Nesta reforma, as medidas de saúde, antes executadas pela polícia sanitária, passaram a ser operações realizadas pelos educadores sanitários, profissionais capacitados para induzir, convencer e conscientizar a população, sobretudo crianças e trabalhadores, a praticar medidas preventivas. Na época, o objetivo destas práticas consistia em evitar o surgimento de epidemias e prejuízos econômicos no desenvolvimento industrial da época (Franco; Silva; Nogueira, 2019).

Além disso, segundo Silva *et al.* (2010), a educação sanitária, como passou a ser chamada a tarefa dos educadores sanitários, buscava eliminar o caráter coercitivo da educação higiênica, experimentando um caráter educativo, norteado pela informação e pela persuasão. Tal perfil educacional encontrava-se relacionado a um dogmatismo que culminou em atividades discursivas autoritárias, higienistas, visando o convencimento dos indivíduos.

No âmbito educacional, a prática supracitada desenvolveu reflexos autoritários, uma vez que foi criada a inspeção escolar, a qual objetivava higienização e a moralização das pessoas e das cidades. Essa moldagem perdurou até meados da década de 1940 e transmitiu às escolas a responsabilidade sobre a educação sanitária (Rocha, 2003). Assim, a atuação de educadores sanitários e professores consistia na transmissão de informações e no convencimento dos alunos sobre os princípios de higiene.

Dessa forma, a escola se mostrava presente na eliminação de atitudes viciosas, na criação de hábitos higiênicos e saudáveis e na modelação da natureza infantil através da adoção de hábitos que protegessem a infância da debilidade e das doenças. Logo, além de lugar de ensino e de controle social, as escolas consistiriam em espaços terapêuticos, recaindo sobre o professor a responsabilidade de transformar o mundo (Rocha, 2003).

De acordo com Venturi e Mohr (2021), nota-se a distância e a diferença da atuação e dos objetivos gerais da escola de hoje e aqueles do passado, quando havia a possibilidade de aceitação do papel da escola no sentido de regular pessoas e comportamentos, fato desprovido de aceitação nos dias atuais, tanto na área da pesquisa educacional, quanto no campo da Constituição brasileira.

Porém, os autores observam que um olhar mais detido e aprofundado sobre práticas de educação em saúde em vigência na escola atual é capaz de identificar sombras e vestígios do passado. Dificuldades e desafios hoje enfrentados pela escola são originários de tais resquícios, da inexistência de crítica e da incapacidade de superação de fundamentos e práticas do passado.

A limitada presença da reflexão epistemológica e o mínimo entendimento do quadro histórico da educação em saúde nas escolas do Brasil favorecem o desenvolvimento dessa prática de modo anacrônico, retrógrado e inapropriado ao contexto escolar contemporâneo (Venturi; Mohr, 2021).

A educação sanitária só ganhou novos contornos a partir da década de 1940, mesmo que de forma sutil, quando passou a considerar fatores sociais e culturais da população, garantindo um maior envolvimento dos indivíduos no processo educativo. Tal processo ocorreu com a criação, em meio a Segunda Guerra Mundial, do Serviço Especial de Saúde Pública, trazendo tecnologias audiovisuais e dinâmicas para grupos e comunidades visando a promoção da saúde (Alves, 2005).

Com o advento do Regime Militar, as práticas educativas no âmbito da saúde se mantiveram coibidas devido à limitação dos ambientes institucionais para a sua realização. Apesar disso, a Ditadura Militar, de 1964, estabeleceu condições para o surgimento de diversas experiências de práticas educativas em saúde, o que denotava uma ruptura com o padrão de sobreposição de normas e comportamentos julgados adequados pelas elites da época (Gazzinelli; Reis; Marques, 2006). Melo (1987) indica que é nesse período que se caracteriza a educação em Saúde Pública ou educação em saúde.

A participação da população continuou a ser estimulada nas décadas de 1970 e 1980, num cenário de abertura de política, quando foi expressiva a influência dos conceitos de Paulo Freire sobre a participação popular na educação, por meio da exposição dialógica dos conteúdos. Vale salientar que a atuação da população no processo educativo consta nos princípios do SUS, conforme instituído na Constituição de 1988 (Brasil, 1988).

Perante a isso, novos delineamentos começaram a se estabelecer no campo das práticas educativas em saúde, apontando para uma mudança do paradigma das transformações comportamentais através da informação para o paradigma das atividades educativas participativas, interligando os saberes científicos e populares. Nessa perspectiva, a educação em saúde repercutiu no seio da promoção da saúde com novos entendimentos (Vasconcelos, 2017).

De acordo com Morel (2021), a educação popular em saúde se apresenta como potencial fator de transformação dos conhecimentos científicos em cultura, realidade e prática dos indivíduos, além de contribuir para levantar os questionamentos realizados segundo diferentes realidades e saberes populares para a própria ciência. Essas ações educativas podem desempenhar seu papel no íntimo do “déficit de prática comum”, validando o protagonismo da

população nas transformações da sociedade propiciadas pela união de conhecimento científico com mobilização popular (Latour, 2020).

Para a construção da educação popular em saúde, vários trabalhos e iniciativas, cuja execução considerou a linha de pensamento presente na obra de Paulo Freire, desenvolveram os princípios dessa prática nas últimas décadas: diálogo, respeito aos saberes populares, emancipação, compromisso com projeto de transformação social e democrático (Morel, 2021).

Esse entendimento viabiliza aos conhecimentos científicos sua tradução e problematização frente às realidades diversas, uma vez que opera justamente na busca da superação do distanciamento entre as políticas de saúde e os diferentes cenários de vida da população. Em se tratando de prática, Ribeiro (2020) enumera diversas iniciativas comunitárias em curso atualmente ligadas à educação em saúde, tais como mutirões, gabinetes de crise, comunicação comunitária e comitês populares em saúde.

Apesar da sua difusão, a educação em saúde ainda demonstra fragilidade no que tange à operacionalização, observada a pouca importância dada pelos profissionais em detrimento de outras atribuições no ambiente de trabalho (Fioruc *et al.*, 2008). Além disso, importa destacar que a concepção da educação em saúde relacionada somente ao sentido de prevenção das doenças acarreta sua limitação a orientações normativas voltadas apenas a mudanças de comportamento (Serradilha; Duarte; Tonete, 2019).

Boesch *et al.* (2007) compartilham dessa preocupação quando colocam que, apesar de estar bastante difundido o conhecimento crítico que questiona as intervenções baseadas, restritamente, nas dimensões biológicas dos problemas de saúde, havendo ainda um amplo reconhecimento da importância de mudanças subjetivas, sociais e ambientais para a superação destes problemas, parece que estas discussões não estão sendo revertidas para ações práticas.

Considerando essa problemática, Figueiredo, Rodrigues-Neto e Leite (2010) questionam a prevalência do modelo tradicional sobre o modelo dialógico de educação em saúde, cujos conhecimentos se mostram necessários para uma aplicação da educação em saúde direcionada para o alcance dos seus objetivos.

O modelo tradicional de educação em saúde, de acordo com Freire (2005), diz respeito à forma de educar denominada como educação bancária, onde o educador possui o papel de depositar conteúdos sobre os educandos na forma de comunicados. Nessa ótica, os indivíduos são seres passivos, cabendo à educação adaptá-los à realidade. Assim, nesse modelo, acredita-se que quanto mais se ensina, tanto mais se sabe (Freire, 2007).

Como não existe um estímulo para a criação, são formados sujeitos medíocres, conceito atribuído igualmente ao educador, uma vez que este não busca outros conhecimentos e não se

mostra adaptável. Assim, a educação assume um direcionamento verticalizado, cujo educador é considerado um ser superior, obstaculizando a atuação dos indivíduos como protagonistas de sua ação (Freire, 2007).

Além disso, os educandos são tratados como carentes de informações em saúde, alimentando uma relação assimétrica com o profissional, que, ao ser detentor do saber técnico-científico, apenas repassa para aqueles que necessitam ser devidamente informados. Nesse contexto, a comunicação assume um caráter meramente informativo, onde o educador desenvolve uma atitude paternalista, expondo ao sujeito hábitos e comportamentos saudáveis, o que fazer e como fazer para a manutenção da saúde (Freire, 2005).

Em contraposição ao modelo tradicional de educação em saúde, Perrenoud (2000) destaca a necessidade de se desafiar o indivíduo de modo que ele seja estimulado a aceitar esse desafio e que isso esteja inserido no seu contexto, criando-se uma atividade nova mais acessível e geradora de aprendizagem.

Dessa forma, a finalidade de toda educação é preparar os sujeitos no sentido de reinvestirem suas aquisições em situações diversas da vida cotidiana (Perrenoud, 2000). No modelo dialógico de educação em saúde, a solução de problemas convoca a participação ativa e o diálogo constante entre educadores e educandos. A aprendizagem deve ser tratada como reação natural do sujeito diante de uma situação-problema (Bordenave; Pereira, 2007).

Freire (2005) informa que o educador não desempenha mais o papel de apenas educar, mas é aquele que enquanto educa, é educado, em relação dialógica com o educando, o qual, ao ser educado, também educa. Dessa forma, ambos assumem o protagonismo da educação em saúde, anulando os argumentos de autoridade.

No modelo dialógico, é necessário dispor de uma aptidão geral para identificar e tratar os problemas e de princípios organizadores que propiciam a conexão de saberes para lhes dar sentido, caracterizando uma cabeça bem-feita, conforme Morin (2002). É nesse contexto que as competências são ativamente construídas, onde os educandos são considerados agentes do processo educativo, cujos seus conhecimentos não são negligenciados, validando a abordagem crítico-reflexiva do conhecimento.

Devido a esses fatores, o modelo dialógico de Educação em Saúde tem sido associado a mudanças duradouras de hábitos e adoção de novos comportamentos para a saúde, uma vez que protagoniza a construção de novos sentidos e significados individuais e coletivos sobre o processo saúde-doença-cuidado (Alves, 2005).

Assim, defende-se a ampliação da participação do sujeito como corresponsável pelas ações de saúde. Tais práticas devem possibilitar aos indivíduos, na condição de sujeitos sociais,

históricos e culturais, a oportunidade de conhecer e aprovar a obtenção de destreza para a tomada de decisões, na busca de uma melhor qualidade de vida (Alvim; Ferreira, 2007).

Ao adentrar o ambiente escolar, é defendida a formação de crianças e jovens resilientes, ou melhor, invulneráveis, como cita a psiquiatria do desenvolvimento. Devido ao ensino de competências, ela idealiza a formação de sujeitos que conseguem, através de uma escolha responsável, recepcionar as normas sociais, políticas e médicas vigentes. A invulnerabilidade está, assim, diretamente ligada à promoção da saúde mental, favorecendo a auto responsabilização e o autocontrole no enfrentamento das adversidades da vida (Amaral; Caponi, 2020).

3.2.2 Saúde na escola

A luta pelos direitos sociais, mais particularmente o direito à saúde, possui longa trajetória no tocante ao desenvolvimento histórico dos serviços de saúde no país. A Constituição conferiu ao Estado o dever de garantir esse direito à saúde quando criou o SUS por meio da Lei Orgânica da Saúde (Brasil, 1990), que apresentou o propósito de definir o sistema em sua estrutura, implantação e funcionamento, a fim de garantir a capacidade de assistir a toda a população, atendendo suas necessidades, protegendo-a e promovendo e recuperando sua saúde.

No entanto, os diversos cenários políticos e econômicos, na maioria das vezes adversos e desfavoráveis, lançam barreiras à implantação e consolidação do SUS. São situações como o subfinanciamento, a má gestão dos sistemas e serviços, assim como a não integração das esferas de gestão e a baixa participação de trabalhadores e usuários na sua estrutura e controle social têm comprometido o seu pleno desenvolvimento, criando, portanto, empecilhos à garantia da atenção integral à saúde da população em todos os seus segmentos (Brasil *et al.*, 2017).

Esses impedimentos são aplicados às pessoas, independentemente do grupo a que pertençam ou da diversidade de suas questões, que podem estar diretamente relacionadas ao processo saúde-doença ou à sua religiosidade, gênero, opção sexual, situação financeira e econômica. Assim, reforça-se a importância de resgatar o conceito de saúde e o modo de pensamento dos gestores, trabalhadores de saúde e autoridades na formulação de programas ou de políticas comprometidas com a cidadania e a qualidade de vida das pessoas, aspectos finais para a elaboração desses programas (Silva, 2019).

Soma-se a isso o fato de que a Constituição determina que as condições de saúde da população não dependem exclusivamente da política de saúde, mas são diretamente

influenciadas pelas políticas econômica e sociais, como as de educação, cultura, esporte, lazer, segurança, previdenciária e assistência social (Brasil, 1988).

Nesse panorama de busca pela integração de diferentes setores voltados para a formulação e articulação desse complexo de políticas, ainda se mostra desafiadora a interação entre a política de saúde e a política de educação na organização de programas de saúde na escola no âmbito do SUS (Trindade; Salaroli; Almeida, 2022). Jacob *et al.* (2019) destacam que essa interligação objetiva proporcionar condições de vida com qualidade aos usuários, atendendo suas necessidades básicas por meio do acesso aos serviços essenciais e de direito.

A interseção entre os setores de saúde e educação apresenta como um dos seus pontos principais a proposta de descentralizar e priorizar as ações locais de saúde de acordo com os territórios. Dessa forma, será possível a aproximação entre instituições e profissionais das escolas das unidades básicas de saúde (Dias *et al.*, 2016).

Além disso, nos espaços de gestão do SUS, onde se encontram as instâncias participativas, são concebidos diferentes programas de saúde representados por um coletivo de ações e intervenções propostas pelo governo, com a finalidade de propiciar melhores condições de vida para a população local ou um grupo definido em particular. Cada programa apresenta suas especificidades, direciona suas atividades a um determinado foco, determina seus objetivos e se vale de um conjunto de elementos que se inter-relacionam para otimizar o funcionamento do programa por meio de resultados satisfatórios (Silva, 2019).

Assim como no setor de saúde, na educação também são encontrados programas específicos com foco em determinada ação ou faixa etária. Instâncias educacionais citam o entendimento da saúde como promoção da saúde, compreendendo os sujeitos como protagonistas para o desenho de um programa de saúde construído de modo participativo, sendo reconhecido como de direito, de cidadania e desenvolvimento (Brasil, 2018a).

No âmbito da saúde escolar, nota-se que a utilização da temática da assistência e da saúde, inveterada devido ao modelo hegemônico sem nitidez de seus objetivos estratégicos e políticos, liderou a prática da saúde escolar nos países da América Latina nas duas últimas décadas do século XX (Minayo, 2014). Esse cenário adquiriu um olhar renovado com a implementação da estratégia da Rede Latino-Americana de Escolas Promotoras de Saúde no Congresso de Saúde Escolar no Chile, em 1995.

Neste modelo de atenção à saúde na escola, em contraponto à orientação da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), delineia-se um norte para a construção das políticas públicas de saúde escolar nos países da América Latina e do Caribe (Faial *et al.*, 2019). Está apoiado em três pilares fundamentais: educação para a saúde na sua integralidade; elaboração e garantia de

um ambiente harmônico e saudável; e, provimento de serviços de saúde, nutrição saudável e bem-estar (Mont'Alverne; Catrib, 2013).

Com o objetivo de proporcionar ações de promoção à saúde, além de prevenção e atenção, de forma intersetorial, aos estudantes da educação básica pública brasileira (Brasil, 2008a), o decreto presidencial n. 6.286, de 5 de dezembro de 2007, instituiu o Programa Saúde na Escola (PSE), concretizando uma política conjunta entre o Ministério da Saúde (MS) e o Ministério da Educação (MEC), abrangendo os entes federados nos três níveis de governo (Brasil, 2007).

As ações do PSE são executadas em territórios determinados, seguindo a área de abrangência da Estratégias de Saúde da Família, incentivando a criação de vínculos entre os equipamentos públicos da saúde e da educação (Brasil, 2013a; Sousa; Esperidião; Medina, 2017). O programa também presume que, progressivamente, as novas ações de saúde deverão estar contempladas no Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas, designando um desenho inovador da política de educação em saúde no Brasil (Brasil, 2008a, 2008b, 2013a).

Para sua completa efetivação, o PSE é desenvolvido enfatizando cinco componentes: adolescentes e jovens das escolas públicas, avaliação das condições de saúde das crianças, educação continuada e capacitação dos profissionais da educação e da saúde e de jovens, monitoramento e avaliação da saúde dos estudantes, monitoramento, avaliação do programa e promoção da saúde e ações de prevenção de doenças e agravos à saúde (Brasil, 2011).

Com a finalidade de enfrentar as principais vulnerabilidades sociais que comprometem a saúde da comunidade escolar, as atividades do PSE são realizadas partindo de oito diretrizes: descentralização e respeito à autonomia federativa, integração e articulação das redes públicas de ensino e de saúde, territorialidade, interdisciplinaridade e intersetorialidade, integralidade, cuidado ao longo do tempo, controle social, e monitoramento e avaliação permanentes (Brasil, 2015a).

Medeiros *et al.* (2021) relatam que as ações mais realizadas no rol do PSE se encontram na categoria clínica e psicossocial, elevando a importância de atividades de caráter individual e biologicista para o programa. Além disso, ações de saúde bucal também são predominantes. Porém, os autores destacam a importância de levantar atividades psicossociais, em virtude da situação de saúde mental dos adolescentes em período escolar no país (Conceição *et al.*, 2021).

Outras atividades de promoção da saúde também executadas estão categorizadas em saúde sexual e reprodutiva, com abordagem preventiva para ISTs/AIDS e gravidez na adolescência, combate ao mosquito *Aedes aegypti*, avaliação oftalmológica, prevenção do uso de álcool e outras drogas, promoção da alimentação saudável (Medeiros *et al.*, 2021).

Importa ressaltar que, em virtude do estímulo à atenção integral à saúde dos escolares, atualmente, a temática saúde na escola percebe relevante destaque de organismos internacionais, principalmente a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Unesco, o que assevera a importância do assunto em âmbito mundial (Carvalho, 2015). Esse significado atribuído ao PSE também está relacionado ao desenvolvimento de intervenções em fase de desenvolvimento importante na vida do estudante, perpassando a adolescência, uma etapa oportuna na aquisição de conhecimentos e adoção de atitudes e comportamentos sobre a saúde, com repercussões sobre a vida futura (Marin *et al.*, 2016).

Reforçando o fortalecimento da promoção da saúde junto ao PSE, destaca-se o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pelo Decreto nº 7.234, de julho de 2010 (Brasil, 2010a). A assistência estudantil abrange uma variedade de eixos de atuação, dentre eles destaca-se a atenção integral à saúde. Dessa forma, a proposta do PNAES é articular diferentes áreas e, conseqüentemente, envolver diversas políticas sociais na busca pela permanência e êxito do aluno.

Muniz *et al.* (2021) concorda que as ações intersetoriais devem ser executadas mediante a colaboração interprofissional incluindo, sobretudo, as equipes de Saúde da Família e de Assistência Estudantil, interligadas com educadores envolvidos na formação integral dos estudantes. Porém, somente a aproximação dos setores saúde e educação não se mostra suficiente para a efetivação das ações, sendo necessário avançar na reorientação das práticas de formação e participação social no SUS para que as ações se tornem, de fato, integradas (Brasil, 2017a).

Soma-se a isso a inexistência, no âmbito da PNAES, de normas específicas que garantam a realização das ações de saúde pelas instituições de ensino. De acordo com Trindade, Salaroli e Almeida (2022), a falta de uma política para direcionar o desenvolvimento das atividades na área da saúde, trazendo, por exemplo, metas a serem cumpridas e mecanismos de avaliação do programa, pode suscitar prejuízos diversos ao corpo discente, comprometendo até sua permanência e êxito na instituição, visto que as ações podem se tornar ineficazes e insuficientes.

As autoras relatam que muitas instituições priorizam, dentro das ações de assistência estudantil, o fornecimento de auxílio financeiro, e a entrega de serviços de saúde, como apoio psicológico, médico, odontológico, nutricional e de enfermagem, não possui subsídio em uma política ou diretriz definida no que diz respeito ao formato de prestação de serviços à comunidade estudantil (Trindade; Salaroli; Almeida, 2022).

Apesar de já ser regulamentada desde 2010, com uma intencionalidade em implementar ações complementares às tarefas pedagógicas que aperfeiçoem a formação do indivíduo por

meio da oferta de serviços voltados a saúde, cultura, esporte e inclusão digital (Taufick, 2014), a PNAES ainda enfrenta desafios ligados diretamente ao corpo discente. Pesquisa realizada pelo FONAPRACE (2019), retratando o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes das IFES demonstram relação direta da saúde física e mental com dificuldades acadêmicas, que podem impactar na permanência discente na instituição.

Destarte, Silveira, Meyer e Félix (2019), em virtude desses desafios para o desenvolvimento do PSE, que também impactam diretamente no trabalho multiprofissional (Chiari *et al.*, 2018), ressaltam a importância do estímulo à interdisciplinaridade na superação de problemas como a falta de compartilhamento de responsabilidades, para concretizar a ação intersetorial como política pública.

Schneider, Magalhães e Almeida (2022) destacam que, quando o trabalho interdisciplinar é desenvolvido, as atividades fragmentadas e a falta de continuidade tendem a desaparecer. A aproximação entre a saúde e a escola sugere a combinação de intenções e necessidades, gerando resultados positivos das ações contínuas, visto que constituem uma relação dialógica entre conhecimentos originários de campos distintos articulados em direção à promoção da autorregulação.

Para efetivação desses resultados, os autores elevam a importância do fornecimento de ações de educação continuada aos profissionais visando a criação e o fortalecimento de vínculo de trabalho entre eles, como também apoiar a realização das atividades de educação em saúde nas escolas (Schneider; Magalhães; Almeida, 2022).

3.3 Adolescente

Sehnen *et al.* (2019), a adolescência é delimitada por uma referência etária e biológica, cuja construção acontece de acordo com relações entre gerações e concepções sociais. Em virtude de ser uma fase de mudanças na vida dos indivíduos com velocidade considerável (Valença; Guimarães; Siqueira, 2020), Medeiros *et al.* (2021) defende a necessidade de avaliação dos fatores históricos e sociais em torno dessa etapa, de delineamento de estratégias e ações objetivando a promoção da saúde nos ambientes escolares, além do acompanhamento contínuo da saúde dos escolares.

Essa demanda também é reforçada pela preocupação com a extensão de eventos patológicos para a fase adulta, como, por exemplo, o transtorno depressivo, que aparenta ter relação com uma maior probabilidade de chances de doença cardiovascular e aterosclerose

prematura. O acontecimento de um episódio aumenta a probabilidade de continuidade dos eventos no futuro (Valença; Guimarães; Siqueira, 2020).

Tal fator é preocupante uma vez que a criança e o adolescente são constantemente expostos a uma grande variedade de agentes, estando sob o risco de desenvolverem comportamentos que afetam a saúde, o bem-estar integral e a competência social do adolescente (Sales *et al.*, 2020; Cardoso; Cecconello, 2019).

Em se tratando da saúde mental desse público, Grillo e Silva (2004) relatam que ainda não existe um consenso sobre a definição dos transtornos psiquiátricos, pois estes podem apresentar variações em diferentes culturas. Soma-se a isso a dificuldade de sua detecção precoce e de mensuração objetiva da presença e gravidade desses transtornos comportamentais. Apesar de poucas situações conduzirem a criança ou o adolescente à consulta pediátrica em um serviço de urgência e emergência, o reconhecimento precoce das manifestações comportamentais adversas pode propiciar o encaminhamento adequado para que intervenções possam melhorar o quadro do indivíduo (Hartmann, 2020).

Outro aspecto preocupante para a saúde pública consiste no consumo de medicamentos, um índice relacionado diretamente com a qualidade dos serviços de saúde. Nesse âmbito, as crianças e adolescentes representam um grupo fortemente predisposto ao uso irracional de substâncias medicamentosas com e sem prescrição médica (Valença; Guimarães; Siqueira, 2020).

O crescimento e a difusão da automedicação a nível mundial obtêm contribuição significativa de fatores econômicos, políticos e culturais. Avanci, Assis e Oliveira (2013) observam que o padrão de utilização de medicamentos na infância e na adolescência ainda são deficientes, principalmente nos países em desenvolvimento. A prevalência no Brasil ainda dispõe de poucos estudos e abordagem não sistemática, possuindo análises em diferentes faixas de idade, variando de 7,1 a 53,2% (Avanci; Assis; Oliveira, 2013).

Ainda que haja uma contradição no que diz respeito à influência do padrão de utilização dos serviços de saúde e automedicação, Valença, Guimarães e Siqueira (2020) observaram que usuários do sistema público de saúde demonstraram maior probabilidade de adesão à automedicação. Tal fato indica a importância da adoção de políticas de intervenções e estratégias de promoção e proteção à saúde, objetivando a prevenção da automedicação, sobretudo no público infantil e adolescente.

O reforço das políticas de saúde para adolescentes adquiriu ainda maior destaque nos últimos anos em virtude dos efeitos da pandemia de Covid-19 sobre esse público. A mudança na rotina das pessoas em decorrência das situações de isolamento e distanciamento provocou

alterações profundas na rotina familiar, atingindo sobretudo crianças e adolescentes (Marques *et al.*, 2020).

Em virtude da sobrecarga sobre os pais e responsáveis gerada com essa nova rotina doméstica, a UNICEF (2020) desenvolveu um documento de orientações sobre o manejo familiar no contexto da pandemia, onde alertou para a possibilidade de ansiedade em adolescentes em situação de vulnerabilidade. Esse apontamento vem acompanhado de relatos de aumento de estresse e ameaça ao bem-estar de crianças e adolescentes (Spinelli *et al.*, 2020; Prime; Wayde; Browne, 2020).

Portanto, além de encararem a realidade naturalmente inerente à fase da adolescência, os jovens necessitaram de uma readaptação acoplada ao confinamento, uma vez que, de acordo com Polanczyk (2020), as implicações do isolamento social sobre a saúde mental, inclusive de crianças e adolescentes, podem delinear uma nova onda da pandemia. Assim, valida-se a necessidade de refletir acerca da adolescência e família também no contexto da pandemia.

Soma-se a isso as novas reflexões sobre noções de cuidado com distanciamento físico, proteção/prevenção, relações familiares de cuidado. Adolescentes participantes do estudo realizado por Santos *et al.* (2022) relataram tanto sentimentos originários de ambientes favoráveis ligados a relações familiares integradoras, como também sentimentos advindos de meios insuficientemente bons vinculados a relações familiares desfavoráveis.

Ambientes hostis também estão associados a violações de direitos, contribuindo para o cenário de invisibilidade dos jovens perante a governos e sociedade em geral. Couto e Rizzini (2021) destacam que a fragilização dos vínculos familiares e comunitários de jovens em situação de vulnerabilidade obriga o Estado a assegurar proteção e desenvolver políticas, programas e ações capazes de oferecer apoio necessário para favorecer o desenvolvimento de condições familiares na manutenção e cuidado dos filhos.

Nesse contexto, a exposição a ambientes escolares e urbanos, por vezes degradados, além do crescimento da violência comunitária, tanto nas escolas quanto no ambiente familiar, dentre outros, podem ser os responsáveis pelas situações estressoras de magnitude elevada para os jovens (Soares *et al.*, 2016). Portanto, compreender a função que essa exposição acarreta no desenvolvimento de transtornos psicossociais e psicopatológicos em crianças e adolescentes pode colaborar para o entendimento da intensidade desses agravos para a fase adulta, a fim de minimizar os danos a esse público e os encargos aos sistemas de saúde decorrentes da violência (Aleluia *et al.*, 2020; Brasil, 2018b; Lopes, 2020).

Um outro problema social que remete à importância de se estudar a etapa da adolescência é a gravidez, uma condição rodeada por modificações e dificuldades, além de

impor decisões dos futuros pais perante a sociedade. Apesar da relevância desse assunto, Tessari *et al.* (2019) observaram uma tendência a investigações sobre amamentação apenas relacionadas a mulheres adultas, enquanto são raros os estudos voltados a grupos adolescentes, sobretudo pais nessa faixa etária.

Soma-se a isso a deficiência assistencial na área da saúde quanto à prestação de cuidados aos adolescentes, fato que prejudica a resolutividade das especificidades concernentes a essa faixa etária. Costa, Queiroz e Zeitourne (2012) identificaram que não há uma assistência em saúde sistematizada para esse público, mas sim uma demanda espontânea, propondo um melhor delineamento do processo de trabalho nos serviços de saúde para os adolescentes.

3.3.1 Política de Atenção à Saúde do Adolescente

As políticas públicas atribuídas a jovens e adolescentes proporcionam o entendimento das representações sociais destinadas a estes grupos ao longo da história (Tasca; Brandão; Branco, 2020). No intuito de traçar as diferenças entre jovem e adolescente, Silva e Lopes (2009) apontam que o primeiro grupo se encontra com mais destaque como objeto da sociologia, sendo avaliado no âmbito do conjunto das relações sociais. A adolescência, por sua vez, aparece com mais frequência nos processos biológicos de mudança corporal e construção da personalidade, estando mais presente em pesquisas do campo da saúde.

Em tese, o cuidado à saúde do adolescente consiste em um processo complexo e multifatorial, visto que recebe influência de vários aspectos, como por exemplo, o contexto social, o qual se relaciona diretamente com os padrões de comportamento e com as condições de acesso à informação e à saúde (Barbiani *et al.*, 2020). Além disso, Silva e Engstrom (2020) listam outros pontos envolvidos na atenção à saúde desse público, como a qualidade de vida, satisfação pessoal, aquisição de competências sociais, proteção contra a violência, acesso a condições básicas de vida.

Porém, em se tratando do atual estágio de cobertura do sistema de saúde no país para com a população adolescente, este ainda se encontra no nível incipiente quando confrontado às políticas destinadas a pessoas de outros segmentos, como crianças e idosos. Dessa forma, Barbiani *et al.* (2020) apresentaram recomendações de novos estudos, posicionando os desafios e perspectivas a serem trabalhados, seja do ponto de vista da disponibilização de serviços de qualidade e equidade, seja do seguimento das pesquisas.

Embora outros estudos demonstrem progressos na utilização dos serviços de saúde no país, ainda são notórias desigualdades geográficas e sociais, sobretudo em grupos minoritários (Miranda *et al.*, 2023). No que se refere ao público adolescente, Santana *et al.* (2021), em seu estudo, apontam a baixa procura ao serviço de saúde, ainda que identifiquem a necessidade de consultar um profissional da área.

Em virtude de ser uma fase de construção de hábitos, inclusive vinculados à saúde, os serviços devem se aproximar cada vez mais dos adolescentes e jovens, promovendo ações de educação e promoção de saúde centradas nas necessidades constatadas por esses indivíduos em seus diferentes contextos socioculturais e particularidades (Santana *et al.*, 2021).

Nesse contexto, situar a adolescência e a juventude como enfoque da política pública e de produção científica demanda uma ótica baseada por evidências, integral, interprofissional e multisetorial, no reconhecimento desse público como sujeitos de direitos, como também na vinculação de suas reais necessidades nas pautas políticas (Barbiani *et al.*, 2020).

O recorte atinente à juventude é recente nos marcos legais do país. Dourado, Santos e Alves (2022) afirmam que as primeiras citações a este grupo como pessoas com direitos remontam à segunda metade dos anos 1980. De início, haviam políticas públicas direcionadas aos adolescentes abordando a dimensão da violência, até então designada como seu registro típico, em virtude da suposta tendência a cometer atos criminosos.

Ao fim da década de 1980, surge o Programa de Saúde do Adolescente (Prosad), incentivado por movimentos sociais que participavam da redemocratização brasileira, do movimento da reforma sanitária e da criação do SUS. O Prosad, elaborado pelo Ministério da Saúde, foi o primeiro programa a estimular a participação social da juventude no desenvolvimento de políticas públicas na área da saúde (Jager *et al.*, 2014).

A partir da década de 1990, as políticas públicas passam a reforçar a participação dos jovens no controle social, considerando-os como sujeitos autônomos, devendo ser inseridos nas decisões do Estado. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) consiste em um relevante marco político-institucional dessa época, pois este documento reafirma que crianças e adolescentes são portadores de direitos, não sendo apenas objetos de intervenção do Estado ou da família (Brasil, 2010b).

O crescimento da juventude participativa, associado à criação do Conselho Nacional da Juventude e da Política Nacional da Juventude proporcionaram a formulação de políticas públicas elaboradas a partir das demandas das juventudes (Tasca; Brandão; Branco, 2020).

Na área da saúde, em 2004 foi desenvolvido o texto “Políticas de Atenção à Saúde de Adolescentes e Jovens” e promovida a I Oficina de Elaboração do Marco Teórico Referencial

da Sexualidade e Saúde Reprodutiva de Adolescentes e Jovens, documentos que marcaram o início da participação ativa dos jovens e adolescentes nas políticas públicas na área da saúde (Jager *et al.*, 2014).

Em 2010, o Ministério da Saúde criou as Diretrizes Nacionais de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes na Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde com base na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens. A participação da juventude é destacada neste documento como um dos temas estruturantes para a atenção integral à saúde desse grupo (Brasil, 2010b).

O ano de 2020, por sua vez, é simbólico por abranger historicamente as principais conquistas da população infanto-juvenil no Brasil: demarcam-se os 30 anos da ratificação da Convenção sobre os Direitos da Criança (nela incluído o público adolescente) e da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, além do registro de dez anos de implantação das Diretrizes Nacionais de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens (Brasil, 2010b).

Apesar de ser um tema cuja produção científica ainda ser recente, tais políticas possuem como locus privilegiado de estudo o campo da atenção primária à saúde, concentrando as publicações em periódicos situados no âmbito da saúde coletiva e universidades públicas (Sehnem; Arboit, 2020).

No entanto, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens proporcionou destaque à integralidade da assistência e ao trabalho intersetorial e interdisciplinar de ações de promoção da saúde e prevenção de agravos nesse público (Brasil, 2010b). A produção reuniu pesquisadores, profissionais de saúde, educadores, ativistas, representantes juvenis e gestores públicos, possuindo extensa produção de material técnico (Cabral; Brandão, 2020).

Reconhecendo o potencial de vulnerabilidade socioeconômica e política dos adolescentes e jovens, as diretrizes vêm para contribuir no direcionamento de criação de estratégias de cuidado, buscando prosseguir com uma visão holística e um tratamento sistêmico e humanizado das demandas desse público. Tais fatos contribuem para reter a atenção desses jovens e adolescentes nos serviços ofertados dentro das unidades de saúde, aumentando a movimentação deles para além da procura por serviços específicos (Silva; Engstrom, 2020).

Apesar disso, em estudo sobre o uso do serviço de saúde por adolescentes, Santana *et al.* (2021) informam que o hábito de procurar ou não esses órgãos, em casos de necessidade, pode ser referente a fatores culturais como também aos impedimentos quanto ao acesso aos serviços. Dentre os motivos alegados pelo público, o mais citado é a falta de necessidade,

seguido pela distância geográfica relativa às zonas rurais, incompatibilidade de horários e morosidade do atendimento profissional.

Em vista dessas dificuldades, as diretrizes foram publicadas com o objetivo geral de sensibilização e mobilização de gestores e profissionais do SUS para agregar nas ações, políticas e estratégias que concorram para atenção integral à saúde dos adolescentes e jovens (Brasil, 2010b). Santana *et al.* (2021) reforçam que os serviços de saúde necessitam estabelecer cada vez mais proximidade com esse público, responsabilizando-se por ações de educação e promoção de saúde voltadas para as demandas dessa faixa etária em seus variados contextos culturais e particularidades.

A saúde dos adolescentes no Brasil pode adquirir ganhos importantes quando confrontada com a integralidade da atenção nos serviços de Atenção Básica à Saúde, de tal forma que a consolidação da atenção básica se mostra um pilar essencial para uma melhor atuação dos serviços voltados à saúde dos adolescentes (Brasil, 2010b; Santana *et al.*, 2021).

No entanto, Barbiani *et al.* (2020) reivindicam a importância do trabalho interprofissional e intersetorial na atenção integral à saúde dos adolescentes. Os autores salientam a necessidade de se compreender que a saúde não se desenvolve somente nos serviços de saúde. Além disso, elevam a dimensão da articulação intersetorial das políticas na promoção da saúde, considerando os determinantes sociais da saúde relativos a esse grupo populacional, e sobretudo a articulação entre educação, assistência social e segurança pública (OMS, 2017; OPAS, 2023).

Com o intuito de colaborar na realização de atividades individuais e coletivas, assim do acompanhamento desse público nos serviços de saúde, o Ministério da Saúde publicou, em 2009, a Caderneta de Saúde do Adolescente, unificando informações sobre alterações corporais, alimentação, prevenção de doenças, saúde bucal, educação sexual e reprodutiva. Além de funcionar como produto educacional, esse instrumento proporciona campos de registro, tais como odontograma, calendário de imunização e acompanhamento da puberdade, do crescimento e do índice de massa corpórea para subsidiar o profissional nas ações de cuidado (Lima *et al.*, 2019).

Apesar disso, Lima *et al.* (2019) relatam a fragilidade das práticas e a carência no que diz respeito à atenção à saúde do público jovem no âmbito da Atenção Primária à Saúde, que ainda apresentam déficits de ações promovidas para atender às demandas desse grupo, geralmente marcadas pela ausência de vínculo, direcionadas para a doença e com pouco uso e reconhecimento da caderneta pelos profissionais e usuários.

3.3.2 *Adolescer*

A adolescência e juventude são um público que representa aproximadamente 37% da população brasileira e é apontado como categoria social, exibem um momento do ciclo de vida geralmente saudável onde agravos surgem em decorrência de fatores culturais e sociais, os quais podem impactar na vulnerabilidade a respeito de direitos e oportunidades dos adolescentes e jovens (Brasil, 2017a).

Dessa forma, Costa *et al.* (2021) consideram, em seu estudo, que o processo do adolescer é essencial e capaz de apresentar consequências para a geração futura de adultos. Em se tratando de conceituação, adolescer significa ingressar na fase da adolescência, encontrar-se em processo de crescimento. A etimologia latina refere-se a termos como desenvolver-se, brotar, fortificar-se, crescer, fazer-se grande (Houaiss; Vilar, 2001).

Na literatura, há inúmeras definições acerca da adolescência. De acordo com Pinsky e Bessa (2004, p. 31):

Adolescência é uma fase de metamorfose. Época de grandes transformações, de descobertas, de rupturas e de aprendizados. É por isso mesmo, uma fase da vida que envolve riscos, medos, amadurecimento e instabilidades. As mudanças orgânicas e hormonais, típicas dessa faixa etária, podem deixar os jovens agitados, agressivos, cheios de energia e de disposição num certo momento. Mas, no momento seguinte, eles podem ser acometidos de sonolência, de tédio, e de uma profunda insatisfação com seu próprio corpo, com a escola, com a família, com o mundo e com a própria vida.

Contudo, importa trazer que, ao longo da história da humanidade, a adolescência recebeu diferentes concepções (Bicalho; Araújo; Botti, 2019). Diversas pesquisas, embora considerem o momento histórico, antropológico e cultural, demonstram pontos de concordância e divergência no que tange, sobretudo, ao caráter biológico, psicológico e social atribuído à adolescência (Schoen-Ferreira; Aznar-Farias; Silvaes, 2010; Senna; Dessen, 2012; Simonelli, 2017).

Historicamente, essa fase da vida, apontada como um estágio do desenvolvimento sinalizado por conturbações relacionadas ao início da sexualidade, por Stanley Hall, em 1904, já era diretamente ligada a algumas características específicas em registros mais antigos da história humana, como na Antiguidade, época em que era associada à impulsividade e excitabilidade (Schoen-Ferreira; Aznar-Farias; Silvaes, 2010; Ozella; Aguiar, 2008).

A OMS (1986b) descreve a adolescência como um momento de transição no qual se visa conquistar experiências influentes de sua cultura, atravessando por modificações do

desenvolvimento físico, biológico, mental, emocional e social, que se estendem desde o início da puberdade até o pleno amadurecimento sexual e reprodutivo.

Lourenço e Queiroz (2010) relatam que a união da puberdade com a adolescência geralmente acontece concomitantemente na vida dos indivíduos. No entanto, a puberdade está relacionada ao desenvolvimento biológico, culminando, sobretudo, com o amadurecimento dos órgãos sexuais. A adolescência, por sua vez, compreende as modificações biológicas, mas também inclui as alterações psicológicas e sociais associadas a esse período da vida.

Em se tratando dos processos biológicos, o ato de definir o que é fisiológico e o que se diz patológico na adolescência é permeado de contradições advindas de uma diversidade de teorias médicas que designam fases e desenvolvimentos maturacionais do organismo e que validam as várias influências originadas do ambiente em que se vive (Serra; Aliani, 2015).

Ainda nesse contexto, a adolescência é designada de acordo com as transformações fisiológicas e anatômicas que possuem início na puberdade, incluindo o desenvolvimento dos caracteres sexuais primários e secundários, as mudanças da composição corporal, a alteração na dinâmica do metabolismo e a aceleração do crescimento (Santiago; Esquirol; Fernández, 2006).

Fisiologicamente, esse processo se origina da liberação de hormônios no cérebro. Tais substâncias são iguais em todos os adolescentes, porém as diferenças nas quantidades hormonais acarretam resultados diferentes em homens e mulheres. Vale citar que as alterações físicas nesse público que promovem uma transformação de seus corpos infantis para adultos empregam a possibilidade de engravidar denominada fertilidade (Coll; Marchesi; Palacios, 2008).

Em estudo com adolescentes da faixa etária compreendida entre 13 e 18 anos, Taborda *et al.* (2014) relatam que as transformações biológicas carregam expressiva relevância nos processos de formação individual e humana, uma vez que essas mudanças acontecem em um patamar físico devido às modificações hormonais e cerebrais, adquirindo proximidade com a mentalidade adulta.

Algumas mudanças biológicas, de acordo com Silva (2022), são experimentadas comumente entre adolescentes de ambos os sexos, mais enfaticamente, estirões de crescimento em altura e peso. Durante tais estirões de crescimento, ossos e músculos se tornam mais longos e mais fortalecidos, permitindo ao adolescente assumir tarefas que, quando criança, talvez não fosse capaz de executar, tais como correr ou pedalar por longas distâncias. É comum que o crescimento até a altura adulta máxima se realize ao final da puberdade. A esse

desenvolvimento da estrutura corpórea, outras mudanças físicas podem acontecer em ambos os sexos, incluindo odor corporal, acne e o surgimento de mais pelos pelo corpo (Silva, 2022).

A essas mudanças de ordem biológica, geralmente experimentadas como avassaladoras e sem controle, agregam-se os desejos sexuais, mostrando-se cada vez mais intensos em busca de satisfação pessoal. Nesse âmbito, o adolescente encontra-se buscando se firmar, ser livre e encontrar sua identidade (Pinheiro; Micaliski, 2020).

Além disso, autores acrescentam outras variáveis capazes de influenciar diretamente o indivíduo nessa etapa do desenvolvimento. Schoen-Ferreira, Aznar-Farias e Silvares (2010) pontuam como exemplos a raça, sexo, nível socioeconômico, histórico pessoal, contexto e cultura, dentre outros. Mendes (2020) adiciona as múltiplas sinergias que correlacionam necessidades educacionais, jurídicas e religiosas ao processo do adolecer.

Quanto à saúde mental, Saggese (2021) destaca a exploração da dicotomia entre adolecer e adoecer nesse público. O autor inclui nesse movimento questões relacionadas à jornada da adolescência, a estudos das fronteiras entre o que se designaria desenvolvimento normal do adolecer e a probabilidade de fomento dos quadros psicopatológicos nessa faixa etária. A adolescência desperta o potencial de elaborar cenários capazes de desestabilizar o quadro psíquico, um momento de definições múltiplas em vários pilares, como sexual, profissional e familiar, trazendo desafios os quais o indivíduo não apresenta aparato de contornar (Saggese, 2021).

Na esfera familiar, ocorre um movimento esperado na adolescência, de acordo com as condições do ambiente, quando o indivíduo procura o seu desmembramento das figuras parentais ou responsáveis. Essa situação constitui o processo de construção da identidade pessoal e do descobrimento da sua posição perante à sociedade, sendo um movimento de absoluta relevância para o amadurecimento dos adolescentes e, conseqüentemente, dos adultos que se tornarão (WHO, 2020a).

Embora alguns organismos internacionais, tais como a UNICEF (2020), a WHO (2020b) e Arigatou Internacional (2020), tenham elaborado materiais destinados para orientar acerca de práticas de parentalidade e convivência familiar, Costa *et al.* (2021) informa sobre a imprecisão quanto ao acesso a tais materiais, como também ao seu potencial de aplicação na população brasileira, especialmente.

Outro fator que desempenha papel primordial na adolescência é o ambiente no qual o indivíduo encontra-se inserido. O amadurecimento saudável está diretamente relacionado com o cultivo de um ambiente que acolha o adolescente e proporcione uma perspectiva de continuidade. Winnicott (2001) relata que é apenas nesse tipo de ambiente que o adolescente

adquire a capacidade de exploração livre da sua imaturidade, suas contradições e oscilações, para, assim, obter seu sentido de realidade e existência.

Ainda na perspectiva da construção da saúde mental na adolescência, a convivência entre pares carrega um caráter intenso e relevante para o adolescente no curso da vida, possibilitando ao indivíduo a expansão da socialização por meio de tal convivência no caminho rumo à independência. Winnicott (2000) pontua que a vivência entre os pares e a diversidade oferecem diversas experimentações, descobertas e práticas afetivas mútuas, sendo a partir delas que o adolescente pode conhecer a sensação de identidade social.

Dentro da coexistência entre pares, têm destaque as práticas de violência, como o *cyberbullying*, o qual tem se mostrado, em estudo de Almeida (2018), um importante potencializador de complicações de saúde mental, influenciando diretamente na ocorrência de comportamentos de violência autoinfligida.

Também no âmbito do uso da *internet* pelo público adolescente, essa conectividade, devido à sua intensidade, culmina em riscos importantes para a saúde mental, sendo capaz de criar uma forma de dependência (Santos, 2021). Além disso, é possível notar um crescimento na busca por desafios on-line que abrangem algum tipo de autolesão, acobertados por um tom de “brincadeira”.

Notório se faz colocar que o uso excessivo da internet já se mostrava um contratempo relevante, uma vez que, ao passo em que os adolescentes são ágeis para lidar com a internet, na maioria das vezes com desempenhos melhores do que seus responsáveis ou cuidadores, não conquistaram a maturidade suficiente para filtrar e interpretar quais conteúdos irão consumir, nem tampouco para identificar os riscos envolvidos em algumas experiências de socialização digital (Deslandes; Coutinho, 2020).

3.3.3 Dados estatísticos sobre o adolescente no Brasil

De acordo com documento sobre saúde do adolescente publicado pelo Ministério da Saúde, vulnerabilidade dessa população desperta a preocupação devido à crescente incidência de mortalidade, violências de diversas naturezas (sexual, psicológica-moral, física, negligência-abandono, financeira-patrimonial), exposição a substâncias psicoativas e falta de comprometimento com a promoção da saúde (Brasil, 2010b).

Visto que a adolescência é uma fase da vida caracterizada por importantes alterações fisiológicas, psicológicas e sociais que promovem influência direta sobre os hábitos alimentares, nota-se o interesse crescente pelo consumo alimentar na adolescência no intuito de

contribuir para o desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis (Souza; Maziero, 2021). Soma-se a isso o fato de que padrões inadequados de alimentação nesse público podem gerar repercussões negativas em curto e longo prazo, trazendo carências nutricionais e alta chance de desenvolver obesidade e doenças crônicas não transmissíveis, podendo comprometer, também, sua saúde na vida adulta (Borsato; Fassina, 2020).

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) reforça que os adolescentes figuram entre os grupos populacionais com o pior perfil alimentar, indicando um prognóstico desfavorável em relação ao peso e doenças relacionadas. Segundo a PNAN, 20% dos adolescentes apresentaram excesso de peso e aproximadamente 6% dos adolescentes do sexo masculino e 4% do sexo feminino perceberam a classificação de obesos (Brasil, 2013b).

Outro fator que contribui para esse quadro preocupante é a substituição de alimentos caseiros e naturais por produtos industrializados, associado ou não a um estilo de vida mais sedentário, prática comum entre os adolescentes (Barbalho *et al.*, 2020). Esses dados corroboram com a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) de 2019, realizada com escolares de 13 a 17 anos de instituições públicas e privadas, que indica a baixa adesão a atividades físicas e o alto consumo de alimentos ultraprocessados (IBGE, 2022).

Tal informação demonstra que mesmo na zona rural, onde há uma maior disponibilidade de alimentos naturais, os produtos industrializados avançaram quanto ao acesso pelos adolescentes, os quais incluíram estes alimentos na sua rotina nutricional. Em oposição a isso, Oliveira, Peter e Muniz (2021) notaram um decréscimo na contribuição de frutas e hortaliças na alimentação diária dos jovens, evidenciando um alerta sobre a participação significativa de alimentos ultraprocessados no rol alimentar da adolescência ao longo do dia, uma vez que possuem baixa qualidade nutricional.

Reforça-se, ainda, que os alimentos ultraprocessados se destacam entre as preferências alimentares dos adolescentes, alvos da publicidade ostensiva, a qual prioriza a divulgação desses produtos. Como consequência, as culturas alimentares tradicionais, tais como a que se promove na zona rural, percebem um crescente desinteresse, sobretudo pelos jovens (Oliveira; Peter; Muniz, 2021).

Além da publicidade, inclusive pelas mídias sociais, em estudo objetivando elencar os possíveis fatores que atravessam o comportamento alimentar do público jovem, Sousa, Franzoi e Moraes (2022) levantaram mais dois motivadores para tal quadro: o convívio social e a família. Em relação ao tempo de exposição a tela pelo público participante da pesquisa, foi identificado uma proporção direta com o consumo de alimentos ricos em açúcar e diminuição daqueles saudáveis.

Em convergência com esses dados, Bezerra *et al.* (2021), em estudo comportamental, identificaram que cerca da metade dos adolescentes pesquisados apresentavam hábitos de fazer as refeições ou consumo de petiscos em frente à tela. Juntamente a isso, a inatividade física figurou entre os domínios de vida mais prevalentes nesse público. Os autores observaram que a desigualdade social pode contribuir para a inatividade física, além da diferença de sexo, corroborando com estudos realizados por Camargo, López-Gil e Campos (2021) e Nascimento, Brito e Vilanova-Campelo (2023), que relatam prevalência de atividade física do sexo masculino sobre o feminino.

A esses fatores, somam-se o consumo de bebida alcoólica e o tabagismo, dados que reforçam a necessidade de mais ações direcionadas aos adolescentes, que ainda são um grupo negligenciado pelo setor de saúde no país. Importa ressaltar que a exposição de crianças e adolescentes ao tabagismo dos pais acarreta um comprometimento da saúde vascular até 25 anos mais tarde (Bezerra *et al.*, 2021).

Outro fator que também atrai a necessidade de intervenções em saúde e educação sobre o público adolescente é o uso de substâncias psicoativas. Em estudo de Silva *et al.* (2021a), dados demonstram que estudantes nessa faixa etária apresentaram chances elevadas em dez vezes de se envolver com alcoolismo. Os autores ainda constataram que a alta exposição ao uso de substâncias psicoativas está influenciada com uma série de problemas na vida do escolar, como, por exemplo, nas áreas de comportamento, saúde física e mental, competência social, família, trabalho e relacionamento com amigos (Silva *et al.*, 2021a).

Essa exposição pode agravar a vulnerabilidade que atravessa a adolescência, quando o indivíduo pode apresentar respostas suicidas em reações a conflitos. Dentre os fatores de risco para esse comportamento, listam-se história de adoção, homossexualidade, bissexualidade ou o questionamento da orientação sexual, história de abuso sexual, depressão e outros transtornos psiquiátricos, estresse pós-traumático e uso patológico de internet (Shain, 2016).

Apesar de ser incomum antes dos 15 anos de idade, o suicídio tem sua prevalência aumentada na adolescência. A nível mundial, o suicídio figura como o principal motivo de morte entre as meninas e o terceiro maior motivo entre os meninos, sendo considerado, pois, um problema de saúde pública (OMS, 2019; OMS, 2021).

Em comparação com dados internacionais, a estatística no Brasil demonstra que os índices de suicídio não se situam entre as mais elevadas. Entretanto, ao se analisar as taxas relacionadas à adolescência, são encontrados números mais elevados e que evoluem de maneira crescente, sobretudo em virtude do incremento na taxa de óbitos masculinos das regiões Norte e Nordeste (Cicogna; Hillesheim; Hallam, 2019; Ribeiro; Moreira, 2018). Dados estatísticos

informam que o suicídio representa a segunda maior causa de internação entre meninas de 10 a 19 anos, além de ser a segunda principal causa de morte em pessoas com idade entre 15 a 24 anos (Benincasa; Rezende, 2006; Fernandes *et al.*, 2020).

A revisão bibliográfica realizada por Paniago *et al.* (2023) identificou que, entre 2000 e 2015, aconteceram aproximadamente 12.000 mortes por suicídio em pessoas de 10 a 19 anos. Os autores relataram que, apesar de as meninas apresentarem um coeficiente maior de tentativa de suicídio, é entre os meninos que há a maior efetivação do ato. Junto a isso, o autoextermínio em menores de 15 anos mostrou-se incomum, de tal modo que mais de 85% desses casos ocorreu em indivíduos de 15 a 19 anos de idade (Cicogna; Hillesheim; Hallal, 2021; Jaen-Varas *et al.*, 2019). Essas informações sobre morte por lesões autoprovocadas em adolescentes reforça a importância da indicação desse fator como causa de óbito de adolescentes no país (Cicogna; Hillesheim; Hallam, 2019).

Outro ponto considerado em pesquisas estatísticas sobre adolescentes no Brasil é a gravidez, a qual, somada às alterações fisiológicas e psicossociais inerentes a esse ciclo da vida, carrega consigo riscos de morbidade e mortalidade, em virtude de fatores como gravidez precoce, aborto inseguro e infecções sexualmente transmissíveis (Rosaneli; Costa; Sutile, 2020).

No mundo, anualmente a taxa de gravidez na adolescência é de aproximadamente 16 milhões de meninas de 15 a 19 anos e 2 milhões menores de 15 anos. A América Latina e o Caribe figuram em segundo lugar no mundo quando se trata desse assunto, com 66,5 nascimentos por cada 1.000 adolescentes entre 15 e 19 anos. Informações do Relatório do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, 2022) mostram que 13% das mulheres jovens dos países em desenvolvimento começam a ter filhos ainda quando crianças.

De acordo com o IBGE (2019), houve queda nas taxas de gestação na adolescência no país nos últimos anos, embora tais números ainda figurem acima da média mundial. Entre os anos de 2010 a 2015, a média brasileira foi de 68,4 nascimentos de mães adolescentes a cada mil meninas de 15 a 19 anos.

Quanto às causas associadas, despontam o baixo nível educacional e a pobreza. Vale ressaltar que países com maiores índices de desigualdade de gênero apresentaram taxas mais altas de gravidez indesejada, segundo o relatório UNFPA (2022). Além disso, a gravidez advinda de violência sexual consiste em uma realidade vivenciada por mães jovens e, nesse contexto, o acolhimento institucional pode ser uma alternativa terapêutica quando se trata de compreender essa experiência emocional e física (Rosaneli; Costa; Sutile, 2020).

Miura *et al.* (2018) referem que relações familiares abusivas e negligentes, abandono e/ou violência do pai e do companheiro, uso de substâncias psicoativas pelos familiares e pelas adolescentes constituem histórias percebidas que propiciam rompimentos de vínculos e continuidade explícita da violência junto a seus filhos. Tal quadro se agrava no caso de crianças e adolescentes sem ligação com a escola e com a família, sendo os desfechos negativos à vida e à saúde ainda maiores quando em situação de rua (Neiva-Silva *et al.*, 2018).

O contexto de vulnerabilidade na adolescência também destaca a alta exposição desse público às infecções sexualmente transmissíveis (IST), em virtude de fatores como desenvolvimento precoce e inseguro da sexualidade, multiplicidade de parceiros, maior liberdade sexual, necessidade de afirmação grupal, juntamente à negação ao uso do preservativo (Sentís *et al.*, 2019).

Em relação ao conhecimento do público jovem sobre ISTs, como o HPV, Galvão *et al.* (2022) evidenciaram que a maioria dos sujeitos pesquisados apresentou conhecimento insuficiente sobre a patologia, tendo o público feminino um nível de entendimento superior ao do masculino. O cenário mantém-se preocupante devido às atitudes negativas dos participantes no que tange à prevenção e vacinação, evidenciando a necessidade de intervenções educativas direcionadas à conscientização da população sobre a importância da prevenção das ISTs.

Uma estimativa da OMS indicou 376,4 milhões de casos incidentes de ISTs curáveis, ou seja, a cada dia, existem mais de 1 milhão de novos casos dessas infecções entre a população de 15 a 49 anos, destacando-se clamídia, gonorreia, tricomoníase e sífilis (OPAS, 2019). Quanto à AIDS, por sua vez, foram registrados, de 1980 até junho de 2023, 1.124.063 casos no Brasil, sendo 66,2% desses (743.596 casos) em homens e 33,8% (380.346 casos) identificados em mulheres. No que tange a pessoas com 13 anos ou mais, a principal via de transmissão em 2022 foi a sexual, tanto em homens (77,1%) quanto em mulheres (83,4%). É importante destacar que, em 2022, em todas as faixas etárias expostas no Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde (Brasil, 2023), os índices de detecção do sexo masculino foram maiores do que no feminino, exceto na população de 10 a 14 anos.

3.4 Saúde sexual

O marco de legitimação para a conceituação de saúde reprodutiva consistiu na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, celebrada pela Organização das Nações Unidas em 1994, no Cairo, e IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Beijing, no ano de 1995, sendo entendida como “um estado de completo bem-estar físico, mental e

social, e não de mera ausência de doença ou enfermidade, em todos os aspectos relacionados ao sistema reprodutivo, suas funções e processos”. Dessa maneira, o cidadão deve ter condições para “uma vida sexual segura e satisfatória, tendo a capacidade de reproduzir e a liberdade de decidir sobre quando e quantas vezes deve fazê-lo” (Brasil, 2013c; UNFPA, 1995a).

Nessa compreensão de saúde reprodutiva está incluída a saúde sexual, a qual se apresenta como uma possibilidade de melhorar a qualidade de vida e as relações pessoais, de modo independente da reprodução e infecções sexualmente transmissíveis (UNFPA, 1995b). Destarte, contempla a expressão da sexualidade a autonomia, liberdade, sem violência, discriminação e livre de risco de doenças e gestações não desejadas, o que pressupõe uma abordagem positiva da sexualidade humana, capaz de proporcionar prazer e estimular as relações.

Tais descrições para saúde sexual e reprodutiva buscaram romper com o sentido de reprodução apenas como um dever ou destino feminino, integrar explicitamente os homens na dimensão reprodutiva, desagregar a sexualidade da reprodução e desconsiderar as metas para controle de natalidade, consagrando as noções de direitos reprodutivos e direitos sexuais (Telo; Witt, 2018).

Porém, historicamente, o país atravessa desafios no que tange à garantia dos princípios de igualdade, respeito às diferenças, o exercício da cidadania, através das políticas públicas. Tais obstáculos permeiam os governos conduzidos pelos marcos teóricos, políticos e jurídicos no campo dos direitos sexuais e reprodutivos (Brasil, 2013c).

Esses direitos foram reconhecidos como básicos de todo casal e de todo indivíduo, consistindo em uma escolha livre, responsável e voluntária na direção da tomada de decisões para o campo da vida sexual e reprodutiva. Tal fato implica também no direito ao acesso a informações que sustentem o exercício desse direito de maneira segura e saudável (UNFPA, 1995b).

Incluídos no arcabouço teórico das diretrizes de atenção à saúde sexual e reprodutiva, no âmbito do SUS, implementado no cenário nacional juntamente à Lei nº 8.080 (Brasil, 1990), os direitos sexuais e reprodutivos representam uma conquista relevante para a saúde pública do país no que diz respeito ao acesso a atendimento em saúde como um direito do cidadão, de acordo com a Constituição de 1988 (Paiva *et al.*, 2021).

As concepções acima apresentadas ampliam o entendimento acerca da saúde sexual e reprodutiva como questões de cidadania, de responsabilidade das mulheres, homens, família, sociedade e Estado. No entanto, não se limita a um estado biológico que independe de questões sociais e políticas. Nessa perspectiva, consideram as múltiplas possibilidades de vivência da

sexualidade e de arranjos familiares, como também os diversos contextos de vulnerabilidade de determinados grupos populacionais, no campo da vida sexual e reprodutiva (Félix, 2017; Parmejiani *et al.*, 2021).

Em se tratando de saúde sexual, a expressão sexualidade humana está enquadrada como parte das funções do sistema reprodutivo, sendo conceituada como parte integrante da vida de cada pessoa, que auxilia na construção da sua identidade ao longo da vida, proporcionando o equilíbrio físico e psicológico. Dessa forma, Godinho *et al.* (2020) menciona a saúde sexual como uma energia que permite caminhar em direção ao contato físico e intimidade, integrando-se no modo particular de se sentir, de se mover, de se tocar e ser tocado.

Soma-se a isso o fato de que a sexualidade está relacionada ao ser sensual e, ao mesmo tempo, sexual, inspirando pensamentos, sentimentos, ações e interações, atingindo, por consequência, a saúde física e mental, uma vez que envolve gênero, identidade e orientação sexual, erotismo, envolvimento emocional, amor e reprodução (Abdo, 2010; Mendonça *et al.*, 2017). Essa força motriz, com a qual nascemos, passa a adquirir exigências e a apresentar outra maneira de se expressar na adolescência.

Nesse momento, toma atenção a fantasia, juntamente à busca de novas sensações ao percorrer o próprio corpo, somando-se ao movimento para a descoberta do outro, emocional e fisicamente. A perspectiva reprodutiva, por sua vez, traz a opção pessoal de planejamento familiar no contexto da gravidez envolvida por decisões pessoais, sociais, econômicas, religiosas e culturais. Isso quer dizer que, para alguns, pode significar a existência de múltiplas maneiras para prevenir ou adiar uma gestação, enquanto para outros configura o apoio necessário para o tratamento da infertilidade (Liefer, 2013).

Além do corpo, Diamond e Alley (2019) relatam que a sexualidade envolve história, costumes, relações afetivas e culturais. Atualmente, o sexo se integra ao cotidiano das pessoas, não se limitando apenas à concepção, uma vez que o prazer do ser humano independe da reprodução, superando, também, os aspectos orgânicos e se associando a estes os fatores biopsicossociais (Ventriglio; Bhugra, 2019; Cavalcante *et al.*, 2021).

Vistos os aspectos conceituais acima descritos, percebe-se que o conceito de sexualidade é fluido, e tem seu diacronismo instituído ao longo dos anos (Lamont *et al.*, 2017). De acordo com a OMS, a sexualidade é um aspecto central do ser humano vivido e expresso de múltiplas maneiras em pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas, papéis e relacionamentos, sendo influenciada pelo diálogo entre fatores biológicos, psicológicos, sociais, culturais, políticos, econômicos, legais, religiosos, históricos e espirituais (Barreto *et al.*, 2018; Kingsberg *et al.*, 2019; Cortes *et al.*, 2021).

É importante citar que a sexualidade pode ser considerada um dos indicadores de qualidade de vida, sendo, portanto, componente da saúde e do bem-estar geral (Diamond; Alley, 2019). Assim, é notória a importância da saúde sexual e sua comunicação intrínseca com os diferentes domínios que compõem a qualidade de vida (Batista *et al.*, 2017; Cabrera *et al.*, 2017). Inclui-se em seu conceito um desenvolvimento sexual saudável, de relacionamentos responsáveis com prazer sexual, até ausência de enfermidades, deficiências, violências e práticas que envolvam risco sexual (Silva *et al.*, 2021b). Por essa complexidade em sua definição, Gaspar, Brito e Nascimento (2020) mencionam que a sexualidade, por si própria, já se apresenta como um assunto que a sociedade trata como tabu, cuja abordagem é desafiadora até os dias atuais.

3.4.1 Educação sexual e reprodutiva no ambiente escolar

De acordo com Barbosa e Folmer (2019), a demanda por trabalhos na área de sexualidade no ambiente escolar tem aumentado nos últimos anos. O novo perfil sexual incorporado aos adolescentes e jovens está diretamente relacionado a esse crescimento, uma vez que se desenha em outra perspectiva, caracterizada pelo início cada vez mais precoce da vida sexual, sem a devida orientação (Borges *et al.*, 2016).

Embora seja importante e necessária a discussão acerca de sexualidade e suas questões no contexto escolar, esse tema ainda é considerado um desafio pelos professores. Assim, eleva-se a notoriedade da formação inicial e continuada direcionada aos profissionais da educação envolvendo o tema sexualidade na adolescência, no intuito de exercerem sua contribuição na formação de cidadãos livres de preconceitos e norteados pelo respeito a si mesmo e ao outro enquanto sujeitos de direitos (Barbosa; Folmer, 2019).

Além disso, os autores também consideram a relevância de se abordar educação sexual no contexto escolar para a construção da sexualidade de crianças e jovens, uma vez que objetiva fortalecer sua capacidade de tomar decisões seguras e conscientes (Barbosa; Folmer, 2019). Dessa forma, os educadores e a escola apresentam papel fundamental na formação de uma educação integral, social e culturalmente libertadora, em que o conhecimento perpassa a técnica e o conteúdo curricular, trabalhando as relações entre o saber e a vida cotidiana (Vieira *et al.*, 2017).

Para atingir esse perfil educacional, Moreira e Folmer (2015) corroboram que a educação sexual deve ter início em casa, por meio de orientação dos pais ou outros responsáveis

e complementada na escola, através de uma abordagem compreensível e livre de senso de julgamento e tabus.

Em se tratando de contexto escolar, ainda que não exista no Brasil uma legislação para regulamentar a educação sexual nas escolas, vale destacar que alguns documentos orientam a sua inserção e prática (Barbosa; Viçosa; Folmer, 2019).

A inserção da educação sexual, do ponto de vista de aquisição de direitos, teve início a partir da década de 1980. Em 1994, o Comitê Nacional de Educação Preventiva Integral (CONEPI) aprovou o documento de Diretrizes para uma Política Educacional em Sexualidade, construída pelo Ministério da Educação (Brasil, 1994). Nesse documento, embora houvesse um discurso higienista para a educação preventiva, defendia-se como objetivo a melhoria da qualidade de vida do indivíduo e da coletividade.

Mas, a educação sexual adquiriu maior notoriedade a partir de 1996, erguida pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que nomeava como tema transversal “orientação sexual”. Os PCN são considerados referência nacional para a construção dos currículos escolares, pontuando a educação como uma prática para formação do cidadão (Brasil, 1998, 2018c).

De acordo com esse documento, que buscou possibilitar um currículo flexível, aberto e que estimulasse um aprendizado das temáticas da vida real para transformá-la, a orientação sexual teria sua abordagem do ponto de vista biológico e cultural, de forma sistematizada e organizada. Os PCN tinham objetivo de fomentar reflexões e discussões juntamente aos técnicos, docentes, equipes pedagógicas, pais e responsáveis, no intuito de organizar a ação pedagógica da escola na abordagem das temáticas da sexualidade (Brasil, 1998).

Como indica no PCN, a educação sexual, quando tratada no ambiente escolar, contribui para a promoção do conhecimento e valorização dos direitos sexuais e reprodutivos, além de auxiliar na prevenção do abuso sexual e da gravidez indesejada (Brasil, 1998). Diante disso, Barbosa, Viçosa e Folmer (2019) relatam que foi nos PCN onde as questões sobre gênero e sexualidade adquiriram sua inserção mais expressiva no contexto escolar.

Apesar de ter como finalidade a promoção de reflexões e discussões por técnicos, docentes, equipes pedagógicas, como também de pais e responsáveis com o objetivo de metodizar a ação pedagógica da escola na abordagem de assuntos referentes à sexualidade, observa-se que poucas escolas concretizaram a proposta (Barbosa; Folmer, 2019).

Foi no ano de 2001 que um importante documento para o âmbito educacional ganhou relevância em discussões: o Plano Nacional de Educação (PNE/Lei 10.172/2001). O PNE

determinou diretrizes, metas e estratégias voltadas para a política educacional que prevaleceu até o ano de 2010 (Brasil, 2017b).

No campo das questões de sexualidade nos objetivos e metas voltados para a formação de professores, no PNE, elencavam-se nas diretrizes curriculares estudos de temas concernentes às problemáticas classificadas nos PCN como temas transversais, sobretudo no que tangem às abordagens de gênero, educação sexual, ética, saúde e temas locais (Brasil, 2017b). Porém, o supracitado PNE teve sua descontinuidade afirmada devido à falta de prática e constância, tendo muitos dos seus objetivos e metas fracassados parcial ou totalmente.

Em 2009, na direção para construir um novo PNE, previsto para 2011-2020, aconteceram as Conferências Municipais e Estaduais, culminando na Conferência Nacional de Educação em 2010, que, a partir desta, direcionaria para a elaboração do novo PNE (Barbosa; Viçosa; Folmer, 2019).

Barbosa, Viçosa e Folmer (2019) pontuaram que, dentro da temática sexualidade, as questões estavam contempladas no Eixo II, denominado: Educação e Diversidade: Justiça Social, Inclusão e Direitos Humanos com as diretrizes e estratégias de que oportunizem a igualdade racial, de gênero, por orientação sexual e identidade de gênero, os direitos reprodutivos, de prevenção a abusos e exploração sexual (CONAE, 2014).

Contudo, lamentavelmente, a edição do PNE de vigência 2014-2024 apresentou uma supressão para temas no âmbito da sexualidade. Tal documento trouxe uma limitação a apenas um objetivo superficial de superação das iniquidades educacionais, priorizando a promoção da cidadania e a supressão de todos os meios de discriminação (Brasil, 2014).

Ainda nesse movimento de inclusão de questões sobre sexualidade no ambiente escolar, a BNCC, em sua versão atualizada, também manifestou uma redução da temática educação sexual à disciplina de Ciências, apontando ênfase no estudo da reprodução humana e das infecções sexualmente transmissíveis, sendo abordada apenas no oitavo ano do ensino fundamental (Brasil, 2017b).

Em sua primeira versão, disponibilizada para consulta pública em 2015, a BNCC abordou temáticas ligadas à sexualidade em dois tópicos do componente curricular de ciências, especificamente na unidade de conhecimento “Vida: constituição e reprodução” (Brasil, 2015b).

Vale ressaltar que a BNCC, documento norteador dos currículos das escolas do país, foi construída na época em que o conservadorismo predominava no Congresso Nacional. Nesse contexto, autoridades contrariavam enfaticamente a inclusão de questões de gênero, orientação

sexual e diversidade nas propostas curriculares da educação do Brasil, corrompendo objetivos de ensino relacionados a esses temas (Barbosa; Viçosa; Folmer, 2019).

Assim, nota-se que, ao longo da história, a educação sexual percorreu consideráveis conquistas e recursos, preservando-se a concepção de tensões e conflitos que se destacam na tomada de posição pública diante dos desafios para se estruturar e sedimentar as políticas voltadas para a educação sexual no país (Barbosa; Viçosa; Folmer, 2019).

Lorenzi (2017) relata que a ausência das temáticas diversidade sexual e gênero nas políticas públicas de educação compromete a prática docente no que tange à sexualidade, prejudicando seu caráter educativo no sentido mais amplo ao abandonar sua natureza interdisciplinar em prol de um cunho disciplinar (Barbosa; Viçosa; Folmer, 2019). Vieira *et al.* (2017) concordam que existe a obrigação da escola em fornecer uma educação ampla, que, além do conteúdo das disciplinas, contemple temáticas sociais e culturais correspondentes às demandas do público escolar.

Nesse sentido, os profissionais da educação necessitam entender e respeitar as diferenças de crenças e valores estabelecidos nas famílias, uma vez que não cabe aos docentes a prática do julgamento, mas sim garantir a possibilidade de discussões sobre os temas abordados no contexto escolar. Dessa forma, abre-se espaço para a pluralidade de concepções e valores sobre sexualidade, ancorado no conhecimento científico que permite aos docentes a abordagem de temas transversais como a sexualidade e sua importância para o público estudantil (Brasil, 1998; Kurpel; Gagliotto; Couss, 2017).

4 PERCURSO METODOLÓGICO

O conhecimento científico discute obstinadamente uma articulação entre a teoria e a realidade empírica. O método é o caminho, o fio condutor para alcançar esse diálogo. Por sua vez, a metodologia possui na ciência a atribuição primordial que extrapola a sua responsabilidade instrumental; é ser o eixo que dá base ao estudo (Minayo; Sanches, 1993).

Portanto, neste capítulo apresentamos o percurso metodológico a ser utilizado para a plena execução do estudo. Detalharemos a natureza de pesquisa, além de demonstrar o contexto no qual a investigação será desenvolvida, os instrumentos e as técnicas de coleta de dados que serão utilizados, bem como se dará a análise das informações perante a pesquisa dos registros e como serão os procedimentos éticos da pesquisa.

4.1 Tipo de estudo

Esse estudo foi denotado de campo, no estilo pesquisa-ação. De acordo com Marconi e Lakatos (2022), a pesquisa de campo ocorre pela observação dos fenômenos tal como acontecem, pela coleta de dados e pelo registro de variáveis para análise. Importante ressaltar que visa adquirir dados e conhecimentos sobre determinado problema, para o qual se busca uma resposta.

Para Thiollent (2003), durante muitos anos, a ciência desempenhava um papel de descrever e explicar os fenômenos, impondo que deveria ser neutro. A pesquisa-ação vem se apropriar de posicionamento oposto pelo seu objetivo de servir de caminho para promoção social. Salienta-se que as interpretações da realidade observada e as ações transformadoras são instrumentos de deliberação, sendo um direcionamento de ação emancipatória e prioritária para grupos sociais menos favorecidos e fragilizados.

Na pesquisa-ação, o pesquisador se assume um ser autônomo, detentor de sua oratória e prática, o que o torna quase um militante em busca de uma mudança, a qual é meta a ser alcançada. Entende-se por mudança uma evolução, um aprendizado, um amadurecimento ou uma aquisição de saberes e comportamentos, a partir de uma ação ou intervenção. Mudar consiste em sair do habitual, das repetições, viabilizar o “empoderamento”, uma atitude onde o reprimido reconhece a sua condição, sai, ou ao menos se encaminha para desligar-se de uma situação repressora, por vezes imposta por outrem (Barbiel, 2002; Thiollent, 2003).

Felcher, Ferreira e Folmer (2017) consideram como um dos pontos atribuidores da importância da pesquisa-ação a possibilidade de conhecer a realidade, no caso, a vivência em

saúde sexual e reprodutiva de alunos do Ensino Médio Integrado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – *Campus* Tauá. Esse tipo de trabalho possibilitou planejar e realizar atividades para amenizar ou resolver algum problema identificado, cuja temática ainda não tinha sido alvo de estudos mais aprofundados (Franco; Dantas, 2017).

Tal investigação foi executada por meio de consultas a pesquisas científicas, conceituadas como estudos planejados em busca de respostas ou de novas informações relevantes (Fontes, 2018). Isso se justificou pela necessidade de se avançar no debate sobre o pleno exercício da saúde e sexualidade na adolescência, com reforço à propagação de propostas pedagógicas amparadas em concepções epidemiológicas, religiosas, higienistas e heteronormativas.

Além disso, o caráter exploratório-descritivo do estudo foi justificado por visar a formulação de questões ou de um problema, com as seguintes finalidades: elaborar hipóteses; aprimorar a familiaridade do investigador com um fenômeno; e, alterar e esclarecer conceitos (Marconi; Lakatos, 2022). Destarte, de acordo com Gil (2008), o produto final deste estudo consiste em um problema mais esclarecido, apresentando viabilidade de investigação através de procedimentos mais sistematizados.

Também como pesquisa descritiva, esse estudo teve como proposta descrever os elementos que permearam o entendimento de saúde e sexualidade na adolescência de estudantes do Ensino Médio Integrado do IFCE – *Campus* Tauá, caracterizando suas interpretações no que tange a esse assunto, além de diagnosticar fatores que possam proporcionar insegurança sexual e reprodutiva a esse público. Essas propostas corroboraram com a definição de Sampaio (2022) de que, na investigação descritiva, pretende-se apresentar as características de determinada população ou grupo a ser estudado.

Para que tais ações obtenham êxito, foi necessário o emprego de método científico, que, segundo Marconi e Lakatos (2022), define-se como o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, ao serem executadas com maior segurança e economia, proporcionam a produção de conhecimentos válidos e verdadeiros, delineando o caminho a ser seguido, auxiliando na detecção de erros e nas decisões do pesquisador.

Presentemente, portanto, é preferível se referir a uma diversidade de métodos, e não apenas um, sendo eles relacionados diretamente com o objeto a investigar e com a classe de proposições que se busca descobrir (Gil, 2008). Um dos métodos científicos apontados por Marconi e Lakatos (2022) é o hipotético-dedutivo, que será aplicado no presente estudo, relacionado com a abordagem quali-quantitativa. Segundo as autoras, tal método se origina na percepção de uma omissão no conhecimento, sobre a qual são formuladas hipóteses e, por meio

processo de inferência dedutiva mediante observação ou experimentação, avalia a predição do acontecimento de fenômenos compreendidos pela hipótese.

Durante sua aplicação, o método hipotético-dedutivo pressupõe a observância das seguintes fases (Marconi; Lakatos, 2022), cujas etapas relacionadas encontram-se entre parênteses: colocação do problema (reconhecimento dos fatos, descoberta do problema, formulação do problema), construção de um modelo teórico (seleção dos fatores pertinentes, invenção das hipóteses centrais e das suposições auxiliares), dedução de consequências particulares (procura de suportes racionais, procura de suportes empíricos), teste das hipóteses (esboço da prova, execução da prova, elaboração dos dados, inferência da conclusão), adição ou introdução das conclusões na teoria (comparação das conclusões com as predições e retrodições, ajuste do modelo, sugestões para trabalhos posteriores).

Importante ressaltar que, enquanto no método dedutivo a busca consiste em confirmar a hipótese, no método hipotético-dedutivo, por sua vez, procuram-se evidências empíricas para derrubá-la. Gil (2008) também coloca que em caso de não haver êxito na demonstração de caso concreto capaz de falsear a hipótese, tem-se, aqui, a sua corroboração, a qual não excede o nível do provisório.

Frente às informações anteriores relacionadas ao caráter do estudo, observou-se que a linha de pesquisa do ProfEPT adequada tratou-se de Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Isso se justificou pelos fundamentos das práticas educativas e desenvolvimento curricular na Educação Profissional e Tecnológica serem abordados nessa área de concentração, priorizando estratégias transversais e interdisciplinares, as quais contribuem para a formação integral do estudante e possuem alicerce no trabalho como princípio educativo e na pesquisa como princípio pedagógico, em espaços formais e não formais (Brasil, 2019).

A estrutura da área de concentração acima citada foi composta por macro projetos de pesquisa e desenvolvimento, dentre os quais encontrou-se o macro projeto “Propostas metodológicas e recursos didáticos em espaços formais e não formais de ensino na EPT”, onde foram desenvolvidas os principais questionamentos de ensino e aprendizagem nesse segmento do ensino, priorizando discussões conceituais específicas, metodologias e recursos adequados para essas abordagens e elaboração e experimentação de propostas de ensino inovadoras em espaços educativos diversos (Brasil, 2017c).

4.2 Local do estudo

Para execução do trabalho, o local escolhido foi o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, *Campus Tauá*, onde encontravam-se os sujeitos a serem entrevistados, ou seja, adolescentes do ensino médio integrado ao ensino técnico profissional. A definição dessa instituição como *locus* da pesquisa se deu em virtude da mobilidade e inserção da pesquisadora no *campus*, facilitando a realização de atividades com o público local.

4.2.1 Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Brasil

A origem dos institutos federais data do início do século XX, quando, por meio do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, foi instituída a Escola de Aprendizes Artífices, por Nilo Peçanha (Silva; Romanowski, 2017).

Entretanto, várias modificações atingiram a instituição no transcorrer da história. A nomenclatura Liceu Industrial do Ceará substituiu o que se chamava Escola de Aprendizes Artífices, a partir de 1941. Já em 1968, foi assumida a denominação de Escola Técnica Federal do Ceará, a qual se transformou em Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Ceará (CEFET/CE). A partir daí, passou-se a ofertar ensino superior pela instituição, além do fomento a atividades de pesquisa e extensão (IFCE, 2015).

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram criados em 2008, por meio da aprovação da Lei nº 11.892, sancionada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A partir da sua fundação, o IFCE, em particular, congregaria os extintos Centros Federais de Educação Tecnológica do Ceará (Cefets/CE) e as Escolas Agrotécnicas Federais dos municípios de Crato e de Iguatu. É definida como instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, que oferta diferentes modalidades de ensino, perpassando seus vários níveis, desde a educação básica até o doutorado. Além disso, possui força relevante para atuar em pesquisa e extensão, com destaque para áreas técnica e tecnológica (IFCE, 2015).

A referida instituição apresenta como missão a produção, disseminação e aplicação dos conhecimentos científicos e tecnológicos apontando para a formação dos sujeitos de maneira integral, colaborando em sua completude, para concretizar a inserção social, política, cultural e ética dos indivíduos. O IFCE vislumbra se tornar referência no ensino, pesquisa, extensão e inovação, objetivando a evolução social e o progresso regional. Além disso, defende os seguintes valores: responsabilidade social, respeito, transparência, excelência, determinação, liberdade de expressão, solidariedade, inovação e sustentabilidade ambiental (IFCE, 2015).

4.2.2 O IFCE Campus Tauá

Por ser uma instituição descentralizada, o IFCE possui unidades em diferentes municípios, além da Reitoria, localizada em Fortaleza. Dentre as 35 unidades, um dos campi convencionais em funcionamento está situado em Tauá, município-polo da região do sertão dos Inhamuns, a qual abrange os municípios de Arneiroz, Aiuaba, Quiterianópolis e Parambu. O IFCE Tauá foi inaugurado em 20 de novembro de 2009, funcionando como *campus* avançado de Crateús até 2013, quando ganhou autonomia dando início à sua expansão (IFCE, 2023).

Historicamente, no ano de 2010, a instituição iniciou suas atividades ofertando à comunidade os cursos técnico em Agronegócio e superior em Tecnologia em Telemática. Após o processo de discussão com a comunidade local buscando a ampliação na oferta de novos cursos, foram incluídos mais dois cursos na instituição: técnico integrado em Redes de Computadores e licenciatura em Letras com dupla habilitação em língua portuguesa e inglesa, os quais tiveram início, respectivamente, em 2017 e 2018 (IFCE, 2023).

Ainda em 2018, a modalidade de curso técnico integrado foi firmada com a oferta dessa formação em Agropecuária. Em 2021, sob aprovação do Conselho Superior (Consup) do IFCE, foi criado o curso técnico subsequente em Informática para Internet, voltado para estudantes com ensino médio concluído. No mesmo ano, houve o lançamento da primeira pós-graduação da instituição, a especialização em Docência e Prática de Ensino na Educação Básica. (IFCE, 2023).

Contabilizando aproximadamente 80 servidores que constituem o quadro de docentes e técnicos-administrativos, o IFCE Tauá tem uma comunidade acadêmica composta por mais de 300 alunos regularmente matriculados, advindos, na maior parte, do sistema público de ensino. Para realizar suas atividades, possui uma estrutura que abrange salas de aula, laboratórios, quadra esportiva, biblioteca, auditório, refeitório e ambientes acessíveis (IFCE, 2023).

Além do total de seis cursos ofertados atualmente, em diferentes áreas do conhecimento, a instituição executa atividades de extensão e pesquisa, com atuação direta e gerando resultados em direção ao progresso da comunidade local.

4.3 Participantes

Participaram desse estudo alunos do 1º ano do Ensino Médio Integrado dos Cursos Técnicos em Agropecuária e Redes de Computadores do IFCE *Campus* Tauá. Os sujeitos,

regularmente matriculados na instituição, possuíam idade entre 14 e 16 anos e eram de ambos os sexos. Diante desses critérios, a amostragem foi composta por um total de 69 participantes.

Em acréscimo, houve uma baixa porcentagem de perda amostral (1,44%) na coleta dos dados pela ausência no dia da aplicação do formulário deste estudo, o que desencadeou um tamanho amostral de 68 estudantes.

4.3.1 Critérios de inclusão

Foram adotados como critérios de inclusão os discentes que aceitaram participar da pesquisa, por meio da assinatura do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido – TALE – (Apêndice A), além de haverem participado de todas as fases da pesquisa. Também foram incluídos alunos cujos responsáveis assinem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE – (Apêndice B).

4.3.2 Critérios de exclusão

Não foram considerados participantes da pesquisa os discentes que não estavam regularmente matriculados na instituição, que não aceitaram participar da pesquisa, que não entregaram o TALE assinado. Além disso, foram excluídos aqueles cujos responsáveis não aceitaram a participação no estudo ou não assinaram o TCLE. Também não participaram alunos de outros cursos ou modalidades de ensino ofertadas na instituição, além de outras instituições de ensino, e que não estavam dentro da faixa etária definida para esse estudo. Por fim, também foram excluídos aqueles que invalidaram as respostas do questionário.

4.4 Aspectos éticos da pesquisa

De acordo com a Resolução CNS nº 510/2016, toda e qualquer pesquisa que envolve seres humanos necessita de uma adequação ética dos procedimentos a serem utilizados, com vistas a preservar os direitos dos participantes (Brasil, 2016). Com isso, o projeto foi submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, no dia 11 de outubro de 2023, conforme o Anexo 2.

A pesquisa buscou respeitar os princípios da beneficência, não maleficência, a justiça e equidade sociais, também da autonomia, além de que deixar assegurada a liberdade de recusa

ou desistência em participar do estudo a qualquer momento, sem nenhum tipo de risco ou prejuízo aos participantes. Além disso, foram ainda garantidos o anonimato e o sigilo das informações fornecidas, mediante assinatura de termo de ciência pela pesquisadora e pelos sujeitos da pesquisa. Em se tratando da confiabilidade, os dados coletados nesse estudo estão arquivados de forma a não se ter acesso a qualquer conteúdo sem prévia autorização das partes interessadas.

Decorridas as análises de todos os pontos referentes ao presente trabalho no contexto da sua submissão ao CEP do IFCE, foi emitido o parecer de aprovação em 22 de dezembro de 2023, sob o número 6.599.671, CAAE 75047023.0.0000.5589, de acordo com o Anexo 3.

4.5 Coleta de dados

Após a aprovação do comitê de ética na pesquisa, a metodologia e cronograma foram apresentados à Diretoria de Ensino do IFCE *Campus* Tauá, almejando prévia autorização para realizar o estudo por meio de encontros com o público-alvo pretendido. Firmada, assim, a parceria com a instituição, procedeu-se à etapa de contato com os possíveis sujeitos da pesquisa. Para execução dessa fase, foram convidados os responsáveis pelos alunos para uma reunião, onde houve a apresentação dos objetivos da pesquisa, dentre outras orientações repassadas, além de esclarecimentos de dúvidas acerca de aspectos relevantes da pesquisa.

Em seguida, procedeu-se à etapa de coleta dos dados, mediante convite prévio realizado por meio da entrega da carta convite (Apêndice C), para mensurar a percepção dos adolescentes acerca de assuntos tangentes à sexualidade e saúde nessa fase da vida. Ao sinalizarem a aceitação da sua participação no estudo, foi solicitado aos pais e responsáveis que assinassem o TCLE, uma vez que estavam consentindo pelos menores de idade.

A coleta propriamente dita ocorreu em três fases. A primeira fase de coleta de dados, executada nas datas 26/02/2024 com a turma do curso de redes de computadores e 27/02/2024 com alunos do curso de agropecuária consistiu na aplicação do questionário (Anexo 1), um instrumento validado por Ferreira (2020). Para lograr êxito nessa etapa, o questionário utilizado objetivou buscar conhecimentos prévios dos alunos ante o assunto do estudo “Saúde sexual e reprodutiva” e identificar as necessidades desses acerca dos temas com os quais se defrontaram.

O questionário foi do tipo estruturado, constituído por cinco perguntas abertas e onze perguntas fechadas dispostas em série ordenada, as quais foram respondidas por escrito. Neste estudo, a pesquisadora fez uma leitura prévia das questões no momento da aplicação, quando, no instante seguinte, o questionário foi encaminhado ao sujeito da pesquisa, que o preencheu

em tempo hábil, estimado em vinte minutos, e devolveu da mesma forma que o recebeu (Marconi; Lakatos, 2022).

Vale ressaltar que, simultaneamente à apresentação e aplicação do questionário, houve uma reunião com os adolescentes cujo objetivo consistiu em fazer uma exposição do estudo, trazendo uma breve demonstração sobre a natureza e a importância da pesquisa e a necessidade da participação significativa dos sujeitos. Nessa oportunidade, foi solicitada a assinatura do TALE, para os participantes explicitarem a anuência na participação da pesquisa.

A fase seguinte da coleta de dados, por sua vez, ocorreu através de encontros previamente agendados, utilizando a técnica de Grupo Focal. Bauer e Gaskell (2002) informam que essa técnica acontece quando o pesquisador reúne um grupo de pessoas em um mesmo local durante determinado período.

Visando elevar o protagonismo estudantil na construção dessa fase, e em que pese a importância dos temas geradores no âmbito dos Grupos Focais, as respostas do questionário sobre saúde sexual e reprodutiva, aplicado na primeira fase, constituíram a base conceitual para a escolha dos temas geradores componentes da técnica de Grupo Focal. Tal procedimento foi pautado em estudos como o de Muscardi e Arnholz (2023), que apontam a dificuldade de um ensino-aprendizagem contextualizado pautada pela ausência de participação dos alunos nesse processo.

Dessa forma, são depositadas nas perguntas a realidade e as expectativas dos sujeitos diretamente envolvidos na pesquisa, evitando desinteresse dos alunos durante as entrevistas (Muscardi; Arnholz, 2023). Além disso, o bom desempenho dos grupos formados contribui na obtenção de informações consideradas primordiais para o entendimento de fenômenos objetos da investigação. Para o alcance exitoso desse objetivo, foram extraídos os seguintes temas geradores: sexualidade, condutas sexuais e gênero, infecções sexualmente transmissíveis (IST), vulnerabilidade às IST, cuidados com a saúde sexual/educação para a saúde sexual.

Em se tratando de nomenclatura, Wenzel (2012, p. 55) conceitua:

‘Focal’ porque as conversações são realizadas como uma atividade coletiva, como realizar uma tarefa, assistir um filme e depois debater sobre esse assunto com um conjunto específico de questões. Embora se possa confundir com entrevistas grupais, a ideia é um pouco mais ampla, no sentido de que os participantes expõem suas ideias e comentários.

Em termos de conceituação, Bauer e Gaskell (2002) definem o Grupo Focal como entrevista aberta, de natureza qualitativa, previamente estruturada, cujo objetivo fundamental é o entendimento detalhado das ideias explanadas sobre questões postas em investigação, como,

por exemplo, na temática sexualidade e saúde sexual. Para isso, a pesquisadora trabalhou para que fosse criado um diálogo entre os adolescentes, fato esse que proporcionou à autora do estudo o acesso às informações necessárias para esclarecer os questionamentos de investigação pretendidos.

Segundo Meyer e Paraíso (2012), o diálogo tem como objetivo incentivar as ideias consensuais, como também os pensamentos contrários. Do mesmo modo, a técnica de grupo focal, diferentemente de entrevistas, individuais ou coletivas, trabalha no sentido de elaborar um material empírico a partir do qual será possível analisar diálogos sobre saúde sexual e reprodutiva, ao invés de falas isoladas.

Acerca da organização do Grupo Focal, com o intuito de trabalhar questões em grau considerado de profundidade, por meio da interação grupal, cada grupo focal não pode ser grande, como também não pode ser excessivamente pequeno. Gatti (2012) informa que a constituição deve estar preferivelmente entre seis a doze pessoas.

Dessa forma, para o presente estudo, foram montados oito Grupos Focais, cada um composto por seis alunos, seguindo o critério de aceitação dos participantes. Oliveira *et al.* (2020b) reforçam que a constituição de um Grupo Focal envolve uma seleção prévia de participantes considerando a existência entre eles, de algumas características comuns, fato esse que facilitará o acesso aos dados necessários para elucidação das questões abordadas.

A adoção do Grupo Focal como técnica de coleta de dados elevou a importância de se observar as interações e trocas entre os sujeitos da pesquisa, no caso, os adolescentes, reivindicando da pesquisadora olhar e escuta atentos quanto às rupturas, os silêncios, os consensos, as contradições, as sequências dialógicas (Giacomini, 2011). Vale destacar que, de acordo com Barbour (2009), o entrosamento entre os participantes é motivado e estimulado pela pesquisadora.

Gatti (2012) relata que esse método de pesquisa, quando aplicado observando os pontos citados, proporciona à pesquisa assimilar, através das trocas realizadas no grupo, conceitos, sentimentos, atitudes, crenças, experiências e reações, de uma forma potencializada em comparação a outras técnicas de pesquisa.

O Grupo Focal, de acordo com Gatti (2012), é considerado um tipo especial de entrevista onde o pesquisador produz as condições favoráveis à plena interação do grupo participante e ao estabelecimento de um processo de comunicação sem ingerências indevidas. Inclui-se nesse campo a detecção de situações em que foi necessário incentivar o rodízio de falas entre os participantes para potencializar a objetividade da técnica em meio à subjetividade inerente a cada entrevistado, de forma a sustentar a perspectiva de produção grupal. Em

observância à plenitude dos objetivos do Grupo Focal, além da equipe de alunos e da autora do estudo, atuando como moderadora, também foi registrada a presença de um profissional observador.

De acordo com Backes *et al.* (2011), a composição profissional do Grupo Focal envolve o moderador e o observador, o qual, nesse estudo, constituiu-se do tipo participante, tornando-se parte do funcionamento do grupo, onde faz mais do que apenas observar e ouvir, sendo de extrema importância para o sucesso da técnica.

Nesta pesquisa, o observador foi um assistente de alunos, com formação em nível superior e ocupante de cargo descrito como técnico-administrativo em educação, trabalhando no atendimento e contato direto com os adolescentes do IFCE *Campus* Tauá. A sua contribuição para a execução do Grupo Focal envolveu o registro de comunicações não-verbais, linguagem, atitudes, preocupações e ordem de respostas que sejam consideradas importantes, viabilizando as discussões após o término do grupo com a moderadora.

Oliveira *et al.* (2020b) enfoca a necessidade de mínima interferência possível da moderadora no decorrer da entrevista, devendo assumir o papel predominante de ouvinte. Apenas em situações importantes, como, por exemplo, para aprofundar uma discussão ou focalizar em uma questão, poderá interromper a fala dos participantes.

Também influenciará no bom desempenho do Grupo Focal o domínio das dinâmicas em grupo pela profissional e a capacidade de tolerância a ambiguidades, contradições e insuficiências, além de fazer sínteses e reformulações sem transmitir sua opinião sobre os temas abordados. Por ser uma conversação contínua e com o mínimo de interrupções, foi adotado o método físico de gravação, com o consentimento dos participantes, através do uso de um aparelho gravador de voz, com memória física para posterior escuta da autora da pesquisa.

O material para estudo foi adquirido durante as oito sessões realizadas para aplicação das entrevistas, cujos dados foram coletados até a saturação, isto é, até alcançar os objetivos propostos. As reuniões aconteceram durante o mês de agosto de 2024, cada uma com um grupo diferente de seis participantes, com uma média de duração de 70 minutos para cada encontro, que teve sua organização baseada em temas geradores e perguntas norteadoras que constituíram o roteiro executado pela moderadora (Apêndice D).

O roteiro de questões que norteou as discussões apresentou poucos itens, permitindo certa flexibilidade na condução pela moderadora, com registro de temas não previstos, porém relevantes. É importante pontuar que o roteiro foi construído de tal modo que as primeiras questões eram mais gerais visando incentivar a participação de todos. Citam-se como exemplo: “O que significa sexualidade para vocês?”; “Como se relacionam sexualmente?”; “O que

conhecem sobre as infecções sexualmente transmissíveis?"; "O que é vulnerabilidade para vocês?"; "De que maneira cuidam da saúde sexual?".

É possível observar que o roteiro incorporou questões que emergiram do próprio universo investigado, para não perder de vista a coerência desse procedimento com o referencial teórico-metodológico da presente pesquisa (Gatti, 2012). Após os primeiros questionamentos apresentados, a moderadora foi inserindo os tópicos mais específicos, assim como questões suscitadas por respostas anteriores dos participantes. Pontuam-se essas perguntas: "Acredita que a religião interfere na sexualidade?"; "Existe um momento certo para iniciar a vida sexual?"; "O que você pensa sobre ser homem? O que pensa sobre ser mulher?"; "Como são as condutas sexuais masculinas? Como são as condutas sexuais femininas?"; "Com que tipo de parceiro acham que se devem utilizar os métodos?"; "As vulnerabilidades são iguais entre os gêneros masculino e feminino?"; "A instituição favorece a discussão dessas temáticas?".

Para melhor desenvolvimento desses questionamentos, a moderadora traçou um diálogo a fim de estimular as interações grupais e otimizar a produtividade nas entrevistas, envolvendo os alunos nos temas propostos, uma vez que se trataram de assuntos sensíveis com risco de respostas pouco esclarecedoras. Como exemplo, citam-se algumas perguntas trabalhadas nesse aspecto: "Quais as diferenças que existem entre um jovem do gênero masculino e uma jovem do gênero feminino?"; "Quais são as suas vulnerabilidades? Quais as causas? O que influencia?".

Dessa forma, conforme aponta Gatti (2012), contando com a experiência da moderadora em conduzir o assunto a partir do seu conhecimento sobre a técnica e sobre o referencial teórico trabalhado na pesquisa, a discussão dos Grupos Focais foi levada até o esgotamento das dúvidas, alcançando o objetivo da técnica aplicada ao lançar um olhar multifacetado sobre objeto investigado.

Importa acrescentar que foi acolhida a recomendação de Gaskell (2005) e Westphal, Bógus e Faria (1996), quando informaram que não existe padronização de tempo para os Grupos Focais, porém preconiza-se que não ultrapasse duas horas de duração, uma vez que períodos prolongados podem gerar cansaço e desgaste mental, limitando o alcance dos resultados e dos objetivos do estudo.

Além disso, os encontros foram realizados em uma sala reservada pela instituição para essa finalidade, seguindo as orientações de optar por um local neutro, com fácil acesso e, preferencialmente, fora da sala de aula ou ambiente de trabalho (Busanello *et al.*, 2013). A disposição das cadeiras na sala configurou-se em formato semicircular, de tal modo que os

participantes estavam lado a lado, possibilitando o contato próximo entre todos, como demonstrado na Figura 1.

Figura 1 – Disposição em sala durante Grupo Focal



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Em termos comuns, a realização dos Grupos Focais foi precedida de apresentação dos profissionais presentes e de uma introdução onde foram discutidos alguns aspectos importantes à sua organização e a fatores de ordem técnica para preservar a qualidade da gravação. As gravações em formato digital das entrevistas e reuniões foram transcritas posteriormente na íntegra, porém não houve a solicitação de conferência dos textos aos estudantes, a fim de que não ocorressem comportamentos como vergonha ou inibição.

Além disso, foi apresentado objetivo do grupo focal de forma clara no momento de abertura dos trabalhos, sinalizando as questões centrais sobre as quais a discussão irá concentrar-se. Em seguida, a moderadora enumerou as regras básicas de funcionamento do momento, esclarecendo de partida o seu papel. Dentre as regras para essa ocasião, apontaram-se: 1) falar uma pessoa de cada vez; 2) evitar discussões paralelas para que todos possam

participar; 3) dizer livremente o que pensa; 4) evitar o domínio da discussão por parte de um dos integrantes; 5) manter a atenção e o discurso na temática em questão.

Visando preservar o anonimato dos participantes, optou-se por utilizar na composição do nome fantasia a letra “A”, para referir-se a “aluno/aluna”, acompanhada pelo número correspondente à sequência de realização dos grupos.

Já em se tratando da aplicação da técnica ao primeiro grupo, especificamente, ocorrida em 06/08/2024, a moderadora comunicou sobre a reserva da sala destinada ao encontro com os alunos, os quais compareceram no horário agendado. Os discentes mostraram-se apreensivos, em virtude de estarem participando de uma pesquisa realizada na instituição. Um fator que evidenciou esse estado emocional do grupo foram os questionamentos proferidos acerca do momento que ocorreria naquele local.

Também chamou a atenção a disposição da mesa e das cadeiras, quando a moderadora esclareceu que tal organização serviria para auxiliar na observação do comportamento de todos durante a entrevista, além de contribuir para a melhor qualidade da gravação. No que tange a aspectos peculiares a esse primeiro grupo, observou-se a disposição de todos em desenvolver os temas aplicados por meio das perguntas geradoras, fato esse que gerou discussões importantes entre eles, com pontos de discordância que atravessaram todas as questões abordadas na aplicação da técnica.

No segundo encontro, ocorrido em 08/08/2024, em virtude de imprevistos de ordem institucional da moderadora, o grupo foi recebido pelo observador na sala onde todos aguardaram o início das atividades pela pesquisadora. No decorrer da apresentação dessa etapa da pesquisa, os alunos foram informados sobre a recomendação de manterem os pertences guardados, gerando surpresa e animação simultaneamente.

Ao comporem a mesa de reunião, foram informados sobre o funcionamento da técnica de grupo focal, quando a moderadora iniciou uma dinâmica de apresentação para coibir a timidez apresentada nos primeiros momentos de fala dos alunos. No decorrer da entrevista, foi necessário envolver um diálogo entre as perguntas para estimular a conversação e, dessa forma, extrair o máximo de informações possível sobre a temática explorada. Devido a esse fato significativo, obteve-se uma reunião com duração mais extensa para o grupo em questão.

Em 13/08/2024, aconteceu a reunião para aplicação do terceiro grupo focal, com uma equipe composta por cinco alunas e um aluno. Essa formação influenciou diretamente nas discussões envolvendo gênero, como também trouxe essa categoria e suas vertentes para a maioria das perguntas norteadoras, estando presente em todos os temas geradores apontados na entrevista.

Devido a esse fato em particular, a mediadora e o observador obtiveram apontamentos comuns no que tange à fluidez dos diálogos e à baixa necessidade de estímulo à conversação sobre os assuntos do grupo focal, onde o êxito do processo contou com a experiência da pesquisadora em apenas controlar o desdobramento das discussões no sentido de se manterem atinentes à temática sugerida.

O quarto grupo focal, por sua vez, teve sua realização em 15/08/2024, num contexto de intervalo entre aulas, graças à necessidade de adaptação do calendário acadêmico, que repercutiu na data e horário aproximado com esse momento da pesquisa. Apesar de conviver com a possibilidade de encurtamento de tempo, a moderadora otimizou o primeiro momento da aplicação da técnica, que envolveu apresentação de todos e das regras que envolvem o grupo focal.

Contudo, o desenvolvimento dos temas por meio das perguntas norteadoras instigou a capacidade de conversação dos participantes ao adentrar em temas sensíveis a eles, como família e religião, provendo emoções dentre outras subjetividades aos depoimentos coletados, o que trouxe a facilidade de contemplar os questionamentos apresentados pela moderadora.

Prosseguindo na aplicação do grupo focal, a reunião do dia 20/08/2024 envolveu o quinto grupo de participantes, composto por alunos que, ao início da abordagem técnica, demonstraram timidez e insegurança, momento que impeliu a moderadora a decidir pela aplicação de uma dinâmica com o intuito de promover a melhor interação e relaxamento dos discentes, o que contribuiria para o delineamento exitoso desse grupo focal.

Apesar disso, o comportamento inibido contribuiu para que os discursos apresentassem desempenho satisfatório dos participantes, sobretudo em questionamentos que envolviam conhecimento sobre a temática. Como exemplo, citam-se as perguntas que investigam qual a concepção que eles possuíam sobre as infecções sexualmente transmissíveis e quais as condutas sexuais dos jovens em cada gênero.

O sexto grupo a ser submetido à entrevista que compõe a técnica de grupo focal esteve reunido no dia 22/08/2024. Uma particularidade importante sobre esse grupo referiu-se à formação da equipe, a qual estava composta por alunas que formavam uma dupla e alunos que formavam um trio. Apenas um aluno encontrava-se sem par, fato que sugestivamente acentuou uma já aparente timidez do mesmo.

Assim, o andamento da aplicação da técnica acompanhou uma comunicação por meio de pares de interação, que funcionaram como pontos de apoio para entre os participantes, ora para o debate, ora para a concórdia. Os alunos, apesar de pertencerem à mesma turma, não

tinham muita afinidade de ideias, expressões e sentimentos, o que conferiu discreta disputa de forças entre pares.

A penúltima aplicação da técnica ocorreu para o grupo que se reuniu em 27/08/2024. Em particular, essa formação envolveu um coletivo feminino, induzindo a moderadora a adaptar algumas perguntas que envolviam questões de gênero. Tal característica também estimulou o observador a identificar e registrar um maior número de falas com expressivo teor de sentimentos.

Cabe notar também a variação das categorias das respostas quando estas emitiam opiniões, implicando um amplo debate contemplado por concordâncias e controvérsias entre as participantes, as quais levaram a direção de conversação predominantemente para questões polêmicas durante a realização do grupo focal.

Encerrando essa coleta de dados, no dia 29/08/2024 aconteceu a última reunião voltada para a aplicação da técnica de grupo focal entre alunos da instituição onde ocorre a pesquisa. Em virtude da proximidade com outros participantes dessa etapa do estudo, essa equipe proporcionou um diálogo mais fluido e comportamento que exigiu menos intervenção da moderadora, uma vez que eles já demonstraram estar cientes das regras da técnica a que seriam submetidos.

As manifestações silenciosas desses discentes, além de frequentes respostas monossilábicas, proferidas diante de assuntos tratados no grupo, como sexualidade e religião, desafiaram a pesquisadora a desenvolver um diálogo em torno dos questionamentos a fim de percorrer a órbita das temáticas e obter respostas até o ponto de saturação, quando encerra a aplicação da técnica com os participantes.

Em sua última fase, a coleta de dados trouxe a reaplicação de perguntas específicas extraídas do questionário sobre saúde sexual e reprodutiva utilizado na primeira etapa desse estudo. Nessa reaplicação, ocorrida em 17/09/2024, foram empregadas apenas as questões que exploraram o conhecimento dos discentes acerca de saúde sexual e reprodutiva, conforme consta no Apêndice E.

A justificativa para a seleção dessas perguntas reside no fato de que, nessa etapa, o objetivo consistiu em captar as atuais concepções dos adolescentes sobre o tema da pesquisa, observando as diferenças entre esse entendimento e aquele apresentado na primeira fase de aplicação do questionário. Aqui, o estudo almejou verificar o impacto positivo no comportamento do adolescente em relação à sua saúde sexual e reprodutiva, estimulando-o a adquirir suas decisões e ações de forma segura.

4.6 Análise dos dados

O tratamento dos dados ocorreu conforme cada instrumento canaliza. O questionário teve sua análise protocolada via estatística descritiva. Para se proceder a tais análises, foi utilizado o programa Excel, onde os resultados foram apresentados de forma gráfica e tabulada. A estatística possui como tarefa a interpretação de dados obtidos por meio de pesquisas de campo e apresentação de resultados de forma a facilitar a tomada de decisão do pesquisador (Rao, 1997). Nesse estudo é primordial a aplicação da estatística descritiva, com a finalidade de fornecer informações para um diagnóstico mais eficaz na identificação de percepções dos adolescentes acerca da sexualidade e saúde sexual, auxiliando no direcionamento para tomada de decisões e ações assertivas em relação a essa temática.

Em seguida, para a análise dos dados coletados por meio da técnica de Grupo Focal, foi aplicada a técnica de análise de conteúdo temático-categorial de Bardin (2016). Para ela, o termo análise de conteúdo representa:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (Bardin, 2016, p. 48).

Bardin (2016) explica que o processo de análise de conteúdo está organizado em três polos: 1) pré-análise; 2) exploração do material; 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Na primeira fase, o material elaborado junto aos sujeitos da pesquisa foi lido com o propósito de identificar seu conteúdo, deixando-se compenetrar por impressões e orientações, constituindo-se no que Bardin (2016) denomina de leitura flutuante.

Na exploração do material, etapa seguinte do processo, os arquivos receberam leituras inúmeras vezes, de modo a possibilitar sua decomposição em unidades menores. Bardin (2016) traz como caracterização para essa etapa: “longa e fastidiosa, consiste essencialmente em operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas”.

Segundo Bardin (2016), para tratar o material produzido, é necessário codificá-lo. Essa tarefa, para a autora, corresponde a uma transformação das informações brutas do texto, possibilitando o alcance de uma representação do conteúdo ou da sua expressão. Para tanto, foi utilizada a análise temática, que “consiste em descobrir os ‘núcleos de sentido’ que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição, podem significar alguma coisa para

o objetivo analítico escolhido” (Bardin, 1996, p. 135). Após a codificação, as respostas foram agrupadas de acordo com as características comuns, surgindo, dessa forma, as categorias temáticas, que caracterizaram a última etapa da análise temático-categorial.

A partir da produção dos dados, obtidos mediante análise bibliográfica e documental, da escuta dos sujeitos da pesquisa e das suas análises e interpretações, procedeu-se à elaboração do Produto Educacional – Saúde *On: O Podcast* da Saúde do Adolescente, a ser apresentado mais adiante.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

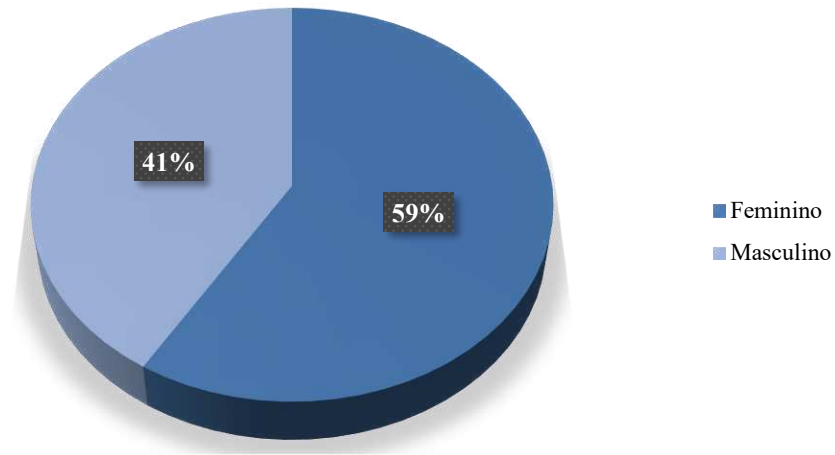
Neste capítulo, os resultados serão apresentados em conformidade com cada fase da pesquisa e instrumento utilizado para desenvolvimento da pesquisa com discentes do IFCE *Campus* Tauá. Dessa forma, seguem essa sequência: questionário sobre saúde sexual e reprodutiva, Grupo Focal, subdividido conforme a ordem dos temas geradores, e questionário de reavaliação sobre saúde sexual e reprodutiva.

5.1 Questionário sobre saúde sexual e reprodutiva

O tratamento dos dados obtidos no questionário sobre saúde sexual e reprodutiva ocorreu por meio de uma análise descritiva, a qual foi realizada com o uso de gráficos e tabelas. Foi possível delinear um quadro geral de como os participantes expressaram suas vivências em relação à sexualidade e saúde, apresentando coerência com as informações advindas das entrevistas semiestruturadas aplicadas através de Grupo Focal. Os resultados apresentados adiante confirmam o fato de que não existe diálogo entre os adolescentes e seus pais ou responsáveis sobre saúde sexual e reprodutiva e de que não há formação consistente de orientação sexual e reprodutiva a ser proporcionada para o público adolescente na instituição de educação.

Nesse contexto, apresentamos o Gráfico 1, referente à caracterização da amostra, que totalizou 68 adolescentes, dentre os quais, quando questionados sobre o sexo, 58,8% representaram o público feminino, enquanto 41,2% são meninos. O percentual de diferença está maior do que em estudos anteriores com escolares do ensino médio, como, por exemplo, pesquisa realizada por Franco *et al.* (2020), onde há uma equiparação entre meninos e meninas. O dado identificado também confronta o estudo de Aragão *et al.* (2021), os quais identificaram uma amostra predominantemente masculina, porém se aproxima das estatísticas apresentadas por Scull *et al.* (2022) e Pereira *et al.* (2022).

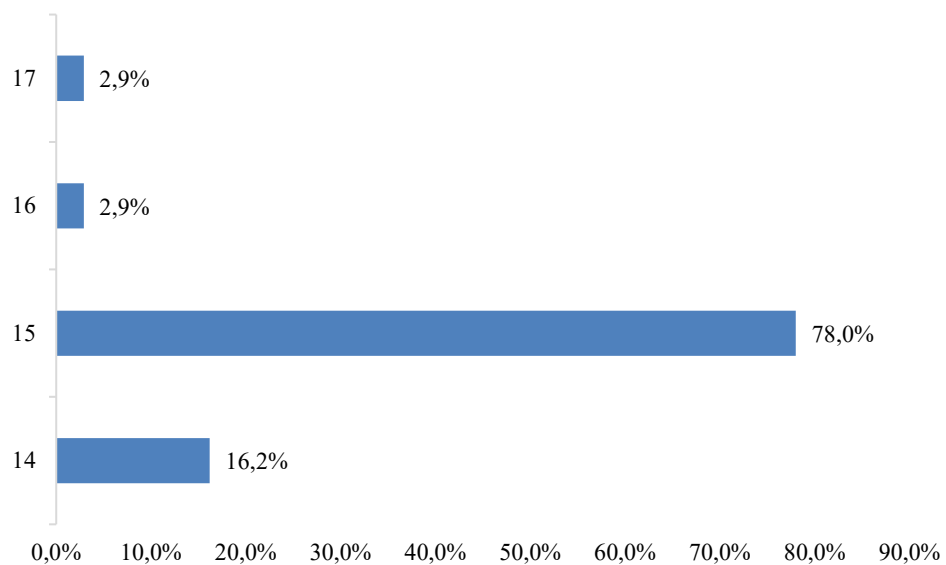
Gráfico 1 – Sexo dos participantes



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

No que tange à idade dos participantes, constatou-se, como mostra o Gráfico 2, que a maior prevalência é de 15 anos. Os demais respondentes informaram idades aproximadas, a saber 14, 16 e 17 anos, compondo uma média de idade de 14,9 anos. Esse dado apresenta proximidade com estudo do tipo relato de experiência executado por Balduino *et al.* (2018) sobre educação em saúde para adolescentes.

Gráfico 2 – Idade dos participantes



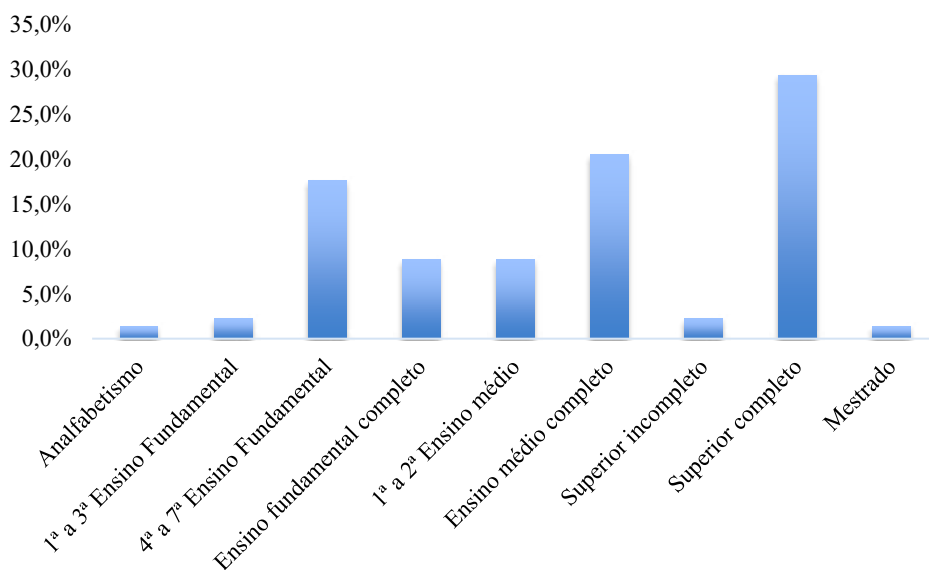
Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Vale destacar que, de acordo com a OMS, a adolescência está circunscrita à segunda década de vida, passando a faixa etária de 10 a 19 anos, considerando que a juventude se desdobra dos 15 aos 24 anos. Tal conceito comporta desdobramentos, identificando-se adolescentes jovens dos 15 aos 19 anos. Por sua vez, a lei brasileira define para o adolescente a faixa etária de 12 a 18 anos. Nota-se, portanto, um desarranjo entre a marcação etária do Estatuto da Criança e do Adolescente e a da Organização Mundial da Saúde, também adotada pelo Ministério da Saúde (Brasil, 2007).

O objetivo da pergunta 3 era desvendar a escolaridade do chefe de família dos entrevistados, com o intuito de estabelecer associação da escolaridade do responsável com o nível de esclarecimento e diálogo entre os familiares sobre assuntos de diversas esferas e incentivo dos pais e responsáveis à ampla educação dos adolescentes.

Nesse quesito, percebeu-se que a maioria das respostas apontavam para o nível superior completo (29,4%), conforme mostra o Gráfico 3. Nedel, Mattos e Marin (2020) e Silva (2022), em seus estudos, identificaram a relação direta entre o grau de escolaridade dos pais e responsáveis e o desempenho acadêmico dos alunos. Quando se tem uma maior escolaridade parental, as possibilidades de acesso a estratos sociais mais elevados são aumentadas, influenciando na disponibilidade de recursos, no desempenho escolar, além de interferir em outras práticas extraescolares, com a participação mais ativa dos pais na educação dos filhos.

Gráfico 3 – Grau de escolaridade do/a chefe de família

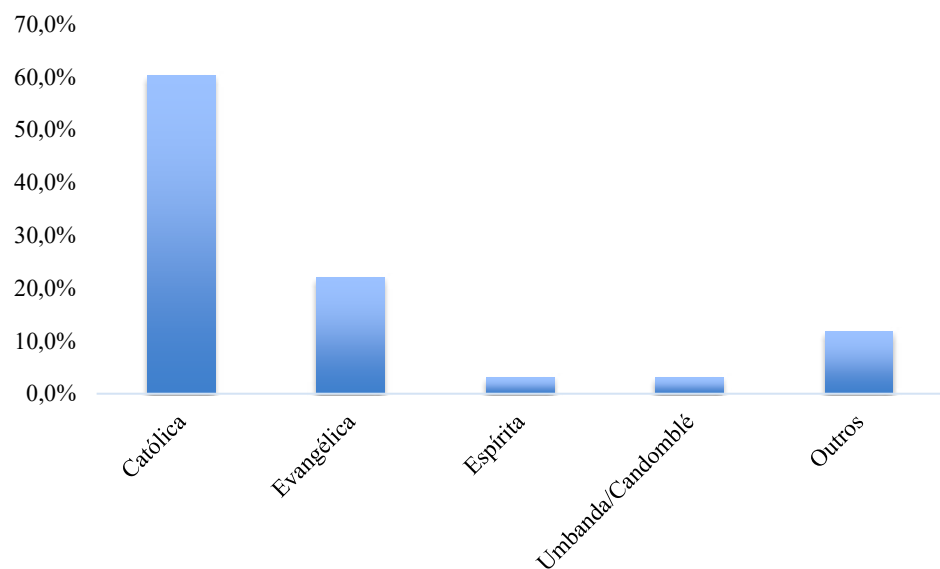


Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Em contrapartida, e robustecendo o pensamento acima, Nedel, Mattos e Marin (2020) perceberam, em pesquisa aplicada a alunos e pais, que a menor escolarização dos pais e responsáveis possuía ligação direta com o autoconceito mais baixo no que tange à dimensão familiar. Isso quer dizer que pode acarretar dificuldades relacionais no ambiente familiar, comprometendo o diálogo e o estímulo à educação por parte dos pais e responsáveis.

O Gráfico 4 visa demonstrar o perfil religioso dos participantes. Nota-se que a maioria (60,2%) se declarou católico, enquanto 22,0% professaram ser evangélicos e 11,7% indicaram o seguimento para outras religiões sem especificar sua origem, atentando-se para o fato de que havia as opções das religiões espírita e umbanda/candomblé.

Gráfico 4 – Religião dos participantes



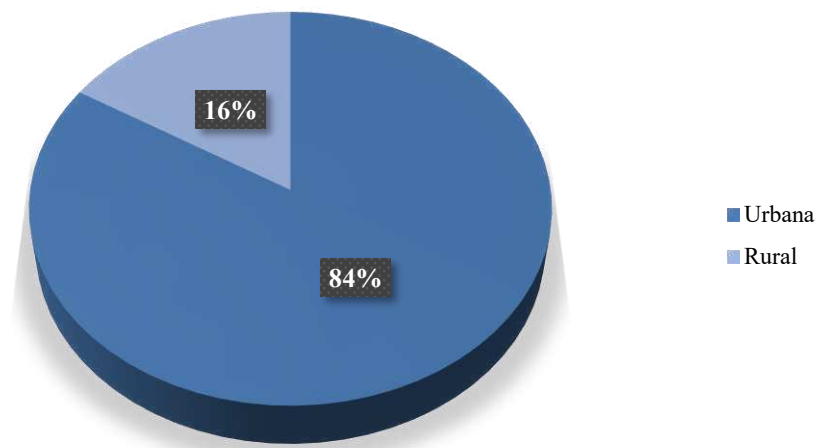
Fonte: Elaborado pela autora, (2024).

Esse questionamento buscou explorar a possibilidade de impasse na participação no estudo por parte dos alunos, ou por recusa própria ou por impedimento advindo dos responsáveis em virtude da religião, valores e princípios adotados pela família. Em pesquisa realizada por Carvalho e Sívori (2017), foi identificada a recusa quanto à abordagem de temas variados no campo educacional, como, por exemplo, a sexualidade, por influência de crenças religiosas ou valores e princípios conservadores de cunho religioso.

Reforçando a importância da temática da religião para esse estudo, Marinho (2020), ao trabalhar sexualidade e religiosidade com adolescentes, constatou que o comportamento dos jovens sofre interferência de aspectos religiosos estabelecidos pelo grupo ao qual pertencem. Embora a religiosidade cumpra uma função restritiva na vida das pessoas, muitas vezes pode oportunizar práticas protetoras nos comportamentos sexuais.

Outra questão abordada para caracterizar a amostra procurou saber a localidade de moradia dos discentes, onde foi identificado que 83,8% dos respondentes afirmaram residir na zona urbana, enquanto 16,2% moram na zona rural. O Gráfico 5 ilustra os dados da questão 5 do formulário aplicado.

Gráfico 5 – Local de residência dos participantes



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Ao serem abordados sobre diálogo a respeito de sexo, os discentes poderiam informar mais de uma resposta. Diante da Tabela 1 contendo todas as categorias elencadas nas respostas coletadas, pode-se notar a predominância de mãe e amigo ou amiga, ambos com 33,8% de prevalência. Genz *et al.* (2017) reforçam a importância de uma rede familiar durante a adolescência, a qual poderá enfatizar e orientar os filhos sobre educação sexual e reprodutiva, assim como dirimir as dúvidas decorrentes dessa fase da vida. No entanto, é perceptível que muitos pais enfrentam dificuldades em trazer essa temática para o ambiente doméstico (Furlanetto *et al.*, 2018; Danzmann *et al.*, 2022).

Tabela 1 – Prática do diálogo sobre sexo
(continua)

Mãe	33,8%
Amigo/a	33,8%
Profissional	4,4%
Primo/a	17,6%
Irmão/irmã	7,3%

Pai	8,8%
Namorado/a	8,8%
Avó	2,9%
Tia	1,4%
Família	5,8%
Escola	1,4%
Ninguém	17,6%

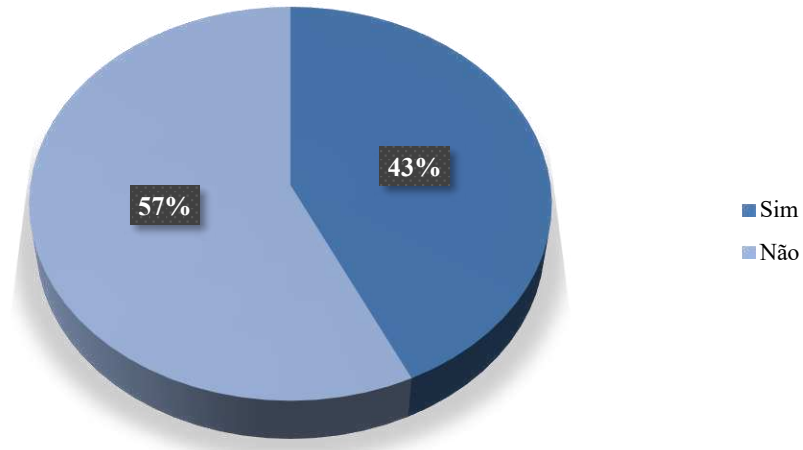
Fonte: Elaborada pela autora (2024).

Ainda em relação à tabela anterior, nota-se que a categoria “amigo ou amiga” está entre as mais prevalentes, o que pode se justificar pelo fato de que a família, a qual é designada naturalmente como o meio principal para aquisição de valores de vivência em sociedade, nem sempre poderá corresponder às expectativas e necessidades dos jovens. Tal fato pode incorrer na busca por outros meios de informações para auxiliar na formação da personalidade (Silva *et al.*, 2020). Soma-se a isso a preocupação em identificar se os adolescentes estão recebendo informações adequadas nesse contexto, como reforça Spinola (2020).

Importa ressaltar a presença da resposta “ninguém”, com percentual de 17,6%, indicando a ausência de busca de informações a respeito da educação sexual e reprodutiva para com outras pessoas do convívio dos respondentes da pesquisa. Danzmann *et al.* (2022) descreve que, embora os adolescentes possuam conhecimentos prévios acerca da educação sexual e riscos relacionados, ainda assim podem estar expostos a vulnerabilidades no que tange a situações como infecções sexualmente transmissíveis e gravidez indesejada.

Nesse ínterim, ao serem questionados especificamente sobre os pais no que tange a diálogos sobre a temática saúde e sexualidade, pode-se ver que, de acordo com o Gráfico 6, a maioria dos alunos afirmou a existência dessa conversa no âmbito familiar. Apesar de terem identificado uma prevalência da mídia, por meio de internet e TV, como fonte de embasamento para educação sexual e reprodutiva entre escolares envolvidos em seu estudo, Pereira *et al.* (2022) indicam que a promoção de diálogos com a participação dos genitores facilita a compreensão de assuntos envolvendo essa temática, além de estimular os vínculos afetivos entre adolescentes e seus familiares.

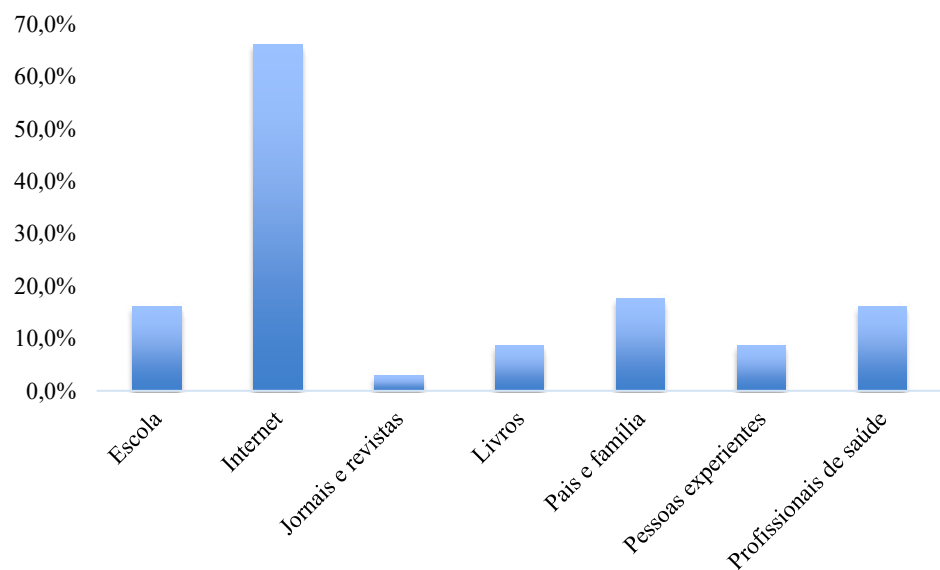
Gráfico 6 – Existência de diálogo dos participantes com pais



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Em continuidade sobre o quesito informações adquiridas em educação sexual e reprodutiva, o Gráfico 7 mostra as fontes de embasamento utilizadas pelos estudantes para essa temática. Tal resultado se aproxima de pesquisa realizada por Cavalcante *et al.* (2021) com adolescentes de Pernambuco, a qual também demonstra a internet como principal meio de busca para tratar saúde e sexualidade.

Gráfico 7 – Fontes de informação sobre educação sexual e reprodutiva

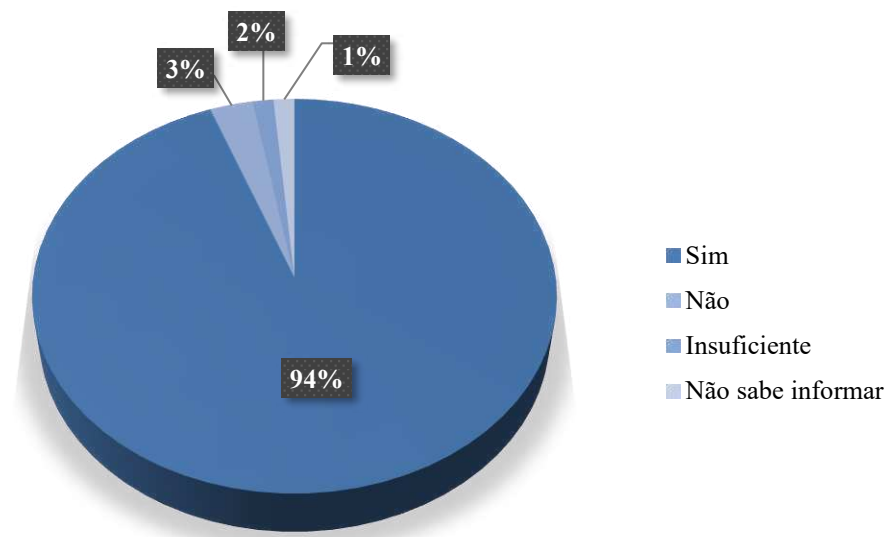


Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Logo, é de conhecimento geral que esse tipo de mídia não possui como aplicabilidade de uso apenas o lazer, mas também podem ter utilidade como ferramentas práticas para obtenção de conhecimentos, sobretudo em se tratando da atual geração de adolescentes e jovens, os quais são detentores de evidente proximidade com o meio digital (Tavares; Melo, 2019).

Em relação ao ambiente escolar, por sua vez, os estudantes foram questionados sobre a disponibilidade de informações em saúde sexual e reprodutiva. De acordo com o Gráfico 8, os discentes recebem, de alguma forma, ensinamentos sobre saúde e sexualidade na instituição de ensino que frequentam.

Gráfico 8 – Disponibilidade de informações sobre a temática na instituição



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Tais dados corroboram com pesquisa de Viana *et al.* (2022), os quais identificaram que as ações do PSE nas instituições de ensino obtêm notoriedade pelo público alvo, não passando despercebidas. Reafirma-se, dessa maneira, que esse programa tem se mostrado como uma estratégia eficiente em abrangência e intersetorialidade para corresponder às necessidades dos adolescentes (Viana *et al.*, 2022).

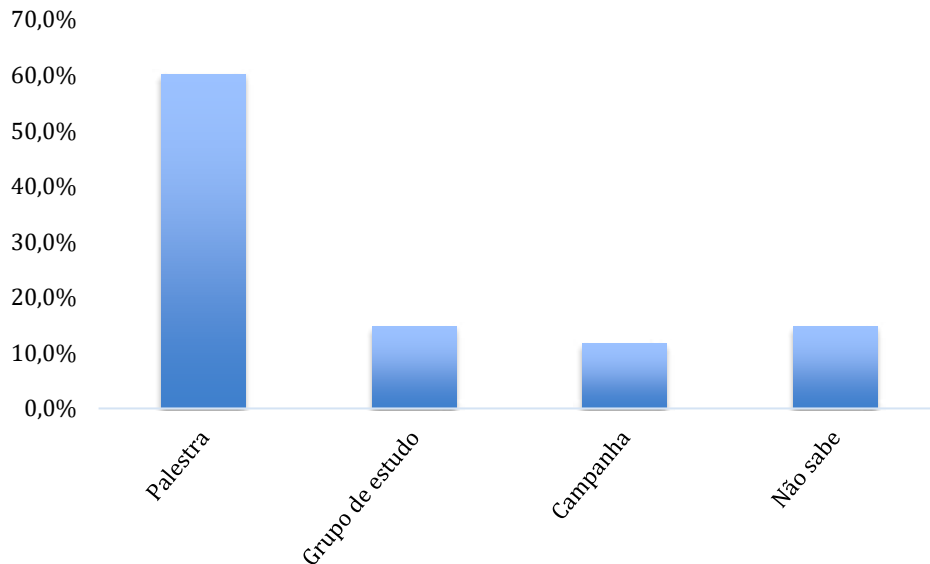
Nesse sentido, Silva e Bodstein (2016) citam que o PSE sugere a escola como espaço coletivo e dinamizador de informações para auxiliar na saúde de qualidade para as comunidades. Diante desse ponto de vista, evoca-se a prática da relação de parcerias, seja no campo da saúde, seja no da educação, viabilizando a implementação das ações em saúde no

espaço escolar. No entanto, Viana *et al.* (2022) reforçam a necessidade de fortalecer a visibilidade do PSE nessas instituições.

Soma-se a essa exigência a fragilidade relacionada à desarticulação intersetorial, a qual impossibilita os setores de promoverem a reflexão e o diálogo, elevando o impacto na realização das ações e no comprometimento de toda a comunidade escolar (Dallacosta *et al.*, 2022). Esse fator também dificulta a execução do PSE de forma organizada, conforme prevê a legislação, que constata uma estrutura composta por três componentes: avaliação das condições de saúde, promoção da saúde e prevenção de agravos, e formação (Brasil, 2011; Brasil, 2015c).

Nesse escopo de ações, a promoção da saúde e prevenção de agravos pode ser realizada por meio de atividades pontuais como palestras sobre temas pertinentes à saúde dos escolares (Baroni; Silva, 2022). Corroborando com essa informação, de acordo com o Gráfico 9, a maioria dos respondentes da presente pesquisa opinaram que a escola pode abordar a temática Infecções Sexualmente Transmissíveis, Gravidez e métodos anticoncepcionais por meio de palestras (60,2%), seguido por campanha (11,7%) e grupo de estudo (14,7%).

Gráfico 9 – Modo de abordagem de temas pela escola



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Mesmo com sua maior discussão nos últimos anos, Rosa *et al.* (2020) afirmam que a sexualidade ainda é um tabu, porém nota-se a importância da sociedade na formação da saúde sexual destinada aos escolares. O primeiro contato com uma aula de educação sexual por meio de palestra e a aplicação de questionários avaliativos mostraram a existência de déficits

cognitivos no que tange a esse assunto, reforçando a importância da disponibilidade dos educadores em abordarem a sexualidade para esse público (Rosa *et al.*, 2020).

Em seguida, a Tabela 2 demonstra quais métodos contraceptivos os discentes informaram ter conhecimento.

Tabela 2 – Métodos contraceptivos conhecidos pelos alunos

Dispositivo intrauterino (DIU)	39,7%
Anticoncepcional oral	64,7%
Implante intradérmico	7,3%
Camisinha	79,4%
Injetável	10,2%
Pílula do dia seguinte	20,5%
Diafragma	4,4%
Laqueadura	2,9%
Nenhum	7,3%

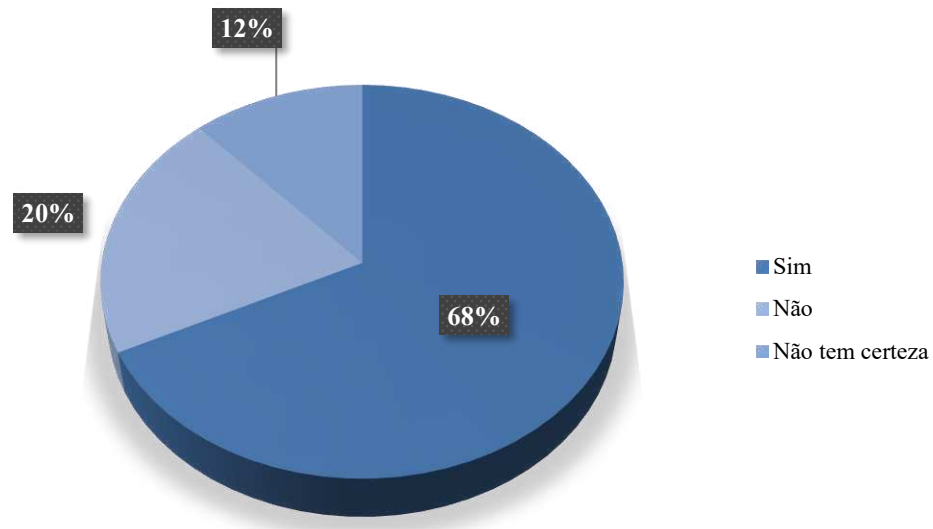
Fonte: Elaborada pela autora (2024).

Vale ressaltar que os respondentes tinham a liberdade de indicar um ou mais dos métodos contraceptivos cujo conhecimento permitisse incluir no questionário, cenário semelhante à pesquisa aplicada por Ferreira *et al.* (2020). Estatisticamente, os três mais métodos mais citados foram o preservativo, o anticoncepcional oral e o dispositivo intrauterino (DIU), achados similares a pesquisas realizadas sobre o tema (Silva *et al.*, 2019; Ferreira *et al.*, 2020; Silva, 2024).

Apesar do amplo espectro de contraceptivos elencados anteriormente, os adolescentes, mesmo obtendo êxito na identificação do método, Silva (2024) alerta que esse público esbarra, na maioria das vezes, com a desinformação sobre a adoção e o uso seguro na prática do método. Assim, urge a necessidade da disseminação desse assunto direcionada a pessoas dessa faixa etária para evitar exposição ao uso incorreto dos contraceptivos.

Em se tratando de prevenção de ISTs, os discentes foram questionados sobre o conhecimento acerca da principal forma de prevenção a essas infecções. O Gráfico 10 demonstra que a maioria dos respondentes afirmaram ter conhecimento sobre esse tipo de prevenção. Por sua vez, 20% dos estudantes informaram não possuírem esse tipo de conhecimento.

Gráfico 10 – Conhecimento acerca de prevenção das ISTs



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Nesse contexto, estudo realizado por Silva *et al.* (2021c) também aponta o conhecimento dos adolescentes de escola pública acerca das ISTs, apesar de não saberem relacionar com as formas de prevenção. Dessa forma, cabe à instituição de ensino estimular o envolvimento do aluno e, conseqüentemente, seu comportamento em saúde, uma vez que o debate sobre IST entre adolescentes é de suma importância haja visto o início da vida sexual nessa faixa etária (Silva *et al.*, 2021c).

Ao questionar se os alunos acreditam que adolescentes podem engravidar na primeira relação sexual, eles também foram convidados a justificar a resposta apresentada. A Tabela 3 exibe as categorias de informações relatadas pelos participantes da pesquisa, seguidas pelas frequências das ocorrências das respostas com trechos de justificativas apresentadas no questionário.

Tabela 3 – Respostas e justificativas para o entendimento sobre possibilidade de gravidez na primeira relação sexual

(continua)

Categoria	Frequência das ocorrências		Trechos das respostas
	Absoluta	Percentual	
Sim	62	91,1%	“Se não usar preservativo” “Se estiver no período fértil” “Se não se cuidar” “Devido à preparação do corpo no fim do ciclo menstrual”

Não	6	8,9%	<p>“Se não tiver informação suficiente”</p> <p>“Se usar o preservativo de forma errada”</p> <p>“Precisam de mais tempo para se relacionarem”</p> <p>“Ainda não é a idade apropriada”</p>
-----	---	------	--

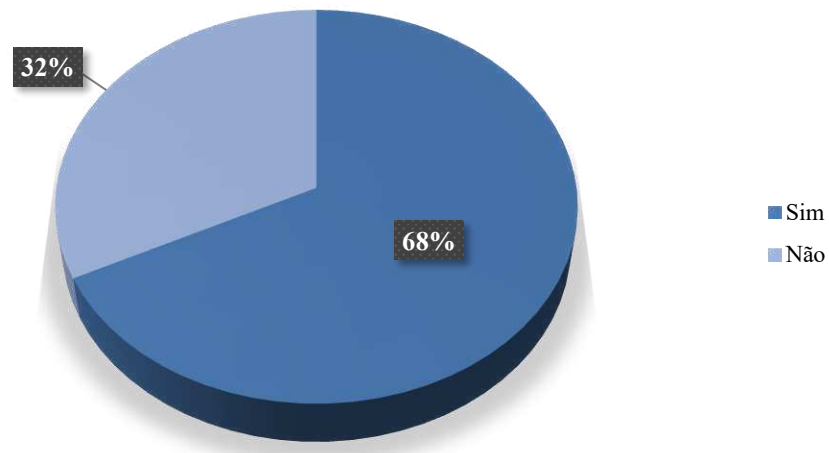
Fonte: elaborada pela autora (2024).

É importante salientar que essa discussão em torno da saúde e sexualidade se encontra cada vez mais presente entre os adolescentes, conforme relatam Carvalho *et al.* (2021), fato esse endossado pelo volume de justificativas apresentado pelos participantes. Apesar disso, pesquisas, como a de Nobre *et al.* (2020) apontam relevante preocupação no que tange a essa temática, uma vez que os adolescentes são desprovidos de conhecimentos sobre o que de fato estão expostos, o que pode levar a adquirir alguma IST ou desenvolver uma gravidez não planejada (Nobre *et al.*, 2020).

O ponto acima mencionado corrobora com o teor das justificativas apresentadas, cujas fundamentações são rasas quando se trata de prevenção de gravidez, algumas inclusive não condizente com informações de cunho científico, como, por exemplo, a resposta sobre “...preparação do corpo no fim do ciclo menstrual...”. O desconhecimento sobre o período de ovulação contribui na ausência do planejamento, fatores diretamente relacionados à gravidez não planejada (Nogueira *et al.*, 2024).

Soma-se a isso outros aspectos tangentes à saúde sexual e reprodutiva, que são imprescindíveis para um comportamento sexual seguro, responsável e livre de medos e preconceitos, por parte desse público. Os participantes desse estudo, ao serem questionados sobre a obtenção de conhecimento suficiente acerca da prevenção das ISTs e gravidez, apresentaram suas respostas conforme demonstra o Gráfico 11.

Gráfico 11 – Conhecimento suficiente acerca de prevenção das ISTs e gravidez



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Como se pode observar, ainda há, no universo adolescente e estudantil, pessoas que identificam um nível inferior de entendimento sobre saúde sexual e reprodutiva, corroborando com a preocupação indicada por autores, como Reis *et al.* (2023), os quais apontam para o risco inerente a essa faixa etária quando se trata de gravidez não planejada e ISTs.

5.2 Grupo Focal

Nesse tópico, serão tratados os dados coletados por meio da aplicação da técnica de Grupo Focal realizada com oito equipes, cada uma com seis integrantes. Para melhor compreensão, foram realizadas divisões de acordo com as categorias que designaram os temas geradores. Pontuam-se: Sexualidade; Condutas Sexuais e Gênero; Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST); Vulnerabilidade às IST; Cuidados com a Saúde Sexual/Educação para a Saúde Sexual.

Contudo, antes de dar início ao tratamento dos temas acima citados por meio das perguntas norteadoras, foi solicitada uma breve apresentação oral sobre os participantes, com informações básicas, como idade, sexo e com quem reside, para posterior controle da equipe de pesquisa.

5.2.1 Tema gerador: sexualidade

Nesse primeiro tópico, abordando o tema sexualidade, foi tratado sobre aspectos definidores, momento em que os discursos proferidos pelos entrevistados fizeram emergir diferentes categorias, como, por exemplo, autoconhecimento, vivência em sociedade, relacionamento amoroso, gênero. Tais categorias estão citadas nas definições a seguir, discursadas pelos participantes.

“O seu interior [...] É o jeito de você se ver de alguma maneira dentro da sociedade.” [A19]

“É a forma de interpretar o seu afeto.” [A35]

“É sobre com quem a pessoa se identifica, se com homem, com mulher, com os dois até.” [A13]

Os discursos acima sustentam a ótica de que a totalidade dos participantes dessa pesquisa têm direcionado a construção da sua compreensão sobre saúde em discursos fora do âmbito biológico e/ou patológico quando se referiam a si, colocando-se no centro do discurso. Tal fato eleva a questão de que a saúde do adolescente, considerando-se um campo de saber e de práticas profissionais, necessita ser tratada com veemência a partir de outra visão que não seja a do discurso biomédico (Silva; Engstrom, 2020).

Nesse íterim, os fatores relacionados à saúde sexual e reprodutiva findam por se vincular ao âmbito biológico de maneira muito íntima, conduzindo diversas produções científicas no campo da saúde do adolescente. Entretanto, no que tange às reais demandas de saúde desse público, estas não alcançam seu devido destaque em termos orgânicos de necessidades de cuidados clínicos (Silva; Engstrom, 2020; Pereira *et al.*, 2021b).

Tal pensamento corrobora com os discursos coletados na aplicação do questionamento relacionado à definição de sexualidade, que levou alguns participantes a discursarem sobre aspectos fisiopatológicos, como se pode observar:

“É um ato sexual, que através dele pode ser tratado de doenças.” [A4]

“Diz sobre ter relação e se cuidar para evitar doenças, gravidez indesejada.” [A27]

“Quando tem vida sexual ativa e também cuida da saúde, usando camisinha para os homens, pílula para as mulheres.” [A38]

Esses dados se aproximam de análises realizadas em estudo de Barbosa *et al.* (2020), os quais, ao aplicarem a Análise de Conteúdo sobre respostas dos escolares, identificaram termos como doenças, também encontrados na presente pesquisa.

No próximo quesito, foi questionado sobre fatores que podem influenciar na sexualidade dos adolescentes. O primeiro a ser abordado foi a religião, momento em que todos os participantes afirmaram sua relação direta com a sexualidade, sob os seguintes pontos de vista:

“Porque as pessoas que estão dentro da igreja já se descobriram antes de entrar na igreja e elas próprias não se aceitam e buscam a igreja por causa disso.” [A29]

“Porque tem muita gente dentro da igreja que sabe o que é, mas não aceita porque a igreja fica impondo algo que eles não são porque aquela religião não aceita.” [A31]

“Porque tem pessoas dentro da igreja que podem influenciar a forma como você pensa.” [A41]

“Muitas igrejas falam que a sexualidade é coisa sobrenatural e muita gente usa o próprio livro sagrado para justificar a homofobia.” [A3]

“A partir de se casar. Se a pessoa realmente quer aquela religião, crê muito em Deus, que gosta realmente daquilo que ela faz, ela não vai fazer aquilo antes de se casar.” [A23]

“Exemplo, você segue uma religião que tem muitos ditadores evangélicos assim, pra dizer que é pecado, que é errado [...] Muitas pessoas deixam de ir para sua religião, que, às vezes, vem de berço, para seguir outras que não têm a ver com elas.” [A8]

Os apontamentos dos alunos estão em consonância com relatos de Moura e Silva (2023), presentes em sua pesquisa acerca de processos psicológicos adotados por movimentos conservadores e autoritários difundidos no Brasil. Os autores evidenciaram a proliferação de ações dos setores conservadores em prol de sua perspectiva moral e política através da instrumentalização da religião, da difamação e da propagação de informações distorcidas, juntamente ao apelo a profundas demandas de ordem psicológica. Soma-se a isso o fato que a BNCC foi publicada sem mencionar qualquer referência à “identidade de gênero” e à “orientação sexual”, uma vez que os movimentos conservadores intervieram sobre a menção desses assuntos, que se mostram essenciais para a luta por equidade e representatividade (Brasil, 2017b).

O tema família também ganhou destaque nas falas dos adolescentes, sendo o grau de relacionamento familiar apresentado como responsável diretamente pelo diálogo sobre as condutas sexuais e questões relacionadas à saúde dos participantes.

“A relação social deles com as pessoas ao redor e com os pais influencia diretamente na sexualidade.” [A14]

“A relação com os pais influencia bastante porque, por exemplo, uma garota que se identifica como lésbica e tem uma convivência muito difícil com os pais tende a ter uma dificuldade com sua sexualidade.” [A21]

“A pessoa tende a se padronizar ao costume dos pais; se os pais forem rígidos, preconceituosos, ela vai tentar normalizar esse padrão para ela e vai se fechar e não vai tentar descobrir qual a melhor forma de expressar sua sexualidade.” [A8]

“Tem pessoas que se privam de falar o que são e de se autodescobrir, principalmente por conta dos pais; às vezes o pai não aceita, tem muita fala homofóbica dentro de casa.” [A27]

“Eu acho que tem famílias mais ideais. Então desde o começo já vai conversar, já vai fazer o que você tá ali pra fazer com a criança, você confia. E tem famílias que eu acho que já são mais conservadoras, que já falam que não, que só isso, só aquilo.” [A33]

“Eu que moro com os meus avós, as mentes deles são mais de antes, do passado. É mais homem e mulher. Já interfere bastante se eu gostar de mulheres. E eles já não vão querer aceitar. Pelo fato de eles acharem errado. É gente que tem essa discriminação, essas coisas, e às vezes tem que colocar a pessoa pra fora de casa.” [A18]

A tensão do confronto entre os assuntos família e sexualidade eleva o fato de que a pluralidade de maneiras de fazer-se homem ou mulher direciona para novas perspectivas de formas de relacionamento, prazeres, desejos e estilo de vida (Louro, 2018). Entretanto, um forte rol de convenções e saberes sociais ditam modos de ser e pulverizam padrões de sujeitos e comportamentos, produzindo, ao mesmo tempo, um importante lapso referencial para pessoas que fogem a essa hegemonia.

Em seu estudo com adolescentes, Guimarães e Cabral (2022) identificaram a instabilidade dos adolescentes em relação a vivenciar a sua sexualidade e experiências de relacionamento. A partir daí, pauta-se a confrontação de crenças familiares, também comentadas nos discursos acima citados, que a consideram preconceituosas e divergentes da realidade contemporânea.

5.2.2 Tema gerador: condutas sexuais e gênero

Esse tema abordou os comportamentos dos jovens sob o viés da sexualidade, expressando as variadas vertentes em suas categorias, tais como vivência social desafiadora, imaturidade, irresponsabilidade, trazendo as seguintes definições.

“Eu acho que os jovens são a parte das sociedades mais difícil de dialogar uns com os outros, porque todo mundo julga todo mundo pra caramba.” [A32]

“É porque eu acho que todo mundo está num processo de amadurecimento. E aí, tipo, muita gente... Tem muita gente diferente dos outros e por serem muito novos, eles não têm aquela maturidade pra lidar. Igualmente, quando tem gente que tá criando certa maturidade, agora tem gente que nessa idade é muito maduro também, tipo assim, pra essa idade, entendeu? Eu acredito que a época é um período de muita transformação. É muita descoberta.” [A8]

“Irresponsabilidade. Quer fazer só o que fazer pra dizer que fez, assim... Não ter muito conhecimento, mas quer fazer pra se mostrar pra gente assim.” [A21]

O conteúdo dos diálogos sobre condutas sexuais dos jovens traz um modo de viver a vida que comunica diretamente com o convívio em sociedade, retratando a influência das transformações relativas a essa faixa etária sobre todos os pilares comportamentais desse público. Alves (2020) e Rodrigues (2020) descrevem que, nessa fase, esses indivíduos atravessam por mudanças que dependem de fatores socioculturais, num processo que não ocorre automaticamente, mas tem principalmente uma determinação histórico-social.

Dando seguimento a essa discussão, a mediadora questionou sobre o momento correto para iniciar a atividade sexual, quando obteve os seguintes apontamentos:

“É a partir do momento que você começa a namorar, sabe? Que tem aquele namorado que não te respeita e às vezes, assim, você cai no papo do relacionamento, aquilo feito assim, de ser bonzinho pelas palavras, e quando viu, já vai para a relação (sexual).” [A11]

“Com certeza. Tem gente que inicia cedo demais e tem muita irresponsabilidade.” [A45]

“Eu acho que tem que ter uma maturidade para essas coisas. Pode ser que você tenha pegado uma pessoa mais velha do que você, aí pode até dar certo.” [A6]

“Na nossa idade não estamos em tarde de ter relações, é vida. Por isso que é tanto que a gente se guarda.” [A34]

“Eu acho que a idade certa pra ter uma relação 6 ao 6 é 16, 17. Eu acho que é quando você se sente pronto.” [A41]

“É quando eu estiver preparada e a pessoa também.” [A18]

“Não tem uma idade específica, porque cada um amadurece do seu jeito, não amadurece ao mesmo tempo, uns vão amadurecer com, sei lá, uns 18, uns amadurecem com 14. Mas não, eu não acho certo a pessoa fazer, sei lá, antes dos 15 até os 16 eu não acho, no meu ver, não é certo, porque ela ainda não tem cabeça pra isso.” [A46]

A partir da leitura desses discursos, podemos ver a categoria idade contrastar com a questão ligada ao autoconhecimento, que traz à tona a categoria maturidade. De acordo com Penna e Araújo (2021), a adolescência também pode ser vista como etapa da vida humana sob o viés psicológico, sendo estudada amplamente por outras áreas do conhecimento, como medicina, sociologia, antropologia, educação e psicologia.

Diversos autores que estudam a adolescência tratam os indicadores de maturidade, de maneira mais sintética, como conquista de autonomia. A autonomia psíquica remonta à capacidade de autogestão nos vários âmbitos da vida, à capacidade de tomar decisões, além de assumir suas consequências. Essas escolhas, nesta fase da vida, estão mais concentradas em áreas como a busca e manutenção de um relacionamento amoroso estável e íntimo, a elaboração de uma estrutura emocional capaz de oferecer suporte a si mesmo (Calligaris, 2000; César, 2008; Penna; Araújo, 2021).

Quando a entrevista foi direcionada para a questão de gênero, os participantes foram abordados sobre as diferenças entre ser homem e ser mulher. Conforme se nota mais adiante, as respostas levaram a categorias como comportamento sexual, vivência em sociedade, ambiente doméstico e familiar.

“Privilégio. Porque tipo assim, nós, homens, vamos ter alguns privilégios que já vocês mulheres não têm, nós temos algumas liberdades.” [A38]

“A mulher, é como se ela fosse submissa. A sociedade já implantou na cabeça dela que ela tem que ser submissa ao homem.” [A29]

“A mulher sempre é mais julgada do que o homem.” [A4]

“O homem tem mais liberdade de si mesmo que as mulheres. Porque, enquanto um pai e uma mãe puderem prender as filhas, eles vão prender. Agora, o homem não, é diferente. O pai tem orgulho, acha lindo quando o filho chega e conta que saiu com meninas.” [A13]

“A mulher sempre vai sair com mais responsabilidade, até no convívio social dentro de uma casa.” [A9]

“Mulher tem que amadurecer muito mais cedo que homem.” [A16]

“O homem é menos cobrado que a mulher, muito menos. A mulher, em tudo é criticada, se não se cuida, se não cuida da casa.” [A23]

De forma unânime, as colocações dos alunos esboçaram a distorção da figura feminina presenciada historicamente, de acordo com estudos sobre gênero presentes na literatura (Carvalho, 2003; Chacham *et al.*, 2012; Ramos *et al.*, 2020). A sociedade, sobretudo os homens, proporcionaram um ambiente extremamente hostil para as mulheres, questionando sua capacidade de subsistir e garantir sua própria segurança, como uma forma de garantir a dependência feminina de uma figura masculina, o que vem alimentando o machismo estrutural estabelecido no contexto dos discursos dos participantes (Facchini; Sívori, 2017; Butler, 2019).

Amaro, Silva e Matos (2022) reforçam que essa visão clássica de masculinidade predominante em detrimento de uma mulher dominada atravessou pesquisas como uma teoria permanente. Importante frisar que a discussão com adolescentes sobre essa temática busca

desestabilizar vários pensamentos sólidos e tendenciosos à banalização das relações comportamentais entre os dois gêneros, sob uma lógica unicamente essencialista.

Essa visão desenha uma teoria bastante polarizada entre o feminino e masculino, inviabilizando a pluralidade existente em cada polo. A próxima pergunta direcionada aos participantes explorou essa dinamicidade de gêneros no contexto das condutas sexuais, em que eles respondem se seus comportamentos seriam semelhantes caso vivenciassem o sexo oposto.

“Muito diferente. É porque tipo assim, é outra mentalidade, né? É um estilo de vida. É uma coisa tipo, acho que os homens, eles se sentem sempre fáceis. É mais fácil para eles.” [A12]

“Eu ia também querer ser um homem camarada, gentil, que é uma pessoa educada. Era aquele fato que eu ia querer cuidar, ia querer saber a vida dela.” [A44]

“Eu ia procurar cuidar, ia procurar... para saber ajeitar ela, cuidar, dar amor, é isso que todo cara precisa.” [A24]

“Se eu tivesse nascido como homem, provavelmente eu não tinha passado por metade dessas coisas que eu passei.” [A10]

“Se você fosse um menino, não teria todo esse cuidado, você não teria toda essa mentalidade que você tem hoje de sempre estar tomando cuidado com quem você tá, onde você tá, que horário você tá, se não é confiável, essas coisas.” [A27]

“Enquanto mulher, seria uma pessoa mais reservada.” [A14]

“Eu sou quieto, então eu seria calmo mesmo, mas acho que mais cuidadoso se fosse mulher, tanto comigo, como com tudo.” [A7]

A importância de se promover esse tipo de discussão reside na necessidade do entendimento e confronto, por parte dos adolescentes, da realidade social, uma vez que essa fase da vida é marcada por transformações no desempenho de papéis, bem como de ampliação no exercício de pertencimento a grupos. Tais aspectos influenciam nas exigências sociais e nas responsabilidades atribuídas a esse público, sensibilizando o campo socioafetivo, o qual tende a se tornar mais intenso, trazendo sentimentos contraditórios de desejo e medo, presentes nos discursos dos participantes dessa pesquisa (Penna; Araujo, 2021; Castro, 2023).

Se, por um lado, estudos revelam a possibilidade de condutas irresponsáveis por parte dos adolescentes, resultando em altos índices de gravidez e infecções sexualmente transmissíveis nesse público, Mena, Silva e Castro (2023) reforçam a importância do diálogo com esse público para trazer à tona a condição de que nele podem ser encontradas as estratégias de enfrentamento e, por conseguinte, de responsabilidade por sua trajetória para a vida adulta.

5.2.3 Tema gerador: infecções sexualmente transmissíveis

Versando sobre definições e outros aspectos envolvendo as infecções sexualmente transmissíveis, esse tema abordou o conhecimento dos participantes, de quem se sobressaíram as categorias múltipla transmissão, vulnerabilidade feminina, prevenção. Seguem os apontamentos coletados que demonstram as categorias anteriormente citadas:

“Que não é só no ato que você pega. Você pode pegar a saliva, o sangue. Você pode pegar de várias dessas formas.”

“Se o homem fizer com a mulher, ele vai ter uma chance menor de pegar se a mulher estiver infectada. Mas se a mulher andar com um homem que tenha essa doença, com toda certeza ela vai pegar.” [A35]

“O que entendo é que pega se não tiver um certo cuidado, né? É prevenção.” [A1]

“Você tem que ter prevenção, não só para não engravidar, mas também para não correr o risco de você pegar doenças e se você se contaminar e transmitir.” [A22]

“Eu acho que depois de um certo tempo, tipo, se vocês já forem casados, por exemplo, mas o passado da pessoa não é muito legal, é bom pedir pra fazer exames, essas coisas pra verificar” [A30]

“É um contato entre secreções, pode ter um contato entre lesões, que às vezes um tem e não sabe e aí entra em contato com aquela secreção contaminada e aí a secreção é aquele ‘corrimentozinho’.” [A42]

Considerando a unanimidade da resposta positiva sobre o conhecimento do tema ISTs pelos estudantes, e diante da entrega de variados conceitos, como se observa nos discursos citados, nota-se que está sendo tratado um assunto de relevante presença entre o público adolescente. Soma-se a isso o fato de que os profissionais e pesquisadores têm intensificado o desenvolvimento da temática, aplicando métodos de pesquisa direcionados aos adolescentes e jovens (Torres *et al.*, 2022; Vieira *et al.*, 2021; Wanzeler *et al.*, 2021; Duque *et al.*, 2020).

Apesar disso, como se constata nas informações cedidas pelos estudantes, estudos promovidos por Torres *et al.* (2021) e Wanzeler *et al.* (2021) relatam que ainda há desinformação entre os jovens sobre temas envolvendo saúde sexual e reprodutiva, estando este fator diretamente relacionado à alta incidência de IST nessa faixa etária. Diante dessa preocupação, Vieira *et al.* (2021) enfatiza a importância do fortalecimento de medidas educativas nas escolas sobre essa temática.

A abordagem da saúde sexual e reprodutiva nas escolas vem a mitigar o excesso de informações com que se deparam os jovens, fenômeno denominado “infodemia” por Garcia e Duarte (2021), referente a um alto volume de informações relacionadas a um assunto específico que podem se multiplicar em pouco tempo com a contribuição de um evento específico, como, por exemplo, a pandemia. Tomando como base esse conceito, os alunos destacaram que a principal fonte de informação buscada para tratar esse tema foi a internet, além de outras fontes pontuais.

“Internet, fontes confiáveis. Eu tenho uma tia que é bastante envolvida em medicina.” [A15]

“Procurando especialista. Talvez. Médicos, enfermeiros. Eu vejo se tem alguém que realmente entenda sobre isso.” [A26]

“Na escola.” [A31]

No sentido de aprofundar o tema, a mediadora questionou de quais as IST os participantes tinham conhecimento, quando obteve as seguintes informações:

“Eu sei várias que tem. AIDS, tem gonorreia, tem outro tipo né?” [A17]

“Tem uma doença que é muito comum na galera, que é a candidíasis.” [A2]

“HIV, AIDS.” [A5]

“AIDS, gonorréia.” [A36]

Savastano (2022) informa a melhora nos parâmetros em saúde reprodutiva, realçando a importância do contato público com a educação sexual por diferentes meios. Para a obtenção de depoimentos mais aprofundados, foi questionado sobre os meios de transmissão.

“Sem preservativo.” [A25]

“Sem a cobertura, tem a ejaculação, sem o preservativo, sem a camisinha.” [A19]

“Eu acho que também tem, às vezes, brinquedos.” [A20]

“Principalmente você fizer o sexo oral.” [A33]

É notória a aproximação dos entrevistados com a temática, apesar de esta ainda ser tratada no ambiente escolar como tabu, tanto devido à própria constituição histórica da sexualidade, quanto pela persistência do tratamento ao tema como problema educacional, endossada pela dificuldade em desenvolver o tema em sala de aula (Silveira; Silva; Souza, 2024). Atividades na escola ajudam a sensibilizar a comunidade sobre o tema, com o objetivo de transpassar as barreiras culturais, religiosas e os estigmas que permeiam o assunto.

A entrega de informações de qualidade para esse público transcende as paredes da sala de aula e se multiplica juntamente à sociedade, uma vez que a informação é disseminada aos seus semelhantes. Dessa forma, ao serem questionados sobre o uso dos métodos de prevenção das IST no ato da relação sexual, os entrevistados apresentaram os seguintes relatos:

“Com o parceiro fixo deve sim. Namorado, esposo, esposa.” [A23]

“Às vezes não, porque eu acho que a partir do momento que você está se relacionando com alguém, fica mais fácil para você conhecer a pessoa. Por exemplo, com um namorado fixo, você sabe mais sobre a pessoa. Você confia mais, né? Exatamente. Você sabe como é que a pessoa se cuida e etc.” [A28]

“Numa questão de alguém que você é casada, porque não é toda mulher que quer engravidar naquela hora da vida dela. Aí de vez em quando o homem quer dispensar a camisinha, aí é bom ter uma conversa entre os dois.” [A8]

“Eu acho que tipo, se for assim, se for um parceiro fixo, né? Que seja assim, vamos dizer, uma comemoração especial, aí eu acho que dá pra você dispensar (a camisinha).” [A44]

“Se você já é casado com a pessoa, ou já tem uma relação de muito tempo. Sabe que a pessoa não tem nenhuma doença etc. Eu acho que dispensa uso de camisinha.” [A29]

“Não dispense, é um parceiro fixo, mas ele pode ter uma doença, e ele não saber que tem.” [A30]

“Quem deve usar o preservativo é qualquer pessoa. Mas tem gente que não gosta de preservativo.” [A15]

Stephanou, Freitas e Dias (2022) endossam a gravidade da alta incidência de infecções sexualmente transmissíveis entre os jovens, trazendo, em seu estudo, fatores que comprometem esse comportamento preventivo, tais como estar em um relacionamento estável e a menor idade. É de conhecimento da comunidade científica que, apesar de existir o direito individual sobre sua saúde reprodutiva, a camisinha, classificada como método de barreira, possui alta eficácia preventiva frente à gravidez e IST (FEBRASGO, 2015).

Apesar disso, pesquisas indicam a inconsistência dos jovens no que tange ao uso de preservativo como método de barreira contra gravidez e IST, fato associado a causas multidimensionais, permeadas por elementos sociodemográficos, culturais e comportamentais

(Silva *et al.*, 2024; Oliveira *et al.*, 2022; Spindola *et al.*, 2021). Esse dado preocupante condiz com os discursos proferidos pelos participantes quando a mediadora captou o ponto de vista sobre o uso de preservativo entre os jovens.

“Tem gente que às vezes não aceita.” [A14]

“Acho que a maioria que usa é porque diz que se preocupa por conta que tem negócio de gravidez, realmente nem tanto por doenças, porque a maioria às vezes diz ‘não, não vai acontecer comigo, isso é coisa que acontece’.” [A26]

“Na geração que a gente está hoje, que é mais festeira, fica complicado.” [A28]

Esse comportamento dos jovens condiz com estudo realizado por Spindola *et al.* (2021), que trata sobre a vulnerabilidade às IST, analisando comportamento e práticas preventivas desse público, que demonstra acreditar na invulnerabilidade, assumindo, conseqüentemente, um comportamento sexual de risco.

5.2.4 Tema gerador: vulnerabilidade às infecções sexualmente transmissíveis

No que diz respeito à vulnerabilidade, esse tema tratou de sua conceituação, de onde foram extraídas categorias como fragilidade, baixa imunidade, alta sensibilidade, conhecimento deficiente. A seguir, seguem os discursos que explicam as percepções dos participantes.

“Diz aí quando uma pessoa está vulnerável... Pode estar um frágil.” [A32]

“Se a pessoa já tem uma imunidade muito ruim, é bom ficar ligado.” [A23]

“Você está mais sensível.” [A7]

“A pessoa está mais propensa, tipo, a pessoa está vulnerável a uma infecção.” [A24]

“A pessoa não tem o conhecimento, ela está vulnerável nesse sentido, por não conhecer.” [A15]

Nesse ínterim, ao ser abordada a vulnerabilidade de cada entrevistado às IST, houve a unanimidade para a resposta negativa, tendo como justificativa para tal a aquisição de conhecimento sobre o assunto. Maia *et al.* (2021), Arruda *et al.* (2021) e Maia, Correia, Borges (2024) citaram, em suas pesquisas, a falta de informação em saúde sexual e reprodutiva como um dos fatores que contribuem para a vulnerabilidade de jovens frente às IST.

A importância do conhecimento também marcou presença quando foi tratado de questões relacionadas ao gênero, a vulnerabilidade foi levada a essa direção no sentido de questionar a diferença entre o sexo masculino e feminino, momento em que os discentes apresentaram seus relatos.

“Um homem já é, tipo assim, não, tipo, mais largado, entendeu? Já não liga para ir atrás de conhecer sobre essas coisas.” [A22]

“Porque a mulher geralmente vai ter... Um pouco mais conhecimento que o homem.” [A38]

Estudos também apontam outras causas que influenciam diretamente na vulnerabilidade de jovens a comportamentos sexuais que oferecem perigo a sua saúde (Spindola *et al.*, 2021;

Oliveira *et al.*, 2022; Maia *et al.*, 2021). Os participantes foram confrontados com esses pontos e estimulados a emitir seus pontos de vista sobre a temática.

“O ambiente influencia. Se ele tem bebida, se ele tem droga... Eu acho que onde tem droga e bebida, geralmente em festas, e mais em festas públicas, é que pode influenciar mesmo.” [A4]

“Aqui na cidade, eu acho que essas coisas de festa não influenciam porque não tem disso aqui, mas, tipo, em festas em capitais, essas coisas, eu acho que influencia bastante.” [A34]

“Bebida influencia, droga com certeza, e a pessoa ter informação boa sobre as doenças ou não porque ela vai saber se prevenir, se cuidar e não adoecer.” [A16]

“Se o jovem buscar, aprender, ter conhecimento sobre e querer aplicar os métodos para poder se proteger e não ter, aí vai ser menos vulnerável; mas daí conhecer e querer praticar de todo jeito, é claro que vai acontecer doença.” [A20]

Os discursos proferidos indicam que fatores como festas, drogas, bebidas estão presentes na vida dos adolescentes, uma vez que eles demonstram esse conhecimento em suas citações. Destarte, eleva-se a importância da abordagem da saúde na escola, como relatam Silani *et al.* (2024), envolvendo também a família, no sentido de também contribuírem no desenvolvimento sexual dos adolescentes.

5.2.5 Tema gerador: cuidados com a saúde sexual/ educação para a saúde sexual

Quando abordados sobre cuidados com a saúde sexual, tema que versava sobre atitudes de prevenção, tratamento, educação para a saúde sexual, os participantes proferiram discursos sobre seus comportamentos preventivos, pontuando categorias como higiene, consulta médica, prevenção à gravidez. Tais categorias estão expostas nas falas colocadas a seguir.

“Higiene, eu acho que é o principal. Tem médico também.” [A24]

“Eu tomo anticoncepcional, vou no ginecologista.” [A45]

“Eu consulto o médico do SUS. Não consulto particular, é uma coisa que tem em pública e eu não consigo pagar.” [A43]

É por meio da educação que os adolescentes são estimulados a promover o cuidado à saúde, incluindo sexual. A melhoria das condições de saúde dos adolescentes e jovens tornou-se uma prioridade nacional (Brasil, 2010b). Apesar disso, estudo realizado na atenção primária revela que a busca majoritária desse público tem propensão a acontecer apenas em situações emergenciais, de agravos de saúde, imunoprevenção e/ou gestação (Queiroz *et al.*, 2011; Martins *et al.*, 2020a). Uma das dificuldades que contribui para esse dado reside no diálogo escasso sobre sexualidade e IST, como indica (Castro-Júnior *et al.*, 2023).

Essa procura deficiente também é endossada pelo entendimento não integral das questões relativas à juventude, contribuindo para a não adesão às práticas preventivas. Estudos também relacionam essa prática ao gênero, apontando diferenças de atitudes entre homens e

mulheres nessa questão (Vieira *et al.*, 2020; Gutmann *et al.*, 2022; Martins *et al.*, 2020b). Nessa oportunidade, os participantes também expressaram seus relatos a esse respeito.

“A mulher se cuida mais.” [A35]

“Eu acho que às vezes tem homem muito desligado.” [A23]

“Eu acho que a mulher tem muito mais pressão pra ser higiênica.” [A8]

“A mulher. Por ela ser mais vulnerável.” [A40]

Martins *et al.* (2020b) e Brandão e Milochi (2021) relatam, em seus estudos, que a atenção à saúde do homem tem sido um grande desafio na atenção básica devido à baixa procura do público masculino pelos serviços de saúde, agravada por fatores socioculturais, como também por causas relativas à atenção primária em saúde quando direcionada aos homens.

Tais pontos também influenciam diretamente na busca por outras fontes de informação, inclusive sobre a saúde sexual e reprodutiva. No que tange a essa atitude, os participantes mencionaram os recursos buscados para adquirir conhecimento nessa área.

“Minha mãe.” [A10]

“A mãe e a minha tia, muita coisa não falo direto com minha mãe, é mais com a tia.” [A4]

“A minha tia, amigos e a minha prima que é mais velha.” [A42]

“Amigos muito próximos.” [A27]

[A30] “Eu falo com meus amigos, eu falo com meus pais. Eu sou muito clara nessa relação com meus pais.”

“Minha mãe, minhas amigas.” [A44]

“Mãe, primo, não é uma coisa que eu conheço muito, mas é raro conversar.” [A6]

No tocante a esses relatos, importa ressaltar que alunos do ensino médio em especial, no início da adolescência, demonstram o maior crescimento e desenvolvimento. Eles se encontram no início de seu desenvolvimento cognitivo, construindo e expressando seus próprios pensamentos e pontos de vista sobre uma variedade de tópicos, enquanto reagem e se adaptam com sensibilidade por meio da interação com seu ambiente (Brasil, 2017b).

A internet oferece acesso permanente a todos os tipos de informações, corretas e falsas, provenientes de múltiplas origens, tendo os indivíduos, acesso autônomo, anônimo e gratuito aos dados de saúde, embora seja escassa a procura em plataformas de conteúdo científico voltado para os adolescentes e jovens (Prata *et al.*, 2022; Jacobi; Borges, 2023). Duplaga (2020) alerta que o uso desse meio cresceu substancialmente entre a população após a pandemia, caracterizando o fenômeno da “infodemia”.

Em seu estudo com adolescentes, Angelo *et al.* (2021) também constatou que os adolescentes sofrem influência constante de fontes inseguras e imprecisas sobre sexualidade, reforçando a importância dessas discussões no âmbito familiar, como também nas instituições escolares. Nesse contexto, a moderadora do presente estudo questionou sobre a participação

dos discentes em atividades sobre educação sexual, quando teve a expressa maioria declarando resposta negativa.

Logo depois, procurou identificar opiniões acerca da disponibilidade da instituição de ensino atual em promover atividades educativas sobre saúde sexual e reprodutiva. Os participantes confirmaram suas respostas, apresentando as devidas justificativas.

“Eu acho que é pra falar muito sobre esses temas assim, porque eu acho que vai trazer várias ideias e pessoas para tratar disso com a gente.”

“Eu acho que é importante porque tem muita gente que não tem confiança e não consegue falar isso com os pais.”

“Uma pessoa sem conhecimento, às vezes faz uma burrada e ela vai ficar com as consequências. Ela não sabia, mas ela vai ficar com as consequências.”

“Como eles não têm confiança de falar isso com os pais, tendo na escola, como isso é muito confia, eu acho que é uma coisa muito importante.”

Nota-se, com os discursos apresentados, a relevância levantada pelos participantes no que diz respeito ao tratamento da educação sexual e reprodutiva nas escolas. Tais apontamentos corroboram com outros estudos que demonstram o quanto, apesar de desafios tangentes a esses temas para o público adolescente, é urgente priorizar essa área da educação, uma vez que os benefícios envolvem os alunos, a escola, a família e a comunidade (Miranda; Campos, 2022; Moreira; Maia; Jacinto, 2020; Roso; Romio; Pfitscher, 2023).

5.3 Questionário de reaplicação sobre saúde sexual e reprodutiva

Após a prática de aplicação do Grupo Focal, os participantes inseridos nessa etapa participaram de uma reunião com a pesquisadora, ocorrida em 03/09/2024, quando foram convidados a responder ao questionário de reaplicação sobre saúde sexual e reprodutiva. Foram totalizados 48 respondentes nessa fase da pesquisa.

O primeiro questionamento a que foram submetidos abordou quais os tipos de métodos contraceptivos a que eles possuem conhecimento. As respostas estão apresentadas na Tabela 4.

Tabela 4 – Métodos contraceptivos conhecidos pelos alunos
(continua)

Dispositivo intrauterino (DIU)	66,7%
Anticoncepcional oral	83,3%
Implante intradérmico	45,8%
Camisinha	100%
Injetável	45,8%
Pílula do dia seguinte	41,6%

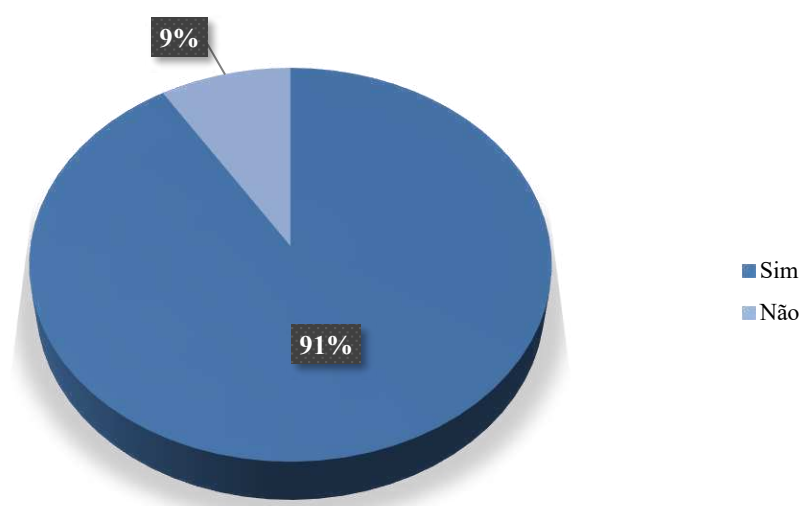
Diafragma	37,5%
Laqueadura	41,6%
Nenhum	0%

Fonte: Elaborada pela autora (2024).

Esses dados, ao serem comparados com os resultados demonstrados na Tabela 2, apresentam expressiva diferença. Um fator que detém a atenção nesse quesito diz respeito ao conhecimento unânime sobre a camisinha, o método de barreira de alta eficácia preventiva quando se trata de prevenção à gravidez e IST (Bittencourt, 2015; Febrasgo, 2015). Paralelamente, também é notório o avanço no conhecimento dos estudantes quando, nessa etapa, nenhum deles alega ter desconhecimento total dos métodos preventivos, zerando esse quesito e contribuindo para endossar a importância do debate sobre saúde sexual e reprodutiva no contexto escolar.

O segundo questionamento buscou explorar o conhecimento dos participantes acerca da principal forma de prevenção das IST. De acordo com o Gráfico 12, o número de respostas positivas representou a maioria nesse quesito, tendo porcentagem mais elevada quando se comparada com dados apresentados no Gráfico 10, referentes à primeira aplicação desse questionário.

Gráfico 12 – Conhecimento acerca de prevenção das ISTs.



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A comparação entre as duas aplicações dessa questão eleva a importância da perpetuidade e constância das ações educativas tangentes à saúde sexual e reprodutiva, que, conforme análise dos gráficos supracitados, apresenta influência positiva e direta sobre a construção do conhecimento dos estudantes. Para esse objetivo, Brasil *et al.* (2017) destacam as atividades desempenhadas pelo Programa Saúde na Escola – PSE, uma parceria entre o Ministério da Saúde e da Educação (Brasil, 2007).

O PSE atua, dentre o seu rol de atividades, no compartilhamento de informações e orientações sobre tópicos diversos no contexto escolar, dentre eles, a educação sexual e reprodutiva, temática relevante e muito presente no meio jovem (Brasil, 2007). Esse fato pode ser confirmado pelo demonstrativo na Tabela 5, que, para finalizar essa fase do estudo, apresenta a última pergunta, a qual buscou colher a opinião dos adolescentes sobre a possibilidade de gravidez na primeira relação sexual.

Tabela 5 – Respostas e justificativas para o entendimento sobre possibilidade de gravidez na primeira relação sexual

Categoria	Frequência das ocorrências		Trechos das respostas
	Absoluta	Percentual	
Sim	46	95,8%	<p>“O corpo já pode gerar um filho”</p> <p>“Se não se prevenir corretamente, pode acontecer sim”</p> <p>“O homem e a mulher já têm os gametas que são responsáveis pela gestação”</p> <p>“A mulher que já menstrua, já pode engravidar”</p> <p>“O corpo da mulher já se prepara por causa do ciclo menstrual, que tem o período fértil”</p> <p>“Às vezes a falta de informação pode fazer a pessoa se prevenir de forma errada”</p>
Não	2	4,1%	<p>“A pessoa ainda não está preparada para uma gravidez”</p> <p>“Eles precisam esperar mais um pouco”</p>

Fonte: Elaborada pela autora (2024).

É importante destacar o aumento da frequência relacionada à resposta afirmativa, além de ter presenciado mais citações a respeito da prevenção à gravidez não planejada. Por ser uma

temática muito presente entre os jovens, é válida a preocupação apresentada por Lorenzi (2017) e Barbosa, Viçosa e Folmer (2019), quando informam sobre a deficiência das políticas públicas de educação em elevar a saúde sexual e reprodutiva no contexto escolar do país.

6 PRODUTO EDUCACIONAL

A partir da análise dos resultados obtidos por meio da aplicação dos questionários e da realização das entrevistas utilizando a técnica de Grupo Focal, em conjunto com a revisão bibliográfica, foi possível o desenvolvimento de um produto educacional que provém do estudo apresentado nos capítulos anteriores como meio de promover melhorias na abordagem do tema da saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes, objetivo principal deste estudo. Trata-se de um produto de comunicação, do tipo *Podcast* Educacional, destinado ao público adolescente e jovem, estando disponível para ouvir em formato digital nas plataformas especializadas. Os produtos de comunicação estão descritos no relatório do Grupo de Trabalho de Produção Técnica da CAPES, com a seguinte conceituação:

O produto implica na existência de um intermediário tecnológico para que a comunicação se realize. Trata-se, portanto, de produto midiático. Mídia compreende o conjunto das emissoras de rádio e de televisão, de jornais e de revistas, do cinema e das outras formas de comunicação de massa, bem como, das recentes mídias sociais em suas diversas plataformas (Brasil, 2019, p. 63).

Entende-se por material educativo um objeto que colabora na experiência de aprendizado, podendo-se definir também como uma experiência mediada para o aprendizado. Importante ressaltar que um material educativo não é apenas um objeto, seja ele em forma de texto, multimídia, audiovisual ou qualquer outro, que viabiliza informação, mas sim, em uma conjuntura específica, algo que oportuniza o desenvolvimento de uma experiência de aprendizado, de mudança e de enriquecimento em algum sentido: conceitual ou perceptivo, axiológico ou afetivo, de habilidades e atitudes etc (Kaplún, 2003,).

Para a construção do produto educacional, será utilizado como referência o estudo de Kaplún (2003). Esse autor indica três eixos para a investigação e a elaboração de um material educativo: conceitual, pedagógico e comunicacional. Quanto ao eixo conceitual, o autor destaca a necessidade de compreender com relativa profundidade as definições que os circundam e os debates gerados em torno do tema a ser trabalhado. Nesse eixo, “será preciso escolher as ideias centrais que serão abordadas pelo material, bem como o tema ou temas principais através dos quais se procurará gerar uma experiência de aprendizado” (Kaplún, 2003, p. 48). Destarte, diz respeito à seleção e à organização dos conteúdos.

No que concerne ao eixo pedagógico, o autor coloca que “expressa o caminho que estamos convidando alguém a percorrer, que pessoas estamos convidando e onde estão essas

peças antes de partir” (Kaplún, 2003, p. 49). Para isso, é primordial, de acordo com o autor, investigar qual o nível de conhecimento dos adolescentes sobre a temática a ser discutida no produto educacional. É o que Kaplún (2003, p. 49) define como reconhecer as “ideias construtoras” do sujeito, que são “aquelas sobre as quais, com as quais e, frequentemente, contra as quais se vai tentar construir uma nova percepção, uma nova conceitualização, habilidade etc”.

O eixo pedagógico é, ou deveria ser, aparentemente, o articulador principal de um material educativo, caso o desejo do pesquisador seja ter um produto concretamente educativo. É por meio dele que será estabelecido um ponto de partida e um ponto de chegada, em termos de tentativa, para o destinatário do material (Kaplún, 2003).

Seguindo tais direcionamentos na primeira etapa, a princípio, buscar-se-á identificar o conteúdo a ser abordado no material. Nesse intento, o aporte teórico e documental da presente pesquisa será consultado como base. Na fase seguinte, haverá a identificação, por meio da tabulação das respostas dos estudantes, do nível de conhecimento sobre a saúde sexual e reprodutiva em seus vários delineamentos, bem como serão mapeadas e sistematizadas as dúvidas mais recorrentes originadas pelos discentes.

Dessa forma, baseando-se nas informações supracitadas, na terceira fase da construção, correspondente ao eixo comunicacional, será elencado o conteúdo a ser explorado no material educativo, com a finalidade de favorecer a ampliação de conhecimentos sobre a temática. Esse eixo sugere, através de algum tipo de figura retórica ou poética, constituir, com os recebedores do material educativo, uma relação concreta, sempre respeitando as especificidades dos destinatários. Destarte, diagramação, formato e linguagem devem possuir conformidade com esse público ao qual se pretende alcançar, firmando, assim, a apresentação, utilização e interação com o produto, neste caso, um *podcast* educacional.

O formato *Podcast* não é adotado tradicionalmente como recurso didático/pedagógico em virtude da sua recente popularização por meio das diferentes mídias digitais e equipamentos de tecnologia da informação, como dispositivos de áudio portáteis e *smartphones*, contudo pode-se afirmar que é análogo a outros recursos, como rádios escolares, audiolivros, *WebRádios*, áudio-aulas, produção de vídeos, entre outros materiais de áudio ou audiovisuais empregados em diferentes contextos.

Neste capítulo, temos brevemente uma revisão da literatura existente acerca da aplicação dos *podcasts* para fins educacionais, atendo-se ao seu uso expansivo no Brasil e a variedade de abordagens utilizadas. Antes, no entanto, será desenvolvida uma caracterização

desse formato como recurso adequado para o âmbito escolar onde se desenvolveu esta pesquisa e onde foi empregado o produto.

Tal atividade se deu como forma de promover conhecimentos acerca de temas que envolvem a educação sexual e reprodutiva dos adolescentes, de forma que o produto se ajustasse à realidade da população em que a escola se insere, às categorias reveladas pela análise temático-categorial das entrevistas, bem como aos dados revelados na aplicação dos questionários. A ideia de criação do *podcast* surgiu durante o cotidiano profissional e a produção de dados junto aos participantes da pesquisa, estimulando o protagonismo dos jovens envolvidos, a partir da constatação da necessidade de aprimoramento na circulação de informações referentes à saúde e sexualidade na adolescência, seja sobre questões relacionadas ao processo do adolecer, seja mediante a necessidade de uma maior divulgação de informações com procedência científica comprovada.

O produto educacional aqui apresentado firma-se tematicamente na linha de pesquisa Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT), condizendo com critérios importantes para a área de ensino de elaboração e validação dos produtos educacionais, a citar a complexidade, o impacto, a aplicabilidade, o registro, a inovação e a aderência, que, juntos:

Valorizam métodos de pesquisa como: a escolha e apreensão de referencial teórico-metodológico que fundamentem as metodologias de ensino; formas de avaliação e seleção de conteúdos que sustentarão a elaboração da dissertação/tese e do PE; bem como a fase de revisão do Produto, ancorada em análise crítica das etapas científicas, retira de cena a visão instrumental que a academia ainda possa ter sobre os Programas Profissionais, evidenciando o papel formativo dos mesmos (Rizzatti et al, 2020, p. 14).

Nesse trabalho, será apresentado, em específico, o *podcast* Saúde *On*: o *podcast* da saúde do adolescente, assim denominado por conter as palavras “Saúde”, foco temático principal a ser trabalhado dentro do contexto da adolescência, também presente no nome do produto. Vale adicionar que o termo “*On*” evoca a característica digital inerente ao produto, que poderá ser acessado pelo ouvinte através de dispositivos eletrônicos.

Sua produção foi organizada inicialmente em uma temporada de quatro episódios temáticos, com o objetivo geral de proporcionar aprendizados acerca da saúde sexual e reprodutiva na fase da adolescência. Em se tratando de objetivos específicos, o produto visa discutir sobre sexualidade e saúde sexual e reprodutiva com o público, estimular o protagonismo juvenil na elaboração de material educativo direcionado aos adolescentes, e, por fim, contribuir para o acesso dos(as) estudantes a informações necessárias para a tomada de decisão assertiva e prática sexual segura. Os episódios tiveram a duração média de dez minutos

e foram publicados na plataforma *Spotify*, além da plataforma *Spotify for Podcasters*, que funciona como local de hospedagem dos episódios que permite sua replicação nas demais”.

Um destaque importante deve ser dado ao conteúdo dos episódios desse *podcast*, uma vez que essa produção atraiu o engajamento e atenção dos alunos para um estilo diferente de aula. Se tanto da parte dos docentes, quanto da parte dos estudantes era difícil desenvolver uma educação sexual e reprodutiva em sala, devido ao tempo reduzido das aulas, a concorrência entre os ambientes formais dos componentes curriculares e o novo formato de produção de conhecimento voltado para saúde sexual e reprodutiva desses adolescentes, incluindo a existência de um espaço, ainda que virtual, onde as vozes e ideias dos estudantes elevaram o seu papel de protagonismo no ambiente escolar, com a ampla divulgação dos seus trabalhos, foi motivadora de novas reflexões e envolvimento dos alunos. Isso também cabe ao fato de esse formato de espaço não-formal suprir a demanda de um espaço em que fosse possível discutir esses temas, algo que comumente ocorreria somente em sala de aula, em momentos esporádicos.

Portanto, é adequado apresentar a conceituação do formato *podcast* educacional como um recurso pedagógico a ser implementado em sala de aula como caminho para oportunizar aprendizagens, sinalizando a viabilidade do uso dessa tecnologia nos dias atuais, sobretudo no contexto educacional e na instituição onde foi executado esse trabalho. Nesse contexto, será descrito o *podcast* a partir de seus pontos técnicos, que por sua vez entonam suas limitações e possibilidades como recurso tecnológico, até que se alcance a discussão acerca da sua relevância e empregabilidade pedagógica propriamente dita.

6.1 *Podcast* como instrumento pedagógico

No Brasil, é relativamente recente a prática de se adotar *podcast* educacional em atividades de ensino em escolas ou até mesmo fora delas. Isso se deve ao fato de a tecnologia originária do formato *podcast* estar apenas em sua segunda década, no entanto sua popularização é muito atual, tendo avanço significativo no período da pandemia de Covid-19 que teve início em março de 2020.

Os *podcasts* são caracterizados como arquivos digitais de áudio (.mp3, .wma, .wav etc.) disponibilizados no modo *online* para *download* ou via *streaming* (transmissão em tempo real), apresentando o diferencial de serem também publicados através do denominado *feed RSS* (do inglês *Really Simple Syndication* – “Redifusão Realmente Simples”, tradução nossa), que permite a inscrição de usuários para receberem atualizações dos episódios mais recentes sem

necessidade de realizarem uma busca para acessá-los. Tais inscrições e o acesso aos episódios atualizados pelo *feed RSS*, como também a reprodução dos arquivos propriamente ditos, são realizados em plataformas especializadas que têm à disposição um sistema de reprodução de áudio (*audio player*), aplicativo para computadores e/ou dispositivos móveis e *websites* próprios.

Compreende-se que a veiculação de *podcasts* através de *feed RSS* é o principal aspecto que o distingue de outras mídias, conferindo-lhe um caráter periódico ou episódico. Da forma como se entende nesta pesquisa, o *podcast* se torna uma ferramenta tecnológica que oferece o acesso pelos usuários inscritos a conteúdos de áudio atualizados automaticamente em seus dispositivos eletrônicos, seja celulares ou computadores, que permitam acesso às plataformas e aplicativos especializados na internet.

Em termos de classificação, os *podcasts* podem ser de diversos tipos ou gêneros, como os “mesacasts”, os quais misturam entrevistas e conversas informais com convidados comumente em torno de uma mesa com microfones (Rovarotto, 2022), os *podcasts* jornalísticos com atualizações diárias sobre fatos do dia ou reportagens, atravessando o entretenimento, como ocorre nos *podcasts* de humor, relacionamento, *storytelling* (voltados para a narrativa de uma história fictícia ou documental de maneira episódica), de debates esportivos, dentre vários outros.

Portanto, os *podcasts* educacionais consistem em um gênero ou subgênero do formato, podendo ser tão diversificados quanto as áreas do conhecimento a que se direcionarem seus criadores. No caso do *Saúde On*, sua produção foi inspirada por aspectos típicos dos *podcasts* educacionais já revisados: introdução, vinheta, ritmo de locução, roteirização, linguagem informal e duração relativamente curta dos episódios. Soma-se a isso o fato de que o produto em questão tem a característica escolar, contrariando vários outros *podcasts* que não são voltados para o uso nessas instituições.

A atual popularização desse formato e sua facilidade de acesso e produção são características que contribuíram para determinar sua escolha para aplicação nessa pesquisa, no entanto, o ambiente contemporâneo favorável para tal decisão não se concretizou sem historicidade. Devido a isso, na próxima seção, serão apresentados os momentos-chave da criação dessa tecnologia.

6.1.1 Trilha histórica dos podcasts

Atribui-se a composição do primeiro *podcast* ao programador e empresário americano Dave Winer, pioneiro da tecnologia RSS responsável por lançar inicialmente os blogs de texto na internet, e ao então VJ, como eram denominados os apresentadores do canal de televisão MTV, Adam Curry, um entusiasta do trabalho de Winer na época e foi ao seu encontro em um hotel em New York para compartilhar sua ideia de distribuição de arquivos digitais de áudio se utilizando da mesma tecnologia que era empregada para atualizar os blogs da época (Nuzum, 2020). É importante frisar que os blogs se constituíram no principal modelo de produção de conteúdo independente nos primeiros anos da internet por meio de textos hospedados em diferentes sites voltados para esse fim, o que se atribuiu, em grande parte, às atualizações automáticas da tecnologia de *feed RSS*, que se aproximavam da tradicional publicação de colunas e crônicas diárias nos jornais impressos.

O criador de *podcasts* Eric Nuzum revela, em seu livro “*Make noise: a creator’s guide to podcasting and great audio storytelling*” (2020), a defesa de Curry sobre a ideia e inclusive sua atitude de modificar o código aberto de *RSS* criado por Winer na tentativa de demonstrar o que chamava de *áudio blogging* (blog de áudio). Adam Curry persuadiu Dave Winer quanto a uma tentativa de elaborar um código de *feed RSS* modificando-o para encontrar arquivos de áudio ao invés de textos, o que, naquela época, parecia despertar pouco interesse para os consumidores de internet, visto que os arquivos de áudio continham um volume de dados consideravelmente maior que os de texto, o que gerava lentidão no *download* de arquivos como esses. De toda forma, Winer concluiu as alterações e o primeiro *feed de podcast* foi lançado em 20 de janeiro de 2001 acompanhado da música “*US Blues*” da banda *Grateful Dead*, mas com poucos acessos (Nuzum, 2020).

Foi apenas em setembro de 2003, quando Dave Winer conheceu o radialista Christopher Lydon, um admirador das novas tecnologias da informação, é que aconteceu a primeira gravação de um programa de áudio exclusivamente produzido para a disponibilização por meio de *feed RSS*, o qual publicou 50 entrevistas com profissionais da internet, analistas políticos e seguidores da tecnologia. O modelo do primeiro *podcast*, denominado *Open Source*, não obteve sucesso devido à sua similitude ao rádio, formação profissional de onde vinha Loyd. Em 2004, presenciavam-se outras tentativas que ainda não estavam firmadas sob o termo *podcast*, que circulava somente informalmente entre os criadores, porém foi registrado pelo jornalista Bem Hemersley em um artigo, por escrito, para o jornal britânico *The Guardian*, intitulado *Audible revolution* (2004).

Nessa ocasião, o jornalista relata uma explosão do rádio amador na internet e se pergunta sobre a melhor maneira de se referir ao fenômeno: “*Audioblogging? Podcasting?*”

GuerillaMedia?” (Hemmersley, 2004). Ainda antecedendo a criação do primeiro smartphone, os dispositivos portáteis mais utilizados para a reprodução de arquivos de áudio eram os *Ipods* da Apple, empresa americana de tecnologia. O termo “*podcast*”, que alcançou sua popularização, veio de um neologismo que unia as palavras “*Ipod*” e “*broadcast*”, que, em inglês, significa transmissão.

De acordo com Nuzum (2020), meses após a publicação do artigo no ano de 2004, Danny Gregoire, durante um evento para programadores, usou o termo mais uma vez mencionando a sincronização e *downloads* automáticos de arquivos de áudio. Após esse fato, o termo se tornou senso comum no meio dos criadores e, em pouco tempo, para o público em geral.

Ainda que os *podcasts* sejam um caminho peculiar de compartilhamento de mídias de áudio, enquadrando-se em um formato ou um gênero específico de programa de áudio, eles possuem características semelhantes às de outros modelos mais tradicionais, a saber “a roteirização, a captação de áudio por equipamentos digitais, os efeitos sonoros e as trilhas [...]” (Momesso *et al.*, 2016, p. 68), que também viabilizaram tecnologias, como o rádio, na promoção da comunicação de massa, disseminando informações por meio do som, processo que vem se tornando cada vez mais diversificado:

Podemos dizer então que o áudio – e conseqüentemente o rádio – foi um dos primeiros meios de comunicação que, juntamente com a imprensa e os jornais diários, inauguraram aquilo que hoje denominamos de meios de comunicação de massa. Mas, o rádio já teve seu tempo e, na atualidade, ressurgiu a partir de um novo suporte, a partir das chamadas WebRádios. Contudo, diferentemente do rádio, elas não estão mais sozinhas e dividem espaço com outras plataformas de transmissão de áudio e vídeo tais como os modernos *podcasts* e *videocasts* (Meirelles, 2016, p. 17).

Os *podcasts* são atualmente considerados uma espécie de renovação que se concretizou após a ascensão da internet em que, além de apenas reproduzir as características próprias da antiga radiodifusão, contudo em meio digital, novas possibilidades comunicacionais são exploradas em virtude da maior abrangência da rede mundial de computadores e as transformações as quais o próprio público ouvinte atravessou nas últimas décadas.

6.1.2 Podcasts na educomunicação

É possível relatar que com a transformação da sociedade, e dentre suas principais mudanças esteve o aumento da velocidade de comunicação e troca de informações entre as pessoas, avanços como os *podcasts* se tornaram ao mesmo tempo resultado desse processo e

um dos pontos de uma ampla gama de possibilidades desencadeadas por ele, fato que, no âmbito da comunicação, traz consequências complexas:

Este é o ponto: a comunicação transformou-se em dimensão estratégica para o entendimento da produção, circulação e recepção dos bens simbólicos, dos conjuntos representativos, dos impactos materiais – afinal estamos falando, também, de uma indústria que faz computadores, vende celulares, televisores de alta definição etc. [...] Tal conjunto de sistemas e processos está provocando profundas transformações sociais, de algum modo promovendo impactos diretamente na vida dos homens e mulheres do nosso tempo, quer velando, quer revelando ou desvelando informações e conhecimentos (Citelli, 2011, p. 62).

Igualmente ao ganho de espaço pelos programas de rádio em um período histórico anterior logo após o advento da tecnologia que permitia expelir ondas no ar que percorriam longas distâncias rapidamente até serem decodificadas na residência das pessoas, o *podcast* também se garante, na atualidade, como um modelo contemporâneo de comunicação em direta concorrência com as mídias tradicionais. Como aspecto fundamental, esse novo formato de comunicação através de áudio traz a vantagem de, com auxílio dos recursos tecnológicos atuais, poder ser gerado por qualquer pessoa que possua um computador ou *smartphone* à disposição. Também vale destacar o ponto de diferença para o rádio tradicional que diz respeito à viabilidade no armazenamento dos programas gravados em servidores ou nos próprios dispositivos de áudio para futuramente, quando os ouvintes julgarem apropriado, serem ouvidos.

É teoricamente ilimitado o alcance possível da rede mundial de computadores, visto que a internet está amplamente presente no mundo inteiro, ao passo em que é possível a delimitação de um público ouvinte bastante específico, como o de um município, de um bairro, de seguidores de um determinado estilo musical ou, como no caso do *Saúde On*, o de uma instituição de ensino. A comunicação, antes de massa e dependente de produtoras de nível profissional, atualmente pode se apresentar de nicho, de nível amador, e menos aprisionada à lógica de mercado em que, para se manterem, os programas de rádio, por exemplo, necessitam equilibrar a sua rentabilidade, a audiência e os temas de maior interesse.

Nesse contexto, afirma-se a coerência com o atual período histórico no qual a utilização de recursos de comunicação por áudio, como os *podcasts*, venham adquirindo destaque na educação, em vista da maior facilidade encontrada hoje para se gravar, editar e publicar um programa amador direcionado a um público específico, porém dedicado e bastante inserido no processo da sua produção.

Essa proximidade entre definições, técnicas e conhecimentos próprios da área da comunicação com as questões, reflexões e metas educacionais estão no eixo de interesse do

campo de estudos da Educomunicação, a qual pode ser entendida como uma inter-relação entre educação e comunicação, ligação essa que não diz respeito a aplicar a educação se utilizando do instrumento da comunicação, mas sim de que a comunicação se transforme em agregada aos processos educativos (Citelli; Costa, 2011).

Foi trilhando o caminho no sentido de não se negligenciar, durante o processo educativo, as aproximações entre os dois âmbitos que essa pesquisa e a concepção do produto adquiriram forma. Almejou-se abordar temas relevantes ao público escolar se utilizando de recursos que aproximassem a pesquisa dos alunos de modo que o diálogo e a escuta se tornassem o caminho na busca por novos conhecimentos.

Nesse ínterim, foi notório que a adoção de tecnologias elevaria o potencial de interesse do público e ressignificaria a abordagem da temática saúde sexual e reprodutiva no contexto escolar, a qual na maioria das vezes é contemplada somente pelos conteúdos das disciplinas ou áreas do conhecimento tradicionais. Quando o projeto foi apresentado aos pais e responsáveis, e também aos discentes, almejávamos descrever a pesquisa como uma oportunidade de aprendizagem e reflexão sobre o tema, envolvendo todos os estudantes do 1º ano do ensino médio integrado, como forma de ouvi-los e, posteriormente, esclarecer suas dúvidas por meio de conversas espontâneas e de linguagens claras acerca da saúde sexual e reprodutiva.

6.1.3 Revisão da literatura sobre podcasts na educação

Existem várias publicações em português que abordam o uso de *podcasts* na educação, o que pode ser confirmado por meio de uma busca em algumas das bases de dados disponíveis em meios virtuais, como o Portal de Periódicos e o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Neste trabalho, optou-se por apresentar de forma resumida uma revisão de estudos recentes publicados nos últimos anos objetivando desenhar um quadro que reflete o emprego de *podcast* como ferramenta educacional, restringindo essa análise a trabalhos publicados no Brasil que se relacionam com os objetivos desta pesquisa, que são a criação e aplicação de *podcasts* educacionais como métodos pedagógicos em ambientes escolares da educação básica.

Para nortear a discussão do estado da arte referente a esse tema, será adotada como referência principal a pesquisa conduzida por Bodart e Silva (2021), juntamente a alguns trabalhos selecionados que possuem sua relevância assegurada no que tange às reflexões pretendidas nesse estudo. A intenção, com essa pesquisa, é extrair as percepções dos autores acerca de suas definições sobre os *podcasts* como um recurso pedagógico e suas ramificações,

além disso, serão apresentados exemplos da diversidade de aplicações que vêm sendo implementadas nos últimos anos.

No entanto, importa antes citar trabalhos como o de Moura e Carvalho (2006) e Barros e Menta (2007), que assumiram o pioneirismo em língua portuguesa ao estudar a prática de se implantar *podcasts* com fins educacionais que se revelava ainda nos primeiros anos da tecnologia, como visto na seção anterior. Naquele período, os autores destacaram as vantagens dessa tecnologia na educação, visto que ela permitia que os estudantes, cada vez mais imersos no uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) que se afirmavam na época, participassem, por meio de áudios na internet, de práticas de ensino de línguas, por exemplo. Sob outro enfoque, o acesso via *feed RSS*, com reconhecimento já adquirido por eles como sendo o principal aspecto distintivo da tecnologia, ainda se portava como uma dificuldade devido ao baixo número de plataformas que permitissem esse tipo de interação com consumidores naquela época.

O cenário atual apresentado por Bodart e Silva (2021) demonstra certa estabilidade no quantitativo de publicações desde o ano de 2008 até a conclusão do estudo. Ao analisarem as dissertações e teses separadamente dos artigos, os autores constataram que existem mais dissertações do que teses, sendo estas apenas duas. A maior parte das dissertações é referente a pesquisas de mestrados profissionais, totalizando 17 entre 29 resultados. Em relação aos artigos, os autores notaram que o número de publicações é baixo, com apenas 15 trabalhos. Referente às abordagens identificadas, os pesquisadores afirmam o seguinte:

Nos trabalhos de conclusão de pós-graduação *stricto sensu* há uma variedade de abordagens em torno do *podcast-edu*, embora predominando discussões mais gerais do uso dessa ferramenta na educação (7 trabalhos). Encontramos pesquisas voltadas ao uso do *podcasts* no ensino de Língua Portuguesa (5), de Física (2), de História (2), de Língua Estrangeira (1) e de Biologia (1), além de abordagem que envolveram o Ensino a Distância (EaD) (1), projeto de extensão (1), intervenção pedagógica (1), a formação de professores (2) e o ensino superior (4), esses mais especificadamente nos cursos de Medicina, Enfermagem, Odontologia e computação.

[...] Observamos [...] que maior parte dos artigos encontrados no Portal de Periódicos (jan. 2020) estão relacionados diretamente ao uso de *podcasts* no ensino de língua estrangeira (6 trabalhos). Encontramos 2 Trabalhos que discutem os usos dessa ferramenta na EaD, 1 no ensino de Geografia, 1 de História, 1 de Língua Portuguesa, 1 na educação infantil e 1 artigo com uma abordagem voltada à educação formal em geral. Ainda que haja abordagem mais específicas às disciplinas, o número de abordagens é reduzido e os usos do *podcasts* em alguns componentes curriculares não são abordados (Bodart; Silva, 2021, p. 8-9, 11-12).

É possível afirmar que a produção acadêmica sobre *podcasts* não se mostra extensa em comparação com outras ferramentas mais tradicionais, mas apresenta uma boa diversidade e uma regularidade notável ao longo dos anos, com uma predominância dos mestrados

profissionais. Essa predominância é atribuída ao fato de que os mestrados profissionais estão relacionados a questões práticas e incluem a elaboração de um produto educacional, resultado de uma pesquisa que aborda os desafios enfrentados pelos mestrados em seus ambientes de trabalho.

Levando em consideração essas informações de abordagem quantitativa, reveladoras do estado da arte a respeito de *podcasts* nos estudos nacionais, buscou-se em seguida expor a contribuição de alguns pesquisadores de estudos recentes sobre o tema, trazendo maior enfoque às reflexões e resultados que contribuíram para a criação do produto educacional do presente trabalho. As pesquisas selecionadas abordam a utilização de *podcasts* na educação básica de ensino fundamental ou ensino médio. Vale ressaltar que, ao serem excluídos trabalhos dedicados ao ensino superior, houve uma importante diminuição do número de publicações no levantamento realizado.

Akita (2019) realizou sua pesquisa de mestrado no programa ProfEPT, dedicando-se à criação e ao uso de *podcasts* para abordar o bullying no Instituto Federal de São Paulo – *Campus* São Carlos. O estudo foi estruturado metodologicamente como uma pesquisa-ação, com a finalidade de aumentar a conscientização dos estudantes sobre o assunto e promover discussões dentro da instituição. A autora coletou dados por meio de entrevistas, questionários e intervenções realizadas com professores e alunos. Os resultados não apenas revelaram informações sobre a ocorrência de bullying na escola, mas também indicaram que o uso de *podcasts* para abordar essa questão foi bem recebido pelos estudantes. Embora metade dos participantes confessasse não conhecer o formato, eles demonstraram interesse em participar do processo de produção.

Este trabalho destaca o emprego de *podcasts* educacionais na exploração de temas transversais, como o bullying, apresentando resultados positivos em relação à sensibilização gerada sobre o tema. A autora destaca também o nível animador de interesse demonstrado pelos estudantes. Na sua pesquisa, o modelo *podcast* mostrou-se uma relevante ferramenta de socialização, propiciando a autoestima e autoconfiança por meio da publicação autônoma dos trabalhos dos alunos da instituição.

Outras pesquisas, tais como a de Campos e Matuda (2019), Leite (2018), Vieira (2018), Loures (2018) e Reis (2017) dedicam-se mais especificamente à adoção e uso desse modelo no âmbito mais restrito de disciplinas escolares, como língua portuguesa, literatura, história e língua inglesa. Carvalho *et al.* (2018) concentram suas análises no cenário da formação de educadores voltados para a educação infantil e os primeiros anos no ensino médio integrado. As conclusões alcançadas ressaltam a eficácia dos *podcasts* como instrumentos que facilitam a

aprendizagem sobre oralidade e gêneros orais, destacando-se como um recurso didático digital que favorece uma maior interatividade e estimula a utilização das Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDICs). Esses recursos são valiosos para a prática da leitura oral na literatura, para a construção de conhecimento histórico através do subgênero do *podcast* de *storytelling*, e para facilitar a produção oral em língua inglesa dentro do contexto do ensino fundamental.

A análise das pesquisas selecionadas revela que os *podcasts* têm sido vistos como ferramentas pedagógicas versáteis, de fácil acesso e utilização, e que, de uma maneira geral, representam o que pode ser considerado um movimento rumo à modernização das estratégias de ensino-aprendizagem em ambientes formais, aplicando para isso o que os autores descrevem como TICs e TDICs. Estas se diferenciam de outros métodos devido ao apoio ofertado a novas tecnologias e à possibilidade de serem digitais, em paralelo com os avanços tecnológicos recentes na área da comunicação (Orozco-Gómez, 2002).

Soma-se a isso a identificação, nos artigos e dissertações analisados, de frequentes menções relativas ao crescente engajamento e maior participação dos estudantes envolvidos, muitas vezes sendo usado como justificativa para sua aplicação na educação. Ademais, seria possível argumentar baseando-se nos relatos dos autores que o fato de ser uma produção oral, na qual os jovens podem ouvir e ser ouvidos pelos membros dos grupos que participam, propiciam a autonomia e o protagonismo juvenil na produção de conhecimentos.

6.2 Produção do produto educacional Saúde *On*

A metodologia de trabalho selecionada para a produção do *podcast* atravessou adaptações que consideraram a realidade da instituição e o contexto do segundo semestre de 2024, em vista do retorno às atividades letivas após o período de greve dos servidores públicos da educação federal, que se estendeu de abril até junho do corrente ano. As alterações implantadas no calendário acadêmico trouxeram desafios no sentido de reunir os estudantes para alinhamento de processos de produção e, em outro momento posterior, realizar a gravação no estúdio reservado para tal fim.

Os equipamentos utilizados pertenciam ao estúdio de criação e gravação de material audiovisual localizado nas dependências do IFCE *Campus* Tauá, cuja servidora responsável pelo setor, ocupante do cargo técnico em audiovisual, confirmou, mediante reunião com a pesquisadora, a disponibilização do local, dos equipamentos e da sua equipe de edição a serviço da criação do *podcast*. Dessa forma, pôde-se usufruir de artigos como três microfones

dinâmicos e microfone do tipo condensador, mesa de som digital, *softwares* de uso profissional, entre outros, que, além de aprimorarem a qualidade dos episódios gravados, também contribuíram para o processo de aprendizagem pretendido.

Para a captação dos áudios, foram utilizados três microfones dinâmicos para uso dos discentes, que estariam dispostos em trio a cada episódio do *podcast*, e um microfone do tipo condensador, que captou as falas da pesquisadora, atuante nos episódios como convidada profissional apta a responder os questionamentos dos estudantes. Já a edição dos áudios foi executada graças à iniciativa de um grupo de alunos da instituição que atuam na produção de material audiovisual juntamente com a técnica em audiovisual atuante no *campus*.

Em se tratando de produção e edição dos conteúdos de áudio, a metodologia escolhida consistiu, primeiramente, em uma reunião de alinhamento com os doze estudantes que demonstraram interesse por essa temática e expressaram o desejo de ter mais oportunidades para debater sobre sexualidade na adolescência. Nessa ocasião, foram desenvolvidas pautas como: dia e horário disponíveis para reunião prévia e gravação no estúdio em compatibilidade com agenda discente; temas geradores dos episódios, advindos das categorias apontadas na aplicação da técnica de Grupo Focal; solicitação de elaboração, pelos alunos, de perguntas norteadoras enquadradas nos temas; sequência e formato de gravação dos episódios e apresentação da estrutura deles; esclarecimento de dúvidas dos estudantes.

Para o tratamento das perguntas utilizadas, a pesquisadora realizou um breve momento de estudo com a técnica em audiovisual, quando puderam analisar os quesitos encaminhados pelos discentes, agrupando-os de forma a encaixar em um tema comum para o mesmo episódio e contemplar o tempo previsto de gravação para cada episódio, além de alinhamento de fatores técnicos e estruturais atinentes ao momento, como, por exemplo, a duração breve de cada resposta a fim de manter ativa a atenção do público e permitir uma quantidade considerada de perguntas em cada episódio. As gravações foram realizadas em duas datas diferentes, considerando a compatibilidade de agenda do estúdio e dos estudantes.

Os primeiros dois episódios foram gravados no dia 16/09/2024. Para essa atividade, foram convidados seis estudantes dentre os que participaram da reunião de alinhamento acima mencionada. Primeiramente, foi apresentada essa etapa da pesquisa e realizada um aquecimento em uma sala anexa ao estúdio, onde os alunos receberam orientação da pesquisadora e da técnica em audiovisual e puderam fazer uma leitura prévia das perguntas que compunham o roteiro a ser utilizado nos episódios. Um aspecto importante desse grupo consistiu na sugestão advinda dos adolescentes, durante esse diálogo, de que a abertura e o encerramento de cada

episódio acontecessem por meio da voz deles, que eram os protagonistas na construção desse conhecimento.

Em seguida, cada trio foi direcionado ao estúdio para proceder à gravação do episódio correspondente. Vale informar que o momento foi precedido por uma breve conversa de ordem técnica para orientar e tranquilizar os participantes, sobretudo no que tange à possibilidade de repetição em caso de erro de gravação. Nos dois episódios, apesar de um roteiro estruturado sobre infecções sexualmente transmissíveis para o episódio 1 e para o episódio 2, houve tempo residual, o qual foi explorado por meio de perguntas livres sobre outros tópicos dentro da temática de educação sexual e reprodutiva. Ao final das gravações do primeiro dia, os estudantes foram informados sobre a publicação do *podcast* e ampla divulgação nas mídias virtuais.

No dia 17/09/2024, ocorreu o segundo dia de gravações do *podcast*. Seguindo o procedimento do primeiro dia, os participantes foram conduzidos primeiramente a uma sala para um breve estudo do roteiro de perguntas e preparação pelas profissionais envolvidas. Graças à experiência dos dois primeiros episódios, os alunos foram orientados em relação à possibilidade de realizar livres questionamentos, encaixados na temática do estudo, durante o tempo residual de cada episódio.

Ao serem encaminhados ao estúdio, houve uma breve apresentação aos equipamentos acompanhada de um diálogo técnico onde cada um dos trios de estudantes foi orientado e tranquilizado sobre pausas e erros de gravação, além de terem suas dúvidas esclarecidas. O tema escolhido para os episódios 3 e 4, por sua vez, foi relacionado a condutas sexuais dos jovens. De acordo com expectativa das profissionais envolvidas, houve tempo residual em cada episódio para os adolescentes disporem suas questões sobre saúde sexual e reprodutiva, em ordem livre. Para a finalização dos episódios, os alunos realizaram uma gravação de encerramento, concretizando o planejamento coletivo do *podcast* e o protagonismo estudantil na construção desse produto.

É importante destacar a participação integral da técnica em audiovisual atuante na instituição, desde a concepção do *podcast* até a presença em tempo integral durante as gravações dos episódios, assegurando, através de seu embasamento profissional no campo audiovisual, que fatores de ordem técnica contribuíssem para aprimorar a qualidade do produto educacional e validar o processo de aprendizagem pretendido.

Os arquivos de áudio do tipo MP3 gerados foram hospedados no site *Spotify for Podcasters* que permite a criação de um *link* para o *feed RSS* da página do *podcast*, facilitando a publicação automática dos episódios na plataforma *Spotify*.

Além disso, para o produto educacional foi desenvolvido um logotipo, com o intuito de aprimorar sua identificação visual, utilizando uma estética inspirada em outros *podcasts* populares disponíveis *online*, tarefa que foi realizada com a ajuda de uma estudante membro da equipe de produção de material audiovisual da instituição. A imagem selecionada foi a de um microfone, representativo desse formato de programa, e cores associadas a tons terrosos foram escolhidas para garantir destaque às imagens utilizadas, como as *thumbnails*, que são imagens ilustrativas reduzidas para títulos de áudios ou vídeos, e fotos de perfil nas plataformas (Figura 2).

Figura 2 – Logotipo do *podcast* Saúde On



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Embora o *podcast* seja um arquivo digital de áudio, disponível *online*, nesse trabalho ele está também apresentado em formato de guia informativo, uma vez que possibilita outra forma de acesso ao seu teor, favorecendo a didática do produto. O material, ilustrado no APÊNDICE F, disponibiliza uma breve apresentação do Saúde On acompanhada pela explanação a respeito da mídia *podcast*. Também serão disponibilizados o *link* e o QR Code (Figuras 3, 4, 5 e 6) para acesso ao site no qual está hospedado o *podcast*, apresentados abaixo de acordo com cada episódio.

I. Episódio 1 (ISTs): <https://abrir.link/HvrXK>

No episódio que abre a temporada de estreia do Saúde On, os alunos do IFCE Campus Tauá conversam com Sharlene Pereira, enfermeira atuante na instituição, sobre as ISTs, abordando suas causas, manifestações no corpo, sintomas e tratamento. O episódio também vai abordar questões peculiares à saúde da mulher, trazendo dicas práticas sobre cuidados íntimos para uma rotina mais saudável.

Figura 3 – QR Code do Episódio 1



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

II. Episódio 2 (ISTs): <https://abrir.link/eBtNL>

O segundo episódio Saúde On traz um diálogo dos alunos do IFCE Campus Tauá com Sharlene Pereira, enfermeira atuante na instituição, sobre as ISTs, os tipos de infecção e seus conceitos. Além disso, também tem questões relacionadas a identificação dessas infecções pelos seus sinais e sintomas e testes rápidos, trazendo orientações sobre como proceder prevenção e identificação precoce das ISTs.

Figura 4 – QR Code do Episódio 2



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

III. Episódio 3 (Comportamento sexual): <https://abrir.link/jADoJ>

No terceiro episódio do Saúde On, o diálogo dos alunos do IFCE Campus Tauá com Sharlene Pereira, enfermeira atuante na instituição, acontece sobre as condutas sexuais dos jovens e sua saúde. Essa conversa também traz assuntos como métodos preventivos, gravidez na adolescência, menstruação e outros conteúdos.

Figura 5 – QR Code do Episódio 3



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

IV. Episódio 4 (Comportamento seguro): <https://abrir.link/zapcx>

Para encerrar essa temporada, o quarto episódio do Saúde On traz à tona a segurança sexual dos jovens. O diálogo dos alunos do IFCE Campus Tauá com a enfermeira Sharlene Pereira, atuante na instituição, aborda métodos e produtos de higiene íntima, cuidados pessoais no cotidiano, além de atenção com a saúde mental na adolescência, alergias e sinais e sintomas das ISTs.

Figura 6 – QR Code do Episódio 4



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

6.3 Avaliação do produto educacional

Para que um produto educacional possa ser apontado como relevante precisa passar por testes, avaliações, comprovações, validações. Isso quer dizer que o público-alvo deve ser considerado em todo o processo. De acordo com Silva, Suarez e Umpierre (2017), torna-se notória a necessidade de uma avaliação do impacto do *podcast* na mudança de comportamento dos adolescentes.

A fim de garantir a validação do *podcast*, foi aplicado um instrumento avaliativo, validado por Rosa (2022), com questões que abordarão as impressões acerca do produto avaliado. Algumas das questões elaboradas seguiram a metodologia da escala Likert, sobre a qual Aguiar, Correia e Campos (2011, p. 1) discorre da seguinte forma:

A escala Likert, desenvolvida pelo cientista Rensis Likert 1946 e 1970, onde o respondente, em cada questão, diz seu grau de concordância ou discordância sobre algo escolhendo um ponto numa escala com cinco graduações (sendo as mais comuns: concordo muito, concordo, neutro/indiferente, discordo, discordo muito).

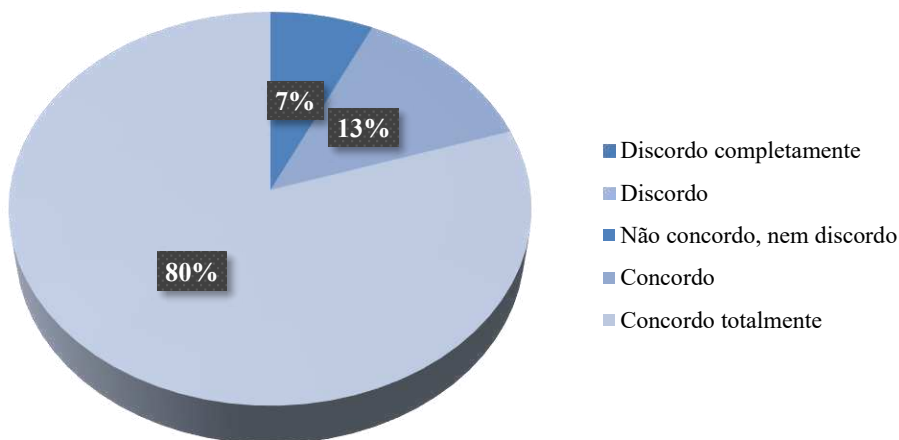
O questionário de avaliação do produto educacional (Apêndice G) foi aplicado a profissionais enfermeiros atuantes no IFCE, mediante contato prévio via e-mail, cujo assunto consistiu na apresentação do estudo e seus objetivos, além de uma breve descrição sobre o *podcast*. Os participantes que aceitaram participar da avaliação foram orientados a ler previamente e assinar o TCLE enviado (Apêndice H) e, posteriormente, convidados a assistir os episódios por meio de *links* disponibilizados via e-mail para então acessar o endereço eletrônico que levará ao formulário *online*.

É importante ressaltar que o grupo escolhido para a avaliação do *podcast* Saúde On foi composto por enfermeiros atuantes nos diversos *campi* do IFCE. Santos *et al.* (2020) e Barbosa *et al.* (2022b) relatam que esse profissional possui comprovada a sua qualificação em educação sexual e reprodutiva, além da experiência que possuem mediante sua atuação em saúde do adolescente, ao promover ações interdisciplinares com esse público. Com o objetivo de preservar o anonimato dos avaliadores, optou-se pela adoção de um nome fantasia, cuja composição se inicia pela letra “E”, para referir-se a “enfermeiro/enfermeira”, acompanhada pelo número correspondente à ordem de recepção dos questionários preenchidos.

Como mencionado anteriormente, os participantes foram convidados a assistir pelo menos um dos episódios para, assim, serem direcionados ao *link* que dava acesso ao formulário *online*. Responderam 15 enfermeiros atuantes nos *campi* do IFCE localizados em Acaraú, Baturité, Boa Viagem, Caucaia, Crato, Iguatu, Itapipoca, Limoeiro do Norte, Maracanaú, Morada Nova, Paracuru, Quixadá, Sobral, Ubajara.

Iniciando o questionário com abordagem sobre o eixo comunicacional, os participantes avaliaram de maneira positiva o percurso para acesso e a edição dos episódios, envolvendo locução, qualidade de áudio e efeitos sonoros, concordando com as afirmações dispostas nos Gráficos 13 e 14:

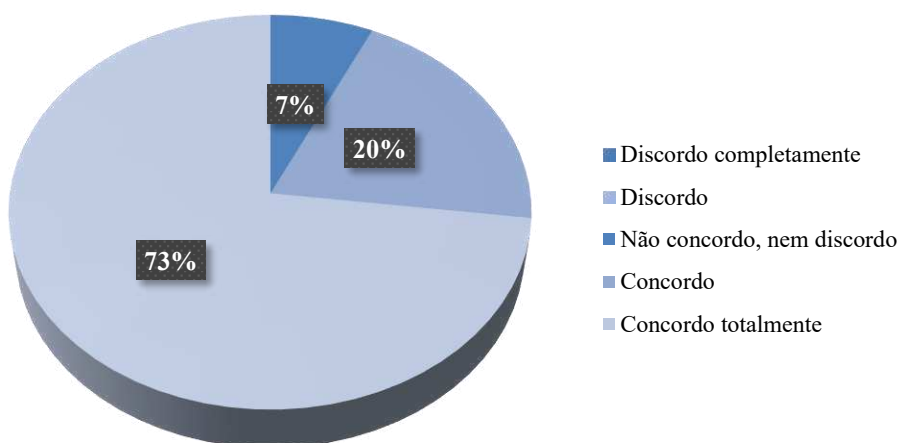
Gráfico 13 – Facilidade de acesso ao produto



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Acerca da facilidade de acesso aos episódios do produto, um participante respondeu não concordar e nem discordar e dois afirmaram concordar, enquanto a maioria restante apontou concordar totalmente. Em se tratando da avaliação da edição dos episódios, um participante informou não concordar nem discordar e três responderam concordar, estando a maioria concordando totalmente com esse quesito.

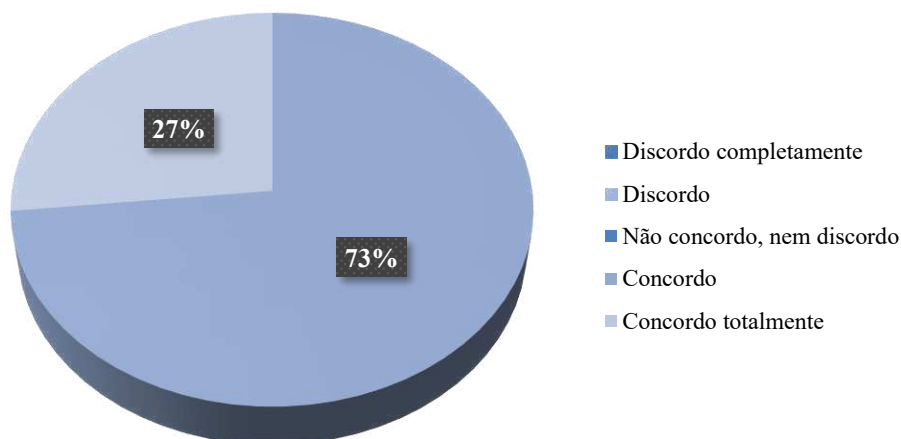
Gráfico 14 – Adequação da edição dos episódios



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

No que diz respeito à adequação das escolhas dos áudios, trilhas musicais e sonoras, o formulário não apresentou respostas negativas, de acordo com o Gráfico 15. Os participantes, de forma geral, avaliaram como adequadas as trilhas adotadas nos episódios do *podcast*.

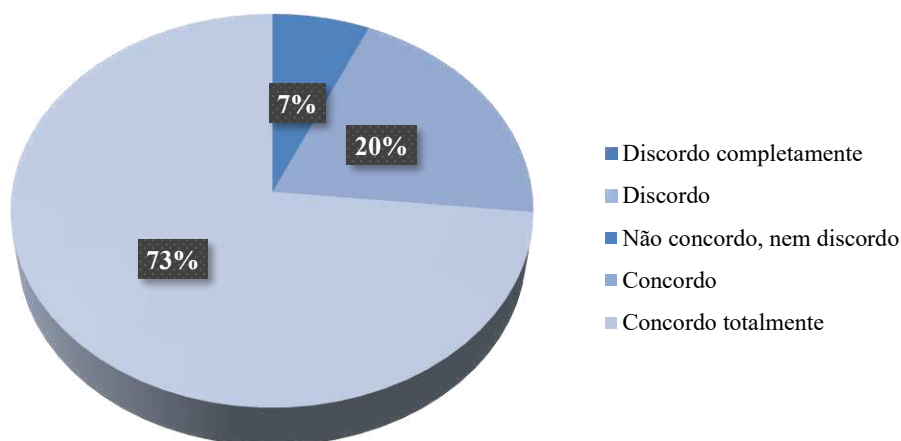
Gráfico 15 – Adequação dos áudios, trilhas musicais e sonoras



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Já quando questionados sobre a locução e o roteiro no sentido de sua clareza, a maioria dos avaliadores concordou totalmente com sua adequação, enquanto três apontaram concordar e um respondeu não concordar nem discordar. Esses dados estão representados no Gráfico 16.

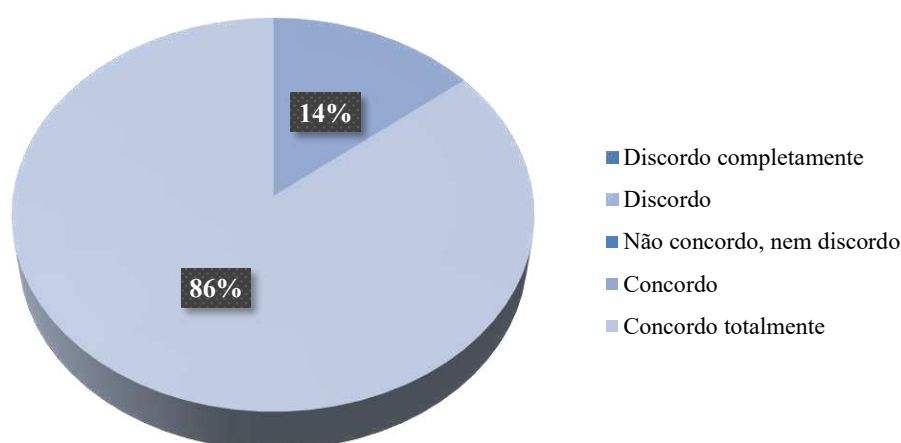
Gráfico 16 – Clareza do roteiro e locução



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A seguir, os participantes foram direcionados para a avaliação do eixo conceitual, ou seja, se estimula a reflexão sobre a temática saúde sexual e reprodutiva na adolescência em sua complexidade, promovendo a escuta e participação discente.

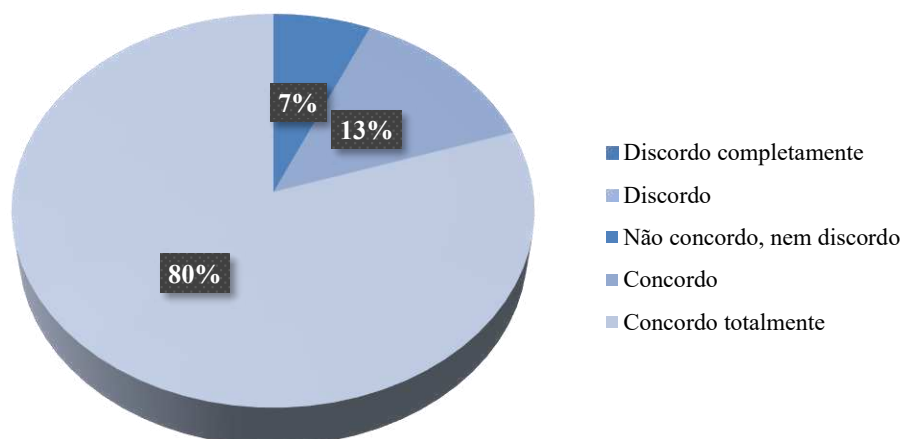
Gráfico 17 – Reflexão sobre o processo saúde-doença na fase da adolescência



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Como demonstra o Gráfico 17, enquanto uma minoria apenas concordou com a promoção da reflexão de aspectos relacionados ao processo de saúde-doença intrínseco à fase da adolescência, treze especialistas concordaram totalmente com tal proposição. O Gráfico 18, por sua vez, apresenta o posicionamento dos avaliadores quanto ao contexto do público considerado para a abordagem do tema. Nesse quesito, doze enfermeiros consideraram totalmente adequada a forma de alusão ao tema no contexto de um público adolescente, dois somente concordaram e um profissional não concordou nem discordou.

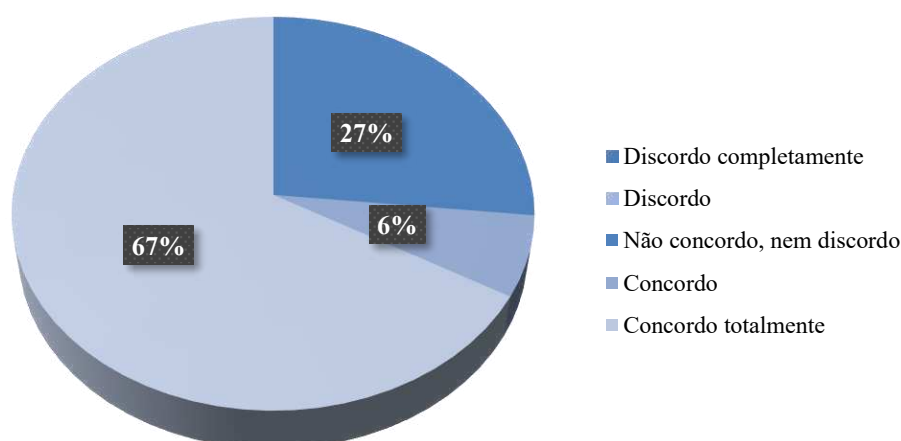
Gráfico 18 – Abordagem dos temas “saúde sexual e reprodutiva” considerando o público



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A próxima pergunta da avaliação consistiu na promoção da escuta e participação discente e suas opiniões. Como se pode observar no Gráfico 19, dez avaliadores concordaram totalmente com o estímulo do produto à participação dos alunos, um especialista apenas concordou e quatro não concordaram nem discordaram.

Gráfico 19 – Promoção da escuta e participação discente e suas opiniões

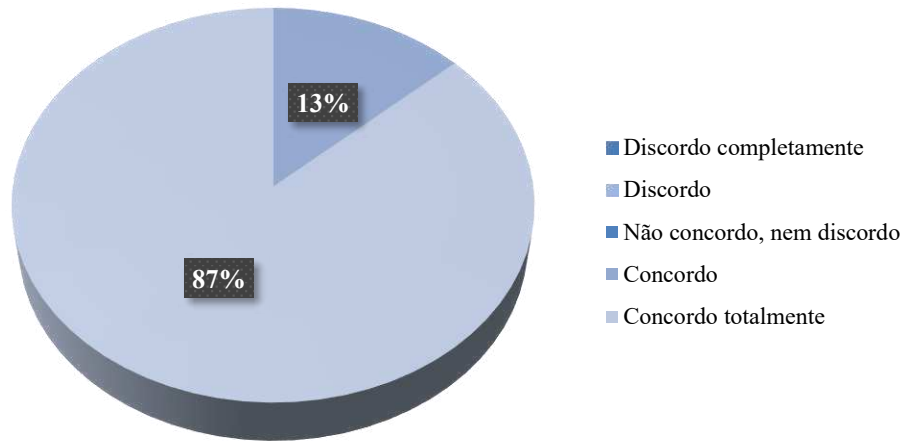


Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Para finalizar a avaliação do eixo conceitual do *podcast* Saúde On, os especialistas foram questionados sobre a complexidade e aspectos relacionados à temática “saúde sexual e

reprodutiva na adolescência”. Treze enfermeiros concordaram totalmente com essa informação, ao passo que dois somente concordaram. Esses dados encontram-se ilustrados no Gráfico 20.

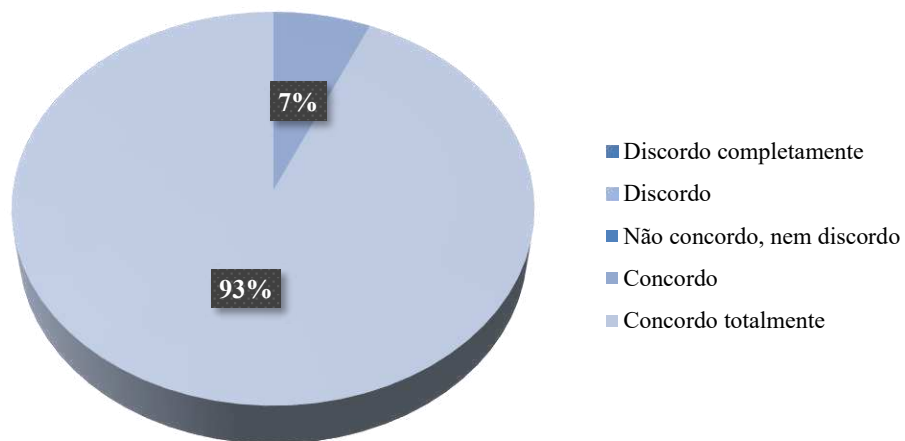
Gráfico 20 – Destaque à complexidade e aspectos relacionados ao tema



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O último eixo avaliado foi o pedagógico, o qual trata de aspectos como a importância, impacto, relevância e educomunicação do Saúde *On*. Com exceção de um avaliador que somente concordou, os demais especialistas concordaram totalmente com o fato de o produto educacional trazer temas relevantes para o público a que se destina, estatística apresentada no Gráfico 21.

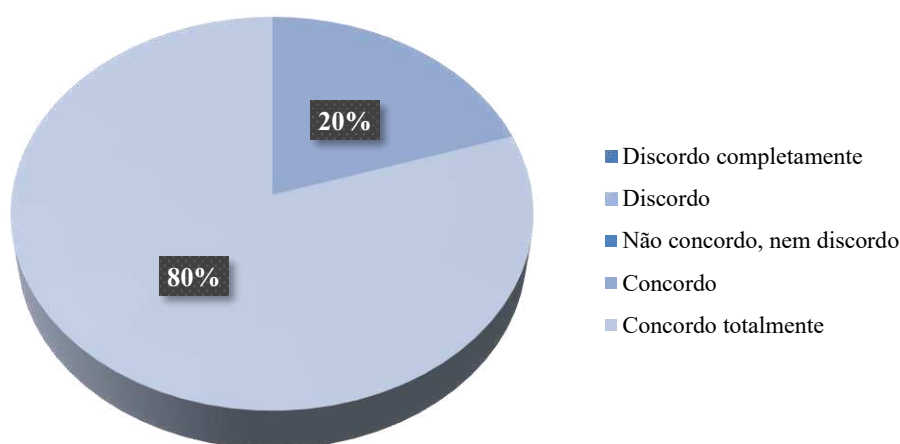
Gráfico 21 – Relevância dos temas abordados para o público destinado



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Semelhante ao resultado anterior, as informações abordadas no *podcast* foram avaliadas positivamente no sentido de sua contribuição para o desenvolvimento da adolescência, como se pode observar no Gráfico 22. Doze participantes responderam concordar totalmente, enquanto três informaram somente concordar com tal contribuição.

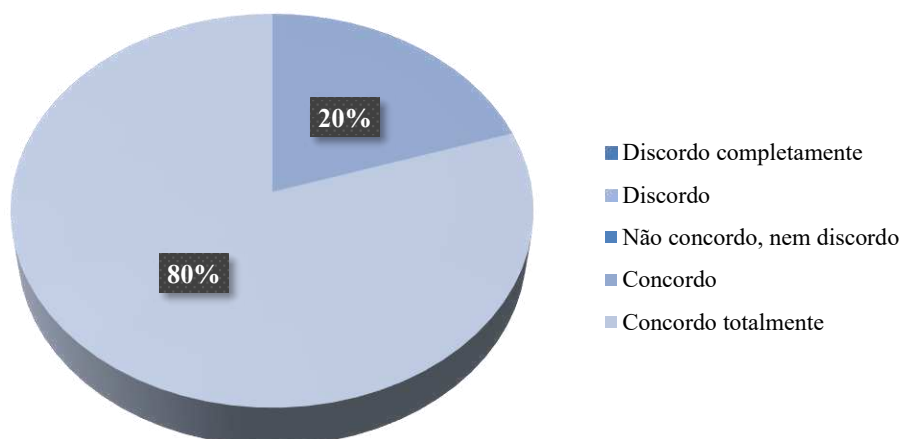
Gráfico 22 – Contribuição das informações para a fase da adolescência



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

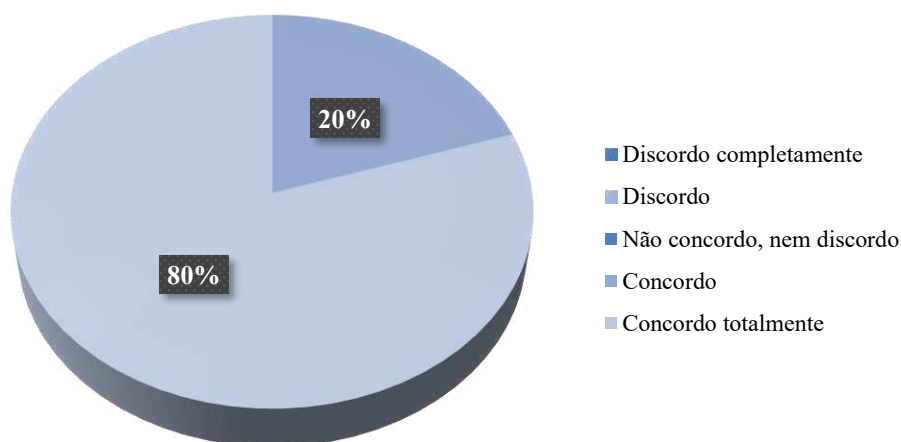
No que diz respeito ao formato de apresentação, o *Saúde On* foi avaliado como atrativo e capaz de despertar o interesse para a educação sexual e reprodutiva. Dos quinze avaliadores, dez concordaram totalmente, três apenas concordaram e dois informaram não concordar nem discordar. Já quando são questionados sobre a promoção de aprendizagens e reflexões sobre a temática na adolescência, dez especialistas concordaram totalmente, enquanto cinco apenas concordaram. Os dados referentes às duas últimas questões constam nos Gráficos 23 e 24.

Gráfico 23 – Capacidade de despertar interesse pela educação sexual e reprodutiva



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Gráfico 24 – Promoção de aprendizagens e reflexões sobre saúde e educação sexual



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

De acordo com a averiguação dos resultados propostos a partir das avaliações no formato de pontos dos especialistas sobre o produto educacional, nesse caso o *Saúde On*, determinada nesse estudo de acordo com as especificações da escala Likert, pode-se estabelecer que todos os aspectos relacionados no formulário devem manter uma manutenção constante para o desenvolvimento de futuros episódios do *podcast*. Isso se justifica pelo fato de que, com base na escala de 5 pontos proposta nessa pesquisa, as afirmativas com média abaixo de 3 são

consideradas discordantes, e devem ser trabalhadas, para as proposições com valor médio maior que 3 são concordantes, com o papel de permanecer nessa constância.

Por sua vez, as perguntas abertas do formulário estimularam os participantes a fazer uma reflexão sobre a adoção do recurso *podcast* como uma ferramenta pedagógica para profissionais e estudantes, abrindo espaço também para a apresentação de críticas, sugestões ou comentários. Foi verificado que os avaliadores compartilharam opiniões mais amplas destacando a importância desse recurso tecnológico no meio educacional, as vantagens dessa abordagem, como o protagonismo dos discentes envolvidos, a facilidade de acesso, o engajamento, a escuta e esclarecimento das dúvidas apresentadas pelos próprios alunos. Algumas dessas respostas são demonstradas a seguir:

“Boa estratégia pedagógica para abordagem aos adolescentes.” [E9]

“A utilização do *podcast* é um excelente recurso pedagógico, atrativo e com uma linguagem acessível. Além disso, o estudante pode ouvir no deslocamento casa/escola, em horário livres de aula.” [E4]

“Por meio de uma linguagem mais acessível e de formatos variados, como entrevistas, debates ou narrativas, o *podcast* pode transformar temas mais densos em algo mais fácil de entender e envolvente. Isso ajuda a contextualizar e aprofundar os conteúdos discutidos.” [E10]

A pergunta seguinte, a qual permitia a realização de comentários, críticas e sugestões, recebeu alguns apontamentos elogiando o formato do Saúde *On* quanto a aspectos como duração e formato dos episódios por meio da composição perguntas e respostas. Ademais, fatores técnicos relacionados ao áudio semelhantes ao trecho abaixo foram elencados pelos especialistas:

“Em alguns momentos, o som aumenta e diminui a amplitude. Recomenda-se atenção à técnica de áudio.” [7]

Acredita-se que ajustes, como os indicados pelos profissionais avaliadores, possam ser realizados nos futuros episódios a serem gravados e publicados, visto que o produto educacional prevê a possibilidade de prática permanente de sua gravação na instituição, com periodicidade quinzenal. Para os próximos episódios, a idealizadora do *podcast* visa desenvolver uma seleção por turma, envolvendo todo o ensino médio integrado do IFCE *Campus* Tauá. Esse processo consistirá na prévia apresentação do trabalho nas salas de aula, seguida pela descrição sobre o *podcast* aliada a um *link* de inscrição para participação voluntária nas gravações.

Serão escolhidos, primeiramente, os discentes que se voluntariarem a contribuir com a construção do roteiro e gravação dos episódios. Vale ressaltar que, no período em que aconteceram as gravações, devido à repercussão positiva entre a comunidade estudantil no que diz respeito à produção de um *podcast* que aborda educação sexual e reprodutiva e conta com

o protagonismo juvenil em sua construção, houve a manifestação voluntária de discentes de turmas que, inicialmente, não foram incluídas como público para o presente estudo.

Na oportunidade, em virtude dessa expressão positiva aliada à disposição dos alunos, os adolescentes foram estimulados a se organizar previamente em trios, registrados em listagem sob posse da pesquisadora, e construir um roteiro de perguntas que abordem pontos importantes dentro da temática de saúde sexual e reprodutiva, com prazo final ainda a ser estabelecido. Após essa fase, os trios voluntários serão convidados, um por vez, para uma reunião de alinhamento sobre roteiro, gravação e outros pontos pertinentes, para então, serem direcionados à gravação propriamente dita. A equipe profissional objetiva como previsão a manutenção dessas ações para uma periodicidade, a princípio, quinzenal.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho tratou de realizar uma pesquisa sobre saúde sexual e reprodutiva no contexto escolar, sobretudo com adolescentes. Simultaneamente, buscou destacar a importância da utilização de espaços não-formais no processo de ensino e aprendizagem voltado para um público específico: estudantes do 1º ano do ensino médio integrado do IFCE *Campus* Tauá.

A pesquisa teve como objetivo principal analisar o entendimento dos referidos adolescentes sobre saúde sexual e reprodutiva e, também, propor a implantação de um produto educacional de comunicação do tipo *podcast (online)* abordando temáticas pertinentes à educação sexual e reprodutiva na faixa etária da adolescência. Esse primeiro objetivo foi concretizado tanto em âmbito teórico, uma vez que foi realizada uma análise bibliográfica desse assunto, quanto no nível prático, vista a realização do estudo de campo onde houve uma coleta de dados, ambas as etapas essenciais para o desenvolvimento do trabalho e da concretização do produto educacional.

Com base no estudo feito pela revisão de literatura, observa-se que as perspectivas de efetivação do desenvolvimento da educação sexual e reprodutiva para adolescentes no ambiente escolar são positivas, haja vista o expressivo número de métodos contraceptivos indicados pelo conhecimento dos participantes da presente pesquisa, os quais também apontaram categorias como prevenção à gravidez, a importância de acompanhamento profissional e o risco para o conhecimento insuficiente sobre educação sexual e reprodutiva.

Esses pontos somam-se à observância do Programa Saúde na Escola – PSE –, uma ação interministerial envolvendo os Ministérios da Saúde e da Educação, além da atuação de profissionais de saúde direcionada para esse público. Nesse intento, é possível pensar em ações normativas que apresentem subsídios teóricos e práticos que garantam a segurança para trabalhar, de maneira satisfatória, a saúde sexual e reprodutiva voltada para o público adolescente nas instituições de ensino. Além disso, o cenário atual tem demonstrado que o desenvolvimento da temática saúde e sexualidade, principalmente no contexto escolar, tem sido cada vez mais necessário e evidenciado nos últimos anos, isso porque ainda há uma deficiência nas políticas públicas que assegurem esse processo no campo educacional.

Ao iniciarmos os estudos, levantamos as hipóteses da inexistência de diálogo entre os adolescentes e seus pais ou responsáveis e da não formação consistente de orientação sexual e reprodutiva a ser proporcionada para o público adolescente na instituição de educação, as quais foram confirmadas, uma vez que se notou a inexistência de diálogo entre os adolescentes e seus pais e responsáveis, sobretudo sobre educação sexual e reprodutiva, com percentual de 43% da

amostra relatando esse diálogo. Em segundo lugar, também foi comprovada a hipótese de déficit de formação consistente de orientação sexual e reprodutiva a ser ofertada para o público adolescente na instituição de educação.

O IFCE *Campus* Tauá caracteriza-se por uma condução pedagógica que fomenta, permite e prima pela produção, disseminação e aplicação de conhecimentos científicos e tecnológicos no intento de contribuir integralmente para a formação do cidadão, tornando-a mais completa, visando sua total inserção social, ética, cultural e política.

No entanto, foi diagnosticado, durante todo o percurso da pesquisa, que ainda são necessárias algumas mudanças no processo de ensino e aprendizagem como forma de ampliar a educação sexual e reprodutiva tanto no universo da educação quanto no contexto do ambiente *locus* da pesquisa. A nível nacional, sugere-se a reformulação nas legislações, inserindo a saúde sexual e reprodutiva no âmbito pedagógico curricular, no sentido de concretizar seu efetivo desenvolvimento nas escolas. Essa recomendação urge da necessidade relatada pelos adolescentes entrevistados nesse estudo acerca da educação sexual e reprodutiva nas escolas, uma vez que afirmam que a instituição de ensino é um local propício para essas atividades, sugeridas por eles nos formatos de palestras, grupos de estudo e campanhas.

No IFCE *Campus* Tauá, foi identificada a possibilidade de usar espaços não-formais para abordar temas transversais com os servidores, alunos e comunidade, tais como saúde e sexualidade, além de se sugerir a perpetuidade de ações educativas construídas juntamente com os discentes, especialmente do ensino médio integrado, uma vez que os estudantes se mostraram abertos a promover essas discussões, oportunizando a construção desse conhecimento no ambiente institucional. Esses pontos demonstram que a defesa por um processo didático e pedagógico adequado, exequível e exitoso é uma luta constante do indivíduo, das instituições, do governo, como também de toda a sociedade brasileira.

Tal pensamento pode ser endossado pelo fato de que, durante o percurso desse estudo, os métodos científicos aplicados para a coleta de dados atraíram a atenção da comunidade acadêmica, especialmente no que diz respeito à execução da técnica de coleta de dados com o Grupo Focal. Nessa etapa, em virtude da intensa adesão, presenciou-se a dificuldade da pesquisadora em relação à delimitação dos grupos para a efetiva coleta de informações.

Por outro lado, visto que esse tema é considerado um tabu, sobretudo nas instituições de ensino, como demonstrou a revisão de literatura apresentada nesse trabalho, a sua realização apresentou a dificuldade no que tange ao desenvolvimento das entrevistas durante a execução da técnica de Grupo Focal, quando alguns discentes apresentaram notas de timidez aplicadas às respostas, por vez encurtadas e até silenciadas. Apesar disso, a pesquisa mostrou-se acolhida

pela comunidade, uma vez que os pais e responsáveis, por unanimidade, acataram a participação de seus filhos/filhas para o desenvolvimento do estudo.

A efetivação da pesquisa ocorreu através da articulação entre o aporte teórico, os questionários e o Grupo Focal, tendo como contributo o produto educacional, cujo processo de aplicabilidade consistiu em dois processos: disponibilização e validação. O primeiro aconteceu por meio de publicação em plataforma de *streaming de podcast*, onde os usuários acessam as informações sobre a temática saúde e sexualidade na adolescência. Em seguida, a validação consistiu na apresentação do *podcast* aos participantes dessa etapa, no caso os enfermeiros do IFCE, por meio de contato eletrônico (via e-mail), seguida de um questionário abordando sua relevância diante do processo de ensino e aprendizagem no contexto escolar.

Defende-se que se trata de uma ferramenta dinâmica singular e inovadora que une tecnologia e educação, vindo a agregar valores diante da educação da comunidade acadêmica. O intuito é contribuir para a disseminação e aplicabilidade de informações adequadas a todos os adolescentes, e, conseqüentemente, familiares, amigos e sociedade em geral, além de valorizar os princípios do processo didático e pedagógico da educação brasileira.

Nesse intento, propõe-se a realização de estudos adicionais direcionados à atividade docente em educação sexual e reprodutiva, abordando trabalhos nos espaços não-formais, uma vez que o presente trabalho apresentou adesão satisfatória, tanto em suas etapas de coleta de dados, quanto na contribuição para a elaboração do produto educacional. Ressalta-se, dentro dessa temática, a importância de se avançar nos estudos sobre sexualidade e gênero voltados para o público adolescente e jovem das instituições de ensino, vista a necessidade de desenvolver a consciência e a segurança dos indivíduos perante as decisões que impactarão sua vida presente e futura.

REFERÊNCIAS

- ABDO, Carmita Helena Najjar. Considerações a respeito do ciclo de resposta sexual da mulher: uma nova proposta de entendimento. **Diagnóstico e Tratamento**, v. 15, n. 2, p. 88-90, abr.-jun. 2010. Disponível em: <<https://docs.bvsalud.org/upload/S/1413-9979/2010/v15n2/a88-90.pdf>>. Acesso em: 09 jan. 2024.
- AKITA, Tiekko. **Produção e utilização de podcasts para abordagem do tema bullying em uma escola de educação profissional e tecnológica**. 2019. 106 f. Dissertação (mestrado), Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ifsp.edu.br/server/api/core/bitstreams/febd37a0-e56e-4983-8938-44bc7f4e7ed2/content>>. Acesso em: 28/9
- ALELUIA, Emílie dos Santos; CARVALHO, Maria Ledijane Reis; BOMFIM, Vitoria Vilas Boas da Silva; DIAS, Mariza Araujo dos Santos; LEAL, Victor de Matos; ALMEIDA, Aglaya Oliveira Lima Cordeiro; SANTA-FÉ Ana Flora Sena; ROCHA, Rebeca Pereira. Repercussões do abuso e exploração sexual na criança e adolescente e a importância da qualificação da enfermagem frente aos casos: revisão narrativa. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. supl., n. 52, p. 1-8, jul. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.25248/reas.e3617.2020>>. Acesso em: 18 nov. 2023.
- ALMEIDA, Rodrigo Silva. A prática da automutilação na adolescência: o olhar da psicologia escolar/ educacional. **Cadernos de Graduação Ciências Humanas e Sociais**, Alagoas, v. 4, n. 3, p. 147-160, mai. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/fitshumanas/article/view/5322>>. Acesso em: 20 dez. 2023.
- ALVES, Lucas Henrique Barbosa. Algumas considerações sobre a Adolescência. In: **VII Congresso Nacional de Educação – CONEDU**, 140, 2020, Maceió. Anais... Maceió: Editora Realize, 2020. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/67929>>. Acesso em: 10 set. 2024.
- ALVES, Vânia Sampaio. Um modelo de educação em saúde para o Programa Saúde da Família: pela integralidade da atenção e reorientação do modelo assistencial. **Interface Comunicação, Saúde e Educação**, Botucatu, v. 9, n. 16, p. 39-52, set. 2004-fev. 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-32832005000100004>>. Acesso em: 27 set. 2023.
- ALVIM, Neide Aparecida Titonelli; FERREIRA, Márcia de Assunção. Perspectiva problematizadora da educação popular em saúde e a enfermagem. **Texto e Contexto Enfermagem**, v. 16, n. 2, p. 315-319, abr.-jun. 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-07072007000200015>>. Acesso em: 07 out. 2023.
- AMARAL, Letícia Hummel; CAPONI, Sandra. Novas abordagens em psiquiatria no século XXI: a escola como locus de prevenção e promoção em saúde mental. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Florianópolis, v. 15, n. Esp. 5, p. 2820-2836, dez. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.21723/riace.v15iesp5.14560>>. Acesso em: 24 set. 2023.
- ANGELO, Layanne Kelly Gomes; SILVA, Carmem Lúcia de Arroxelas; BERNARDINO, Alessandro Cesar; SILVA, Carlos Antônio de Arroxelas; CANDIDO, Steófanos Alves; PACHECO, Amanda Larissa Dias; MELO, Igor Santana de; CASTRO, Olagide Wagner de. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 7, n. 2, p. 20433-20444, fev. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.34117/bjdv7n2-607>>. Acesso em 12 jul. 2023.

ARAGÃO, Joyce Mazza Nunes; AMARAL, Hiara Rose Moreno; SOUSA, Francisco Willian Melo de; OLIVEIRA, Eliany Nazaré; VASCONCELOS, Maristela Inês Osawa.

Conhecimento, atitude e prática de adolescentes escolares em relação ao uso do preservativo masculino. **Revista Enfermagem Contemporânea**, Salvador, v. 10, n. 1, p. 67-78, abr. 2021. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.17267/2317-3378rec.v10i1.3446>>. Acesso em: 26 mar. 2024.

ARAÚJO, Sandy Andreza de Lavor; ANDRIOLA, Wagner Bandeira; CAVALCANTE, Sueli Maria de Araújo; CORRÊA, Denise Maria Moreira Chagas. Efetividade da assistência estudantil para garantir a permanência discente no ensino superior público brasileiro. **Revista de Avaliação da Educação Superior**, Sorocaba, v. 24, n. 3, p. 722-743, nov.

2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-40772019000300009>>. Acesso em: 10 jul. 2023.

ARIGATOU INTERNATIONAL. **Learning to live together- an activity booklet for children during the Covid-19 pandemic**. Geneva: Arigatou, 2020. Disponível em: <ethicseducationforchildren.org>. Acesso em: 20 dez. 2023.

ARRUDA, Rejanne Lima; SILVA, Giselly Santos; CUNHA, Lígia Linhares Moraes; CARVALHO, Vinícius Alves; MIRANDA, Carolina Galgane Lage. Perfil epidemiológico das ISTs entre jovens de 15 a 29 anos na UBS Palmeiras do Norte, Araguaína/TO: desafios e determinantes da vulnerabilidade. **Facit Business and Technology Journal**, v. 1, p. 136-151, ago. 2024. Disponível em:

<<https://revistas.faculdefacit.edu.br/index.php/JNT/article/view/2942>>. Acesso em: 13 set. 2024.

ASSIS, Simone Gonçalves de; AVANCI, Joviana Quintes; SERPELONI, Fernanda. O tema da adolescência na saúde coletiva – revisitando 25 anos de publicações. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 12, p. 4831-4842, dez. 2020. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-812320202512.18322020>>. Acesso em: 08 out. 2023.

AVANCI, Joviana Quintes; ASSIS, Simone Gonçalves; OLIVEIRA, Raquel de Vasconcellos Carvalhaes. Sintomas depressivos na adolescência: estudo sobre fatores psicossociais em amostra de escolares de um município do Rio de Janeiro, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n. 24, v. 10, p. 2334-2346, out. 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102311X2008001000014>>. Acesso em: 18 nov. 2023.

BACKES, Dirce Stein; COLOMÉ, Juliana Silveira; ERDMANN, Rolf Herdmann; LUNARDI, Valéria Lerch. Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 438-442, 2011. Disponível em:

<https://bvs.saude.gov.br/bvs/artigos/grupo_focal_como_tecnica_coleta_analise_dados_pesquisa_qualitativa.pdf>. Acesso em: 09 set. 2024.

BALDOINO, Luciana Stanford; SILVA, Serina Maria do Nascimento; RIBEIRO, Aclênia Maria Nascimento; RIBEIRO, Eullayne Kassyanne Cardoso. Educação em saúde para adolescentes no contexto escolar: um relato de experiência. **Revista de Enfermagem UFPE On Line**, v. 12, n. 4, p. 1161-1167, abr. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.5205/1981-8963-v12i4a230656p1161-1167-2018>>. Acesso em: 15 jul. 2024.

BARBALHO, Erika de Vasconcelos; PINTO, Francisco José Maia; SILVA, Francisco Regis da; SAMPAIO, Rafaella Maria Monteiro; DANTAS, Débora Sâmara Guimarães. Influência do consumo alimentar e da prática de atividade física na prevalência do sobrepeso/obesidade em adolescentes escolares. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 28, n. 1, p. 12-23, jan.-mar. 2020.

Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1414-462X202028010181>>. Acesso em: 27 dez. 2023.

BARBIANI, Rosângela; SCHAEFER, Rafaela; LEAL, Sandra Maria Cezar; DALLA-NORA, Carlise Rigon; LUI, Lizandro; PAULA, Cristiane Cardoso de; CREMONESE, Luiza; BARRETO, Camila Nunes; OLIVEIRA, Maristela Costa de; VIEGAS, Karin; FARIAS, Elson Romeu. Atenção à saúde de adolescentes no Brasil: scoping review. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 18, n.3, p. 1-26, set.-dez. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.11600/1692715x.18308>>. Acesso em: 11 dez. 2023.

BARBOSA, Alyne Gabriely Freire; MELO, Beatriz Rocha; SOUZA, Laura Verneque; AOYAMA, Elisângela de Andrade. Atuação do enfermeiro na promoção de saúde sexual e reprodutiva no contexto escolar. **Revista Brasileira Interdisciplinar de Saúde**, Brasília, v. 4, n. 4, p. 37-45, 2022b. Disponível em: <<https://revistarebis.rebis.com.br/index.php/rebis/article/view/442/240>>. Acesso em: 1 mai. 2023.

BARBOSA, Luciana Uchôa; FOLMER, Vanderlei. Facilidades e dificuldades da educação sexual na escola: percepções de professores da educação básica. **Revista de Educação da Universidade Federal do Vale do São Francisco**, Petrolina, vol. 9, n.19, p. 221-243, mai.-ago. 2019. Disponível em: <<https://www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/revasf/article/view/515>>. Acesso em: 21 jun. 2024.

BARBOSA, Luciana Uchôa; PEREIRA, Juliana de Castro Nunes; LIMA, Angélica de Godoy Torres; COSTA, Suzana Santos da; MACHADO, Raylane da Silva; HENRIQUE, Amanda Haissa Barros; FOLMER, Vanderlei. Dúvidas e medos de adolescentes acerca da sexualidade e a importância da educação sexual na escola. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 12, n. 4, p. 1-8, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.25248/reas.e2921.2020>>. Acesso em: 07 out. 2023.

BARBOSA, Luciana Uchôa; VIÇOSA, Cátia Silene Carrazoni Lopes; FOLMER, Vanderlei. A educação sexual nos documentos das políticas de educação e suas ressignificações. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 11 n. 10, p. 1-10, jul. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.25248/reas.e772.2019>>. Acesso em: 07 out. 2023.

BARBOSA, Nayara Gonçalves; CARVALHO, Stella Maris; GADAGNOTO, Thaianne Cristine; SANTARATO, Nathalia; MONTEIRO, Juliana Cristina dos Santos; GOMES-SPONHOLZ, Flávia Azevedo. Oficinas de educação sexual e reprodutiva para adolescentes. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 13, n. 2, p. 187-199, mai.-ago. 2022a. Disponível em: <<https://doi.org/10.36661/2358-0399.2022v13n2.12241>>. Acesso em: 08 out. 2023.

BARBOUR, Rosaline. **Grupos Focais**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016. 280 p.

BARONI, Juliane Gonçallo; SILVA, Carla Cilene Baptista da. Percepção de profissionais da saúde e da educação sobre o Programa Saúde na Escola. **Saúde Debate**, v. 46, nov. 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-11042022E307>>. Acesso em: 25 jul. 2024.

BARRETO, Ana Paula Pitiá; NOGUEIRA, Andrea; TEIXEIRA, Bianca; BRASIL, Cristina; LEMOS, Amanda; LÔRDELO, Patrícia. O impacto da disfunção sexual na qualidade de vida feminina: um estudo observacional. **Revista Pesquisa em Fisioterapia**, v. 8, n. 4, p. 511-517,

nov. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.17267/2238-2704rpf.v8i4.2159>>. Acesso em: 9 jan. 2024.

BARROS, Gílian; MENTA, Eziquiel. *Podcast*: produções de áudio para educação de forma crítica, criativa e cidadã. Sergipe. **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**, São Cristóvão, v. 9, n. 1, p. 1-14, jan.-abr. 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufs.br/eptic/article/view/217/186>>. Acesso em: 28/9

BATISTA, Nina Morena Teixeira de Luccas; OLIVEIRA, Amanda Nascimento de; NUNES, Erica Feio Carneiro; LATORRE, Gustavo Fernando Sutter. Força e coordenação motora da musculatura do assoalho pélvico e a função sexual feminina. **Interdisciplinary Journal of Health Education**, v. 2, n. 1, p. 10-15. Disponível em: <<https://ijhe.emnuvens.com.br/ijhe/article/view/280/25>>. Acesso em: 9 jan. 2024.

BAUER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2002. 508 p.

BENINCASA, Miria; REZENDE, Manuel Morgado. Tristeza e suicídio entre adolescentes: fatores de risco e proteção. **Boletim de Psicologia**, São Paulo, v. 56, n. 124, p. 93-110, jun. 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432006000100007&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 28 dez. 2023.

BERLT, Maiara; ABAID, Josiane Lieberknecht Wathier. Educação e autonomia na autopromoção da saúde bucal de gestantes. **Disciplinarum Scientia Série: Ciências da Saúde**, Santa Maria, v. 18, n. 1, p. 169-181, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.37777/2260>>. Acesso em: 24 set. 2023.

BEZERRA, Myrtis Katille de Assunção; CARVALHO, Eduardo Freese de; OLIVEIRA, Juliana Souza; CESSÉ, Eduarda Ângela Pessoa; LIRA, Pedro Israel Cabral de; CAVALCANTE, Jonathan Galvão Tenório; LEAL, Vanessa Sá; SANTOS, Marcos Pereira. Estilo de vida de adolescentes estudantes de escolas públicas e privadas em Recife: ERICA. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 26, n. 01, jan. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232020261.34622018>>. Acesso em: 26 dez. 2023.

BICALHO, Christiane; ARAÚJO, Alisson; BOTTI, Nadja. Processo de adolecer relacionado ao adoecimento e tratamento do câncer. **Psicologia, Saúde e Doenças**, v. 20, n. 1, p. 74-87, 2019. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.15309/19psd200106>>. Acesso em: 21 dez. 2023.

BODART, Cristiano das Neves; SILVA, Zaine Paula dos Santos. *Podcast* como potencial recurso didático para prática e a formação docente. **Ensino em Re-Vista**, Uberlândia, v. 28, p. 1-26, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.14393/ER-v28a2021-42>>. Acesso em: 28/9.

BORDENAVE, Juan Díaz; PEREIRA, Adair Martins. **Estratégias ensino-aprendizagem**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

BORGES, Ana Luiza Vilela; FUJIMORI, Elizabeth; KUSCHNIR, Maria Cristina Caetano; CHOFKIAN, Christiane Borges do Nascimento; MORAES, Ana Júlia Pantoja de; AZEVEDO, George Dantas; SANTOS, Karine Ferreira dos; VASCONCELLOS, Mauricio Teixeira Leite de. ERICA: início da vida sexual e contracepção em adolescentes brasileiros. **Revista de Saúde Pública**, v. 50, n. 15, p. 1-11, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v50s1/pt_0034-8910-rsp-S01518-87872016050006686.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2024.

BORSATO, Mariângela Pelegrini; FASSINA, Patricia. Relação entre estado nutricional, consumo alimentar e risco cardiovascular em adolescentes de um município do Rio Grande do

Sul. **Disciplinarum Scientia**, Santa Maria, v. 21, n. 2, p. 177-193, 2020. Disponível em: <doi.org/10.37777/dscs.v21n2-015>. Acesso em: 27 dez. 2023.

BRANDÃO, Daiane Reis; MILOCHI, Cintia da Silva. A importância do enfermeiro da atenção básica na promoção à saúde do homem. **Faculdade Sant'Ana em Revista**, Ponta Grossa, v. 5, p. 6-14, 2021. Disponível em: <<https://www.iessa.edu.br/revista/index.php/fsr/article/view/1664>>. Acesso em: 14 set. 2024.

BRASIL, Eysler Gonçalves Maia; SILVA, Raimunda Magalhães; SILVA, Maria Rocineide Ferreira; RODRIGUES, Dafne Paiva; QUEIROZ, Maria Veraci Oliveira. Promoção da saúde de adolescentes e Programa Saúde na Escola: complexidade na articulação saúde e educação. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 51, p. 1-9, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1980-220X2016039303276>>. Acesso em: 16 nov. 2023.

BRASIL. Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007. Institui o Programa Saúde na Escola (PSE), e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 2007. Seção 1, p. 2-3. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm>. Acesso em: 16 nov. 2023.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Regulamenta o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. 2010. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 2010a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 10 jul. 2023.

BRASIL. Lei 8080, De 19 De Setembro De 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 19 set. 1990. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/web_confmundial/docs/l8080.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2017b. 579 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 2014. 86 p. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 20 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Federal do Espírito Santo. **ProfEPT - Unidade Ifes. Área de concentração**. 2017c. Disponível em: <<https://profept.ifes.edu.br/areadeconcentracao?start=2>>. Acesso em 18 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Federal do Espírito Santo. **ProfEPT - Unidade Ifes. Linhas de pesquisa**. 2019. Disponível em: <<https://profept.vitoria.ifes.edu.br/index.php/linhas-de-pesquisa>>. Acesso em: 14 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Projetos Educacionais Especiais. **Diretrizes para uma política educacional em sexualidade**. MEC/SEPESPE, Brasília, DF, 1994. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001753.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais - orientação sexual**. FNDE, Brasília, DF, p. 71-110, 2018c. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro102.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania. Coordenação Geral de Direitos Humanos. **Nota Técnica nº 24/2015 - CGDH/DPEDHUC/SECADIMEC**. Brasília, DF, 2015b. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/conselho/nota-tecnica-no-24-conceito-genero-no-pne-mec.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais - ensino médio**. Brasília, DF, 2000. 109 p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde sexual e saúde reprodutiva**, Cadernos de Atenção Básica, n. 26, 1. ed. Brasília, DF, 2013c. 300 p. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_sexual_saude_reprodutiva.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Nº 1.861, de 4 de setembro de 2008. Estabelece recursos financeiros pela adesão ao PSE para Municípios com equipes de Saúde da Família, priorizados a partir do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, que aderirem ao Programa Saúde na Escola - PSE. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 set. 2008b. Seção 1, p. 39. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt1861_04_09_2008.html>. Acesso em: 16 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Biblioteca Virtual da Saúde. **01 a 08/02 – Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência**. Brasília, DF, 2022. Disponível em: <<https://bvsmms.saude.gov.br/01-a-08-02-semana-nacional-de-prevencao-da-gravidez-na-adolescencia/#:~:text=IN%C3%8DCIO-,01%20a%2008%2F02%20%E2%80%93%20Semana%20Nacional%20de%20Preven%C3%A7%C3%A3o%20da%20Gravidez,incid%C3%Aancia%20da%20gravidez%20na%20adolesc%C3%Aancia.>>>. Acesso em: 30 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Trata sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa em ciências humanas e sociais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Educação. **Caderno do Gestor do PSE**. Brasília, DF, 2015a. 70 p. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderno_gestor_pse.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Educação. **Orientações sobre o Programa Saúde na Escola para a elaboração dos projetos locais**. Brasília, DF, 2008a. 12 p. Disponível em:

<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/orientacoes_pse.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Educação. Portaria Interministerial nº 1.413, de 10 de Julho de 2013. Redefine as regras e critérios para adesão ao Programa Saúde na Escola (PSE) por Estados, Distrito Federal e Municípios e dispõe sobre o respectivo incentivo financeiro para custeio de ações. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 jul. 2013a. Seção 1, p. 263-264. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/pri1413_10_07_2013.html>. Acesso em: 16 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Boletim Epidemiológico. **Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017**. v. 49. Brasília, DF, 2018b. 17 p. Disponível em: <<https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2019/07/2018-024.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Passo a Passo PSE - Programa Saúde na Escola**: tecendo caminhos da intersetorialidade. Brasília, DF, 2011. 46 p. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/passo_a_passo_programa_saude_escola.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção em Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Diretrizes nacionais para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde**. Série A: Normas e Manuais Técnicos. Brasília, DF, 2010b. 132p. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_nacionais_atencao_saude_adolescentes_jovens_promocao_saude.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. **Proteger e cuidar da saúde de adolescentes na Atenção Básica**. Brasília, DF, 2017a. 234 p. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/proteger_cuidar_adolescentes_atencao_basica.pdf>. Acesso em: 14 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Área de Saúde do Adolescente e do Jovem. **Marco legal**: saúde, um direito de adolescentes. Série A: Normas e Manuais Técnicos. Brasília, DF, 2007. 60 p. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/07_0400_M.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. 1. ed., 1. reimpr. Brasília, DF, 2013b. 84 p. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_alimentacao_nutricao.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **As cartas da promoção da saúde**: Declaração de Alma-Ata, Carta de Ottawa, Declaração de Adelaide, Declaração de Sundsvall, Declaração de Santafé de Bogotá, Declaração de Jacarta, Rede de Megapaíses e Declaração do México. 2. ed. Brasília, DF, 2001. 56 p. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartas_promocao.pdf>. Acesso em: 24 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde - Anexo I da Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do SUS**. Brasília, DF, 2018a. 40 p. Disponível em:

<https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude.pdf>.

Acesso em: 15 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde: revisão da Portaria MS/GM nº 687, de 30 de março de 2006**. Brasília, DF, 2015c. Disponível em:

<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnps_revisao_portaria_687.pdf>. Acesso em: 24 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Departamento de HIV/Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis.

Boletim epidemiológico de HIV e Aids 2023, número especial, dez. 2023. Brasília, DF, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/aids/pt-br/central-de-conteudo/boletins-epidemiologicos/2023/hiv-aids/boletim-epidemiologico-hiv-e-aids-2023.pdf/view>>. Acesso em: 30 dez. 2023.

BRASIL. Senado Federal. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1988. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 24 set 2023.

BRASILEIRO, Fellipe Sá; ALMEIDA, Ana Margarida Pisco. Barreiras à informação em saúde nas mídias sociais. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 19, p. 1-21, dez. 2021. Disponível em:

<<https://doi.org/10.20396/rdbci.v19i00.8667199>>. Acesso em: 16 set. 2023.

BUSANELLO, Josefina; LUNARDI-FILHO, Wilson Danilo; KERBER, Nalú Pereira da Costa; SANTOS, Silvana Sidney Costa; LUNARDI, Valéria Lerch; POHLMANN, Flávia Conceição. Grupo focal como técnica de coleta de dados. **Cogitare Enfermagem**, Curitiba, v. 18, n. 2, p. 358-364, abr.-jun. 2013. Disponível em:

<<http://dx.doi.org/10.5380/ce.v18i2.32586>> Acesso em: 08 ago. 2024.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CABRAL, Cristiane da Silva; BRANDÃO, Elaine Reis. Gravidez na adolescência, iniciação sexual e gênero: perspectivas em disputa. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 8, p. 1-5, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00029420>>. Acesso em: 11 dez. 2023.

CABRERA, Eleonora Soledad Rojas; MOYANO, Sara Alejandra; PELÁEZ, Enrique. Progresos y desafíos en el ejercicio del derecho a la salud sexual y reproductiva en la Argentina de los últimos 40 años Una aproximación a partir de información relativa a “la primera vez”. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**, Rio de Janeiro, v. 25, p. 49-67, abr. 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2017.25.03.a>>. Acesso em: 9 jan. 2024.

CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. Estatísticas sanitárias e interdependência social na Primeira República. **Análise - História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 28,

n. 4, out-dec. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-59702021000400006>>. Acesso em: 26 set. 2023.

CAMARGO, Edina Maria de; LÓPEZ-GIL, José Francisco; CAMPOS, Wagner de. Comparação das barreiras percebidas para a prática de atividade física de acordo com o sexo e nível de atividade física. **Cuadernos de Psicología del Deporte**, v. 21, n. 1, p. 204-215, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.6018/cpd.371571>>. Acesso em: 27 dez. 2023.

CAMPOS, Valéria Hernandorena Monteagudo de Campos de; MATUDA, Fernanda Guinoza. Uso de *podcasts* como potencializador do desenvolvimento de gêneros orais em aulas de língua portuguesa no ensino médio. **EaD & Tecnologias Digitais na Educação**, v. 7, n. 9, p. 85-96, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.30612/eadtde.v7i9.9861>>. Acesso em: 28 set. 2024.

CANDEIAS, Nelly Martins Ferreira. Evolução histórica da educação em saúde como disciplina de ensino na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo - 1925 a 1967. **Revista de Saúde Pública - Memória Histórica**, São Paulo, v. 22, n. 4, ago. 1988. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-89101988000400013>>. Acesso em: 25 set. 2023.

CARDOSO, Alessandra Soares; CECCONELLO, Alessandra Marques. Fatores de risco e proteção para o suicídio na adolescência: uma revisão de literatura. **Revista Científica Perspectiva Ciência e Saúde**, Osório, v. 4, n. 2, p. 101-117, dez. 2019. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.29327/211045.4.2-5>>. Acesso em: 18 nov. 2023.

CARVALHO, Fábio Fortunato Brasil. A saúde vai à escola: a promoção da saúde em práticas pedagógicas. **Physis - Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, p. 1207-1227, dez. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312015000400009>>. Acesso: 16 nov. 2023.

CARVALHO, Marcos Castro; SIVORI, Horacio Federico. Ensino religioso, gênero e sexualidade na política educacional brasileira. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 50, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/18094449201700500017>>. Acesso em 15 jul. 2024.

CARVALHO, Marília Pinto. Sucesso e fracasso escolar: uma questão de gênero. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 185-193, jan.-jun. 2003. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/27906/29678>>. Acesso em: 10 set. 2024.

CARVALHO, Ruaan Oliveira; RAMOS, Willamis Tenório; MANZOLI, Gabrielle Novais; PEIXOTO, Magna Galvão; SOUZA, Daniela Ragner Valadão de; LIMA, Deison Soares de. Medidas de educação em saúde sobre infecções sexualmente adquiridas para escolares do ensino médio. **Revista ELO - Diálogos em Extensão**, Viçosa, v. 10, p. 1-7, 2021. Disponível em <<https://doi.org/10.21284/elo.v10i.12400>>. Acesso em: 28 jul. 2024.

CASTRO, Amanda. **Não sou criança e nem adulto, quem sou eu? Psicoterapia psicodramática com adolescentes**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2021. 25 p.

CASTRO, Lúcia Maria Xavier de; SIMONETTI, Maria Cecília Moraes; ARAÚJO, Maria José de Oliveira. **Monitoramento e acompanhamento da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) e do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM)**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. 46 p.

CASTRO-JÚNIOR, André Ribeiro de; MARINHO, Mirna Neyara Alexandre de Sá Barreto; ABREU, Leidy Dayane Paiva; GUBERT, Fabiane do Amaral; SILVA, Maria Rocineide Ferreira da. Enfermeiro e juventudes: diálogo na prevenção das infecções sexualmente

transmissíveis. **Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR**, v. 27, n. 5, p. 2175–2187, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.25110/arqsaude.v27i5.2023-005>>. Acesso em: 13 set. 2024.

CAVALCANTE, Jéssica Maria Fragoso; CAVALCANTE, José Luis Guilherme Fragoso; SOARES, Jullyana Maria Martins da Silva; SOUZA, Carlos Alberto Fragoso de; MEDEIROS, Erika Valente de; TEIXEIRA, João Paulo da Silva; SILVA, Gabriela Cavalcante da. Conhecimentos dos adolescentes sobre contraceptivos de uma escola pública no interior de Pernambuco. **Research Society and Development**, v. 10, n. 13, 2021. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i13.21016>>. Acesso em: 26 jun. 2024.

CHACHAM AS, et al. Autonomia, gênero e gravidez na adolescência: uma análise comparativa da experiência de adolescentes e mulheres jovens provenientes de camadas médias e populares em Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 29, n. 2, p. 389-407, dez. 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-30982012000200010>>. Acesso em: 10 set. 2024.

CHIARI, Antônio Paulo Gomes; FERREIRA, Raquel Conceição; AKERMAN, Marco; AMARAL, João Henrique Lara; MACHADO, Kecyanne Malheiros; SENNA, Maria Inês Barreiros. Rede intersetorial do Programa Saúde na Escola: sujeitos, percepções e práticas. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, n. 5, p. 1-15, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00104217>>. Acesso em: 16 nov. 2023.

CICOGNA, Júlia Isabel Richter; HILLESHEIM, Danúbia; HALLAL, Ana Luiza de Lima Curi. Mortalidade por suicídio de adolescentes no Brasil: tendência temporal de crescimento entre 2000 e 2015. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 70, n. 3, p. 280–280, jul.-set. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0047-2085000000346>>. Acesso em: 28 dez. 2023.

CICOGNA, Júlia Isabel Richter; HILLESHEIM, Danúbia; HALLAL, Ana Luiza de Lima Curi. Mortalidade por suicídio de adolescentes no Brasil: tendência temporal de crescimento entre 2000 e 2015. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v. 68, n. 1, p. 1-7, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0047-2085000000345>>. Acesso em: 08 out. 2023.

CITELLI, Adilson Odair; COSTA, Maria Cristina Castilho. **Educomunicação: construindo uma nova área do conhecimento**. São Paulo: Paulinas, 2011. 256 p.

COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALÁCIOS, Jesús. **Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

CONCEIÇÃO, Déborah Santos; ANDREOLI, Sérgio Baxter; ESPERIDIÃO, Monique Azevedo; SANTOS, Darci Neves. Atendimentos de crianças e adolescentes com transtornos por uso de substâncias psicoativas nos Centros de Atenção Psicossocial no Brasil, 2008-2012. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 1-12, 2018. Disponível em: <<http://doi.org/10.5123/s1679-49742018000200002>>. Acesso em: 16 nov. 2023.

CONSTANTINO, Patrícia. Adolescentes em conflito com a lei: violadores ou violados? **Ciência e Saúde Coletiva - Editorial**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 8, p. 2780, ago. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232018248.17482019>>. Acesso em: 08 out. 2023.

COOK, Rebecca J.; DICKENS, Bernard M.; FATHALLA, Mahmoud F. **Saúde reprodutiva e direitos humanos: integrando medicina, ética e direito - Questões de Ética Biomédica**. Rio de Janeiro: Cepia, 2000. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.abong.org.br/11465/872>>. Acesso em: 07 out. 2023.

CORTES, Helena Moraes; MORAIS, Andréia Vanessa Carneiro; LACERDA, Luanna Carolyne Silva De; SANTOS, Renata Oliveira; PINHO, Paula Hayasi. Sexualidade e religiosidade: uma revisão integrativa de literatura. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 2, 2021. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i2.12540>>. Acesso em: 9 jan. 2024.

COSTA, Luiza Cesar Riani; GONÇALVES, Marília; SABINO, Fabiano Henrique Oliveira; OLIVEIRA, Wanderlei Abadio de; CARLOS, Diene Monique. Adolescer em meio à pandemia de Covid-19: um olhar da teoria do amadurecimento de Winnicott. **Interface**, Botucatu, v. 25, suppl. 1, p. 1-12, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/Interface.200801>>. Acesso em: 08 out. 2023.

COSTA, Rachel Franklin; QUEIROZ, Maria Veraci Oliveira; ZEITOUNE, Regina Célia Gollner. Cuidado aos adolescentes na atenção primária: perspectivas de integralidade. **Escola Anna Nery**, v. 16, n. 3, p. 466-472, jul.-dez. 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-81452012000300006>>. Acesso em: 18 nov. 2023.

COUTO, Renata Mena Brasil; RIZZINI, Irene. Acolhimento institucional para crianças e adolescentes em situação de rua: pesquisa e políticas públicas. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 1-15, jan.-dez. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.15448/1677-9509.2021.1.39173>>. Acesso em: 18 nov 2023.

CZERESNIA, Dina; FREITAS, Carlos Machado de. **Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. p. 19-41.

DALLACOSTA, Marcia; RODRIGUES, Rosa Maria; SCHUTZ, Gabriel; CONTERNO, Solange. Programa Saúde na Escola: desafios e possibilidades para promover saúde na perspectiva da alimentação saudável. **Saúde Debate**, v. 46, nov. 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-11042022E318>>. Acesso: 25 jul. 2024.

DANZMANN, Pâmela Schultz; VESTENA, Liliane Tomazi; SILVA, Ana Claudia Pinto da; PEIXOTO, Maristela Jaqueline Reis. Educação sexual na percepção de pais e adolescentes: uma revisão sistemática. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, Salvador, v. 11, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.17267/2317-3394rpsds.2022.3981>>. Acesso em: 24 jun. 2024.

DÁVILA, Sandra Paloma Esparza; CHAMPION, Jane Dimmitt; MONSIVÁIS, Maria Guadalupe Moreno; TOVAR, Marlene; ARIAS, Maria Luisa Flores. Mexican adolescents' self-reports of parental monitoring and sexual communication for prevention of sexual risk behavior. **Journal of Pediatric Nursing**, v. 35, p. 83-89, jul.-ago. 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.pedn.2017.03.007>>. Acesso em: 17 mai. 2023.

DESLANDES, Suely Ferreira; COUTINHO, Tiago. O uso intensivo da internet por crianças e adolescentes no contexto da COVID-19 e os riscos para violências autoinflingidas. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 25, suppl. 1, p. 2479-2486, jun. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232020256.1.11472020>>. Acesso 20 dez. 2023.

DIAMOND, Lisa M.; ALLEY, Jenna. Was it good for her? an alternative perspective on life history theory, female same-sex sexuality, and pleasure. **Archives Of Sexual Behavior**, v. 48, n. 5, p. 1315-1320, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s10508-018-1313-5>>. Acesso em: 09 jan. 2024.

DIAS, Maria Socorro de Araújo; VIEIRA, Francisca Maria Bezerra Ribeiro; SILVA, Lielma Carla Chagas; VASCONCELOS, Maristela Inês Osawa; MACHADO, Maria de Fátima

Antero Sousa. Inter-professional collaboration in the 'Health and Prevention in Schools' Project. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, v. 21, n. 6, p. 1789-1798, jun. 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232015216.08112016>>. Acesso em: 15 nov. 2023.

DOS SANTOS, Taciana Mirella Batista; ALBUQUERQUE, Livia Brito Bezerra de; BANDEIRA, Carolina da Franca; COLARES, Viviane Soares de Andrade. Fatores que contribuem para o início da atividade sexual em adolescentes: revisão integrativa. **Revista de Atenção à Saúde**, Recife, v. 13, n. 44, p. 64-70, abr.-jun. 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.13037/ras.vol13n44.2668>>. Acesso em: 17 mai. 2023.

DOURADO, Simone Pereira da Costa; SANTOS, Wellington Lucas dos; ALVES, Aline Cristina Pereira. Políticas públicas e geração: os estatutos do idoso e da juventude. **Revista Confluências**, Niterói, v. 24, n. 2, p. 298-314, mai.-ago., 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.22409/conflu.v24i2.52229>>. Acesso em: 11 dez. 2023.

DUPLAGA, Mariusz. The determinants of conspiracy beliefs related to the COVID-19 pandemic in a nationally representative sample of internet users. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 17, n. 21, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.3390/ijerph17217818>>. Acesso em: 14 set. 2024.

DUQUE, Cleane Souza; CARDOSO, Luana; LIMA, Luiz Rodrigues; MAZALO, João Viriato; MORI, Bruno. O conhecimento de jovens frente às IST no município de Nhamundá-AM. **Saúde e Meio Ambiente Revista Interdisciplinar**, v. 9, p. 43-52, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.24302/sma.v9i0.2155>>. Acesso em: 11 set. 2024.

FACCHINI, Regina; SÍVORI, Horácio. Conservadorismo, direitos, moralidades e violência: situando um conjunto de reflexões a partir da Antropologia. **Cadernos Pagu**, v. 22, n. 1, p. 1-7, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/18094449201700500000>>. Acesso em: 10 set. 2024.

FAIAL, Ligia Cordeiro Matos; SILVA, Rose Mary Costa Rosa Andrade; PEREIRA, Eliane Ramos; FAIAL, Cidllan Silveira Gomes. A saúde na escola: percepções do ser adolescente. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 72, n. 4, p. 1017-1026, jul.-ago. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0433>>. Acesso em: 17 nov. 2023.

FALKENBERG, Mirian Benites; MENDES, Thais de Paula Lima; MORAES, Eliane Pedrozo de; SOUZA, Elza Maria. Health education and education in the health system: concepts and implications for public health. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 847-852, mar. 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232014193.01572013>>. Acesso em 14 jun. 2023.

FAVA, Helder de Lima; CINTRA, Renato Fabiano. Indicadores na assistência estudantil: análise nas universidades federais brasileiras. **Revista Ciências Administrativas**, v. 28, p. 1-14, out. 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.5020/2318-0722.2022.28.e12649>>. Acesso em: 10 jul. 2023.

FEBRASGO - FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES DE GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA. **Manual de anticoncepção**. São Paulo: FEBRASGO, 2015.

FELCHER, Carla Denize Ott; FERREIRA, André Luis Andrejew; FOLMER, Vanderlei. Da pesquisa-ação à pesquisa participante: discussões a partir de uma investigação desenvolvida no facebook. **Revista Experiências em Ensino de Ciências**, v. 12, n. 7, 2017. Disponível em: <https://if.ufmt.br/eenci/artigos/Artigo_ID419/v12_n7_a2017.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2023.

FÉLIX, Jeane. Sexualidade, saúde sexual e saúde reprodutiva: questões para a formação de professoras/es. **Interface**, 13 ed. p. 6-20, jul. 2017. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/interface/article/view/4410/11898>>. Acesso em: 09 jan. 2024.

FERNANDES, Fabiana Yanes; FREITAS, Bruna Hinnah Borges Martins de; MARCON, Samira Reschetti; ARRUDA, Vilmeyze Larissa de; LIMA, Nathalie Vilma Pollo de; BORTOLINI, Juliano; GAÍVA, Maria Aparecida Munhoz. Tendência de suicídio em adolescentes brasileiros entre 1997 e 2016. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 29, n. 4, p. 1-10, set. 2020. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s1679-49742020000400025>>. Acesso em: 28 dez. 2023.

FERREIRA, Aline Gambart da Silva. **Vivendo e aprendendo: fatores de risco, conhecimento e práticas de adolescentes do ensino médio relacionados à saúde sexual e reprodutiva**. 2020. 78 f. Dissertação (mestrado), Mestrado em Educação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2020. Disponível em: <<https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/6077>>. Acesso em: 17 mai. 2023.

FERREIRA, Ediane de Andrade; ALVES, Valdecyr Herdy; PERIERA, Audrey Vidal; RODRIGUES, Diego Pereira; BRITO, Vilma Maria da Costa; TOSTES, Nádia Cecília Barros. O conhecimento de adolescentes escolares sobre os métodos contraceptivos: desafios. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, v. 12, p. 1316-1321, jan.-dez. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.9789/2175-5361.rpcfo.v12.9604>>. Acesso em: 25 jul. 2024.

FERREIRA, Iago Gonçalves; PIAZZA, Marina; SOUZA, Deyse. Oficina de saúde e sexualidade: residentes de saúde promovendo educação sexual entre adolescentes de escola pública. **Revista Brasileira de Medicina da Família e Comunidade**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 41, p. 1-11, jan.-dez. 2019. Disponível em: <[https://doi.org/10.5712/rbmfc14\(41\)1788](https://doi.org/10.5712/rbmfc14(41)1788)>. Acesso em: 08 out. 2023.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas "estado da arte". **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-73302002000300013>>. Acesso em: 15 set. 2023.

FIORUC, Bianca Elisabete; MOLINA, Ana Claudia; VITTI-JUNIOR, Walter; LIMA, Silvana Andréa Molina. Educação em saúde: abordando primeiros socorros em escolas públicas no interior de São Paulo. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 695-702, set. 2008. Disponível em: <<http://www.fen.ufg.br/revista/v10/n3/v10n3a15.htm>>. Acesso em: 07 out. 2023.

FONAPRACE. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – Fonaprace. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das IFES - 2018, 2019**. Disponível em: <<https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-do-Perfil-Socioeconômico-dos-Estudantes-de-Graduação-das-Universidades-Federais-1.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2023.

FRANCO, Maira Vieira Amorim; DANTAS, Otília Maria Alves da Nóbrega Alberto. Pesquisa exploratória: aplicando instrumentos de geração de dados – observação, questionário e entrevista. In: **Congresso Nacional de Educação**, 13, 2017, Curitiba. Anais... Curitiba: Vozes, 2017. p. 14844-14859.

FRANCO, Maurilo de Sousa; BARRETO, Maryanna Tallyta Silva; CARVALHO, José Wilian de; SILVA, Pallysson Paulo da; MOREIRA, William Caracas; CAVALCANTE, Marília Costa; SILVA, Deborah Fernanda Campos da; LIMA, Luisa Helena de Oliveira. Educação em saúde sexual e reprodutiva do adolescente escolar. **Revista de Enfermagem da UFPE online**, v. 14, p. 1-8, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.5205/1981-8963.2020.244493>>. Acesso em: 16 mai. 2023.

FRANCO, Sebastião Pimentel; SILVA, Simone Santos de Almeida; NOGUEIRA, André Luis Lima. **Artes de curar: doenças em perspectiva**. Vitória: Editora Milfontes, 2019. 401p.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudanças**. 30. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007. 79 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 46 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 2005. 129 p.

FREITAS, Renata Gomes de Abreu; ARRUDA, Eder Ferreira de. Aspectos legais e políticas públicas da saúde sexual no currículo integrado da educação profissional e tecnológica. **Revista Conexão na Amazônia**, v. 3, n. Edição especial VII Conc&t, p. 130-145, nov. 2022. Disponível em: <<https://periodicos.ifac.edu.br/index.php/revistarca/article/view/146>>. Acesso em: 07 out. 2023.

FURLANETTO, Milene Fontana; LAUERMAN, Franciele; COSTA, Cristofer Batista da; MARIN, Angela Helena Marin. Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura. **Revista Cadernos de Pesquisa**, v. 48, n. 168, p. 550-571, abr.-jun. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/198053145084>>. Acesso em: 16 mai. 2023.

GALVÃO, Mariana Portela Soares Pires; ARAÚJO, Telma Maria Evangelista de; ROCHA, Silvana Santiago da. Conhecimentos, atitudes e práticas de adolescentes sobre o papilomavírus humano. **Revista de Saúde Pública**, v. 56, n. 12, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2022056003639>>. Acesso em: 26 dez. 2023.

GARCIA, Esmelsy Cabrera; COSTA, Ivoneide Ribeiro; OLIVEIRA, Regina Celia de; SILVA, Carlos Roberto Lyra da; GÓIS, Amanda Regina da Silva; ABRÃO, Fátima Maria da Silva. Representações sociais de adolescentes sobre a transmissão do HIV/AIDS nas relações sexuais: vulnerabilidades e riscos. **Escola Anna Nery**, v. 26, p. 1-9, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2021-0083>>. Acesso em: 19 mai. 2023.

GARCIA, Leila Posenato; DUARTE, Elisete. Infodemia: excesso de quantidade em detrimento da qualidade das informações sobre a COVID-19. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 29, n. 4, set. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1679-49742020000400019>>. Acesso em: 11 set. 2024.

GASPAR, Vanessa Silva; BRITO, John Herbert da Silva; NASCIMENTO, David Ederson Moreira do. Saúde sexual na terceira idade: o desafio de compreender as vivências. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v. 3, n. 5, p. 13109-13125, set.-out. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.34119/bjhrv3n5-141>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

GATTI, Bernardete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro Editora, 2012. 80 p.

GAZZINELLI, Maria Flávia; REIS, Dener Carlos dos; MARQUES, Rita de Cássia. **Educação em saúde: teoria, método e imaginação**. Belo Horizonte: Editora UFMG; 2006. 166 p.

GENZ, Niviane; MEINCKE, Sonia Maria Könzgen; CARRET, Maria Laura Vidal; CORRÊA, Ana Cândida Lopes; ALVEZ, Camila Neumaier. Doenças sexualmente

transmissíveis: conhecimento e comportamento sexual dos adolescentes. **Texto e Contexto Enfermagem**, v. 26, n. 2, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0104-07072017005100015>>. Acesso em: 24 jun. 2024.

GIACOMINI, S. A. **Processos de produção de masculinidades e feminilidades juvenis: articulações com violências de gênero**. 2011. 117 f. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Educação, Mestrado em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/34143>>. Acesso em: 02 out. 2023.

GODINHO, Alexandra Mendes; FLORENTINO, Denise Mónica Nogueira; VIOLANTE, Filipa Félix; DIAS, Hélia; COUTINHO, Emília. O enfermeiro promotor da saúde sexual e reprodutiva na adolescência: o caso do planeamento familiar. **Revista da UIIPS - Unidade de Investigação do Instituto Politécnico de Santarém**, v. 8, n. 1, p. 358-370, 2020. Disponível em: <<https://revistas.rcaap.pt/uiips/article/view/19906/15130>>. Acesso em: 09 jan. 2024.

GOTARDO, Pamela Luísa; SCHMIDT, Clenise Liliane. Atuação do enfermeiro na atenção à saúde sexual e reprodutiva de adolescentes. **Revista Conjecturas**, Palmas, v. 22, n. 13, p. 453-467, set. 2022. Disponível em: <<https://conjecturas.org/index.php/edicoes/article/view/1701>>. Acesso em: 19 mai. 2023.

GRILLO, Eugênio; SILVA, Ronaldo J. M. Manifestações precoces dos transtornos de comportamento na criança e no adolescente. **Jornal de Pediatria**, Rio de Janeiro, v. 80, supl. 2, p. 21-27, 2004. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0021-75572004000300004>>. Acesso em: 18 nov. 2023.

GUIMARÃES, Jamile; CABRAL, Cristiane da Silva. Pedagogias da sexualidade: discursos, práticas e (des)encontros na atenção integral à saúde de adolescentes. **Pro-Posições**, Campinas, v. 33, p. 1-19. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1980-6248-2020-0043>>. Acesso em: 09 set. 2024.

GUTMANN, Victoria Leslyê Rocha; SANTOS, Daniela dos; SILVA, Camila Daiane; VALLEJOS, Carolina Coutinho Costa; ACOSTA, Daniele Ferreira; MOTA, Marina Soares. Motivos que levam mulheres e homens a buscar as unidades básicas de saúde. **Journal of Nursing and Health**, v. 12, n. 2, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.15210/jonah.v12i2.2234>>. Acesso em: 14 set. 2024.

HARTMANN, Paula Benevenuto. **Depressão na infância e adolescência**: apresentação clínica. São Paulo, 02 out. 2020. Disponível em: <<https://pebmed.com.br/depressao-na-infancia-e-adolescencia-apresentacao-clinica/>>. Out. 2020. Acesso em: 18 nov. 2023.

HOUAISS, Antônio; VILAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. 162 p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101852.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2023.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Pesquisa nacional de saúde do escolar**: análise de indicadores comparáveis dos escolares do 9º ano do ensino fundamental - municípios das

capitais 2009/2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. 193 p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101955.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2023.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema de Estatísticas Vitais**. Percentual de nascidos vivos por idade da mãe no parto, 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9110-estatisticas-do-registro-civil.html?edicao=32267&t=destaques>>. Acesso em: 30 dez. 2023.

IFCE - INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ. **Histórico**. Ceará, 2015. Disponível em: <<https://ifce.edu.br/aceso-a-informacao/Institucional/historico>>. Acesso em: 19 jul. 2023.

IFCE - INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ. **Missão, Visão e Valores**. Ceará, 2019. Disponível em: <<https://ifce.edu.br/aceso-a-informacao/Institucional/missao-visao-e-valores>>. Acesso em: 19 jul. 2023.

IFCE - INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ - Campus Tauá. **O Campus**. Ceará, 2023. Disponível em: <https://ifce.edu.br/taua/campus_taua/o-campus>. Acesso em: 19 jul. 2023.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 129, p. 285-303, mai.-ago. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.109>>. Acesso em: 11 jul. 2023.

JACOB, Lia Maristela da Silva; MELO, Márcio Cristiano; SENA, Rômulo Mágnus de Castro; SILVA, Isaac Jacob; MAFETONI, Reginaldo Roque; SOUZA, Kellen Cristina Silva. Ações educativas para promoção da saúde na escola: revisão integrativa. **Revista Saúde e Pesquisa**, Maringá, v. 12, n. 2, p. 419-426, mai.-ago. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.17765/2176-9206.2019v12n2p419-427>>. Acesso em: 16 nov. 2023.

JACOBI, Greison; BORGES, Jussara. Avaliação da informação por adolescentes e jovens. **P2P e Inovação**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 379-401, mar.-ago. 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.21721/p2p.2023v9n2.p379-401>>. Acesso em: 14 set. 2024.

JAEN-VARAS, Denisse; MARI, Jair de Jesus; ASEVEDO, Elson; BORSCHMANN, Rohan; DINIZ, Elton; ZIEBOLD, Carolina; GADELHA, Ary. The association between adolescent suicide rates and socioeconomic indicators in Brazil: a 10-year retrospective ecological study. **Brazilian Journal of Psychiatry**, São Paulo, v. 41, n. 5, p. 389-395, set.-out. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1516-4446-2018-0223>>. Acesso em: 28 dez. 2023.

JAGER, Márcia Elisa; BATISTA, Fernanda Altermann; PERRONE, Cláudia Maria; SANTOS, Samara Silva dos; DIAS, Ana Cristina Garcia. O adolescente no contexto da saúde pública brasileira: reflexões sobre o PROSAD. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 19, n. 2, p. 211-221, abr.-jun. 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-737221567004>>. Acesso em: 12 dez. 2023.

KETZER, Nicole; VIEIRA, Letícia Becker; SCHNECK, Camilla Alessandra; MAFFACCIOLLI, Rosana; STRADA, Juliana; PATUZZI, Gregório; NORA, Carlise Dalla. Saúde sexual e reprodutiva na Atenção Primária à Saúde: relatos de mulheres lésbicas. **Revista Baiana de Enfermagem**, v. 36, p. 1-12, mar. 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.18471/rbe.v36.45637>>. Acesso em: 07 out. 2023.

KINGSBERG, Sheryl A.; SCHAFFIR, Jonathan; FAUGHT, Brooke M.; PINKERTON, JoAnn V.; PARISH, Sharon J.; IGLESIA, Cheryl B.; GUDEMAN, Jennifer; KROP, Julie; SIMON, James A. Female sexual health: barriers to optimal outcomes and a roadmap for improved patient-clinician communications. **Journal of Women's Health**, v. 28, n. 4, p. 432-443, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1089/jwh.2018.7352>>. Acesso em: 9 jan. 2024.

KIRSCH, Gustavo Hanich; SLOB, Edna Marcia Grahl Brandalize. Atuação do enfermeiro na educação em saúde da população. **Revista Saúde e Desenvolvimento**, v. 12, n. 13, p. 218-233, fev. 2019. Disponível em:

<<https://www.revistasuninter.com/revistasauade/index.php/saudeDesenvolvimento/article/view/1008>>. Acesso em: 19 mai. 2023.

KURPEL, Denise Fátima; GAGLIOTTO, Gisele Monteiro; COUSS, Luana Cristina Reis. Educação sexual na escola na desmistificação de tabus relacionados à travestilidade. In: **Simpósio Internacional em Educação Sexual**, 5, 2017, Maringá. Anais... Maringá: UEM, 2017. Disponível em: <<http://www.sies.uem.br>>. Acesso em: 18 jul. 2024.

LARA, Simone; SALGUIERO, Andréia Caroline Fernandes; PUNTEL, Robson; FOLMER Vanderlei. Trabalhando a interdisciplinaridade com o tema transversal saúde na formação inicial de estudantes do curso normal. **Revista Ciências e Ideias**, v. 6, n. 2, p. 116-134, jul.-dez. 2015. Disponível em: <<http://revistascientificas.ifrj.edu.br:8080/revista/index.php/reci/article/view/379/343>>. Acesso em: 19 jun. 2024.

LAMEIRAS-FERNÁNDEZ, María; MARTÍNEZ-ROMÁN, Rosana; CARRERA-FERNANDEZ, María Victoria; RODRIGUEZ-CASTRO, Yolanda. Sex education in the spotlight: what is working? Systematic review. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 18, n. 5, p. 1-31, mar. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.3390/ijerph18052555>>. Acesso em: 19 mai. 2023.

LAMONT, John; BAJZAK, Krisztina; BOUCHARD, Céline; BURNETT, Margaret; BYERS, Sandra; COHEN, Trevor; FISHER, William; HOLZAPFEL, Stephen; SENIKAS, Vyta. No. 279 - female sexual health consensus clinical guidelines. **Journal of Obstetrics and Gynaecology Canada**, v. 39, n. 12, p. 535-541, dez. 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.jogc.2017.10.015>>. Acesso em: 9 jan. 2024.

LATOUR, Bruno. **Onde aterrar**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LEIFER, Gloria. **Enfermagem Obstétrica**. California: Elsevier Saunders, 2013. 480 p.

LEITE, Paloma Loiola; TORRES, Francisco Ayslan Ferreira; PEREIRA, Leonarda Marques; BEZERRA, Adriana de Moraes; MACHADO, Lucas Dias Soares; SILVA, Maria Rocineide Ferreira da. Construção e validação de *podcast* para educação em saúde sexual e reprodutiva de adolescentes. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 30, p. 1-13, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1518-8345.6263.3706>>. Acesso em: 19 mai. 2023.

LEITE, Quesia dos Santos Souza. **Podcasts no processo de ensino e aprendizagem da língua portuguesa: o trabalho com a variação linguística na era digital**. 2018. 124 f. Dissertação (mestrado), Mestrado em Formação de Professores, Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2018. Disponível em: <<http://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/tede/3559>>. Acesso em: 28 set. 2024.

LIMA, Andreia Maria Novo; MARTINS, Maria Manuela Ferreira da Silva; FERREIRA, Maria Salomé Martins; SCHOELLER, Soraia Dornelles; PAROLA, Vítor Sérgio de Oliveira. O conceito multidimensional de autonomia: uma análise conceptual recorrendo a uma scoping review. **Revista de Enfermagem Referência**, Coimbra, v. 5, n. 7, p. 1-8, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.12707/rv20113>>. Acesso em: 24 set. 2023.

LIMA, Jackeline Soares. A assistência estudantil na Universidade de Brasília durante a pandemia do Covid-19. **Revista Interdisciplinar Cadernos Cajuína**, Brasília, v. 6, n. 3, p.

228-242, 2021. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.52641/cadcaj.v6i3.504>>. Acesso em 11 jul. 2023.

LIMA, Josefa Nayara de; COSTA, Roberta Kaliny de Souza; SOUSA, Ana Carolina Patrício de Albuquerque; NÓBREGA, Cristyanne Samara Miranda Holanda da. Utilização da caderneta de saúde do adolescente: percepção de profissionais. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 32, p. 1-8, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.5020/18061230.2019.9002>>. Acesso em: 16 dez. 2023.

LOPES, Claudia de Souza. Como está a saúde mental dos brasileiros? A importância das coortes de nascimento para melhor compreensão do problema. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 2, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00005020>>. Acesso em: 18 nov. 2023.

LOPEZ, Silvia Brãna; MOREIRA, Martha Cristina Nunes. Quando uma proposição não se converte em política?: o caso da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens - PNAISAJ. **Ciência e Saúde Coletiva - Temas Livres**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 1179-1186, abr. 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000400031>>. Acesso em: 08 out. 2023.

LORENZI, Franciele. **Educação sexual na formação do/a pedagogo/a no estado do Paraná**. 2017. 200 f. Dissertação (mestrado), Mestrado em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Paraná, 2017. Disponível em: <<http://tede.unioeste.br/handle/tede/3326>>. Acesso em: 16 jul. 2024.

LOURENÇO, Bentio; QUEIROZ, Lígia Bruni. Crescimento e desenvolvimento puberal na adolescência. **Revista de Medicina**, São Paulo, v. 89, n. 2, p. 70-75, abr.-jun. 2010. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revistadc/article/view/46276/49930>>. Acesso em 22 dez. 2023.

LOURES, João Victor. **Podcasts de Storytelling: a produção de narrativas históricas digitais para o ensino de História**. 2018. 99 f. Dissertação (mestrado), Mestrado em Ensino de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <<https://profhistoria.ufsc.br/files/2017/05/Dissertação-Podcats-de-Storytelling-2.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2024.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. 224 p.

MACHADO-BECKER, Renata; HEIDEMANN, Ivonete Teresinha Schülter Buss; KUNTZ-DURAND, Michelle. Promoção da saúde e atenção primária no cuidado às pessoas com doença crônica não transmissível. **Revista de Salud Pública - Artículo/Investigación**, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 41-47, jan.-fev. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.15446/rsap.V22n1.79305>>. Acesso em: 08 out. 2023.

MACHADO, Vinícius Azevedo; PINHEIRO, Roseni; MIGUEZ, Sâmia Feitoza. Educação e liberdade na promoção da saúde escolar: perspectivas compreensivas sobre a ação política como potência nas comunidades escolares. **Dossiê, Contribuições de Hannah Arendt para a Saúde Coletiva - Saúde, Direito, Educação**, Botucatu, v. 25, p. 1-12, n. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/interface.200035>>. Acesso em: 24 set 2023.

MAIA, Aíka Barros Barbosa; MONTE, Liana Maria Ibiapina do; SOUSA, Ranieri Flávio Viana de; SILVA, Alexandre do Vale; CARDOSO, Darwin Renne Florêncio; NASCIMENTO, Elaine Ferreira do; MALLET, Jacenir Reis dos Santos. Protagonismo dos

adolescentes e jovens na prevenção da sua saúde sexual. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 4, p. 1-12, 2021. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i4.14024>>. Acesso em: 13 set. 2024.

MAIA, Ana Clara Devede; CORREA, Maria Vitoria; BORGES, Milena Gabriele. A disseminação de IST em festas universitárias: uma perspectiva abrangente. **Cacupé - Revista de Textualidades Acadêmicas**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 112-126, 2024. Disponível em: <<https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/cacupe/article/view/7168>>. Acesso em: 13 set. 2024.

MALKA, Ronit; VILLWOCK, Jennifer; FAUCETT, Erynne A.; BOWE, Sarah. *Podcast-based learning in otolaryngology: availability, breadth, and comparison with other specialties*. **The Laryngoscope**, v. 131, n. 7, p. 2131-2138, jul. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1002/lary.29349>>. Acesso em: 19 mai. 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2022. 354 p.

MARIN, Constanza; PAPADOPOL, Pâmela Maida; BOATTAN, Elisabete Rabaldo; ORCINA, Bernardo Fonseca. Percepção e informação sobre saúde bucal: estudo com adolescentes de uma escola pública. **Revista Saúde e Pesquisa**, Maringá, v. 9, n. 3, p. 499-506, set.-dez. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.177651/1983-1870.2016v9n3p499-506>>. Acesso em: 17 nov. 2023.

MARINHO, Debora Fernanda Sousa. **A concepção de jovens universitários sobre a sexualidade e as práticas sexuais: interface com a cultura e a religiosidade**. 2020. 96 f. Dissertação (mestrado), Mestrado em Enfermagem, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<http://www.btdt.uerj.br/handle/1/18458>>. Acesso em: 29 mar. 2024.

MARQUES, Emanuele Souza; MORAES, Claudia Leite; HASSELMANN, Maria Helena; DESLANDES, Suely Ferreira; REICHENHEIM, Michael Eduardo. A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 4, p. 1-6, abr. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00074420>>. Acesso em: 18 nov. 2023.

MARTINS, Elizabeth Rose Costa; ALVES, Fabrício Santos; MEDEIROS, Andressa da Silva; OLIVEIRA, Karoline Lacerda de; FASSARELLA, Leticia Guimarães; FERREIRA, Samara de Andrade; FRANCO, Hulda Santana; COSTA, Gabriele Malta da. Saúde do homem jovem na perspectiva da promoção à saúde e prevenção de agravos. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v. 3, n. 2, p. 2301-2308, mar.-abr. 2020a. Disponível em: <<https://doi.org/10.34119/bjhrv3n2-081>>. Acesso em: 13 set. 2024.

MARTINS, Elizabeth Rose Costa; MEDEIROS, Andressa da Silva; OLIVEIRA, Karoline Lacerda de; FASSARELLA, Leticia Guimarães; MORAES, Paula Costa de; SPÍNDOLA, Thelma. Vulnerabilidade de homens jovens e suas necessidades de saúde. **Escola Anna Nery**, v. 24, n. 1, p. 1-7, jan.-mar. 2020b. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2019-0203>>. Acesso em: 14 set. 2024.

MEDEIROS, Eliabe Rodrigues; SOARES, Manoelle Fernandes da Silva; REBOUÇAS, Danielle Gonçalves da Cruz; NETA, Maria Nazaré Chacon de Matos; SILVA, Sandy Yasmine Bezerra; PINTO, Erika Simone Galvão. Ações executadas no Programa Saúde na Escola e seus fatores associados. **Avances en Enfermería**, v. 39, n. 2, p. 167-177, mai. 2021. Disponível em: <<http://doi.org/10.15446/av.enferm.v39n2.86271>>. Acesso em: 16 nov. 2023.

MEIRELLES, Mauro. Uma sonata de uma nota só: algumas notas introdutórias sobre o rádio, a internet e outras tecnologias nem tão modernas. In: MOMESSO, Maria Regina; YOSHIMOTO, Eduardo; CARVALHO, Ana Amélia; DIEGUES, Vitor; MEIRELLES, Mauro. **Educar com podcasts e audiobooks**. Porto Alegre: CirKula, 2016. Disponível em: <<https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/36176>>. Acesso em: 23 set. 2024.

MELO, Joaquim Alberto Cardoso. Educação sanitária: uma visão crítica. **Cadernos do CEDES**, São Paulo, v. 4, p. 28-64, 1987.

MENA, Vanessa Benites; SILVA, San Zureik Calacina da; CASTRO, Ewerton Helder Bentes de. Plantão psicológico em instituição escolar de Manaus, a pluridimensionalidade adolescente: relato de experiência. **Amazônica - Revista de Psicopedagogia, Psicologia Escolar e Educação**, v. 16, n. 1, p. 112-137, jan.-jun. 2023. Disponível em: <<https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonica/article/view/11496>>. Acesso em: 11 set. 2024.

MENDES, Daphne Sarah Gomes Jacob. **As vulnerabilidades experienciadas no adolescer: um olhar da Saúde Coletiva a partir de uma revisão integrativa de literatura**. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação). 2020. 90 f. Bacharelado em Saúde Coletiva, Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: <<https://bdm.unb.br/handle/10483/28218>>. Acesso em: 20 dez. 2023.

MENDONÇA, Carolina Rodrigues; ARRUDA, Jalsi Tacon; NOLL, Matias; CAMPOLI, Paulo Moacir de Oliveira; AMARAL, Waldemar Naves. Sexual dysfunction in infertile women: a systematic review and meta-analysis. **European Journal Of Obstetrics, Gynecology, And Reproductive Biology**, v. 215, p. 153-163, ago. 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.ejogrb.2017.06.013>>. Acesso em: 09 jan. 2024.

MENDONÇA, Fabiana Luiza de Rezende; SILVA, Danielle Sousa da; ANDRADE, Franciene Soares Barbosa; SILVA, Daniele Nunes Henrique. Mediações em sala de aula na construção do conhecimento em escolas inclusivas. **Revista Psicologia Escolar e Educacional**, Brasília, v. 24, p. 1-9, mai. 2020. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/2175-35392020193222>>. Acesso em: 16 mai. 2023.

MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves. **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. p. 195-217.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014. 416 p.

MIRANDA, Jean Carlos; CAMPOS, Isabela do Couto. Educação sexual nas escolas: uma necessidade urgente. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 12, n. 34, p. 108-126, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.5281/zenodo.7151234>>. Acesso em: 16 set. 2024.

MIRANDA, Wanessa Debôrtoli de; SILVA, Gabriela Drummond Marques da; FERNANDES, Luísa da Matta Machado; SILVEIRA, Fabrício; SOUSA, Rômulo Paes de. Desigualdades de saúde no Brasil: proposta de priorização para alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. **Cadernos de Saúde Pública**, Belo Horizonte, v. 39, n. 4, p. 1-18, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311XPT119022>>. Acesso em: 11 dez. 2023.

MIURA, Paula Orchiucci; TARDIVO, Leila Salomão de La Plata Cury; BARRIENTOS, Dora Mariela Salcedo. O desamparo vivenciado por mães adolescentes e adolescentes grávidas acolhidas institucionalmente. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 23, n. 5, p. 1601-1610,

mai. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232018235.14152016>>. Acesso em: 25 dez. 2023.

MONT'ALVERNE, Daniela Gardano Bucharles; CATRIB, Ana Maria Fontenele. Promoção da saúde e as escolas: como avançar. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, Fortaleza, v. 26, n. 3, p. 307-308, jul.-set. 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.5020/2925>>. Acesso em: 17 nov. 2023.

MOREIRA, Betina Loitzenbauer Rocha; FOLMER, Vanderlei. Percepções de professores de ciências e educação física acerca da educação sexual na escola. **Experiências em Ensino de Ciências**, v. 10, n. 3, 2015. Disponível em: <http://if.ufmt.br/eenci/artigos/Artigo_ID282/v10_n2_a2015.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2024.

MOREIRA, Murilo Cesar; MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; JACINTO, Helyson Fernando de Aguiar. Educação Sexual nas escolas: concepções e práticas de professores. **Revista Psicologia e Educação On-Line**, v. 3, n. 1, p. 47-54, jan. 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/342026169_Educacao_Sexual_nas_escolas_concepcoes_e_praticas_de_professores_Sexual_Education_in_schools_teachers%27_conceptions_and_practices_Educacion_Sexual_en_las_escuelas_concepciones_y_practicas_de_los_docent>. Acesso em: 16 set. 2024.

MOREL, Ana Paula Massadar. Negacionismo da Covid-19 e educação popular em saúde: para além da necropolítica. **Revista Trabalho, Educação e Saúde - Ensaio**, Rio de Janeiro, v. 19, p. 1-14, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00315>>. Acesso em: 07 out. 2023.

MOURA, Adelina, CARVALHO, Ana Amélia Amorim. **Podcast**: potencialidades na educação. *Prisma.com*, n. 3, 2006. Disponível em: <<https://ojs.letras.up.pt/index.php/prisma.com/article/view/2112>>. Acesso em: 28 set. 2024.

MOURA, Claudia Helena Gonçalves; SILVA, Pedro Fernando da. Escola sem partido e conservadorismo moral: instrumentalização da religião, sexualidade e gênero. **Psicologia - Ciência e Profissão**, v. 43, p. 1-18, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3703003250951>>. Acesso em: 09 set. 2024.

MUNIZ, Emanuel Avelar; QUEIROZ, Maria Veraci Oliveira; DUTRA, Francisco Clécio da Silva; ARAÚJO, Aretha Feitosa; SILVA, Lucilane Maria Sales; TORRES, Raimundo Augusto Martins. Políticas de saúde e educação para a juventude no Brasil: intersectorialidade e atuação do enfermeiro. **Sanare (Sobral, Online)**, v. 20, n. 1, p. 73-78, jan.-jun. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.36925/sanare.v20i1.1552>>. Acesso em: 16 nov. 2023.

MUSCARDI, Dalana Campos; ARNHOLZ, Erineti. Quem gera o tema gerador? O necessário protagonismo estudantil na construção de temas geradores na escola do campo. **Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências**, Belo Horizonte, v. 25, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1983-21172022240164>>. Acesso em: 23 set. 2024.

NASCIMENTO, Alex Araujo do; BRITO, Domingos Fares Ferreira; VILANOVA-CAMPELO, Regina Célia. Prática de atividade física entre adolescentes durante a pandemia da Covid-19. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 15, n. 44, ano V, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.5281/zenodo.8206940>>. Acesso em: 27 dez. 2023.

NEDEL, Roberta; MATTOS, Dienifer Aline; MARIN, Angela Helena. Child self-esteem and self-concept, parental education and its relationship with school performance in elementary

school. **Psicologia em Pesquisa**, v.14, n.1, p. 149-168, jan.-abr. 2020. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.34019/1982-1247.2020.v14.26180>>. Acesso em: 29 mar. 2024.

NEIVA-SILVA, Lucas; DEMENECH, Lauro Miranda; MOREIRA, Laísa Rodrigues; OLIVEIRA, Adriano Trassantes; CARVALHO, Fernanda Torres de; PALUDO, Simone dos Santos. Experiência de gravidez e aborto em crianças, adolescentes e jovens em situação de rua. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 23, n. 4, p. 1055-1066, abr. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232018234.11342016>>. Acesso em: 25 dez. 2023.

NOBRE, Carla Viviane; MACIEL, Rebeca de Souza; SOUSA, Ruth Reis de; BEZERRA, Victória Régia de Brito Souza Torres; MENDES, Igor Cordeiro. Educação em saúde sobre prevenção de infecções sexualmente transmissíveis com adolescentes. **Mostra Interdisciplinar do Curso de Enfermagem**, v. 5, n. 1, 2020. Disponível em: <<https://publicacoesacademicas.unicatolicaquixada.edu.br/index.php/mice/article/view/3896>>. Acesso em: 09 set. 2024.

NOGUEIRA, Natália Souza; ZOCCA, Adriana Rodrigues; MUZZETI, Luci Regina; RIBEIRO, Paulo Rennes. Educação sexual no contexto escolar: as estratégias utilizadas em sala de aula pelos educadores. **Holos**, v. 3, n. 32, p. 319-327, 2016. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/2302>>. Acesso em: 19 jun. 2024.

NOGUEIRA, Wanessa Castro; OLIVEIRA, Karoliny Andrade de; SILVA, Bruno Maciel da; SOUSA, Raissa Araújo Pinto; ARRUDA, Eder Ferreira de. Fatores relacionados à gravidez não planejada: revisão integrativa. **Revista Coopex**, v. 15, n. 2, 2024. Disponível em: <<https://doi.org/10.61223/coopex.v15i02.770>>. Acesso em: 09 set. 2024.

NUZUM, Eric. **Make noise a creator's guide to podcasting and great audio storytelling**. New York: Workman publishing, 2019. 264 p.

OLIVEIRA, Bárbara Ingênito de; SPINDOLA, Thelma; MELO, Laércio Deleon de; MARQUES, Sergio Corrêa; MORAES, Paula Costa de; COSTA, Cristiane Maria Amorim. Fatores que influenciam o uso inadequado do preservativo na perspectiva de jovens universitários. **Revista de Enfermagem Referência**, v. 6, n. 1, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.12707/RV21043>>. Acesso em: 13 set. 2024.

OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; CUNHA, Ana Maria de Oliveira; CORDEIRO, Euzane Maria; SAAD, Núbia dos Santos. Grupo focal: uma técnica de coleta de dados numa investigação qualitativa?. **Cadernos da Fucamp**, v. 19, n. 41, p. 1-13, 2020b. Disponível em: <<https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2208>>. Acesso em: 12 ago. 2024.

OLIVEIRA, Humberto Moacir de; HANKE, Bruno Curcino. Adolescer na contemporaneidade: uma crise dentro da crise. **Ágora**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 295-310, mai.-ago. 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1809-44142017002001>>. Acesso em: 08 out. 2023.

OLIVEIRA, Marcela Paula Conceição de Andrade; MONTEIRO, Rosana Juliet Silva; BELIAN, Rosalie Barreto; LIMA, Luciane Soares de; GONTIJO, Daniela Tavares. "Is deciding that you learn to decide": validation of digital game on sexual and reproductive health in adolescence. **Revista Adolescência e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 24-33, abr.-jun. 2020a. Disponível em: <<https://cdn.publisher.gn1.link/adolescenciaesaude.com/pdf/v17n2a04.pdf>>. Acesso em: 19 mai. 2023.

OLIVEIRA, Riceli Rodeghiero; PETER, Nathalia Brandão; MUNIZ, Ludmila Correa. Consumo alimentar segundo grau de processamento entre adolescentes da zona rural de um município do sul do Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, mar. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232021263.06502019>>. Acesso em: 08 out. 2023.

OMETTO, Heloísa Silva; ROCHA, Jéssica; MELO, Josiane; BUCHHORN, Soraia. Terminologia especializada para a prática de enfermagem na promoção da saúde do adolescente. **Revista de Enfermagem da UFSM**, São Paulo, v. 12, e 23, p. 1-18, 2022. <<https://doi.org/10.5902/2179769268960>>. Acesso em: 08 out. 2023.

OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Estrategia mundial para la salud de la mujer, el niño y el adolescente (2016-2030)**: salud del adolescente. 70.^a Asamblea Mundial de la Salud. Mai. 2017. 13 p. Disponível em: <https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA70/A70_37-sp.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2023.

OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Uma em cada 100 mortes ocorre por suicídio, revelam estatísticas da OMS**. Jun. 2021. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/noticias/17-6-2021-uma-em-cada-100-mortes-ocorre-por-suicidio-revelam-estatisticas-da-oms>>. Acesso em: 27 dez. 2023.

OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Uma pessoa morre por suicídio a cada 40 segundos, afirma OMS**. 2019. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6017:suicidio-uma-pessoa-morre-a-cada-40-segundos-afirma-oms&Itemid=839>. Acesso em: 27 dez. 2023.

OPAS - ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DA SAÚDE. OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **A cada dia, há 1 milhão de novos casos de infecções sexualmente transmissíveis curáveis**. Jun. 2019. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/noticias/6-6-2019-cada-dia-ha-1-milhao-novos-casos-infeccoes-sexualmente-transmissiveis-curaveis>>. Acesso em: 30 dez. 2023.

OPAS - ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DA SAÚDE. **Global Accelerated Action for the Health of Adolescents (AA-HA!)**: guidance to support country implementation. 2. ed. 2023. 260 p. Disponível em: <<https://www.who.int/publications/i/item/9789240081765>>. Acesso em: 16 dez. 2023.

OZELLA, Sergio; AGUIAR, Wanda Maria Junqueira de. Desmistificando a concepção de adolescência. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 133, p. 97-125, jan.-abr. 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0100-15742008000100005>>. Acesso em: 21 dez. 2023.

PAIVA, Carla Cardi Neppomuceno de; SANTOS, Daniela Lacerda; COTRIM-JÚNIOR, Dorival Fagundes; CABRAL, Lucas Manoel da Silva; CABRAL, Sara Cristina da Silva; ESPARIS, Isabella Macedo. O Sistema Único de Saúde e seus desafios na implementação da atenção à saúde sexual e reprodutiva para a população LGBTQIA+ no Brasil: protocolo de revisão de escopo. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 3, p. 1-10, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.33448/rsd-v10i3.12966>>. Acesso em: 09 jan. 2024.

PANIAGO, Larissa Cristine Silva; MELO, Maria Eduarda Dias; FERRAZ, Luis Fernando Marinho; MARIANO, Rafaella Neiva Oliveira; SOUZA, Alexandre Araujo; COSTA, Denise Ramos. Suicídio entre adolescentes no brasil: uma revisão de literatura. **Revista Científica do Tocantins**, v. 3, n. 1, p. 1-10, jun. 2023. Disponível em: <<https://itpacporto.emnuvens.com.br/revista/article/view/147>>. Acesso em: 28 dez. 2023.

PARMEJANI, Elen Petean; QUEIROZ, Ana Beatriz Azevedo; PINHEIRO, Aldrin de Souza; CORDEIRO, Edilene Macedo; MOURA, Maria Aparecida Vasconcelos; PAULA, Michelle Barbosa Moratório de. Saúde sexual e saúde reprodutiva da população ribeirinha: revisão integrativa. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 55, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1980-220X2019033103664>>. Acesso em: 09 jan. 2024.

PENNA, Eloisa Marques Damasco; ARAUJO, Felícia Rodrigues Rebelo da Silva. Adultescência: a caminho da maturidade no mundo contemporâneo. **Junguiana**, São Paulo, v. 39, n.1, jan.-jun. 2021. Disponível em: <<https://pepsic.bvsalud.org/pdf/jung/v39n1/10.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2024.

PEREIRA, Jaqueline Batista; MARQUES, Cinthia Rafaelle do Carmo Santos; SOUZA, Maianaíra Gonçalves de; POLYCARPO, Leticia Cristina da Silva; SOBRINHO, José Eudes de Lorena; NÓBREGA, Roberto José da Silva. Assistência de enfermagem na consulta ao adolescente na unidade de saúde da família. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 1, p. 1906-1917, jan. 2021b. Disponível em: <<https://doi.org/10.34117/bjdv7n1-130>>. Acesso em: 09 set. 2024.

PEREIRA, Leonarda Marques; LEITE, Paloma Loiola; TORRES, Francisco Ayslan Ferreira; BEZERRA, Adriana de Moraes; VIEIRA, Claudenisa Mara de Araújo; MACHADO, Lucas Dias Soares; SILVA, Maria Rocineide Ferreira da. Tecnologias educacionais para promoção da saúde de adolescentes: evidências da literatura. **Revista de Enfermagem**, Iguatu, v. 15, n.1, p. 1-17, jan. 2021a. Disponível em: <<https://doi.org/10.5205/1981-8963.2021.247457>>. Acesso em: 19 mai. 2023.

PEREIRA, Leonarda Marques; LEITE, Paloma Loiola; TORRES, Francisco Ayslan Ferreira; LIMA, Marcos Ryan Loiola; VASCONCELOS, Mayara Nascimento de; MACHADO, Lucas Dias Soares; SILVA, Maria Rocineide Ferreira da. Conhecimentos e atitudes de adolescentes escolares sobre saúde sexual e reprodutiva. **HU Revista**, v. 48, p. 1-10, ago. 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.34019/1982-8047.2022.v48.37778>>. Acesso: 26 jun. 2024.

PERRENOUD, Philippe. **Pedagogia diferenciada: das intenções à ação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

PINHEIRO, Bruno de Oliveira; MICALISKI, Emerson Liomar. Fatores de vulnerabilidade na construção da autoimagem corporal na adolescência. **Caderno Intersaberes**, v. 9, n. 17, p. 39-51, fev. 2020. Disponível em: <<https://www.cadernosuninter.com/index.php/intersaberes/article/view/1283>>. Acesso em: 22 dez. 2023.

PINSKY, Ilana; BESSA, Marco Antônio. **Adolescência e drogas**. São Paulo: Contexto, 2004. 200 p.

POLANCZYK, Guilherme Vanoni. O custo da pandemia sobre a saúde mental de crianças e adolescentes. **Jornal da USP**, 11 mai. 2020. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/?p=321462>>. Acesso em: 18 nov. 2023.

PRATA, Rafaela Aparecida; BICUDO, Tamara Barros; SILVA, Juliana Bastoni da; AVILA, Marla Andréia Garcia de. Letramento em saúde de adolescentes na pandemia de COVID-19: revisão integrativa. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 75, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0034-7167-2021-0956pt>>. Acesso em: 14 set. 2024.

PRIME, Heather; WADE, Mark; BROWNE, Dillon T. Risk and resilience in family well-being during the COVID-19 pandemic. **American Psychologist**, v. 75, n. 5, p. 631-643, jul.-

ago. 2020. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1037/amp0000660>>. Acesso em: 18 nov. 2023.

QUEIROZ, Maria Veraci Oliveira; LUCENA, Nájori Bárbara Ferreira de; BRASIL, Eysler Gonçalves Maia; GOMES, Ilvana Lima Verde. Cuidado ao adolescente na atenção primária: discurso dos profissionais sobre o enfoque da integralidade. **Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste**, Fortaleza, v. 12, p. 1036-1044, 2011. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/3240/324027978020.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2024.

RAMOS, Lázaro Saluci; GUZMAN, Renata dos Santos Ribeiro; QUINELATO, Hilka Quinelato; MOTA, Bethânia Fricks Jordão Belonia; TERRA, Claudia Márcia Fricks Jordão Belonia; PAES, Fernanda Baiense de Almeida; TONON, Maria Aparecida Terra; LOUZADA, Chirlene Wandermurem; VIANA, Jacira Marvila Batista; FRANÇA, Simone Fernandes de. A gravidez na adolescência produzindo evasão escolar: um exame bibliográfico. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 52. p. 1-7, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.25248/reas.e3621.2020>>. Acesso em: 10 set. 2024.

RAO, Calyampudi Radhakrishna. **Statistics and truth: putting chance to work**. 2. ed. Singapore: World Scientific, 1997. 210 p.

REIS, Gleice Barbosa; SOUSA, Marco Aurélio de; ANDRADE, Gisele Nepomuceno de; MALTA, Deborah Carvalho; MACHADO, Ísis Eloah; FELISBINO-MENDES, Mariana Santos. Supervisão dos pais e comportamento sexual entre adolescentes brasileiros. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 26, suppl. 1, p. 1-9, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1980-549720230013.supl.1.1>>. Acesso em: 17 mai. 2023.

REIS, Susana Cristina dos. Ensino de produção oral em língua inglesa por meio de *podcast* relatando uma experiência com alunos do ensino fundamental. **Veredas - Revista de Estudos Linguísticos**, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/veredas/article/view/28210>>. Acesso em: 28 set. 2024.

REIS, Tatiana Carvalho; FIGUEIREDO, Maria Fernanda Santos; SOUZA, Luís Paulo Souza e; SILVA, José Rodrigo da; AMARAL, Anna Karenina Martins do; MESSIAS, Romerson Brito; LEITE, Maísa Tavares de Souza; RODRIGUES-NETO, João Felício. Educação em saúde: aspectos históricos no Brasil. **Journal of the Health Sciences Institute**, Montes Claros, v. 31, n. 2, p. 219-223, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unip.br/wp-content/uploads/2020/12/V31_n2_2013_p219a223.pdf>. Acesso em: 25 set. 2023.

RIBEIRO, Geraldo. Coronavírus: comunidades criam gabinetes de crise e usam funk para ajudar na prevenção. **Jornal Extra**, Rio de Janeiro, 22 mar. 2020. Notícias Rio. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/rio/coronavirus-comunidades-criam-gabinetes-de-crise-usam-funk-para-ajudar-na-prevencao-24321336.html>>. Acesso em: 07 out. 2023.

RIBEIRO, José Mendes; MOREIRA, Marcelo Rasga. Uma abordagem sobre o suicídio de adolescentes e jovens no Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 23, n. 9, p. 2821-2834, set. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232018239.17192018>>. Acesso em: 28 dez. 2023.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. Educação escolar e higienização da infância. **Cadernos Cedex**, Campinas, v. 23, n. 59, p.39-53, abr. 2003. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-32622003000100004>>. Acesso em: 01 out. 2023.

RODRIGUES, Thayane Alves dos Santos; RODRIGUES, Lauane Pereira de Sousa; CARDOSO, Ângela Maria Rosas. Adolescentes usuários de serviço de saúde mental:

avaliação da percepção de melhora com o tratamento. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 69, n. 2, p. 103-110, abr.-jun. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0047-2085000000269>>. Acesso em: 10 set. 2024.

ROSA, Laura Melo; NASCIMENTO, Amanda Abdanur Cruz do; DIAS, Ana Luísa Freitas; PEREIRA, Maria Flávia Ribeiro; MOTA, Mariana Alves; MELO-FILHO, Plínio Resende de; NUNES, Marilene Rivany; MENEZES, Jonatha Cajado. Promoção da saúde na escola: prevenção da gravidez e de infecções sexualmente transmissíveis. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v. 3, n. 1, p. 706-716, jan.-fev. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.34119/bjhrv3n1-055>>. Acesso em: 25 jul. 2024.

ROSA, Renan Silveiro. **Podcast educacional como recurso pedagógico: práticas educativas sobre juventude, trabalho e transição para o ensino médio em uma escola de ensino fundamental de Alvorada, RS**. 2022. 163 f. Dissertação (mestrado), Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal do Rio Grande do Sul Campus Porto Alegre, Porto Alegre, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.ifrs.edu.br/handle/123456789/738>>. Acesso em: 08 out. 2023.

ROSANELI, Caroline Filla; COSTA, Natalia Bertani; SUTILE, Viviane Maria. Proteção à vida e à saúde da gravidez na adolescência sob o olhar da bioética. **Physis - Tema Livre**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 1-12, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300114>>. Acesso em: 08 out. 2023.

ROSO, Adriane; ROMIO, Caroline Matos; PFITSCHER, Mariana de Almeida. Em defesa da educação sexual nas escolas: o que temos a ver?. **Linhas Críticas**, v. 29, p. 1-16, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.26512/lc29202346101>>. Acesso em: 16 set. 2024.

ROVAROTO, Isabela. **Brasil é o 3º país que mais consome podcast no mundo**. 25 mar. 2022. Disponível em: <<https://exame.com/pop/brasil-e-o-3o-pais-que-mais-consome-podcast-no-mundo/>>. Acesso: 28 set. 2024.

SAGGESE, Edson. Uma juventude à flor da pele: o dilema de adolescer ou adoecer. **Revista Educação e Realidade - Seção Temática Adolescência na Cidade - Questões Para os Campos da Psicanálise, Educação e Política**, Porto Alegre, v. 46, n. 1, p. 1-18, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2175-6236109166>>. Acesso em: 08 out. 2023.

SALES, Jackeline Kérollen Duarte; SALES, Janayle Kéllen Duarte; ALVES, Dailon de Araujo; COELHO, Hercules Pereira; OLIVEIRA, Ozeias Pereira; SANTOS, Rosely Leyliane. Fatores de risco associados ao comportamento sexual de adolescentes. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 49, p. 1-10, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.25248/reas.e3382.2020>>. Acesso em: 18 nov. 2023.

SAMPAIO, Tuane Bazanella. **Metodologia da Pesquisa**. Santa Maria: UFSM, CTE, UAB, 2022. 60p.

SANTANA, Katiuscly Carneiro; SILVA, Etna Kaliane Pereira da; RODRIGUEZ, Raísa Brandão; BEZERRA, Vanessa Moraes; SOUZAS, Raquel; MEDEIROS, Danielle Souto de. Utilização de serviços de saúde por adolescentes rurais quilombolas e não quilombolas do semiárido baiano, Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 7, p. 2807-2817, jul. 2021 Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232021267.09712021>>. Acesso em: 08 out. 2023.

SANTIAGO, Miriam Aliño; ESQUIROL, Juana Rosa López; FERNÁNDEZ, Raimundo Navarro. Adolescencia: aspectos generales y atención a la salud. **Revista Cubana de**

Medicina General Integral, Ciudad de La Habana, v. 22, n. 1, jan.-mar. 2006. Disponível em: <http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0864-21252006000100009&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 22 dez. 2023.

SANTOS, Antonía Alizandra Gomes dos; SILVA, Raimunda Magalhães da; MACHADO, Maria de Fátima Antero Sousa; VIEIRA, Luiza Jane Eyre de Souza; CATRIB, Ana Maria Fontenelle; JORGE, Herla Maria Furtado. Sentidos atribuídos por profissionais à promoção da saúde do adolescente. **Ciência e Saúde Coletiva - Temas Livres**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 5, p. 1275-1284, mai. 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000500021>>. Acesso em: 08 out. 2023.

SANTOS, Aline Cristina Ferraz Dos; VADOR, Rosana Maria Feria; CUNHA, Fabíola Vieira; SILVA, Andreara De Almeida e. Abordagem do enfermeiro na gravidez na adolescência. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v. 3, n. 6, p. 17438-17456, nov.-dez. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.34119/bjhrv3n6-161>>. Acesso em: 08 out. 2023.

SANTOS, Catiele dos. Covid-19 e saúde mental dos adolescentes: vulnerabilidades associadas ao uso de internet e mídias sociais. **Holos**, v. 3, p. 1-14, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.15628/holos.2021.11651>>. Acesso em: 20 dez. 2023.

SANTOS, Eduardo Henrique Moraes; MENDES, Raquel de Oliveira; MOREIRA, Ana Carolina Gonçalves da Silva Santos; SANTOS, Cíntia Karim dos. A assistência estudantil e a Covid-19: o contexto das universidades federais paulistas. **Revista Serviço Social em Perspectiva**, Montes Claros, v. 5, n. 2, p. 106-134, jul.-dez. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.46551/rssp.202121>>. Acesso em 11 jul. 2023.

SANTOS, Iraneide Nascimento dos; BARBOSA, Anila Thais Lucena; SALES, Alka Daby Nascimento de; SOARES, Joana Gabriela Borjes; RUELA, Guilherme de Andrade. Literacia em saúde sexual e reprodutiva na adolescência: uma revisão integrativa. **Temas em Educação e Saúde**, Araraquara, v. 18, n. 00, p. 1-19, 2022a. Disponível em: <<https://doi.org/10.26673/tes.v18i00.16969>>. Acesso em: 19 set. 2023.

SANTOS, Kedma Augusto Martiniano; MIURA, Paula Orchiucci; BARBOZA, Alana Madeiro de Melo; ARAÚJO, Cristina Generino dos Santos Lima. Quais os significados sobre família em situação de pandemia para os adolescentes?. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 27, n. 01, p. 193-203, jan. 2022b. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232022271.08222021>>. Acesso em: 18 nov. 2023.

SAVASTANO, Clara Ferrari Oliveira. **Efeitos da educação sexual na saúde reprodutiva de adolescentes: uma revisão sistemática**. Trabalho apresentado ao curso de graduação em Medicina da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública. 2022. 39 f. Graduação em Medicina, Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, Salvador, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.bahiana.edu.br/jspui/bitstream/bahiana/6904/1/Clara%20Ferrari%20Oliveira%20Savastano%20-%20Efeitos%20da%20educação%20sexual%20na%20saúde%20reprodutiva%20de%20adolescentes%20-%20uma%20revisão%20sistemática%20-%202022.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2024.

SCHNEIDER, Stéfani Almeida; MAGALHÃES, Cleidilene Ramos; ALMEIDA, Alexandre do Nascimento. Percepções de educadores e profissionais de saúde sobre interdisciplinaridade no contexto do Programa Saúde na Escola. **Interface**, Botucatu, v. 26, p. 1-17, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/interface.210191>>. Acesso em: 16 nov. 2023.

SCHOEN-FERREIRA, Teresa Helena; AZNAR-FARIAS, Maria; SILVARES, Edwiges Ferreira de Mattos. Adolescência através dos séculos. **Psicologia - Teoria e Pesquisa**, v. 26, n. 2, p. 227-234, abr.-jun. 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000200004>>. Acesso em: 21 dez. 2023.

SCULL, Tracy M.; DODSON, Christina V.; GELLER, Jacob G.; REEDER, Liz C.; STUMP, Kathryn N. Uma abordagem de educação para a alfabetização midiática para a educação em saúde sexual no ensino médio: efeitos imediatos da conscientização da mídia na mídia, na saúde sexual e nos resultados de comunicação dos adolescentes. **Revista da Juventude e Adolescência**, v. 51, p. 708–723, abr. 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s10964-021-01567-0>>. Acesso em: 20 jun. 2024.

SEHNEM, Graciela Dutra; ARBOIT, Jaqueline. Educação em saúde com o adolescente que vive com HIV/aids: diálogos sobre sexualidade. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 46, p. 233-256, jan.-abr. 2020. Disponível em: <https://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_46_art_10.pdf>. Acesso: 11 dez. 2023.

SEHNEM, Graciela Dutra; CRESPO, Bruna Tarasuk Trein; RIBEIRO, Aline Cammarano; WILHELM, Laís Antunes; ARBOIT, Jaqueline. Saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes: percepções dos profissionais em enfermagem. **Avances en Enfermería**, Bogotá, v. 37, n. 3, p. 343-352, set.-dez. 2019. Disponível em: <<https://revistas.unal.edu.co/index.php/avenferm/article/view/78933>>. Acesso em: 18 nov. 2023.

SENA, Luana Santos de; SILVA, Tatiany Oliveira da; ALMEIDA, André Henrique do Vale de. O papel da enfermagem na educação sexual dos adolescentes no âmbito escolar. **Revista Saúde Nobre**, Feira de Santana, v. 2, n. 1, p. 6-14, 2022. Disponível em: <<https://unifan.net.br/wp-content/uploads/2022/05/Artigo-1-O-PAPEL-DA-ENFERMAGEM-NA-EDUCAC%CC%A7A%CC%83O-SEXUAL-DOS-ADOLESCENTES-NO-A%CC%82MBITO-ESCOLAR-1-1.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2023.

SENNA, Sylvia Regina Carmo Magalhães; DESSEN, Maria Auxiliadora. Contribuições das teorias de desenvolvimento humano para a concepção contemporânea da adolescência. **Psicologia - Teoria e Pesquisa**, v. 28, n. 1, p. 101-108, jan.-mar. 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-37722012000100013>>. Acesso em: 21 dez. 2023.

SENTÍS, Alexis; MARTIN-SANCHEZ, Mario; ARANDO, Maider; VALL, Martí; BARBERA, María Jesus; OCAÑA, Inma; CORDÓN, Ana González; ALSINA, Mercè; MARTIN-EZQUERRA, Gemma; KNOBEL, Hernando; GURGUÍ, Mercè Gurguí; VIVES, Alvaro; COLL, Josep; CAYLÀ, Joan Artur; OLALLA, Patricia Garcia de; STI-HIV group of Barcelona. Sexually transmitted infections in young people and factors associated with HIV coinfection: an observational study in a large city. **BMJ Open**, v. 9, n. 5, mai. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1136/bmjopen-2018-027245>>. Acesso em: 30 dez. 2023.

SERRA, Laura; ALIANI, Néstor. Construcción histórica de la adolescencia en el discurso médico: la pubertad. **Uaricha Revista de Psicología**, v. 12, n. 27, p. 65-77, jan.-abr. 2015. Disponível em: <<http://www.revistauaricha.umich.mx/index.php/urp/article/view/40>>. Acesso em: 22 dez. 2023.

SHAIN, Benjamin; BRAVERMAN, Paula K.; ADELMAN, William P.; ALDERMAN, Elizabeth M.; BREUNER, Cora C.; LEVINE, David A.; MARCELL, Arik V.; O'BRIEN, Rebecca F. Suicide and Suicide Attempts in Adolescents. **Pediatrics**, v. 138, n. 1, p. 1-11, jul. 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1542/peds.2016-1420>>. Acesso em: 25 dez. 2023.

SILVA, Alcina Maria Testa Braz da, SUAREZ, Ana Paula Mendes; UMPIERRE, Andrea Borges. Produtos educacionais: uma avaliação necessária. **Revista Interacções**, Rio de Janeiro, vol. 13, n. 44, p. 232-243, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.25755/int.4108>>. Acesso em: 09 out. 2023.

SILVA, Ana Carolina Sales Pirondi da; MORI, Alexandre Santos; SILVA, Mariana Lima; CRUZ, Miguel Carlos Azevedo; BORGES, Naiza Murielly Pereira; FREITAS, Yago José Fagundes de; GARCIA, Thaís Ribeiro; MACEDO, Rafaela Melo; ARRUDA, Jalsi Tacon. Saúde sexual feminina em tempos de empoderamento da mulher. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 7, 2021b. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i7.16415>>. Acesso em: 9 jan. 2024.

SILVA, Carla Regina; LOPES, Roselo Esquerdo. Adolescência e juventude: entre conceitos e políticas públicas. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, v. 17, n. 2, p. 87-106, jul.-dez. 2009. Disponível em: <<https://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/100/65>>. Acesso em: 12 dez. 2023.

SILVA, Carlos dos Santos. **Saúde na escola: intersectorialidade e promoção da saúde**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2019. 171 p.

SILVA, Carlos dos Santos; BODSTEIN, Regina Cele de Andrade. Referencial teórico sobre práticas intersectoriais em Promoção da Saúde na Escola. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 21, n. 6, p. 1777-1788, jun. 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232015216.08522016>>. Acesso em: 27 jun. 2024.

SILVA, Cristiane Maria da Costa Silva; MENEGHIM, Marcelo de Castro; PEREIRA, Antonio Carlos; MIALHE, Antonio Carlos. Educação em Saúde: uma reflexão histórica de suas práticas. **Ciências e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 5, p. 2539-2550, ago. 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-81232010000500028>>. Acesso em: 01 out. 2023.

SILVA, Luciene de França. **Estratégia Educativa Sobre a Importância da Prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis e Gravidez na Adolescência**. 2015. 74 f. Dissertação (mestrado), Mestrado em Educação Agrícola, Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2015. Disponível em: <<https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/3268>>. Acesso em: 17 mai. 2023.

SILVA, Maísa Almeida; SANTOS, Julya Caroline Bezerra Pavão; ANDRADE, Daniele Mamédio de; FARIAS, Morgana Alves de; PAZ, Mabel Calina de França. Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) conhecimento e prevenção: análise da atual situação em escolares de Campina Grande-PB - Relato de experiência. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 7, n. 8, p. 78754-78765, ago. 2021c. Disponível em: <<https://doi.org/10.34117/bjdv7n8-208>>. Acesso em: 25 jul. 2024.

SILVA, Maria Luiza Torres da. **Uso de métodos contraceptivos na adolescência no Brasil: revisão integrativa atualizada da literatura**. 2024. 26 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Graduação em Medicina, Universidade Federal de Santa Catarina Campus Araranguá, Araranguá, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/256412/Tcc_MariaLuizaTorres.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 jul. 2024.

SILVA, Marielle Jeani Prasniewski da; NAKAGAWA, Janete Tamami Tomiyoshi; SILVA, Ana Luiza Rabello da; ESPINOSA, Mariano Martinez. Gravidez na adolescência: uso de

métodos contraceptivos e suas discontinuidades. **Revista Mineira de Enfermagem**, Belo Horizonte, v. 23, dez. 2019. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5935/1415-2762.20190068>>. Acesso em: 25 jul. 2024.

SILVA, Mauro Henrique. **Modelagem de processos, decisões e falhas**: uma aplicação no contexto de serviços da política nacional de assistência estudantil. 2021. 199 f. Dissertação (mestrado), Mestrado Profissional em Administração, Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.unifei.edu.br/jspui/handle/123456789/2461>>. Acesso em: 08 out. 2023.

SILVA, Rafael de Siqueira; BOSSONARIO, Pedro Augusto; FERREIRA, Melisane Regina Lima; ANDRADE, Rubia Laine de Paula; BONFIM, Rafaele Oliveira; ALENCAR, Vitória; MONROE, Aline Aparecida. Fatores associados ao uso inconsistente de preservativo entre jovens: revisão sistemática. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 45, p. 1-23, 2024. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1983-1447.2024.2030207.pt>>. Acesso em 13 set. 2024.

SILVA, Rebeca Mota Cabral e; FERNANDES, Graziela Nunes Alfenas; ESCARCE, Andrezza Gonzalez; LEMOS, Stela Maris Aguiar. Recursos do ambiente familiar e desempenho escolar: análise de fatores associados em adolescentes do ensino fundamental. **CoDAS**, v. 34, n. 2, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2317-1782/20212021058>>. Acesso em: 29 mar. 2024.

SILVA, Reila Freitas; ENGSTROM, Elyne Montenegro. Atenção integral à saúde do adolescente pela Atenção Primária à Saúde no território brasileiro: uma revisão integrativa. **Interface - Revisão**, Botucatu, n. 24, suppl. 1, p. 1-18, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/Interface.190548>>. Acesso em: 08 out. 2023.

SILVA, Robson Aparecido da Costa. Discussões sobre a adolescência entre os primeiros estudiosos da temática. **Revista de Educação, Saúde e Ciências do Xingu**, v. 1, n. 5, p. 93-101, jan.-dez. 2022. Disponível em: <<https://periodicos.uepa.br/index.php/rescx/article/view/5037>>. Acesso em: 20 dez. 2023.

SILVA, Silas Zil da; PILLON, Sandra Cristina; ZERBETTO, Sônia Regina; SANTOS, Manoel Antônio dos; BARROSO, Tereza Maria Mendes Diniz de Andrade; ALVES, Jheynty Sousa; CRUZ, Jefferson Pereira Maciel da; GONÇALVES, Angélica Martins de Souza. Adolescentes em território de grande circulação de substâncias psicoativas: uso e prejuízos. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 23, n. 60854, p. 1-10, 2021a. Disponível em: <<https://doi.org/10.5216/ree.v23.60854>>. Acesso em: 26 dez. 2023.

SILVA, Sílvia Manuela Dias Tavares da; FERREIRA, Maria Margarida da Silva Vieira; AMARAL-BASTOS, Maria Manuela; MONTEIRO, Maria Amélia José; COUTO, Germano Rodrigues. Diagnóstico do conhecimento dos adolescentes sobre sexualidade. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 33, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.37689/acta-ape/2020AO0210>>. Acesso: 24 jun. 2024.

SILVEIRA, Alcione Januária Teixeira da; SILVA, Ayram Trevenzolli da; SOUZA, Brennda Mencalha Dornelas de Albergaria. Educação sexual nas escolas: ainda é um tabu? Análise dos desafios e perspectivas atuais. **Pensar Acadêmico**, Manhauçu, v. 22, n. 2, p. 279-297, 2024. Disponível em: <<https://doi.org/10.21576/pensaracadmico.2024v22i2.4085>>. Acesso em: 11 set. 2024.

SILVEIRA, Catharina da Cunha; MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann; FÉLIX, Jeane. A generificação da intersetorialidade no Programa Saúde na Escola. **Revista Brasileira de**

Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 100, n. 255, p. 423-442, mai.-ago. 2019. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.100i255.3807>>. Acesso em: 16 nov. 2023.

SILVEIRA, Dieison Prestes da; LORENZETTI, Leonir. Estado da arte sobre a educação ambiental crítica no Encontro Pesquisa em Educação Ambiental. **Revista Praxis e Saber**, v. 12, n. 28, jan./apr. 2021. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/76040>>. Acesso em: 30 set. 2023.

SIMMONELLI, Carlos Eduardo. **A vivência da ambiguidade**: um estudo fenomenológico da adolescência. 2017. 97 f. Dissertação (mestrado), Mestrado em Psicologia. Pontifícia Universidade Católica, Campinas, 2017. Disponível em: <<http://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/xmlui/handle/123456789/16014>>. Acesso 21/12

SOARES, Ana Luiza Gonçalves; HOWE, Laura D; MATIJASEVICH, Alicia; WEHRMEISTER, Fernando César; MENEZES, Ana Maria Baptista; GONÇALVES, Helen. Adverse childhood experiences: prevalence and related factors in adolescents of a Brazilian birth cohort. **Child Abuse and Neglect**, v. 51, p. 21-30, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2015.11.017>>. Acesso em: 19 nov. 2023.

SOUSA, Laysi Pêgo de; FRANZOI, Mariana André Honorato; MORAIS, Rita de Cássia Melão de. Influência das mídias sociais no comportamento alimentar de adolescentes. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 8, n. 6, p. 43489-43502, jun. 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.34117/bjdv8n6-065>>. Acesso em: 26 dez. 2023

SOUSA, Marco Aurelio; MENEZES, Luana Leão; RODRIGUES, Ed Wilson Vieira; ANDRADE, Gisele Nepomuceno de; PEREIRA, Cimar Azeredo; MALTA, Deborah Carvalho; FELISBINO-MENDES, Mariana Santos. Prevalência de indicadores de saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes de saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes brasileiros: análise comparativa da pesquisa nacional de saúde do escolar 2015 e 2019. **Revista Mineira de Enfermagem**, Belo Horizonte, v. 26, abr. 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.35699/2316-9389.2022.38392>>. Acesso em: 17 mai. 2023.

SOUSA, Marta Caires; ESPERIDIÃO, Monique Azevedo; MEDINA, Maria Guadalupe. A intersectorialidade no Programa Saúde na Escola: avaliação do processo político-gerencial e das práticas de trabalho. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 22, n. 6, p. 1781-1790, jun. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v22n6/en_1413-8123-csc-22-06-1781.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2023.

SOUZA, Jessica da Silva; MAZIERO, Carolina Carpinelli Sabbag. Relação entre o consumo de alimentos ultraprocessados e estado nutricional de adolescentes estudantes de uma escola privada, na cidade de São Paulo. **Journal of the Health Sciences Institute**, v. 39, n. 3, p. 188-194, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unip.br/wp-content/uploads/tainacan-items/34088/82685/06V39_n3_2021_p188a194.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2023.

SPINDOLA, Thelma; SANTANA, Rosana Santos Costa; ANTUNES, Rômulo Frutuoso; MACHADO, Yndira Yta; MORAES, Paula Costa de. A prevenção das infecções sexualmente transmissíveis nos roteiros sexuais de jovens: diferenças segundo o gênero. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 26, n. 7, jul. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232021267.08282021>>. Acesso em: 13 set. 2024.

SPINELLI, Maria; LIONETTI, Francesca; PASTORE, Massimiliano; FASOLO, Mirco. Parents' stress and children's psychological problems in families facing the COVID-19 outbreak in Italy. **Frontiers in Psychology**, v. 11, n. 1713, p. 1-7, jul. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.3389/fpsyg.2020.01713>>. Acesso em: 18 nov. 2023.

SPINOLA, Mara Cristiany Rodrigues. Fatores associados à iniciação sexual precoce de adolescentes em Santarém-PA. **Sanare Revista de Políticas Públicas**, v. 19, n. 1, p. 36-47, jan.-jun. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.36925/sanare.v19i1.1385>>. Acesso em: 24 jun. 2024.

STATTIN, Håkan; KERR, Margaret. Parental monitoring: a reinterpretation. **Child Development**, v. 71, n. 4, p. 1072-1085, jul.-ago. 2000. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/1467-8624.00210>>. Acesso em: 17 mai. 2023.

STEPHANOU, André Teixeira; FREITAS, Isabella Kahl de; DIAS, Ana Cristina Garcia. Fatores associados ao uso de camisinha entre jovens universitários. **Psico-USF**, v. 27, n. 3, jul.-set. 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413/82712032270311>>. Acesso em: 12 set. 2024.

TABORDA, Joseane Adriana; SILVA, Francisca Cardoso da; Ulbricht, Leandra; NEVES, Eduardo Borba. Consequências da gravidez na adolescência para as meninas considerando-se as diferenças socioeconômicas entre elas. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 22, n. 1, p. 16-24, jan.-mar. 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1414-462x201400010004>>. Acesso em: 20 dez. 2023.

TASCA, Bianca Gonçalves; BRANDÃO, Elaine Reis; BRANCO, Viviane Manso Castello. Protagonismo juvenil: análise do projeto Rede de Adolescentes e Jovens Promotores da Saúde (RAP da Saúde) do município do Rio de Janeiro, na perspectiva de seus participantes. **Revista Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 29, n. 4, nov. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902020200070>>. Acesso em: 12 dez. 2023.

TAUFICK, Ana Luiza de Oliveira Lima. Análise da política de assistência estudantil dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 181-201, jan.-abr. 2014. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/rbpaee/article/view/50020/31328>>. Acesso em: 17 nov. 2023.

TAVARES, Vinicius dos Santos; MELO, Rosane Braga de. Possibilidades de aprendizagem formal e informal na era digital: o que pensam os jovens nativos digitais?. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 23, p. 1-9, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2175-35392019013039>>. Acesso em: 26 jun. 2024.

TELO, Shana Vieira; WITT, Regina Rigatto. Saúde sexual e reprodutiva: competências da equipe na Atenção Primária à Saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 23, n. 11, p. 3481-3490, nov. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-812320182311.20962016>>. Acesso em: 09 jan. 2024.

TESSARI, Willidiane; SOARES, Larissa Gramazio; SOARES, Leticia Gramazio; ABREU, Isabella Schroeder. Percepção de mães e pais adolescentes sobre o aleitamento materno. **Revista Enfermagem em Foco**, v. 10, n. 2, p. 83-89, 2019. Disponível em: <<http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/1865/525>>. Acesso em: 18 nov. 2023.

TORRES, Laura Cesar Burni; COSTA, Mariana Barros da; MACHADO, Raquel Athayde Braga; RIBEIRO, Letícia Ceccotti; PÉRET, Izabela Silveira Amédée; CARNEIRO, Georgia de Lima Vieira; BARTOLOMEU, Gabriella Freitas Pereira. O conhecimento teórico sobre IST é suficiente para refletir as ações dos jovens e adolescentes?. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v. 5, n. 2, mar.-abr. 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.34119/bjhrv5n2-263>>. Acesso em: 11 set. 2024.

TRINDADE, Samara Nagla Chaves; SALAROLI, Luciane Bresciani; ALMEIDA, Ana Paula Santana Coelho. Atenção à saúde no âmbito do programa nacional de assistência estudantil em universidades federais do nordeste do Brasil. **Revista GUAL - Gestão Universitária na América Latina**, Florianópolis, v. 15, n. 3, p. 210-230, set.-dez. 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.5007/1983-4535.2022.e88137>>. Acesso em: 16 nov. 2023.

UNFPA - UNITED NATIONS POPULATION FUND. **State of world population 2022: Seeing the unseen - the case for action in the neglected crisis of unintended pregnancy**. UNFPA, 2022. Disponível em: <<https://www.unfpa.org/swp2022>>. Acesso em: 25 dez. 2023.

UNFPA - UNITED NATIONS POPULATION FUND. **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher**. Pequim: UNFPA, 1995a. 114 p. Disponível em: <<https://brazil.unfpa.org/pt-br/publications/declara%C3%A7%C3%A3o-e-plataforma-de-a%C3%A7%C3%A3o-da-iv-confer%C3%Aancia-mundial-sobre-mulher>>. Acesso em: 09 jan. 2024.

UNFPA - UNITED NATIONS POPULATION FUND. **Rapport de la Conference International sur la Population et le Developpement**. New York: UNFPA, 1995b. 200 p. Disponível em: <https://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/icpd_fre.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2024.

UNICEF - FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **How teenagers can protect their mental health during COVID-19: 6 strategies for teens facing a new (temporary) normal**. New York: Unicef, 2020. Disponível em: <<https://www.unicef.org/coronavirus/how-teenagers-can-protect-their-mental-health-during-coronavirus-covid-19>>. Acesso em: 18 nov. 2023.

UNICEF - FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA **How to talk to your child about coronavirus disease 2019 (COVID-19)**. New York: Unicef, 2020. Disponível em: <<https://www.unicef.org/coronavirus/how-talk-your-child-about-coronavirus-covid-19>>. Acesso em: 20 dez. 2023.

VALLE, Hardalla Santos do; ARRIADA, Eduardo. “Educar para transformar”: a prática das oficinas. Universidade Federal do Rio Grande Instituto de Educação. **Revista Didática Sistemica**, Pelotas, v. 14, n. 1, p. 3-14, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/redsis/article/view/2514>>. Acesso: em 17 mai. 2023.

VALENÇA, Renata Cristiny Pereira; GUIMARÃES, Shayane Barros; SIQUEIRA, Lidiany da Paixão. Prescrição e uso de antidepressivos em crianças e adolescentes: uma revisão da literatura. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 12, p. 94860-94875, dez. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.34117/bjdv6n12-101>>. Acesso em: 18 nov. 2023.

VASCONCELOS, Eymard Mourão. **A saúde nas palavras e nos gestos: reflexões da rede de educação popular e saúde**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 2017. 279 p.

VENTRIGLIO, Antonio; BHUGRA, Dinesh. Sexuality in the 21st Century: Sexual Fluidity. **East Asian Archives Of Psychiatry/ Hong Kong College of Psychiatrists**, v. 29, n. 1, p. 30-34, 2019. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.12809/eaap1736>>. Acesso em: 09 jan. 2024.

VIANA, Janayna Araújo; SILVA, Rafaela Brito da; ARAÚJO, Anna Maria Valadares; CRESCIULO, Carolina Maria Soares; EUCLIDES, Ingrid Nascimento; WEILER, Rosa Maria Eid; MENDES, Luis Henrique Rocha; CÁ, Abdel Boneensa; SUZUKI, Denise Chrysostomo; VITALLE, Maria Sylvia de Souza. Adolescentes escolares e o programa saúde

na escola: uma revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 5, 2022. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i5.28086>>. Acesso em: 27 jun. 2024.

VIEIRA, Kleber José; BARBOSA, Nayara Gonçalves; MONTEIRO, Juliana Cristina dos Santos; DIONÍZIO, Letícia de Almeida; GOMES-SPONHOLZ, Flávia Azevedo. Conhecimentos de adolescentes sobre métodos contraceptivos e infecções sexualmente transmissíveis. **Revista Baiana de Enfermagem**, v. 35, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.18471/rbe.v35.39015>>. Acesso em: 11 set. 2024.

VIEIRA, Lúcio Olímpio de Carvalho. **Políticas Públicas para educação profissional técnica de nível médio (1996 a 2011)**. 2014. 205 f. Tese (doutorado), Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4765>>. Acesso em: 28 set. 2024.

VIEIRA, Michelangela Pinto; MELO, Mônica Cecília Pimentel de; FREIRE, Ana Karla da Silva; CRUZ, Nayara Mendes; COELHO, Vitória Silva; RIBAMAR Deolindo de Sousa; SILVA, Gustavo Elias da; SOARES, Félix Alexandre Antunes; COSTA, Mateus Mattiuzi da. Espaço dialógico sobre sexualidade na adolescência: e agora, professor?. **Revista de Educação da Universidade Federal do Vale do São Francisco**, v. 7, n. 14, p. 120-140, dez. 2017. Disponível em: <<http://www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/revasf/article/view/73/78>>. Acesso em: 19 jun. 2024.

VIEIRA, Ueliton Alves; ARAUJO, Mariana de Oliveira; ARAUJO, Bianca de Oliveira; PAIXÃO, Gilvânia Patrícia do Nascimento. Percepção dos enfermeiros sobre a (não) procura dos homens por atenção primária à saúde. **Revista de Saúde Coletiva da UEFES**, Feira de Santana, v. 10, n. 1, p. 58-66, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.13102/rscdauefs.v10i1.5454>>. Acesso em: 14 set. 2024.

WANZELER, Everton Luis Freitas; COSTA, Jamille Marcelle Ribeiro; COSTA, Ailini Danielle Ribeiro; SILVA, Geovanna Carey Brabo da; CRUZ, Taize Vieira da; COSTA, Antonia Tamires Penha da; CRUZ, Tamires Ferreira da; FERREIRA, Vanessa Santos; MODESTO, Ana Beatriz Dias; NEVES, Jucilene Luz; PEREIRA, Bárbara Melissa Silva; QUEIROZ, Gabriel Vinicius Reis de. Conhecimento e opinião de alunos da educação básica sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 13, n. 2, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.25248/reas.e6373.2021>>. Acesso em: 11 set. 2024

WENETZ, Ileana. **Presentes na escola e ausentes na rua: brincadeiras de crianças marcadas pelo gênero e pela sexualidade**. 2012. 229 f. Tese (doutorado), Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/49702>>. Acesso em: 05 out. 2023.

WHO - WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Addressing violence against children, women and older people during the COVID-19 pandemic: key actions**, 17 June 2020b. Geneva: WHO, 2020. 7 p. Disponível em: <<https://iris.who.int/handle/10665/332458>>. Acesso em: 20 dez. 2023.

WHO - WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Covid-19 parenting**. Geneva: WHO; 2020a. Disponível em: <<https://www.covid19parenting.com/home>>. Acesso em: 20 dez. 2023.

WHO - WORLD HEALTH ORGANIZATION. **The Ottawa charter for health promotion**. Ottawa: WHO, 1986a. Disponível em: <<https://bit.ly/32mwOue>>. Acesso em: 08 out. 2023.

WHO - WORLD HEALTH ORGANIZATION. **WHO recommendations on adolescent sexual and reproductive health and rights**. Department of Reproductive Health and Research, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/34oqJfKAv>. Acesso em: 16 set. 2023.

WHO - WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Young People's Health - a Challenge for Society**: report of a WHO Study Group on Young People and "Health for All by the Year 2000" [meeting held in Geneva from 4 to 8 June 1984]. Geneva: WHO, 1986b. Disponível em: <https://iris.who.int/handle/10665/41720>. Acesso em: 20 dez. 2023.

WINNICOTT, Donald Woods. **A família e o desenvolvimento individual**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. P. 115-128.

WINNICOTT, Donald Woods. **Da pediatria à psicanálise – Obras escolhidas**. Rio de Janeiro: Imago, 2000. P. 288-304.

WOOLLEY, Natalia Oliveira; MACINKO, James. Association between sociodemographic characteristics and sexual behaviors among a nationally representative sample of adolescent students in Brazil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 2, p. 1-13, fev. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00208517>. Acesso em: 17 mai. 2023.

APÊNDICES

APÊNDICE A

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Investigação das vivências em saúde sexual e reprodutiva de um grupo de adolescentes do ensino médio integrado

Sharlene Pereira Alves

Você está sendo convidado para participar do projeto de pesquisa intitulado: “Investigação das vivências em saúde sexual e reprodutiva de um grupo de adolescentes do ensino médio integrado”. Seus pais/responsáveis permitiram que você participe. Este projeto está vinculado ao curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do IFCE - Campus Fortaleza. Para evitar possíveis riscos de ordem emocional ou social, e de constrangimento durante a efetivação da pesquisa, as apresentações serão abordadas com naturalidade, valorizando as falas e a participação de cada aluno na dinâmica adotada no momento para estimular o interesse pelo tema e, se necessário desmistificar tabus com esclarecimentos das dúvidas; termos técnicos sobre o tema serão utilizados, explicando seu significado ante os nomes populares; não será apontado nominalmente os discentes para manifestação ou participação nos momentos dos encontros, evitando exposição dos mesmos, deixando os envolvidos à vontade quanto a sair durante o estudo, caso se sintam desconfortáveis. A pesquisa será realizada no ambiente escolar, os encontros se darão nos horários destinados as atividades complementares de ensino optativas. Será mantido total sigilo dos participantes. Portanto, seu nome não será divulgado em nenhuma circunstância durante o desenvolvimento ou publicação da pesquisa. As atividades ocorrerão em seis momentos, sendo: 1º - reunião com os responsáveis para explicação da proposta da pesquisa; entrega do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para autorização dos responsáveis. 2º - recolhimento do TCLE e conferência das autorizações. 3º - reunião com discentes previamente agendada por meio de envio de carta convite para apresentação do tema e entrega do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido para anuência das participações. 4º - recolhimento do TALE e conferência das assinaturas; aplicação do questionário pré-intervenção para identificar o nível de conhecimento sobre a saúde sexual e reprodutiva, bem como mapear e sistematizar as dúvidas mais recorrentes. 5º - realização do grupo focal com realização de reuniões para construção do *podcast* com planejamento do caminho do produto até os ouvintes, incluindo quantidade e tempo de cada programa, linguagem utilizada e aparência do produto. 6º - reaplicação do questionário pós-intervenção para entender a diferença de conhecimento e melhoria do aprendizado sobre os temas em saúde sexual e reprodutiva abordados no *podcast*. Os benefícios esperados no estudo são o aumento do conhecimento sobre saúde sexual e reprodutiva, as infecções sexualmente transmissíveis, prevenção, formas de contágio e tratamento; promoção do autocuidado e a reflexão referente às consequências do não uso dos métodos contraceptivos e gravidez na adolescência. Se o participante sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, poderá ser indenizado pela pesquisadora, conforme art. 9º da Resolução nº 510/2016. Você não é obrigado a participar da pesquisa, e caso participe, é um direito seu desistir a qualquer momento. Os participantes poderão ter acesso aos resultados da pesquisa, conforme art. 17 da Resolução nº 510/2016. Para mais informações relacionadas ao estudo, por favor, entre em contato através do e-mail: sharlene.pereira02@aluno.ifce.edu.br, ou telefone: [REDACTED] 3304. Endereço: Rua [REDACTED], Tauá-CE, CEP [REDACTED]. O aluno também poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE - para obter

informações sobre esta pesquisa e/ou sobre a sua participação, através do e-mail: cep@ifce.edu.br, ou telefone: (85) 3401-2332. Endereço: Rua Jorge Dumar, 1703, Jardim América, Fortaleza-CE, CEP 60410-426.

Eu _____, portador do documento de identidade (se tiver) _____, aceito participar da pesquisa intitulada: “Investigação das vivências em saúde sexual e reprodutiva de um grupo de adolescentes do ensino médio integrado”. Fui informado(a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada, bem como sobre a metodologia que será adotada, sobre os riscos e benefícios envolvidos. Recebi a informação de que a qualquer momento poderei desistir de participar do estudo, e o meu responsável poderá modificar a decisão de permitir minha participação, se assim o desejar. Recebi uma cópia deste termo de assentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) participante

Sharlene Pereira Alves
CPF: 023.413.113-69

APÊNDICE B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Investigação das vivências em saúde sexual e reprodutiva de um grupo de adolescentes do ensino médio integrado

Sharlene Pereira Alves

Seu (Sua) filho (a) está sendo convidado a participar como voluntário de uma pesquisa. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, visa assegurar seus direitos como participante e é elaborado em duas vias, uma que deverá ficar com você e outra com o pesquisador.

Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com o pesquisador. Se preferir, pode levar este Termo para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo se você não aceitar participar ou retirar sua autorização em qualquer momento.

Justificativa e objetivos:

A pesquisa intitulada “Investigação das vivências em saúde sexual e reprodutiva de um grupo de adolescentes do ensino médio integrado” tem importância para o universo do estudante adolescente pois a adolescência é uma fase de muitas descobertas e conflitos, inclusive no ambiente escolar. Assim, trabalhar a educação relacionada à saúde e à sexualidade contribui na prevenção de doenças e agravos, ajudando o adolescente a adotar práticas de saúde saudáveis e evitar o comportamento sexual de risco por meio do aprendizado, melhorando sua qualidade de vida.

Dessa forma, o estudo objetivará analisar o entendimento de saúde sexual e reprodutiva de adolescentes do ensino médio integrado do IFCE campus Tauá. Além disso, possui como objetivos específicos: identificar qual o nível de entendimento dos adolescentes sobre saúde e saúde sexual e reprodutiva; entender quais as percepções de si a respeito do assunto sexualidade e adolescência; detectar elementos comprometedores para a garantia do comportamento sexual seguro, responsável e prazeroso, livre de preconceito, medo, culpa, vulnerabilidade; e, propor a implantação de um produto de comunicação do tipo *podcast* abordando temáticas pertinentes à educação sexual e reprodutiva na adolescência.

Procedimentos:

Caso seu (sua) filho (a) esteja participando do estudo, ele (a) está sendo convidado (a) a: assinar o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), preencher o questionário pré-intervenção com duração de aproximadamente 15 minutos para respostas, participar de reuniões do grupo focal na construção do *podcast* no IFCE Campus Tauá, gravação de áudio com periodicidade quinzenal para episódios do *podcast* com duração de aproximadamente 20 minutos, preencher o questionário pós-intervenção com duração de aproximadamente 15 minutos para respostas. Vale informar que os questionários serão guardados em arquivo pessoal da pesquisadora, pelo período de aproximadamente cinco anos, sendo descartados após esse período.

Desconfortos e riscos:

Seu (Sua) filho (a) deve participar deste estudo se não estiver regularmente matriculado na instituição, se não aceitar participar da pesquisa, se não entregar o TALE assinado. Além

disso, será excluído o (a) filho (a) cujo responsável não aceite a participação no estudo ou não assine o TCLE. Também não participará caso seja aluno de outro curso ou modalidade de ensino ofertadas na instituição, além de outras instituições de ensino, e que não esteja dentro da faixa etária definida para esse estudo. Também será excluído aquele que invalidar as respostas do questionário.

Os riscos para a participação nesse estudo serão mínimos. Será garantido o cuidado no manuseio do material para evitar a possibilidade de outras pessoas terem contato com o material coletado nos questionários. Além disso, será preservado o anonimato do participante e o sigilo de qualquer informação pessoal, que possa identificá-lo com uso de condinome. É possível haver risco de ordem emocional ou social, ou constrangimento por se tratar de temática relacionada a saúde sexual, porém será reservado o direito de não responder as perguntas caso não queira.

Benefícios:

Os benefícios esperados no estudo são o aumento do conhecimento sobre saúde sexual e reprodutiva, as infecções sexualmente transmissíveis, prevenção, formas de contágio e tratamento; promoção do autocuidado e a reflexão referente às consequências do não uso dos métodos contraceptivos e gravidez na adolescência.

Acompanhamento e assistência:

O (A) participante do estudo será acompanhado durante todo o período de realização da pesquisa, tendo assistência da pesquisadora em caso de danos de ordem emocional, social ou constrangimento. Havendo ocorrência nesse sentido, o (a) participante será imediatamente retirado (a) do ambiente de pesquisa, que será interrompida nesse momento, e será acompanhado para assistência profissional, caso haja necessidade.

Sigilo e privacidade:

Você tem a garantia de que sua identidade será mantida em sigilo e nenhuma informação será dada a outras pessoas que não façam parte da equipe de pesquisadores. Na divulgação dos resultados desse estudo, seu nome não será citado.

Ressarcimento e indenização:

Você terá direito ao ressarcimento das despesas diretamente decorrentes de sua participação na pesquisa e à indenização pelos danos resultantes desta, nos termos da Lei.

Contato:

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora Sharlene Pereira Alves, Endereço: Rua [REDACTED], Tauá-CE, CEP [REDACTED], telefone [REDACTED] e-mail sharlene.pereira02@aluno.ifce.edu.br.

Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IFCE das 08:00hs às 12:00hs e das 13:00hs as 17:00hs no IFCE Reitoria - R. Jorge Dumar, 1703 - Jardim América, Fortaleza - CE, 60410-426; telefone (85) 34012332 e-mail: cep@ifce.edu.br

Consentimento livre e esclarecido:

Após ter recebido esclarecimentos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, aceito participar e declaro estar recebendo uma via original deste documento assinada pelo pesquisador e por mim, tendo todas as folhas por nós rubricadas:

Nome do(a) participante:

Contato telefônico (opcional):

e-mail (opcional):

(Assinatura do participante ou nome e assinatura do seu RESPONSÁVEL LEGAL)

Data: ____/____/____.

Responsabilidade do Pesquisador:

Asseguo ter cumprido as exigências da resolução 466/2012 CNS/MS e complementares na elaboração do protocolo e na obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguo, também, ter explicado e fornecido uma via deste documento ao participante. Informo que o estudo foi aprovado pelo CEP perante o qual o projeto foi apresentado. Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pelo participante.

Sharlene Pereira Alves

[Assinatura da pesquisadora]

Data: ____/____/____.

APÊNDICE C

CARTA CONVITE PARA PARTICIPAR DE PESQUISA

Você está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa que tem por objetivo analisar a concepção de saúde sexual e reprodutiva de adolescentes do ensino médio integrado do IFCE campus Tauá.

Se você tem interesse em participar da pesquisa compareça à reunião com a pesquisadora Sharlene Pereira. Nesse encontro, você terá acesso o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido, documento que contém mais informações sobre a pesquisa. A participação na pesquisa será por meio de resposta a um questionário sobre pontos relacionados à sexualidade e saúde.

Se após a leitura do Termo de Assentimento você decidir participar da pesquisa, assine embaixo e entregue à pesquisadora. Depois, do aceite para responder à pesquisa, você será direcionado para o questionário. O tempo médio de resposta é de 20 minutos.

Agradecemos o seu tempo e atenção.

Equipe de pesquisa.

APÊNDICE D

ROTEIRO DO GRUPO FOCAL

Temas geradores	Perguntas norteadoras
O jovem e sua caracterização	<p>Nome fantasia.</p> <p>Idade.</p> <p>Sexo.</p> <p>Com quem mora.</p>
Sexualidade	<p>O que significa sexualidade para vocês? (Já ouviram falar? O que sabem sobre? A que atribuem esta palavra?) Acredita que a religião interfere na sexualidade? Acredita que a família interfere na sexualidade?</p>
Conduas sexuais e gênero	<p>Como se relacionam sexualmente?</p> <p>Existe um momento certo para iniciar a vida sexual? Qual é esse momento? É igual para ambos os sexos? Caso não, por quê?</p> <p>O que você pensa sobre ser homem? O que pensa sobre ser mulher? Quais as diferenças que existem entre um jovem do gênero masculino e uma jovem do gênero feminino?</p> <p>De que maneira essas percepções influenciam nas condutas sexuais?</p> <p>Como são as condutas sexuais masculinas? Como são as condutas sexuais femininas? Suas condutas sexuais seriam as mesmas se fosse do sexo oposto? Caso negativo, o que mudaria e por quê?</p>
Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST)	<p>O que conhecem sobre as infecções sexualmente transmissíveis? No geral, procuram ou já procuram saber sobre? Em que meios? Quais IST conhecem ou já ouviram falar? Como são adquiridas as IST?</p> <p>Com que tipo de parceiro acham que se devem utilizar os métodos? (Fixo? Casual? Consideram o método dispensável em alguma situação? Quais?)</p>

	No geral, vocês acham que o jovem utiliza preservativo nas relações sexuais?
Vulnerabilidade às IST	<p>O que é vulnerabilidade para vocês? O que vocês entendem sobre o assunto? Consideram-se vulneráveis para contrair uma IST? Por quê?</p> <p>As vulnerabilidades são iguais entre os gêneros masculino e feminino? Por quê? No que se diferenciam?</p> <p>Quais são as suas vulnerabilidades? Quais as causas? O que influencia? (Falta de acesso, bebidas, drogas, qualidade das informações ou as práticas de prevenção das infecções?)</p>
Cuidados com a saúde sexual/ Educação para a saúde sexual	<p>De que maneira cuidam da saúde sexual? (Com que frequência procuram um profissional de saúde? Qual profissional procuram? Caso não procurem regularmente um profissional de saúde, quais os motivos? Como é a acessibilidade aos serviços de saúde?)</p> <p>Os cuidados com a saúde sexual se diferenciam conforme o gênero masculino e feminino? (Na visão de vocês, quem se cuida mais? Por quê?)</p> <p>Com quem conversam sobre essas temáticas? (Com quem se sente mais à vontade para conversar sobre essas temáticas? Por quê? Ou não conversam?)</p> <p>Participaram de alguma atividade sobre educação sexual em qualquer etapa da vida? (Como foi a experiência?)</p> <p>A instituição favorece a discussão dessas temáticas? Como?</p>

APÊNDICE E**QUESTIONÁRIO DE REAPLICAÇÃO SOBRE SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA**

Prezado(a) aluno(a), gostaria da sua colaboração para responder este questionário. Sua participação é essencial para a realização deste estudo.

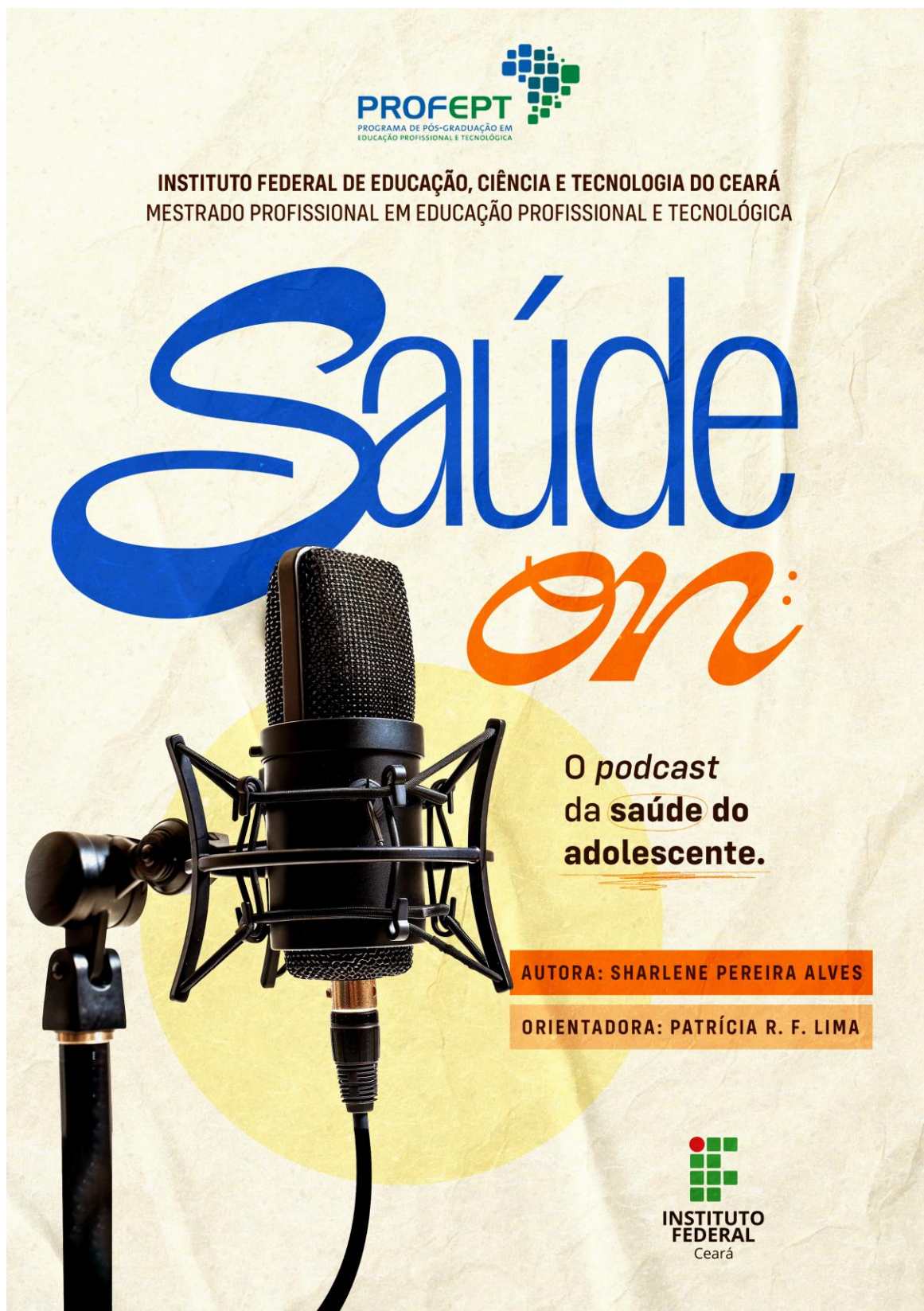
1. Quais os tipos de métodos contraceptivos que você conhece?

2. Você sabe qual a principal forma de prevenção das Infecções Sexualmente Transmissíveis?

3. Você acha que adolescentes podem engravidar na 1ª relação sexual? Por quê?

APÊNDICE F

PRODUTO EDUCACIONAL



PROFEPT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA


INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Saúde On:

O podcast
da saúde do
adolescente.

AUTORA: SHARLENE PEREIRA ALVES

ORIENTADORA: PATRÍCIA R. F. LIMA


INSTITUTO
FEDERAL
Ceará

APÊNDICE G

QUESTIONÁRIO SOBRE O PRODUTO EDUCACIONAL COM JUÍZES

Você está sendo convidado(a) a participar da avaliação do Produto Educacional desenvolvido na forma de um *Podcast* denominado “Saúde *On*”, vinculado ao mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica através da pesquisa “Investigação das vivências em saúde sexual e reprodutiva de um grupo de adolescentes do ensino médio integrado”.

Os episódios do *podcast* encontram-se disponíveis na plataforma de streaming Spotify, os quais devem ser analisados previamente ao preenchimento do presente questionário de avaliação. Tratam-se de 4 episódios com duração de aproximadamente 10 minutos.

- Email:

- Nome:

EIXO COMUNICACIONAL

1. No que se refere ao formato de disponibilização ser *online* (será disponibilizado no Spotify), o produto educacional tem fácil acesso.

- (1) Discordo totalmente
- (2) Discordo
- (3) Não concordo, nem discordo
- (4) Concordo
- (5) Concordo totalmente

2. A edição dos episódios (locução, qualidade de áudio e efeitos sonoros) é adequada para a boa compreensão de seu conteúdo.

- (1) Discordo totalmente
- (2) Discordo
- (3) Não concordo, nem discordo
- (4) Concordo
- (5) Concordo totalmente

3. As músicas, trilhas e áudios escolhidos nos episódios são adequados para o público-alvo de alunos do ensino médio.

- (1) Discordo totalmente
- (2) Discordo
- (3) Não concordo, nem discordo
- (4) Concordo
- (5) Concordo totalmente

4. A locução e roteiro apresentam de forma clara os temas a serem tratados nos episódios.

- (1) Discordo totalmente
- (2) Discordo
- (3) Não concordo, nem discordo
- (4) Concordo

(5) Concordo totalmente

EIXO CONCEITUAL – SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA NA ADOLESCÊNCIA

5. O Saúde *On* promove a reflexão sobre o processo saúde-doença pertinente à fase da adolescência.

- (1) Discordo totalmente
- (2) Discordo
- (3) Não concordo, nem discordo
- (4) Concordo
- (5) Concordo totalmente

6. O Saúde *On* aborda os temas “saúde sexual e reprodutiva” considerando o contexto do público com que foi realizado.

- (1) Discordo totalmente
- (2) Discordo
- (3) Não concordo, nem discordo
- (4) Concordo
- (5) Concordo totalmente

7. O Saúde *On* aborda o tema “saúde sexual e reprodutiva na adolescência” promovendo a escuta e participação dos alunos e suas opiniões.

- (1) Discordo totalmente
- (2) Discordo
- (3) Não concordo, nem discordo
- (4) Concordo
- (5) Concordo totalmente

8. O Saúde *On* aborda o tema “saúde sexual e reprodutiva na adolescência” destacando sua complexidade e variados aspectos relacionados a ele.

- (1) Discordo totalmente
- (2) Discordo
- (3) Não concordo, nem discordo
- (4) Concordo
- (5) Concordo totalmente

EIXO PEDAGÓGICO - IMPORTÂNCIA, IMPACTO, RELEVÂNCIA, EDUCOMUNICAÇÃO

9. Os temas tratados nos episódios do Saúde *On* são relevantes para o público a que se destinam.

- (1) Discordo totalmente
- (2) Discordo
- (3) Não concordo, nem discordo
- (4) Concordo
- (5) Concordo totalmente

10. O Saúde *On* traz informações que podem contribuir para a fase da adolescência.

- (1) Discordo totalmente
- (2) Discordo
- (3) Não concordo, nem discordo
- (4) Concordo

(5) Concordo totalmente

11. Em relação a seu formato de apresentação, o Saúde *On* é atrativo e capaz de despertar o interesse pelo assunto sobre o qual se propõe a tratar.

(1) Discordo totalmente

(2) Discordo

(3) Não concordo, nem discordo

(4) Concordo

(5) Concordo totalmente

12. O Saúde *On* promove ao longo dos episódios aprendizagens e reflexões sobre a saúde e a educação sexual e reprodutiva na adolescência.

(1) Discordo totalmente

(2) Discordo

(3) Não concordo, nem discordo

(4) Concordo

(5) Concordo totalmente

13. Reflita sobre o uso do formato *podcast* como um recurso pedagógico para profissionais e estudantes a partir da sua interação com o produto educacional apresentado.

14. Use este espaço para fazer sugestões, críticas ou comentários sobre o produto educacional avaliado.

APÊNDICE H

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(Avaliador do Produto Educacional)

INVESTIGAÇÃO DAS VIVÊNCIAS EM SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA DE UM GRUPO DE ADOLESCENTES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO

Sharlene Pereira Alves

Você está sendo convidado a participar como voluntário de uma pesquisa. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, visa assegurar seus direitos como participante e é elaborado em duas vias, uma que deverá ficar com você e outra com o pesquisador.

Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com o pesquisador. Não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo se você não aceitar participar ou retirar sua autorização em qualquer momento.

Justificativa e objetivos:

Essa pesquisa tem importância para o universo do estudante adolescente pois a adolescência é uma fase de muitas descobertas e conflitos, inclusive no ambiente escolar. Assim, trabalhar a educação relacionada à saúde e à sexualidade contribui na prevenção de doenças e agravos, ajudando o adolescente a adotar práticas de saúde saudáveis e evitar o comportamento sexual de risco por meio do aprendizado, melhorando sua qualidade de vida.

Dessa forma, o estudo objetivará analisar o entendimento de saúde sexual e reprodutiva de adolescentes do ensino médio integrado do IFCE campus Tauá

Procedimentos:

Participando do estudo você está sendo convidado a responder o questionário “Questionário sobre o produto educacional com juízes”. O tempo estimado de responder ficará

a critério do avaliador, apenas respeitando o tempo máximo de 7 dias para a devolutiva. Os questionários serão armazenados em arquivo pela pesquisadora durante 5 anos conforme a resolução CPF no 007/2003 e descartado após este período.

Desconfortos e riscos:

O questionário a ser utilizado na pesquisa possui um risco intelectual mínimo, podendo gerar desconforto ao responder o questionário pelo medo de quebra do sigilo. Para minimizar este risco, garantimos o sigilo em relação às respostas, sendo estas usadas confidencialmente (a identidade do participante será preservada) e apenas para fins científicos.

Benefícios:

Esta pesquisa contribuirá com o desenvolvimento de metodologias voltadas para a promoção da educação sexual e reprodutiva com a imersão em temas de relevância para o contexto escolar como saúde e sexualidade. Avalia-se que a pesquisa poderá contribuir na construção do conhecimento para os participantes da pesquisa, além disso, seus benefícios poderão ser estendidos aos demais adolescentes e jovens que tenham interesse pela temática, assim como ao público em geral.

Acompanhamento e assistência:

Durante o processo de realização desta pesquisa, a pesquisadora compromete-se a dar assistência e tomar todos os cuidados importantes para que existindo necessidade de acompanhamento (médico e/ou psicológico) resultante de possíveis riscos das metodologias propostas, os participantes serão assistidos.

Sigilo e privacidade:

Todas as informações coletadas nesta pesquisa são estritamente confidenciais. As identidades serão preservadas e mantidas no sigilo. O que nos interessa são os dados coletados, e não aspectos particulares dos participantes. Para, dessa forma, contribuir na garantia do comportamento sexual seguro e responsável para o público adolescente.

Ressarcimento e indenização:

Você terá direito ao ressarcimento das despesas diretamente decorrentes de sua participação na pesquisa e à indenização pelos danos resultantes desta nos termos do artigo 19, parágrafo 2o, da Resolução CNS 510/2016.

Contato:

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora Sharlene Pereira Alves, Rua [REDACTED] Tauá, Ceará, [REDACTED], sharlene.pereira02@aluno.ifce.edu.br.

Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IFCE das 08:00hs às 12:00hs e das 13:00hs às 17:00hs no IFCE Reitoria - R. Jorge Dumar, 1703 - Jardim América, Fortaleza - CE, 60410-426; fone (85) 34012332; e-mail: cep@ifce.edu.br.

Consentimento livre e esclarecido:

Após ter recebido esclarecimentos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, aceito participar e declaro estar recebendo uma via original deste documento assinada pelo pesquisador e por mim, tendo todas as folhas por nós rubricadas:

Nome do (a) participante: _____

Contato telefônico (opcional): _____

E-mail (opcional): _____

(Assinatura do participante ou nome e assinatura do seu RESPONSÁVEL LEGAL)

Data: ____/____/____

Responsabilidade do Pesquisador:

Asseguro ter cumprido as exigências da resolução 466/2012 CNS/MS e complementares na elaboração do protocolo e na obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguro, também, ter explicado e fornecido uma via deste documento ao participante. Informo que o estudo foi aprovado pelo CEP perante o qual o projeto foi apresentado. Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pelo participante.

Nome da pesquisadora: _____

[Assinatura da pesquisadora]

Data: ____/____/____

ANEXOS

ANEXO 1

QUESTIONÁRIO SOBRE SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA

Prezado(a) aluno(a), gostaria da sua colaboração para responder este questionário. Sua participação é essencial para a realização deste estudo.

1. Sexo

Feminino

Masculino

2. Qual a sua idade? _____ anos.

3. Qual foi o curso mais elevado que o(a) chefe de sua família completou?

Analfabeto

1ª a 3ª série do ensino fundamental

4ª a 7ª série do ensino fundamental

Ensino Fundamental completo

1ª ou 2ª série do ensino médio

Ensino médio completo

Superior incompleto

Superior completo

Mestrado

Doutorado

4. Qual é a sua religião?

Católica

Evangélica

Espírita

Umbanda/Candomblé

Outras religiões

5. Localização do domicílio

Área Rural

Área Urbana

6. Você acha importante discutir sobre sexualidade? Por quê?

7. Com quem você se sente mais à vontade para conversar sobre sexo?

8. Você conversa com seus pais sobre gravidez, Infecções Sexualmente Transmissíveis e métodos contraceptivos?

9. Onde você busca informações sobre sexo e as Infecções Sexualmente Transmissíveis, gravidez e métodos contraceptivos?

10. Você acha que a sua escola oferece informações sobre gravidez, Infecções Sexualmente Transmissíveis e métodos contraceptivos?

11. Em sua opinião, como a escola deveria abordar temas como Infecções Sexualmente Transmissíveis, Gravidez e métodos anticoncepcionais?

12. Quais os tipos de métodos contraceptivos que você conhece?

13. Você sabe qual a principal forma de prevenção das Infecções Sexualmente Transmissíveis?


14. Você acha que adolescentes podem engravidar na 1ª relação sexual? Por quê?

15. Você acha que tem informações suficientes sobre prevenção das Infecções Sexualmente Transmissíveis e gravidez?

16. Você gostaria de falar mais alguma coisa sobre o assunto?

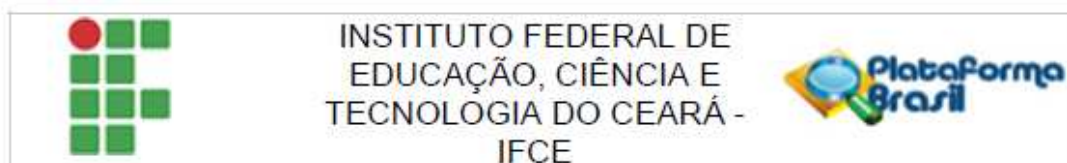
ANEXO 2

**PROTOCOLO DE SUBMISSÃO DO PROJETO DE PESQUISA AO COMITÊ DE
ÉTICA EM PESQUISA - IFCE**

DADOS DA VERSÃO DO PROJETO DE PESQUISA	
<p>Título da Pesquisa: Investigação das vivências em saúde sexual e reprodutiva de um grupo de adolescentes do ensino médio integrado Pesquisador Responsável: SHARLENE PEREIRA ALVES Área Temática: Versão: 1 CAAE: Submetido em: 11/10/2023 Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ - CAMPUS TAUÁ Situação da Versão do Projeto: Em Recepção e Validação Documental Localização atual da Versão do Projeto: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE Patrocinador Principal: Financiamento Próprio</p>	

ANEXO 3

PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – IFCE



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Investigação das vivências em saúde sexual e reprodutiva de um grupo de adolescentes do ensino médio integrado

Pesquisador: SHARLENE PEREIRA ALVES

Área Temática:

Versão: 4

CAAE: 75047023.0.0000.5589

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ -

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.599.671

Apresentação do Projeto:

O processo educacional em saúde se caracteriza como possibilidade para identificação das necessidades dos sujeitos ao fomentar a participação, a autonomia, a construção do conhecimento coletivo e o encontro da reflexão com a ação. Na escola, o compartilhamento de saberes e experiências eleva os processos de desenvolvimento para direções variadas, gerando novas formas de compreensão sobre diversas situações. Dentre as vivenciadas pelos alunos adolescentes, destaca-se a saúde sexual e reprodutiva, cuja vulnerabilidade pode levar a comportamentos de risco e exposição a doenças. Nesse contexto, propõe-se nesse projeto um estudo sobre as concepções de adolescentes acerca de saúde sexual e reprodutiva, com o objetivo de analisar como adolescentes de um curso técnico de nível médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) constroem saberes acerca de saúde sexual e reprodutiva. Esta pesquisa será trabalhada dentro da linha de pesquisa Práticas Educativas em EPT, discutindo a educação sexual e reprodutiva de adolescentes na perspectiva da promoção e prevenção da saúde e da educação em saúde no ambiente escolar. A investigação terá abordagem quali-quantitativa, por meio de um estudo de campo, no IFCE Campus Tauá, com aportes das vivências dos alunos acerca da educação sexual e reprodutiva na adolescência. A análise dessa questão deposita sua relevância em compreender, no contexto de uma história de ineficiência de política destinada à educação em

Endereço: Rua Jorge Dumar, nº 1703

Bairro: Jardim América

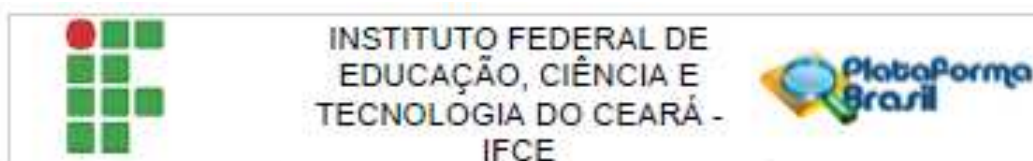
UF: CE

Telefone: (85)3401-2332

CEP: 60.410-426

Município: FORTALEZA

E-mail: cep@ifce.edu.br



Continuação do Projeto: 6.596/071

saúde dos adolescentes nas escolas, como se situa a prevenção e promoção em saúde sexual e reprodutiva nessa Instituição. Como produto educacional, propõe-se a elaboração de um Podcast, o Saúde On, abordando o tema "Educação sexual e reprodutiva de adolescentes", visando proporcionar aprendizados acerca da saúde sexual e reprodutiva na fase da adolescência, com a intenção de discutir sobre esse assunto e contribuir para o acesso de estudantes a informações necessárias para a tomada de decisão assertiva e prática sexual segura.

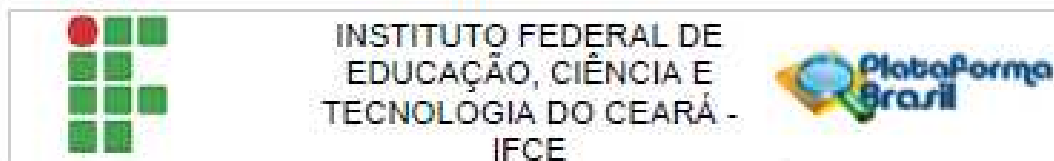
Metodologia Proposta:

Esse estudo é denotado de campo, no estilo pesquisa-ação, de caráter exploratório-escritivo, com uso do método hipotético-dedutivo, relacionado com a abordagem qual-quantitativa. Para execução do trabalho, o local escolhido será o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Campus Tauá. Participarão desse estudo alunos do 1º ano do Ensino Médio Integrado dos Cursos Técnicos em Agropecuária e Redes de Computadores do IFCE Campus Tauá. Os sujeitos, regularmente matriculados na Instituição, possuem idade entre 14 e 16 anos e são de ambos os sexos. Diante desses critérios, a amostragem será composta por um total de 70 participantes. Após a aprovação do comitê de ética na pesquisa, a metodologia e cronograma serão apresentados à Diretoria de Ensino do IFCE Campus Tauá, almejando prévia autorização para realizar o estudo.

Em seguida, proceder-se-á à etapa de coleta dos dados, mediante convite prévio realizado por meio da entrega da carta convite. A coleta propriamente dita ocorrerá em três fases. A primeira fase de coleta de dados consistirá na aplicação do questionário estruturado, simultaneamente à apresentação e aplicação do questionário, haverá reunião com os adolescentes para uma breve exposição do estudo, sendo solicitada a assinatura do TALE. A fase seguinte da coleta de dados ocorrerá através de encontros previamente agendados, utilizando a técnica de Grupo Focal. Em sua última fase, a coleta de dados trará a reaplicação do questionário aplicado inicialmente. Visando à análise dos dados aferidos, será aplicada a técnica de análise de conteúdo de Bardin, envolvendo a codificação do material produzido. A partir da produção dos dados, obtidos mediante análise bibliográfica e documental, da escuta dos sujeitos da pesquisa e das suas análises e interpretações, será elaborado o Produto Educacional – Saúde On: O Podcast da Saúde do Adolescente.

O Saúde On, por ser material educativo, tem como objetivo geral proporcionar aprendizados acerca da saúde sexual e reprodutiva na fase da adolescência. Em se tratando de objetivos específicos, o produto visa discutir sobre sexualidade e saúde sexual e reprodutiva com o público, estimular o protagonismo juvenil na elaboração de material educativo direcionado aos

Endereço: Rua Jorge Dumar, nº 1705
 Bairro: Jardim América CEP: 80.410-428
 UF: CE Município: FORTALEZA
 Telefone: (85)3401-2332 E-mail: cep@ife.edu.br



Continuação do Projeto: 0.299-071

adolescentes, e, por fim, contribuir para o acesso dos(as) estudantes a informações necessárias para a tomada de decisão assertiva e prática sexual segura. Na primeira fase da sua construção, será especificado o conteúdo do material através do aporte teórico e documental da pesquisa. Na fase seguinte, haverá a identificação, pela tabulação das respostas coletadas, do nível de conhecimento sobre a saúde sexual e reprodutiva, bem como serão categorizadas as principais dúvidas originadas pelos discentes. Na terceira fase, será elencado o conteúdo do podcast, visando a ampliação de conhecimentos sobre a temática. E por último, haverá o planejamento sobre o caminho até os ouvintes, além de delinear a quantidade, prevista inicialmente para três programas com periodicidade quinzenal para sua gravação, e tempo de cada programa, estimado em aproximadamente 10 minutos, bem como a linguagem utilizada e a aparência do produto. Para que o podcast seja validado, será aplicado um instrumento avaliativo aplicado a profissionais enfermeiros, serão convidados a assistir os episódios por meio de links disponibilizados via e-mail para então acessar o endereço eletrônico que levará ao formulário online.

Critério de Inclusão:

Serão adotados como critérios de inclusão os discentes que aceitem participar da pesquisa, por meio da assinatura do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido – TALE –, além de participarem de todas as fases da pesquisa. Também serão incluídos alunos cujos responsáveis assinem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE.

Critério de Exclusão:

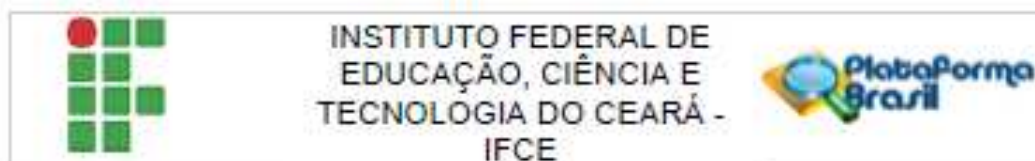
Não serão considerados participantes da pesquisa os discentes que não estejam regularmente matriculados na instituição, que não aceitem participar da pesquisa, que não entreguem o TALE assinado. Além disso, serão excluídos aqueles cujos responsáveis não aceitem a participação no estudo ou não assinem o TCLE. Também não participarão alunos de outros cursos ou modalidades de ensino ofertadas na instituição, além de outras instituições de ensino, e que não estejam dentro da faixa etária definida para esse estudo. Por fim, também serão excluídos aqueles que invalidarem as respostas do questionário.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar a concepção de saúde sexual e reprodutiva de adolescentes do ensino médio integrado do IFCE campus Tauá.

Endereço: Rua Jorge Dantas, nº 1705	CEP: 80.410-408
Bairro: Jardim América	
UF: CE	Município: FORTALEZA
Telefone: (85)3401-2332	E-mail: ccep@ifce.edu.br



Continuação do Protocolo 0.596/071

Objetivo Secundário:

Averiguar qual o nível de entendimento dos adolescentes sobre saúde e saúde sexual e reprodutiva; compreender quais as percepções de si a respeito do assunto sexualidade e adolescência; detectar elementos comprometedores quanto à garantia do comportamento sexual seguro, responsável e prazeroso, livre de preconceito, medo, culpa, vulnerabilidade; propor a implantação de um produto de comunicação do tipo podcast abordando temáticas pertinentes à educação sexual e reprodutiva na adolescência.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

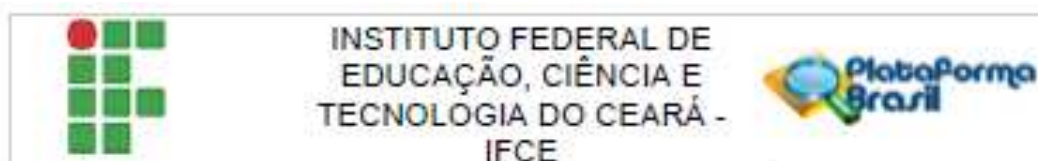
Riscos:

Os riscos para a participação nesse estudo serão mínimos. Citam-se: cansaço ou aborrecimento ao responder questionário; desconforto; vergonha; alterações de autoestima; alterações de visão de mundo e de comportamentos ao lidar com questões de sexualidade; medo de não saber responder questionário ou de ser identificado. Na oportunidade, a pesquisadora conduzirá o adolescente para o serviço de saúde de referência. Também será oferecido um acolhimento individual em caso de manifestação de alguma mobilização com a temática sexualidade, no final da coleta de dados. Será reservado o direito ao discente de não responder as perguntas caso não queira. O cuidado no manuseio do material será garantido para evitar a possibilidade de outras pessoas terem contato com o material coletado nos questionários. Além disso, como cautela, será preservado o anonimato do participante e o sigilo de qualquer informação pessoal, que possa identificá-lo com uso de condinome.

Benefícios:

Os benefícios esperados no estudo são o aumento do conhecimento sobre saúde sexual e reprodutiva, as Infecções sexualmente transmissíveis, prevenção, formas de contágio e tratamento; promoção do autocuidado e a reflexão referente às consequências do não uso dos métodos contraceptivos e gravidez na adolescência. Haverá o fornecimento de informações sobre os temas acima elencados baseadas em conhecimentos científicos para dar suporte nas tomadas de decisões em relação à sexualidade e saúde sexual e reprodutiva. O público também poderá expressar e esclarecer suas dúvidas e anseios sobre o tema, recebendo direcionamento para o desenvolvimento satisfatório da sexualidade e as práticas sexuais seguras.

Endereço: Rua Jorge Dantas, nº 1709
 Bairro: Jardim América CEP: 60.410-028
 UF: CE Município: FORTALEZA
 Telefone: (85)3401-2332 E-mail: cep@ife.edu.br



Continuação do Parecer 6.596/071

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa de Mestrado do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA desenvolvida no INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ - CAMPUS TAUÁ.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Constam os documentos obrigatórios: informações básicas do projeto; declaração de compromisso de apresentação de resultados; cronograma; projeto detalhado; garantia de regresso dos benefícios da pesquisa; TCLE; TALE; termos de autorização e existência de infraestrutura; orçamento; folha de rosto; questionário.

Recomendações:

Sem recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

aprovado.

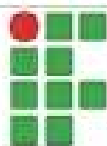
Considerações Finais a critério do CEP:

Parecer consubstanciado de aprovação disponível na pasta (ou diretório) "Pareceres".

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_2215901.pdf	11/12/2023 11:39:48		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_qualificacao.docx	11/12/2023 11:37:34	SHARLENE PEREIRA ALVES	Aceito
Cronograma	Cronograma.docx	11/12/2023 11:36:13	SHARLENE PEREIRA ALVES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE.docx	28/11/2023 14:09:17	SHARLENE PEREIRA ALVES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	28/11/2023 14:09:10	SHARLENE PEREIRA ALVES	Aceito
Folha de Rosto	Formulario_5430602_Folha_2023_10_1 1_17_54_3_2711.pdf	11/10/2023 19:39:41	SHARLENE PEREIRA ALVES	Aceito
Outros	Questionarios_para_adolescentes.pdf	10/10/2023	SHARLENE	Aceito

Endereço: Rua Jorge Dumar, nº 1705
 Bairro: Jardim América CEP: 60.410-428
 UF: CE Município: FORTALEZA
 Telefone: (85)3401-2332 E-mail: cep@ifce.edu.br



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO CEARÁ -
IFCE



Continuação do Parecer: 0.590.071

Outros	Questionarios_para_adolescentes.pdf	23:41:52	ALVES	Aceito
Outros	Questionarios_para_juizes.pdf	10/10/2023 23:41:29	SHARLENE PEREIRA ALVES	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	10/10/2023 23:03:29	SHARLENE PEREIRA ALVES	Aceito
Outros	Declaracao_de_garantia_de_regresso_dos_beneficiarios_da_pesquisa.pdf	10/10/2023 23:02:47	SHARLENE PEREIRA ALVES	Aceito
Outros	Declaracao_de_compromisso_de_apresentacao_dos_resultados.pdf	10/10/2023 23:01:47	SHARLENE PEREIRA ALVES	Aceito
Outros	Termo_de_autorizacao_e_existencia_de_infraestrutura.pdf	10/10/2023 23:00:33	SHARLENE PEREIRA ALVES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FORTALEZA, 22 de Dezembro de 2023.

Assinado por:
Emmanuel Alves Camello
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Jorge Dumas, nº 1703

Bairro: Jardim América

CEP: 60.410-020

UF: CE

Município: FORTALEZA

Telefone: (85)3401-2332

E-mail: cnp@ifce.edu.br